



Foto: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM, Cacoal-RO)
Autoria: Sérgio Nunes de Jesus (2022)



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

SÉRGIO NUNES DE JESUS

**DISCURSOS SILENCIADOS NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA:
de sujeito falado a sujeito falante nas práticas
de violência contra a mulher**

**Recife – PE
2023**

**DISCURSOS SILENCIADOS NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA:
de sujeito falado a sujeito falante nas práticas
de violência contra a mulher**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, do Curso de Doutorado, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Área de Concentração: Teoria e Análise da Organização Linguística.

Linha de Pesquisa: Processos de Organização Linguística e Identidade Social.

Orientadora: *Prof^a. Dr^a. Nadia P. S. G. Azevedo.*

Coorientador: *Prof. Dr. Celso Ferrarezi Junior.*

Ficha Catalográfica elaborada por
Luciana Vidal CRB 4/1338
Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP

J58d Jesus, Sérgio Nunes de
Discursos silenciados nos boletins de ocorrência : de sujeito
falado a sujeito falante nas práticas de violência contra a mulher /
Sérgio Nunes de Jesus, 2023.
249 f.: il.

Orientadora: Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
Coorientador: Celso Ferrarezi Junior
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.
Doutorado em Ciências da Linguagem, 2023.

1. Análise do discurso. 2. Violência contra as mulheres.
I. Título.

CDU 801

SÉRGIO NUNES DE JESUS

**DISCURSOS SILENCIADOS NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA:
de sujeito falado a sujeito falante nas práticas
de violência contra a mulher**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Curso de Doutorado, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) em: 01/06/2023.

BANCA EXAMINADORA DA TESE

Aprovada em: 01/06/2023.



.....
Profª. Drª. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
Orientadora / UNICAP-PE (Presidente da Banca)



.....
Prof. Dr. Celso Ferrarezi Junior
Coorientador / UNIFAL-MG



.....
Prof. Dr. Arthur de Araújo Filgueiras
Centro UNiversitário Tiradentes-PE



.....
Prof. Dr. Claudemir dos Santos Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco / UFR-UAB-UAEADTec-PE



.....
Profª. Drª. Elaine Pereira Daróz
Universidade Católica de Pernambuco / UNICAP-PE



.....
Profª. Drª. Isabela Barbosa do Rêgo Barros
Universidade Católica de Pernambuco / UNICAP-PE

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 COORDENAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
 - DOUTORADO



ATA DE DEFESA DE TESE DO ALUNO

SÉRGIO NUNES DE JESUS

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se às quatorze horas, em Recife-PE, remotamente, por *Google Meet*, e mediada pelas tecnologias digitais da informação e comunicação, a sessão pública de Defesa da Tese, para obtenção do título de doutor, intitulada “DISCURSOS SILENCIADOS NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA: DE SUJEITO FALADO A SUJEITO FALANTE NAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” apresentada e defendida pelo doutorando **Sérgio Nunes de Jesus**, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem - Doutorado, desta Universidade, estando de acordo com o Regimento do referido Curso e a documentação constante nos arquivos da Secretaria de Registros Acadêmicos, desta Pró-reitoria. A defesa de Tese realizou-se em ambiente virtual e, após arguição feita, a Banca Examinadora decidiu conferir ao doutorando, o conceito “APROVADO” para os efeitos legais, mediante os resultados atribuídos pelos Professores Doutores que compuseram a Banca: Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo (Orientadora e Presidente da Banca), Isabela Barbosa do Rêgo Barros e Elaine Pereira Daróz da Universidade Católica de Pernambuco, Arthur de Araújo Filgueiras do Centro Universitário Tiradentes e Claudemir dos Santos Silva da Universidade Federal Rural de Pernambuco, remotamente, por videoconferência. O aluno teve como Coorientador o Prof. Dr. Celso Ferrarezi Junior da Universidade Federal de Alfnas, e, para constar, foi lavrada a presente Ata que segue assinada, digitalmente, pelos membros da Banca Examinadora. Recife, 01 de junho de 2023.

Profa. Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Profa. Dra. Elaine Pereira Daróz

Prof. Dr. Arthur de Araújo Filgueiras

Prof. Dr. Claudemir dos Santos Silva

Profa. Dra. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
 Presidente da Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos Mestres:

Elcy S. S. Silveira - UNEB-BA (Aposentada)

Maria Cristina Ramos Borges - UNIR-RO (Aposentada)

Celso Ferrarezi Junior - UNIFAL-MG

Nair Ferreira Gurgel do Amaral - UNIR-RO (Aposentada)

Neila Giron - SENAC-RO (In Memoriam)¹

Nadia P. S. G. Azevedo - UNICAP-PE

*Pelos ensinamentos, paciência e virtudes para além da profissão-professor; meu
muito obrigado ad aeternum a cada um de vocês!*

¹ A expressão SAUDADE ainda não preenche as lacunas que o *Sentido-Silêncio-Outro* insiste em permanecer diariamente.

À senhora, *Miriam Almeida Sampaio*²
- pela coragem do *Ser mulher-mãe-sujeito-vítima ...*
vítima por acreditar que o ser humano é bom e,
mesmo sendo atroz, deve ser perdoado ...

² Em 1994 quando entrei no curso de Letras da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *campus* Caetitê; conheci a senhora *Miriam Almeida Sampaio* também aluna na mesma instituição. Foram momentos ímpares que eram confidenciados e que, dessas confidências, amadureceram a presente tese com indicação da estimada colega a quem tenho carinho especial pela coragem que sempre demonstrou como mulher-mãe-vítima de uma sociedade machista - onde as relações de poder homem x mulher que ainda perduram lastimavelmente.

AGRADECIMENTOS

- ✓ Ao *Senhor Deus!* - *Grande Arquiteto do Universo* - que rege as nossas vidas ao bem-comum universal.
- ✓ À *Oxalá* que sustenta a espiritualidade e acalenta as minhas aflições.
- ✓ Aos meus pais: *Emanuel Evangelista de Jesus* e *Carmelita Nunes da Conceição* – mesmo na distância e ausência – sempre presentes.
- ✓ Aos meus irmãos: *Robson (Dó)* pela simplicidade e companheirismo; ao *Reginaldo (Regi-Negão)* pela perspicácia familiar; ao *Reginilton (Nego-Regi)* por viver um dia por vez em calma e ao *Antônio (Dedinho)* pela força de vontade – vocês são alicerces nas virtudes que ainda se formam em meu *Ser-Sujeito* em construção diária – obrigado a cada um!
- ✓ Aos meus filhos: *Victor Augusto, Analua, Aglaia Letícia, Ariadne Isabela* – razões essenciais de qualquer sacrifício.
- ✓ Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) pela acolhida nos anos de 2021-2023.
- ✓ À Orientadora – estimada professora *Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo* pela perspicácia, cuidado, acolhida, amizade e, acima de tudo, carinho quando nas alusões durante o curso e a escrita da tese: MUITÍSSIMO obrigado!
- ✓ Ao Coorientador – estimado professor *Celso Ferrarezi Junior* – o que dizer se ao longo desses 21 anos vem me acolhendo nas parcerias [escritos de artigos, resenhas, compêndios, revistas científicas, livros, coletâneas entre outros]; e sempre incisivo em suas observações acadêmico-científicas, que delas, sempre aprendo muito. Um obrigado *ad aeternum*, pois não tem como quitar uma ‘dívida de aprendizado’ – apenas agradecer! Grande ‘*Celsão!*’ Obrigado sempre!
- ✓ Aos professores do PPGCL – com quem aprendi a presteza de comungar meus anseios, expectativas e, até virtudes particulares, que fizeram a diferença, pois a acolhida me fez muito bem! Obrigado a cada um de vocês, mas em especial às estimadas *Dóris* e *Isabela Barros* – por sempre estarem disponíveis nos momentos de dificuldades em cada um de nós (alunos)!
- ✓ Aos colegas da turma 7, do PPGCL (2021-2023): *Ana Damasceno, Pitanguinha* – pelas cumplicidades diárias e, por deveras, nas angústias ao longo das nossas escritas e publicações com parcerias – obrigado *Aninha!*; à estimada *Nádia* [conterrânea baiana] que ao descobriremos as nossas raízes-vida os laços só ampliaram – obrigado pela amizade sempre!; para estimada *Roseli* que ao longo dos escritos *bakhtinianos* descobrimos quão importante é ser mais ‘humano’ que acadêmicos – obrigado colega!; ao grande Kleber, ‘*Klebinho*’ por tornar sempre mais agradáveis as nossas aulas ao longo do cumprimento dos créditos – dizer que tu é engraçado é pleonasma vicioso *hehehe!* – obrigado grande colega!

- ✓ Ao *campus* Cacoal-IFRO – pela acolhida sempre ao longo dos meus 13 anos de casa.
- ✓ Ao Diretor Geral [*campus* Cacoal-IFRO], o ‘*grande Davys*’ *Sleman de Negreiros*, pela cumplicidade nesses 23 anos de parcerias, projetos e, atualmente, Irmãos pelo *Grande Arquiteto do Universo* que nos aproximou cada vez mais – obrigado, meu Ir.
- ✓ Ao Diretor de Ensino [*campus* Cacoal-IFRO], o estimado *Rodolfo Ribas*, pela atenção sempre devida nos momentos cruciais ao meu retorno à casa: sempre ponderando na ‘escuta-clínico-acadêmica’ – essa capaz que mapear e diagnosticar os paliativos da vida cotidiana – obrigado, mano velho!
- ✓ Ao Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino [*campus* Cacoal-IFRO], o estimado *Leandro Júnior Pereira* pelo constante apoio nesta retomada à sala de aula e seus desafios – obrigado!
- ✓ Aos professores *Prof. Dr. Arthur de Araújo Filgueiras* [Centro UNiversitário Tiradentes-PE]; *Prof. Dr. Claudemir dos Santos Silva* [Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE-UAB-UAEADTec-PE]; pelo aceite em participar não apenas da banca, mas pelas contribuições ao longo dos gestos de leitura do presente trabalho de pesquisa – muito obrigado!
- ✓ Aos professores *Dra. Elaine Pereira Daróz* [UNICAP]; *Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros* [UNICAP] pelo gentil aceite em compartilhar esse momento ímpar na vida acadêmica de um pesquisador – e a professora *Dra. Kelly Cristine Martins dos Santos* [UNIFG] pela acolhida do aceite – muito obrigado!
- ✓ À Juíza de Direito *Anita Magdelaine Perez Belém*, do Fórum Desembargador Aldo Castanheira [Juíza titular do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de Cacoal-RO] pela atenção, acolhida e, acima de tudo, pela generosidade estendida – muito obrigado!
- ✓ À Delegada *Fabiana May Brandani* pela acolhida na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher [Cacoal-RO] – muito obrigado!
- ✓ À *Marcilene Roseli Costa Garcia*, Escrivã de Polícia, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher [Cacoal-RO] pela atenção e paciência – e, em nome dela, agradeço a todos da delegacia – muito obrigado!
- ✓ À estimada amiga *Fabiana Garcia Cabral*, Psicóloga [Porto Alegre-RS], da 1ª Delegacia de Polícia de Sapucaia do Sul-RS (à época) pelo apoio constante à época (2009-2010) quando residia em Porto Alegre sob a tutela acadêmica da UFRGS – Departamento de Letras – muito obrigado!
- ✓ À estimada amiga *Fabiana Shirlei Fink*, Escrivã de Polícia, da 1ª Delegacia de Polícia de Sapucaia do Sul-RS (à época), pelo carinho, apoio, ajuda constante (técnica e pessoal) ao longo da minha estada no RS – muito obrigado sempre!
- ✓ À estimada colega, amiga de todas as horas *Rafaela Elisa Rolim*, IFBA-UFBA, pelos momentos compartilhados de 2011-2022 nos eventos nacionais, internacionais, bem como das trocas de confidências que sempre nos inquietaram nas teorias do discurso – obrigado, ‘*Rafa*’!

- ✓ Aos estimados: *Ingrid* (Trem) & *Cristian* pelos sorrisos constantes e apoio incondicional; ao *Edmilson* (Trem) pela amizade ao longo dos anos no IF; aos estimados *Lilian* & *Maycon Rock* pela presença diária e apoio – a cada um aqui lembrado – obrigado sempre!
- ✓ À estimada *Eliz* pela parceria nesses 3 anos de convivência acadêmica, companheirismo, cumplicidades e, acima de tudo, virtuosos em constância – obrigado!
- ✓ Para todas as Delegacias de Apoio e Assistência à Mulher do Brasil que procura, de alguma forma, mesmo sem recursos efetivos, fazer um bom trabalho com as equipes internas [por vezes sem uma formação devida], mas ‘dá conta do recado diariamente de norte a sul do Brasil’ – parabéns!
- ✓ À minha *insônia* que, de certa forma, instigou em cada madrugada a mente que insistia em manter acordado o cérebro e escrever ao invés de dormir; – logo, outro agradecimento vai para *falta de sono e ansiedade extrema em escrever, escrever, escrever ...* Como a madrugada nos faz companhia ... *quid pro quo*, meu caro Watson!

[...] O domínio do Estado lhe escapa, pois este está “além do Direito”: o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, ele é ao contrário a condição de toda distinção entre público e o privado. [...] O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente “funcionar” como Aparelhos Ideológicos do Estado. [...] O que distingue os AIE do Estado (repressivo) do Estado, é a seguinte diferença fundamental: o Aparelho repressivo do Estado “funciona através da violência” ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado “funcionam através da ideologia” [ALTHUSSER, 1985, p. 69, grifos do autor] (sublinhados nossos).

[...] Chega agora o momento de examinar como essa tese “desvenda” o mistério em questão, e, especificamente, examinar como a maneira pela qual ela desvenda esse mistério e se abre diretamente para a problemática de uma teoria materialista dos processos discursivos, articula com a problemática das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção [PÊCHEUX, 1997, p. 148, grifo do autor] (sublinhados nossos).

A análise de discurso é enfim uma relação com a linguagem: relação em que não se mantém a distinção forma/conteúdo, mas antes se pensa a questão da sua materialidade que é linguística e histórica e na qual se pode pensar o silêncio em sua importância fundamental. E se assim é, vamos deixar, nesse ponto, que os sentidos da reflexão que ela nos propõe façam seu percurso, acolham o tempo de sua proveniência, e se desenvolvam a seu silêncio. Porque é nele que estão os outros sentidos [ORLANDI, 2002, p. 184, grifos nossos].

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
<u>CAPÍTULO 1 – DOS FUNDAMENTOS</u>	35
1.1. O discurso – abordagens	36
1.1.1. Caminhos epistêmicos da / na linguagem	41
1.1.1.1. As vicissitudes sociais	42
1.1.1.2. Violência e resistência simbólica	43
1.1.1.3. Da vontade de saber - o poder	47
1.2. Da partilha à política do silenciamento	49
1.3. Contribuições teóricas	52
1.3.1. Da disciplina - ‘o nascimento de uma teoria’	52
1.3.2. Dos teóricos - as relações	57
1.3.3. Para considerar	59
1.3.3.1. Língua: a questão material [<i>a força languageira</i>]	60
1.3.3.2. O espelho - as inscrições	62
1.3.3.3. Das representações imaginárias	63
1.3.3.4. Substrato - das formações sociais e as lutas de classes	66
1.3.3.5. Da língua - princípios da materialidade discursiva	67
1.3.3.6. Dizer e sentidos instituídos [as formações]	68
a) Gesto 1: Michel Foucault	69
b) Gesto 2: Michel Pêcheux	71
c) Gesto 3: J. J. Courtine	74
1.3.3.7. Dos constituintes fundamentais aos gestos de leitura	75
1.3.3.8. Da Formação Ideológica	77
1.3.3.9. Da Formação Imaginária	79
1.3.3.10. Da Formação Social	81
1.3.3.11. Do Interdiscurso - do centro da / na linguagem	83
1.3.3.12. Das relações - Discurso-Interdiscurso [um aparte]	86
1.4. Do Sujeito	88

1.4.1. Princípios das / nas malhas de autoria	88
1.4.2. O efeito de autoria - lugares constituídos	89
1.4.3. Lugares possíveis à autoria	92
1.4.4. Do Interdito - apontamentos	96
<u>CAPÍTULO 2 – DO OBJETO: CONSTITUIÇÃO MATERIAL DO <i>CORPUS</i></u>	99
2.1. O objeto de estudo - bases do <i>corpus</i>	99
2.1.1. Silêncio: movimentos constituídos	99
2.1.2. O discurso e a materialidade linguística	100
2.1.2.1. O discurso censurado	101
2.1.2.2. O discurso como suporte necessário	102
<u>CAPÍTULO 3 – MÉTODO: DISPOSITIVO ANALÍTICO E GESTOS POSSÍVEIS</u> ...	111
3.1. No limiar da interpretação	111
3.1.1. Dos gestos - a língua(gem)	112
3.2. O método: dispositivos e implicações	114
a) Classificação, seleção temática, e análise textual dos documentos resultantes dos interrogatórios (os BO) feitos pela Polícia	113
b) Análises das formações imaginárias a partir dos depoimentos	116
c) Comparações dos BO do sujeito falante para sujeito falado	117
d) Caracterização e análise das materialidades linguísticas e discursivas nos BO analisados	117
<u>CAPÍTULO 4 – DOS GESTOS: O BAILE DA / NA LÍNGUA(GEM)</u>	125
4.1. Constituição analítica - da ‘negociação do dizer’	125
4.1.1. Política e Silêncio [conflitos, embates, sentidos]	125
4.1.2. A problemática e sua sistematização na língua(gem)	126
4.1.3. Um aparte: aportes - da polícia e do judiciário	128
4.1.4. Da disputa discursiva - ‘identidade em construção’	129
4.1.5. Da materialidade - aventuras discursivas	131
4.1.6. Deslocamentos - formulações e sentidos	134
4.1.7. O silêncio - objeto constitutivo	138

4.1.8. Do silenciamento - um introito ao político	140
4.2. Dos procedimentos de análises - as interpelações	141
4.2.1. Gesto de leitura: do jurídico - interseções com a linguagem	142
4.2.1.1. Da subjetividade - lugares do / no dizer	144
4.2.1.2. Constituintes - silêncio-discurso-silêncio	146
4.2.1.3. Do dito / não dito e suas relações	148
4.3. Gesto de leitura: a política do silenciamento	150
4.4. Gesto de leitura: BO - abordagem discursiva	159
4.5. Gesto de leitura: do político ao silêncio legitimado	168
4.6. Gesto de leitura: a violência - perspectivas	174
4.6.1 Da efetivação do político	176
4.7. Gesto de leitura: silenciamento e língua(gem)	177
4.8. Gesto de leitura: das margens silenciadas	198
<u>CAPÍTULO 5 – DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA: UM LUGAR POSSÍVEL</u>	205
5.1. Os Boletins de Ocorrência e sua função social	205
5.1.1. Influências do / no Aparelho Policial	206
5.1.2. Boletim de Ocorrência - do caráter social-doutrinário	209
5.1.3. Boletim de Ocorrência - da linguagem instituída	212
5.1.4. Boletim de Ocorrência - perspectivas sociais	222
5.1.5. Boletim de Ocorrência - um aparte possível	224
<u>SUGESTÃO DE MODELO – BOLETIM DE OCORRÊNCIA – DDM (1)</u>	225
<u>SUGESTÃO DE MODELO – BOLETIM DE OCORRÊNCIA – DDM (2)</u>	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
REFERÊNCIAS	236
OBRAS CONSULTADAS	247

RESUMO

A tese é justificada a partir da compreensão linguístico-discursiva nas tomadas de depoimento e suas manifestações com a linguagem que funcionam no fio do discurso. Isto posto, aponta os seguintes questionamentos: *de que maneira o processo de discursivização nas tomadas de depoimentos funcionam no limiar da / na interpretação dos / nos Boletim de Ocorrência (BO)? Até que ponto as posições-sujeito são fundamentais para pensar a autoria dos / nos Boletim de Ocorrência (BO)? Por qual o motivo é relevante o estudo dessa temática como contribuição à Análise de Discurso Brasileira em suas diferentes materialidades histórico-socio-cultura - via de regra, pela política do silenciamento? Sendo, assim, a presente abordagem teve como objetivo investigar os processos linguístico-discursivos nas práticas de violência contra a mulher por meio das Tomadas de Depoimento nos Boletins de Ocorrência, doravante (BO) ao identificar seus silenciamentos materializados. Neste sentido, verificamos suas marcas linguístico-discursivas; essas a partir das caracterizações das formações imaginárias de sujeito falado a sujeito falante nesse documento. Outrossim, também analisamos de que maneira os sujeitos discursivos (falado / falante) respondem aos interrogatórios em virtude das acusações – esses que contribuem pelas suas condições de produção instauradas nos discursos desses sujeitos – o *linguístico* (ou *relatado*) e das formações imaginárias – o *discursivo* (ou *referido*) pelas materializações dos silenciamentos instituídos nos Boletins de Ocorrência. Esses apontamentos são necessários à melhor compreensão da teoria da Análise do Discurso Francesa (AD) – quando aponta que os sujeitos são constituídos pela língua(gem). Tais ancoragens podem ser observadas como entrecruzamentos; assim, essa abordagem se coaduna com a nossa perspectiva plural no discurso e suas representações caracterizadas pelos sujeitos *falados* e *falantes* no processo *linguístico-discursivo* na língua material. Assim sendo, é importante ressaltar de que maneira as práticas de violências são manifestadas nos discursos dos sujeitos interpelados e como esses respondem dialeticamente frente às acusações impostas pelos depoentes ante a autoridade policial. Outrossim, trabalhamos a partir da classificação, seleção e análise documental de acordo com as formações imaginárias nos Boletins de Ocorrência na comparação discursiva do sujeito falado para sujeito falante – esses, caracterizados nas materialidades analisadas ao longo da pesquisa. Assim, ainda na mesma perspectiva pecheuxiana da AD, a língua constitui-se como um sistema – este interligado à História, bem como aos sujeitos falantes e seus objetos contraditórios a partir das suas diferentes formas. Desta maneira, o nosso gesto de interpretação ao *corpus* dos / nos BO podem ser considerados inovadores e contribuem não apenas para a reflexão social, mas apontam na instância do Aparelho Repressivo do Estado, nesse caso, a Delegacia que a materialidade discursiva faz a diferença nesse processo de instauração do jurídico-linguístico-discursivo como suportes dessas / nessas transcrições que além das suas opacidades fará com que essas manifestações do sujeito e do seu vai-e-vem na linguagem sejam elementos fundamentais nos gestos interpretativos à condenação do agressor ao cometer e ultrapassar os limites da Lei. Logo, entendemos que as transformações do nosso *objeto de discurso* - o *corpus* da pesquisa -, estão no *fio do discurso* nesse processo gestual de interpretação, pois exploramos diretamente a *estabilidade* e o *espaço* da língua por meio desses vieses. Assim, perguntamos: Como funcionam os discursos sobre a violência contra a mulher por meio das tomadas de depoimento nos boletins de ocorrência? É nesse sentido que as Ideologias se manifestarão dentro das Práticas e dos Saberes do Aparelho do Estado (a Polícia) que irão interpelar esses sujeitos (maridos, namorados, noivos, amásios etc.) os quais serão investigados perante a autoridade policial.*

PALAVRAS-CHAVE: 1. Discurso; 2. Silenciamento; 3. Boletins de Ocorrência; 4. Sujeitos; 5. Violência contra a mulher.

ABSTRACT

The thesis is justified from the linguistic-discursive understanding in the deposition takings and their manifestations with language that work on the thread of discourse. That said, it points out the following questions: In what way does the process of discursivization in the statement-takings function on the threshold of / in the interpretation of / in the Police Reports (PR)? To what extent are subject-positions fundamental to think about the authorship of the statements in the Police Reports (PR)? Why is it relevant to study this theme as a contribution to the Brazilian Discourse Analysis in its different historical-socio-cultural materialities - as a rule, by the politics of silencing? Thus, the present approach aimed at investigating the linguistic-discursive processes in the practices of violence against women through the taking of statements in the police reports (police reports, henceforth BO) by identifying their materialized silencing. In this sense, we verified their linguistic-discursive marks; these from the characterizations of the imaginary formations of spoken subject and speaking subject in this document. Furthermore, we also analysed how the discursive subjects (spoken/speaking) respond to the interrogations due to the accusations - those that contribute by their conditions of production established in the discourses of these subjects - the linguistic (or reported) and the imaginary formations - the discursive (or referred) by the materializations of the silences instituted in the police reports. These notes are necessary for a better understanding of the French theory of Discourse Analysis (AD) - when it points out that subjects are constituted by language (gem). Such anchorages can be observed as intersections; thus, this approach is in line with our plural perspective on discourse and its representations characterized by spoken and speaking subjects in the linguistic-discursive process in the material language. Therefore, it is important to highlight how the practices of violence are manifested in the discourses of the interpellated subjects and how they dialectically respond to the accusations imposed by the deponents before the police authority. Furthermore, we worked from the classification, selection and document analysis according to the imaginary formations in the police reports in the discursive comparison of the spoken subject to the speaking subject - these, characterized in the materialities analysed throughout the research. Thus, still in the same pecheuxian perspective of AD, language is constituted as a system - this one interconnected to History, as well as to the speaking subjects and their contradictory objects from their different forms. In this way, our gesture of interpretation of the corpus of the / in the BO can be considered innovative and contribute not only to social reflection, but also point out in the instance of the Repressive Apparatus of the State, in this case, the Police Station that the discursive materiality makes a difference in this process of establishment of the juridical-linguistic-discursive as supports of these / in these transcriptions that beyond their opacities will make these manifestations of the subject and its coming and going in language fundamental elements in interpretative gestures to the condemnation of the aggressor when committing and exceeding the limits of the Law. Therefore, we understand that the transformations of our object of discourse - the corpus of this research - are in the thread of discourse in this gestural process of interpretation, since we directly explore the stability and the space of language through these biases. Thus, we ask: How do the discourses on violence against women work through the taking of statements in police reports? It is in this sense that the Ideologies will manifest themselves within the Practices and Knowledge of the State Apparatus (the Police) that will question these subjects (husbands, boyfriends, fiancés, amasios etc.) who will be investigated before the police authority.

KEY WORDS: 1. Discourse; 2. Silencing; 3. Police Reports; 4. Subjects; 5. Violence Against Women.

RESUMEN

La tesis se justifica desde la comprensión lingüístico-discursiva en los enunciados y sus manifestaciones con el lenguaje que funcionan en el hilo del discurso. Dicho esto, señala las siguientes cuestiones: ¿De qué manera el proceso de discursivización en los enunciados-toma de posición funciona en el umbral de / en la interpretación de / en los Informes Policiales (IP)? ¿Hasta qué punto los sujetos-posiciones son fundamentales para pensar la autoría de la / en las Informes Policiales (IP)? ¿Por qué es relevante estudiar el tema cómo contribución al Análisis del Discurso Brasileño en sus diferentes materialidades histórico-socio-culturales - por regla general, por la política del silenciamiento? Así, el presente abordaje tuvo como objetivo investigar los procesos lingüístico-discursivos en las prácticas de violencia contra las mujeres a través del Registro Testimonial en el Informe Policial (informes policiales, en adelante BO) identificando su silenciamiento materializado. En este sentido, verificamos sus marcas lingüístico-discursivas; estas a partir de las caracterizaciones de las formaciones imaginarias del sujeto hablado al sujeto hablante en este documento. Además, también analizamos cómo los sujetos discursivos (hablantes/hablantes) responden a los interrogatorios en virtud de las acusaciones - las que aportan por sus condiciones de producción establecidas en los discursos de estos sujetos - los lingüísticos (o relatados) y de las formaciones imaginarias - los discursivos (os referidos) por las materializaciones del silenciamiento instituido en los informes policiales. Estas notas son necesarias para una mejor comprensión de la teoría del Análisis del Discurso francés (AD) - cuando señala que los sujetos están constituidos por la(s) lengua(s). Tales anclajes pueden ser observados como intersecciones; por lo tanto, este enfoque está en consonancia con nuestra perspectiva plural sobre el discurso y sus representaciones caracterizadas por sujetos hablantes y hablados en el proceso lingüístico-discursiva en la lengua material. Por lo tanto, es importante resaltar cómo se manifiestan las prácticas de violencia en los discursos de los sujetos interpelados y cómo responden dialécticamente a las acusaciones impuestas por los deponentes ante la autoridad policial. Además, trabajamos a partir de la clasificación, selección y análisis documental de acuerdo con las formaciones imaginarias en los informes policiales en la comparación discursiva del sujeto hablado al sujeto hablante - estos, caracterizados en las materialidades analizadas a lo largo de la investigación. Así, todavía en la misma perspectiva pecheuxtiana de AD, el lenguaje se constituye como un sistema - este interconectado a la historia, así como a los sujetos hablantes y sus objetos contradictorios a partir de sus diferentes formas. De esta manera, nuestro gesto de interpretación del corpus de / en el BO puede ser considerado innovador y contribuir no sólo a la reflexión social, sino también señalar en la instancia del Aparato Represivo del Estado, en este caso, la Comisaría de Policía que la materialidad discursiva hace la diferencia en este proceso de establecimiento de lo jurídico-lingüístico-discursivo como soportes de estos / en estas transcripciones que más allá de sus opacidades harán de estas manifestaciones del sujeto y su ir y venir en el lenguaje elementos fundamentales en los gestos interpretativos a la condena del agresor al cometer y exceder los límites de la Ley. Así, entendemos que las transformaciones de nuestro objeto de discurso - el corpus de la investigación - están en el hilo del discurso en este proceso gestual de interpretación, porque exploramos directamente la estabilidad y el espacio del lenguaje a través de estos sesgos. Por lo tanto, nos preguntamos: ¿Cómo funcionan los discursos sobre la violencia contra las mujeres a través de la toma de declaraciones en los informes policiales? Es en este sentido que las Ideologías se manifestarán dentro de las Prácticas y Conocimientos del Aparato Estatal (la Policía) que cuestionarán a estos sujetos (esposos, novios, prometidos, amasios, etc.) que serán investigados ante la autoridad policial.

PALABRAS CLAVE: 1. Discurso; 2. Silenciamiento; 3. Informes Policiales; 4. Sujetos; 5. Violencia Contra las Mujeres.

RÉSUMÉ

La thèse est justifiée par la compréhension linguistique et discursive des énoncés et de leurs manifestations avec la langue qui fonctionne dans le fil du discours. Cela dit, elle soulève les questions suivantes: De quelle manière le processus de discursivisation dans les déclarations fonctionne-t-il au seuil de / dans l'interprétation de / dans les Rapports de Police (RP)? Dans quelle mesure les positions-sujet sont-elles fondamentales pour penser la paternité du / dans le Rapports de Police (RP)? Pourquoi est-il pertinent d'étudier ce thème en tant que contribution à l'analyse du discours brésilien dans ses différentes matérialités historico-socio-culturelles - en règle générale, par la politique du silence? Ainsi, la présente approche visait à étudier les processus linguistiques et discursifs dans les pratiques de violence à l'encontre des femmes à travers le dossier de témoignage dans le rapport de police (Boletins de Ocorrência, ci-après BO) en identifiant leurs mises sous silences matérialisés. En ce sens, nous avons vérifié leurs marques linguistiques et discursives, à partir des caractérisations des formations imaginaires du sujet parlant au sujet parlant dans ce document. En outre, nous avons également analysé comment les sujets discursifs (parlés/parlants) répondent aux interrogatoires en vertu des accusations - celles qui contribuent par leurs conditions de production établies dans les discours de ces sujets - le linguistique (ou rapporté) et des formations imaginaires - le discursif (ou référé) par les matérialisations de la mise sous silence instituée dans les rapports de police. Ces notes sont nécessaires pour une meilleure compréhension de la théorie de l'Analyse du Discours (AD) française - lorsqu'elle souligne que les sujets sont constitués par le(s) langage(s). De tels ancrages peuvent être observés comme des intersections; ainsi, cette approche est en accord avec notre perspective plurielle sur le discours et ses représentations caractérisées par des sujets parlants et parlés dans le processus linguistique-discursif dans la langue matérielle. Il est donc important de souligner comment les pratiques de violence se manifestent dans les discours des sujets interpellés et comment ils répondent dialectiquement aux accusations imposées par les déposants devant l'autorité policière. En outre, nous travaillons à partir de la classification, de la sélection et de l'analyse des documents selon les formations imaginaires dans les rapports de police dans la comparaison discursive du sujet parlant au sujet interpellé - ceux-ci, caractérisés dans les matérialités analysées tout au long de la recherche. Ainsi, toujours dans la même perspective pecheuxtienne de l'AD, la langue est constituée comme un système - celui-ci interconnecté à l'histoire, ainsi qu'aux sujets parlants et à leurs objets contradictoires à partir de leurs différentes formes. De cette manière, notre geste d'interprétation du corpus du / dans les BO peuvent être considérés comme innovant en contribuant non seulement à la réflexion sociale, mais aussi signaler dans l'instance de l'Appareil répressif de l'État, dans ce cas, le Commissariat de police que la matérialité discursive fait une différence dans ce processus d'établissement du juridico-linguistico-discursif comme supports de ces / dans ces transcriptions qui au-delà de leurs opacités feront de ces manifestations du sujet et de son vas-et-viens dans le langage des éléments fondamentaux dans les gestes interprétatifs à la condamnation de l'agresseur lorsqu'il commet et dépasse les limites de la Loi. Ainsi, nous comprenons que les transformations de notre objet de discours - le corpus de la recherche - sont dans la ligne du discours dans ce processus gestuel d'interprétation, parce que nous explorons directement la stabilité et l'espace du langage à travers ces biais. Ainsi, nous posons la question suivante: comment fonctionnent les discours sur la violence à l'égard des femmes à travers la prise de déclarations dans les rapports de police? C'est en ce sens que les idéologies se manifesteront dans les pratiques et les connaissances de l'appareil d'État (la police) qui interrogeront ces sujets (maris, petits amis, fiancés, amasios etc.) qui feront l'objet d'une enquête devant l'autorité de police.

MOTS CLÉS: 1. Discours; 2. Silence; 3. Rapports de Police; 4. Sujets; 5. Violence à l'égard des Femmes.

LISTA DE ABREVIATURAS

Análise Automática do Discurso – AAD
Análise Dialógica do Discurso – ADD
Análise do Discurso Francesa – AD
Aparelho do Estado – AE
Aparelho Ideológico do Estado – AIE
Aparelho Policial – AP
Aparelhos Representativos – ART
Aparelho Repressivo – AR
Aparelho Repressivo do Estado – ARE
Boletim[ns] de Ocorrência – BO
Centre National Recherche Scientifique – CNRS
Comissões Parlamentares de Inquéritos – CPI
Delegacia de Polícia – DP
Delegacia de Defesa da Mulher – DDM
Delegacias de Atendimento à Mulher – DEA
Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM
Discurso Fundador – DF
Direitos Humanos – DH
Discurso Relatado Indireto Formal – DRIF
Discurso Relatado Indireto Informal – DRII
Discurso Relatado Marcado – DRM
Formação Discursiva – FD
Formação Ideológica – FI
Formação Social – FS
Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos – FNEDH
Histórias em Quadrinhos – HQ
Instituições de Ensino Superior – IES
Instituto Médico Legal – IML
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Partido dos Trabalhadores – PT

Polícia Militar – PM

Procedimento de Investigação Criminal – PIC [Ministério Público]

Organização dos Estados Americanos – OEA

Organização das Nações Unidas – ONU

Sequência Discursiva – SD

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE

Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Tomada de Depoimento – TD

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipo de Violência Relatada	152
Figura 2 – Classificação da Violência	153
Figura 3 – Taxas de Femicídios 1	171
Figura 4 – Taxas de Femicídios 2	173

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Funcionamento Discursivo	38
Fluxograma 2 – Materialidades e Discursos	109
Fluxograma 3 – Do Processo Discursivo	189
Fluxograma 4 – Discurso Relatado	192
Fluxograma 5 – Da Memória Discursiva	197
Fluxograma 6 – Das Circunstâncias do Dizer	213
Fluxograma 7 – Da Presença da Subjetividade	214
Fluxograma 8 – Discurso Inquiridor	216
Fluxograma 9 – Da ‘Pessoa’ no Processo Enunciativo	219
Fluxograma 10 – Da Locução e Interlocução	220

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O Discurso Silenciado	50
Quadro 2 – Silêncio e Político	50
Quadro 3 – Significar o Silêncio	51
Quadro 4 – Classificação dos BO [2003-2022]	103

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Frequência de Agressão Verbal	181
---	------------

INTRODUÇÃO

A materialidade do sentido não é indiferente aos processos de significação e a seus efeitos: o silêncio significa de modo contínuo, absoluto, enquanto que a linguagem verbal significa unidades discretas, formais. Eis uma diferença que é preciso não apagar
[ORLANDI, 2002, p. 48].

Antes de adentrarmos nos aspectos teórico-prático da nossa tese é preciso entender que ela será constituída de cinco capítulos. No primeiro abordamos o aspecto que fundamenta a teoria como suporte na linguagem. Já no segundo capítulo constituímos o *corpus* a partir da essência material da língua. Para o terceiro capítulo apontamos o dispositivo analítico e no quarto capítulo trabalhamos os gestos de leitura a partir das análises. No quinto e último constituímos um 'lugar possível' para entendermos os dispositivos por meio de novos Boletins de Ocorrência – esses que podem ser suportes que possam aproximar a teoria na prática por meio das tomadas de depoimentos.

Para entender a teoria ...

Quando realizei a minha pesquisa de mestrado intitulada *Discurso Policial: a subjetividade em Boletins de Ocorrência (BO)* (esta também realizada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), no Estado de Rondônia, em três municípios: Cacoal – Pimenta Bueno e Espigão do Oeste) - percebi que as subjetividades instituídas nos Boletins de Ocorrência (um gênero de escrita) detinham em suas materializações suportes que poderiam contribuir de maneira incisiva para o campo do discurso desse gênero ainda pouco, ou quase nunca, explorado – em especial, nas Tomadas de Depoimentos, consoante (TD) das mulheres vítimas de violência doméstica.

Essas TD são ainda lacunares e pouco exploradas em pesquisas a partir das perspectivas discursivas. Embora haja estudos nas áreas da Psicanálise e outras na questão de Gênero, são estritamente voltadas para uma abordagem acadêmica e

menos social, porém serviram de referências que podem dialogar e, ao mesmo tempo, contribuíram para nossos estudos e pesquisas a partir das relações entre as TD e os acontecimentos instaurados que se instituem na construção dessas materialidades discursivas a partir do *corpus* de trabalho. Desta feita, consideramos 'Investigar os processos linguístico-discursivo nas práticas de violência contra a mulher por meio das Tomadas de Depoimento que resultam nos Boletins de Ocorrência ao identificar seus silenciamentos materializados'.

Assim, evidenciamos para melhor esclarecimento de que maneira as Práticas Sociais do Aparelho Ideológico do Estado (AIE, segundo os princípios de Althusser, 1985) que constituem a materialidade da interpelação do agressor como Formação Ideológica (doravante FI): *das Tomadas de Depoimento – Intimações – Perícias – Diligências – Busca e Apreensão*.

Para tanto, deve-se levar em consideração essas FI, que os Saberes Sociais próprios de uma Formação Discursiva (doravante FD), podem ser identificados já nas FI do Aparelho do Estado (AE) – estes instituídos como: *Zelar pela ordem – Zelar pelos bons costumes – Agir de maneira preventiva – Fazer valer os deveres do cidadão – Cumprir a lei*, pois o papel da Polícia como Aparelho Repressivo do Estado (ARE) é de se investir nas formas de cumprimento das práticas nas FI a partir dos saberes que regem essas formações.

Assim, perguntamos: Como funcionam os discursos sobre a violência contra a mulher por meio das tomadas de depoimento nos boletins de ocorrência? É nesse sentido que as Ideologias se manifestarão dentro das Práticas e dos Saberes do Aparelho do Estado (a Polícia) que irão interpelar esses sujeitos (maridos, namorados, noivos, amásios etc.) os quais serão investigados perante a autoridade policial. É válido ressaltar que a noção de *posição-sujeito* é importante para o nosso estudo.

A partir desses pressupostos, os domínios de saberes que constituem a presente tese permitiram analisar como os agressores falam e são falados nas TD dos BO, bem como os sentidos se materializam por meio da interpelação do aparelho policial.

Então, mulher e homem não são na perspectiva pecheuxtiana, indivíduos corporais, físicos, mas instâncias discursivas, o que Pêcheux (2009) denomina de *forma-sujeito*, aquele afetado pela ideologia. Por assim ser constituído, o *sujeito-*

violentador 'esquece' que os discursos estão *já-lá* e que os sujeitos e os discursos são afetados pela língua e pela história; logo, para o sujeito, os sentidos lhe aparecem como se fossem da ordem do natural e do intrínseco.

Da perspectiva apontada acima é válido considerar a questão da Formação Discursiva, pois ela determina o possível de ser dito em determinadas condições de produção. É um elemento da formação ideológica que legitima os sentidos assumidos pelo sujeito e diz respeito a posições conflitantes. Quer isso dizer que as formações ideológicas e discursivas são marcadas pela diferença e pela pluralidade semântica e, portanto, os sentidos no interior de uma FD encontram-se dispersos.

Pêcheux (2009) sinaliza que nem sempre o sujeito se identifica plenamente com a formação discursiva que o domina, isso porque pode haver também o afrontamento contra a forma-sujeito permitida pela FD e a tomada de posição pode revelar a *contraidentificação* desse sujeito em relação à FD pela sua inscrição. Assim, igualmente, os sujeitos que se encontram filiados à mesma FD podem legitimar apenas a agressão verbal e psicológica, rejeitando a agressão física, enquanto outros, na mesma condição, identificam-se plenamente com ela, legitimando sentidos que permitem todo e qualquer tipo de violência contra a mulher (e doméstica).

Como os sentidos encontram-se dispersos e o sujeito assume um dos muitos possíveis, duas considerações devem ser trazidas à tona: a primeira diz respeito à abertura da FD. O dizer é aberto, a linguagem é marcada pela metáfora e, portanto, pela possibilidade. Assim, dizer que um indivíduo foi interpelado em sujeito por uma formação discursiva não quer dizer que as FD são entidades discursivas fechadas em si mesmas - suas fronteiras são instáveis.

Pode-se afirmar que, as FD mantêm contato com outras formações e intercambiam sentidos. Assim, é possível encontrar sujeitos identificados com uma determinada FD, mas que apresentam traços semânticos de outra formação discursiva, ou seja, uma FD mantém relação com o seu exterior, reconfigurando-se constantemente a partir do interdiscurso.

Assim, podemos aqui afirmar que, por ser uma prática social, historicamente situada, constituída no seio de um campo da atividade humana – a polícia-jurídica –, tem como finalidades específicas, via de regra, os boletins de ocorrência como instâncias materiais na instancia do aparelho da polícia. Assim, podemos afirmar que,

o boletim de ocorrência adapta-se às necessidades comunicacionais do escrivão e da vítima, o que permite existirem BO com graus diferentes de subjetividade e de comunicabilidade.

Deve-se compreender, nessa perspectiva, que o sujeito-escrivão como um ‘escritor coletivo’, já que representa o(s) discurso(s) do Estado, e também o ‘enunciador-orientador’, a partir do qual criam-se os processos discursivos, tais como as referências de pessoa, espaço e tempo da enunciação” (TRISTÃO, 2007, p. 10) se fazem presentes de maneira contínua no respectivo documento.

Dessas premissas acima apontadas, necessário se faz no entendimento de que o enunciado é o elemento que compõe o gênero do discurso, é importante afirmar que um dado enunciado pode não emergir espontaneamente, mas encontra, em outros enunciados, sustentação para existir. Portanto, um enunciado é marcado pela responsividade - o que confere à linguagem a característica da dialogicidade. Logo, é com o gênero BO que o sujeito-policia organiza o seu discurso e as suas práticas, bem como estabelece os “lugares sociais e enunciativos a partir dos quais participam os interlocutores, e o reconhecimento de pistas discursivo-ideológicas” (TRISTÃO, 2007, p. 11) relativas ao *fato relatado*. Além disso, é com o BO que o sujeito-policia manifesta a sua identidade de grupo a partir das marcas linguísticas transcritas no documento.

Conquanto, o Boletim de Ocorrência, embora pretenda ser ‘imparcial’ e ‘impessoal’, é marcado pela subjetividade. Conforme Jesus (2008), o discurso policial existe um *mix* da voz do escrivão e da voz nas TD (entendamos aqui como o *protagonismo do interdiscurso* em sua atividade primordial – ou seja, sua relação com outros discursos nesse *espaço com o intertexto*), o que pode ocorrer de forma direta, indireta ou indireta livre, a depender

[...] da intenção do escrivão ao relatar os fatos, pretendendo descrever enfaticamente a fala da comunicante e/ou vítima. [...] Dessa maneira, o discurso policial aparece *encoberto de vozes*, ao passo que trabalha com elementos próprios do cenário cultural do (depoente), ficando latente, assim, a sua perspectiva com relação às convenções sociais da realidade vigente (JESUS, 2008, p. 66, grifo do autor).

Essa heterogeneidade do discurso – presença do interdiscurso – demonstra que os sentidos sobre violência doméstica e os fatos relatados podem não ser

compartilhados pelo depoente e pelo escrivão - o que pode ser demonstrado pelas escolhas lexicais feitas pelo policial no momento de redigir o termo de informações. É importante ressaltar que há, na perspectiva discursiva, o entendimento de que o dizer é aberto e a linguagem é marcada pela incompletude; conquanto, a linguagem é incompleta porque nem todos os sentidos possíveis emergem: falta sempre o *Outro* da linguagem.

Do fato - a proposição ...

Os objetivos desta tese são: investigar os processos linguístico-discursivos nas práticas de violência contra a mulher por meio das Tomadas de Depoimento nos Boletins de Ocorrência, doravante (BO) ao identificar seus silenciamentos materializados. Neste sentido, verificamos suas marcas linguístico-discursivas; essas a partir das caracterizações das formações imaginárias de sujeito falado a sujeito falante nesse documento. Outrossim, também analisamos de que maneira os sujeitos discursivos (falado / falante) respondem aos interrogatórios em virtude das acusações – esses que contribuem pelas suas condições de produção instauradas nos discursos desses sujeitos – o *linguístico* (ou *relatado*) e das formações imaginárias – o *discursivo* (ou *referido*) pelas materializações dos silenciamentos instituídos nos Boletins de Ocorrência.

Nestas perspectivas, percebemos que casos de violência, principalmente contra a mulher, são comuns e relatos transcritos em Boletins de Ocorrência em Delegacias de Polícia e, em Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), se espalham cada vez mais nos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rondônia, Rio Grande do Sul e Recife – como também nas inúmeras cidades brasileiras. Mesmo sendo a Polícia um órgão ostensivo e de coibição contra violências de qualquer natureza, os casos de violência doméstica são os que mais crescem, principalmente em famílias de baixa renda.

Segundo Debert (2008, p. 114) as delegacias integram-se no sistema judiciário brasileiro, tendo assim a prioridade para garantir os direitos de cidadania da mulher e dar atendimento jurídico policial “às mulheres vítimas de espancamento, estupro, tentativas de homicídio, ameaças e outras violências pelo direito criminal, exceto

homicídios consumados, cometidos contra mulheres pelo fato de elas serem mulheres”.

Nesse sentido, a presente tese contribui a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, bem como sociocultural e política para a comunidade acadêmica, uma vez que o tema proposto é pouco ou quase nunca explorado nessa abordagem teórico-científica entre os aspectos discursivos e o jurídico na interpelação policial para obter materialidades do sujeito que é falado pela vítima das agressões sofridas e quando ele fala perante a autoridade policial.

Segundo a Fundação Perseu Abramo³, cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declaram espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem. Nesse caso, “os autores são maridos ou companheiros que desrespeitam e violam os direitos humanos de suas esposas e companheiras” (2008, p. 5), segundo o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos - FNEDH.

Podemos observar que a violência doméstica não faz seleção de cor, idade ou classe social – simplesmente é cometida. Outrossim, compreender o dinamismo dessa violência, principalmente pautada nos BO, basta pormenorizar que o padrão institucionalizado de ser, o BO não dá conta, nem institui maneiras de coibir, mas paliativos – principalmente a ‘medida protetiva’; essa que funciona e é institucionalizada como proteção à mulher em situação de violência familiar ou doméstica. Mas é apenas concedida a partir de um pedido formal desse benefício – de acordo as diferentes manifestações ou condutas do agressor que demonstrem a necessidade, bem como a segurança da mulher em perigo.

Acreditamos assim, que tal paliativo apenas ‘inibe’ acanhadamente os agressores que, constantemente, cometem de maneira insistente, por acreditarem que a ‘Letra da Lei’ não irá puni-los e as incidências podem continuar como ‘corretivos, lições, avisos e até mesmo – a morte’ das suas companheiras.

Para tanto, depois de anos sem direito constituído no cenário brasileiro, a questão da violência doméstica passa a ser revista a partir da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, elaborada a partir de mecanismos de coibição à violência doméstica e familiar contra a mulher.

³ Site destinado a educação e qualificação da ação política dos filiados do Partido dos Trabalhadores, doravante (PT). Articula e fomenta processos de elaboração intelectual e criação cultural no campo progressista.

A conquista da igualdade de gênero é importante para o desenvolvimento e a transformação do ser humano enquanto perspectiva social-cultural e política numa sociedade em constante mutação. A desigualdade, nesse sentido, é uma forma de desaceleração do progresso civilizatório, bem como das relações entre sujeitos sociais.

Embora os anseios dos (sujeitos) mulheres sejam a punição dos seus companheiros, bem na verdade - *devemos interpretar a punição como uma lição para que o agressor não repita a violência cometida*, pois para a maioria das mulheres, principalmente quando essa é esposa / amásia / companheira etc., o agressor é o alicerce da casa (quando maritalmente), bem como o suporte da família – daí, na maioria das vezes, a retirada das acusações de violência.

Dessa maneira, investigar as caracterizações do agressor sob diferentes olhares como históricos, sociais, ideológicos, culturais e outros, tornam-se relevantes para a comunidade acadêmica e, ao mesmo tempo, para a sociedade – pois, pesquisar e analisar esses olhares são maneiras de fundamentar, indicar e, até mesmo, diagnosticar materializações das práticas de violências que emergem no discurso do agressor a partir das Tomadas de Depoimento (TD).

Procuramos, desta maneira, investigar dentro desses olhares das TD, num primeiro momento, na instância judiciária, a Polícia (Delegacias de Defesa da Mulher), a fim de observar como o sujeito (ele – o homem) que pratica os atos de violência contra a mulher – ele fala – ou responde aos interrogatórios da Polícia, em virtude das acusações que lhe são atribuídas pelas mulheres e por testemunhas de suas agressões.

Foi abordado nesse sentido, a questão da ideologia considerando que é um conceito fundamental para a tese, pois quando falamos em *Ideologia* devemos lembrar que as ideologias têm materialidades. Logo, tornando foco principal do nosso estudo por meio dessas constituições que podem se tornar balizas socioeducativas, não só como forma de coibir, mas também de obter confissões dos agressores pelas análises das materialidades discursivas nos BO pelas TD.

As formações ideológicas, por sua vez, puderam ser identificadas por meio das Tomadas de Depoimento, do Aparelho Repressivo do Estado (doravante ARE), nesse caso o Aparelho Policial – instância primeira no processo da investigação. A segunda

está relacionada aos enfrentamentos do sujeito que é falado e ao ser interpelado como marido, amásio, namorado, ficante, etc., se torna sujeito falante (investigado) nessa *posição-sujeito* que lhe é imputada na TD perante a autoridade policial.

Discutimos também pressupostos sobre a questão da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha e da validade social dessa lei no seio familiar na coibição das agressões, principalmente com famílias menos favorecidas – embora haja também expressivamente esse tipo de violência em famílias de classe média e alta nos grandes centros do país.

Suporte necessário ao fato ...

A Lei Maria da Penha, por sua vez, institui no corpo do seu décimo segundo artigo, primeiro inciso, que o primeiro procedimento a ser adotado pela autoridade policial, com base no Código de Processo Penal, é lavrar o BO a partir da audição da mulher ofendida (vítima).

É possível perceber a importância desse documento policial, pois é baseado nele que serão tomadas as providências cabíveis para resolução da problemática da violência. Logo, é nele que reside também e é utilizado como parâmetro para pesquisas estatísticas acerca da aplicabilidade da lei na solução do problema.

As relações de poder - instâncias e conflitos ...

Para além da percepção do sofrimento físico e psicológico das mulheres, pode-se apreender (e compreender) a violência doméstica (ou contra a mulher) como linguagem em uma perspectiva discursiva, palco de conflito de instâncias ideológica-social - ou seja - compreendê-la como *efeito de sentidos* e entender esse agrupamento masculino como uma formação social marcada ideologicamente pelo entendimento de matrimônio (seja namoro, noivado, flerte etc.) como uma relação de poder: o *domínio do homem sobre a mulher*, decorrente da sua condição socialmente estabelecida.

Nessa perspectiva, o discurso social da violência em seu processo de construção sociocultural ocorre em um determinado contexto histórico - é moldado e

se desdobra dentro da complexidade de múltiplas redes discursivas de significados sócio simbólicos - que ajudam a identificar sua ligação com o gênero.

Sendo assim, emergir sentidos sobre violência doméstica e o fato relatado depende, como *dito*, da *história* e da *língua* e, portanto, como sujeito constituído em instâncias específicas, o policial-escrivão filia-se a formações discursivas outras para significar e, então, o boletim de ocorrência não pode ser caracterizado pela univocidade. Há, desse modo, a presença marcante da subjetividade do escrivão no documento policial (do Aparelho do Estado), porque a linguagem não apresenta uma autonomia absoluta e porque os sentidos são múltiplos – nem todos os sentidos possíveis emergem.

Desta feita, a partir de agora, apresentaremos o nosso trabalho de tese que se fundamenta pelo viés linguístico-discurso nos Boletins de Ocorrência e de que maneira a política do silenciamento se manifesta pelos deslocamentos de sentido – contradições – lugar de fala e, principalmente, nas posições-sujeito; princípios básicos das significações. Outrossim, apontaremos também que o limiar dos sentidos são ‘intervalos’ que separam as palavras – em nosso caso, os Boletins de Ocorrência nas Tomadas de Depoimento – pois o silêncio deve ser considerado como ‘iminência’ que sempre atravessará as bases do acontecimento pela incompletude tenaz do sujeito.

CAPÍTULO 1 – DOS FUNDAMENTOS

Águas profundas são as palavras da boca do homem, e ribeiro transbordante é a fonte da sabedoria [BÍBLIA SAGRADA, 1987, p. 626] (grifo da autoria).

A partir de agora trataremos no **Capítulo 1** abordagens fundamentais a partir da análise de discurso de linha francesa que se encontra nas malhas do político e suas relações com o silêncio. Apontaremos também de que maneira as aplicações discursivas funcionam como práticas languageiras por meio das inscrições político-ideológicas nas posições que os sujeitos irão ocupar na materialidade da / na língua(gem).

1.1. O discurso – abordagens ...

Assim, conforme Orlandi (2007, p. 71), “o sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo. A falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio. Presença [...] e silêncio [...] se enrolam no mesmo acontecimento de linguagem: o significar”. Pode-se afirmar que, *o silêncio é significante*. Ele representa as possibilidades, haja vista que a enunciação de um sentido é o esquecimento das demais potencialidades da linguagem, pois, ainda segundo Orlandi (2002, p. 82-3), “[...] há sempre no dizer um não-dizer, necessário. [...] o que já foi dito, mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação [...]”, sustentando, assim, o não-dito, o dizer, possibilitando que signifique constantemente.

Por conseguinte, o dizer presente no BO é a evidência de não-ditos silenciados. O silêncio não é o vazio, mas a evidência da relação entre linguagem, história e política, que estabelece que, determinados sentidos não são legitimados em certas circunstâncias discursivas. O silêncio, logo, apresenta um caráter fundador, por indicar sempre haver algo a dizer; é a evidência da polissemia da linguagem.

Deve-se ter em mente que as significações emergidas no referido documento são apenas ‘vestígios do possível’. Assim, pode-se asseverar que, o gênero discursivo, especificamente, é capaz de regular aquilo que pode e deve ser dito em

dada circunstância, como indicou Branca-Rossof (2008) ao debater sobre formação discursiva.

Desse modo, nem todos os sentidos podem emergir no termo de informações pela especificidade do documento, pois conforme Orlandi (2007, p. 73), “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”. (grifo nosso)

Outrossim, no decorrer da tese abordamos questões fundamentais e relevantes ao nosso trabalho⁴. Essa linha de pensamento nos deu suporte para entender os limites, as resistências, as censuras e reflexões que o *Silêncio* constitui a partir da sua materialização discursiva na língua – a saber: nos Boletins de Ocorrência (por meio da tomada do depoimento – TD).

O Boletim de Ocorrência é escrito por um policial, como de praxe, em discurso indireto livre. Essa estrutura, embora permita a heterogeneidade, silencia a emergência dos sentidos aos quais a/o depoente encontra-se filiada. É somente através da voz (escrita) do escrivão que é possível acessar o fato relatado e não se deve esquecer que, enquanto sujeito historicamente constituído, o policial promove um gesto interpretativo daquilo que lhe é dito.

Em outras palavras, o BO é um documento que, apesar de tentar relatar de modo imparcial e impessoal de uma agressão denunciada, ele, em verdade, é a materialização do gesto interpretativo de um sujeito imerso em condições de produção diferentes daquelas que permitem a emergência do discurso da vítima.

Há, então, em qualquer BO a significação do policial acerca da vítima e do que lhe é relatado - e essa interpretação não se baseia somente em aspectos linguísticos, mas depende de fatores extralinguísticos, como o gestual, vestimenta da depoente, bem como do linguajar; consideramos que os objetos simbólicos e discursivos – roupas – bem como o corpo como discurso – corpo-discurso – ecoam efeitos de sentido, marcam e são constitutivos da subjetividade do sujeito do discurso.

A interpretação desses fatores por parte do sujeito-escrivão depende de sua rede de filiações político-ideológicas, que vai, no processo de ‘retextualização’ do texto oral, se imiscuir à agressão relatada. Logo, é a partir desses vieses acima apontados que *alicerçamos os objetivos desta tese* – no primeiro momento, *investigar os*

⁴ ‘Pensar o silêncio’ a partir da teoria de Orlandi (2002).

processos linguístico-discursivos nas práticas de violência contra a mulher por meio das Tomadas de Depoimento que resultaram nos Boletins de Ocorrência ao identificar seus silenciamentos materializados. Em seguida, ao *identificar* as marcas linguístico-discursivas nos Boletins de Ocorrência para só assim *caracterizar* as formações imaginárias de sujeito-falante a sujeito falado, pois é importante *analisar* de que maneira os sujeitos discursivos (falante / falado) respondem aos interrogatórios em virtude das acusações – ou seja, ao *contribuir* a partir das condições de produção – o *linguístico* (ou *relatado*) e das formações imaginárias – o *discursivo* (ou *referido*) a partir das materializações dos silenciamentos instituídos nos Boletins de Ocorrência.

Nossas questões fundamentais surgiram da relação e observação dos interrogatórios policiais nos BO e de como esse sujeito se coloca diante das acusações impostas a ele pelas vítimas e testemunhas arroladas ao longo do interrogatório policial, pois nesse ínterim de discursividades - as materialidades da língua tomam formas diferenciadas nas TD a partir das FD nos BO em Delegacias de Polícia e, em Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (DDM).

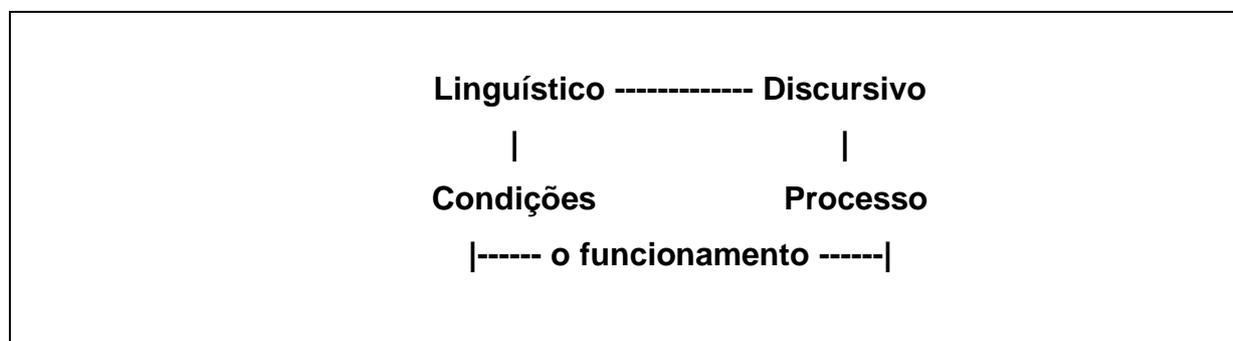
Nesse sentido, o nosso *corpus* se debruçou nos vieses da Análise do Discurso Francesa (AD), via de regra, instituído pela base teórica do silenciamento [do político] – do gesto de leitura em Orlandi (2002) – conquanto a partir da perspectiva pecheuxtiana ao trabalhar os sentidos que se constituíram nas TD, bem como vistos no interior das FD pelo gesto interpretativo – e validado por meio dos conceitos de Formação Ideológica (FI) e de Formação Discursiva (FD) - seus sentidos se estabeleceram como saberes e práticas na AD por meio dos constituintes teóricos na língua(gem).

Sendo assim, foram fundamentais as perspectivas e olhares outros, principalmente de teóricos, para que pudéssemos entender que uma teoria se estabelece em apontamentos convergentes ou não, dessa maneira solidificam os contrapontos que a partir das análises poderão surgir para melhor compreensão em nossas abordagens teórico-práticas da Análise do Discurso, como também das teorias base: Ideológica e Psicanalítica (suportes históricos na linguagem).

É válido observar que, a linguagem possui constituintes que sistematizam a materialização da língua – essa que depende das condições de produção não apenas

para funcionar, mas indicar a sua posição social como sujeito interpelado pela ideologia, bem como a formação discursiva desse lugar.

Fluxograma 1 – Funcionamento Discursivo



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, a língua aparece, nessa pequena abordagem, como ‘condição-base’ para o discurso em suas perspectivas teóricas como materialidade discursiva.

Outrossim, estamos em face de uma dimensão discursiva da língua que não só privilegia ao invés da forma, o sentido, mas, sobretudo, vislumbra a possibilidade de que o *sentido sempre pode vir a ser outro*, num *processo de deslizamento*, que se estabelece em função da historização do sujeito do discurso.

Para Malidier (2003) a obra *Análise Automática do Discurso (AAD)*, de Michel Pêcheux (1969), se torna fundamental nos estudos do objeto: o *discursivo*.

Postulada a teoria, da *produção dos efeitos de sentidos*, teve a intenção de intervir e não de substituir a teoria da ideologia, da produção dos efeitos de sentidos e do inconsciente. Pêcheux (*Idem*), nesse sentido, acaba debruçando-se sobre estudos de Marx, Freud e Saussure – onde Marx e Freud na época foram apenas citados.

Para melhor compreensão sobre o discurso como objeto da história na AD é importante salientar que, duas obras marcam a interseção entre linguistas e historiadores como Regine Robin ao publicar a obra *História e Linguística* e, em seguida, a publicação coletiva de Guilhaumou com *Langages et idéologies*.

Esses espaços anteriormente constituídos são tensos e incertos, pois os ‘confrontos’ são inevitáveis quando se trabalha com Análise de Discurso (AD). É válido reafirmar que nesse quadro teórico o *sujeito*, que sintetiza a teoria fundamentada por Pêcheux (*Ibidem*) considera a AD base da teoria da subjetividade (não-subjetiva) de natureza psicanalítica. Para Pêcheux (1997) o sujeito é atravessado a partir da história e da ideologia por discursos – assujeitado à ideologia, inscrito em formações discursivas as quais se posiciona o sujeito pela ideologia. Outrossim, a concepção do termo ideologia está relacionada à *Destutt de Tracy* que designou por objeto a teoria (genérica) das ideias. Assim, o termo foi alterado por Karl Marx que evidenciou “a questão da determinação do domínio do espírito do homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1985, p. 81).

A partir desse ponto de vista e das teses de Althusser (1985) trabalhadas sobre a questão da ideologia, Pêcheux (1997, p. 160) abordará a ideologia como um dos fundamentos teóricos que desenvolverá princípios determinantes ao pensamento – esse como um instrumento de luta.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que a palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (grifos do autor).

Pêcheux (1997) propõe a inscrição de cada sujeito em uma dada classe, bem como em FI. Porém, a FD estabelecerá o sentido do que é dito, de como irão se inscrever nos discursos. Logo, a ideologia sempre será determinante na constituição dos sentidos, uma vez que, ela estará inserida em cada discurso e, ao mesmo tempo, estará na exterioridade de uma prática discursiva.

Sendo assim, o processo de interpelação é constituído pela ideologia – a qual é o ponto fundamental que o indivíduo se torne sujeito do discurso e, livremente, ser submetido às condições de produção impostas na ilusão de uma autonomia. O assujeitamento é recorrente do sujeito na produção dos sentidos que irão permear a sua relação da língua com a história.

Nessa perspectiva, o sujeito em Althusser (1985) é um dos pontos fundamentais para o tripé fundado da AD: *Linguística – História – Psicanálise*. Ele irá

compreender a constituição dos indivíduos em sujeitos. O que interessará nessa perspectiva para AD são as posições que esse sujeito ocupará – sendo um sujeito do que diz pela tomada de posição. Althusser (1985, p. 96) formula a seguinte noção de que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos”, por meio do funcionamento da categoria de sujeito. A tensão da interpelação tem enfrentamentos do sujeito e, de certa maneira, é direcionada na submissão do seu assujeitamento que irá se mover dentro do discurso mantendo uma relação com uma dada formação discursiva.

Na constituição desse sujeito como fundamento teórico para AD permanecerá o seu processo ideológico que deixará marcas na linguagem – pois a falta que lhe é instituída da sua não plenitude, não teria uma abertura para seus deslizos e desvios – sendo por sua vez, não motivados pela consciência desse sujeito – mas pelo real do inconsciente e pela procura inesgotável de suprir os furos nele constituídos. Pode-se pensar na determinação dos seus sentidos desses furos, uma vez que - esta é marcada por diferentes vozes e conflitos que relacionam a língua com a própria história. Desta maneira, simbolizar os gestos na língua(gem) são fundamentais para entender as suas relações sociais, bem como o que lhe falta.

Para Orlandi (2002, p. 37):

[...] um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. [...] De nossa parte, proporíamos um deslocamento, um decentramento da linguagem, que permitiria refletir sobre uma outra relação, anterior, a meu ver, a esta, e mediadora:

→ mundo (sociedade)

linguagem / silêncio

→ pensamento [...].

Tais perspectivas corroboram de maneira teórica e prática a medida em que trabalhamos direta ou indiretamente com o ‘imaginário social por meio do sujeito’ e suas urgências no cotidiano.

1.1.1. Caminhos epistêmicos da / na linguagem

Todavia, é por meio desse caminho epistêmico que nos permitimos realizar uma abordagem de base que possa coadunar a partir dos princípios da ‘arqueologia foucaultiana’ sobre a violência como uma prática discursiva de gênero. Assim, possibilitou olhares desse *modus operandi* de dominação que transforma a própria realidade do ‘sujeito-vítima’ com o ‘sujeito-agressor’. Tais perspectivas nos aproximam das certezas que bloqueiam a existência autônoma do *sujeito-social-mulher* – essa que está sedimentada e, ao mesmo tempo, cristalizada nas formações discursivas evidenciadas a partir dos dispositivos de poder do *sujeito-homem-agressor*.

Para Foucault (2008), o processo arqueológico da linguagem, visa definir, não os pensamentos, representações, imagens, temas, obsessões que se escondem ou se manifestam em discursos, mas esses discursos em si, como práticas que obedecem a certas regras. Sendo assim, discursam-se como práticas que obedecem a certas regras. Não se trata de uma questão aleatória - o discurso é como um documento, um sinal de outra coisa, um elemento que deve ser ou ter uma evidência de transparência em sua opacidade; outrossim, ele se dirige ao discurso como um monumento de mostrar o conjunto de regras que devem ser postas em prática e pode ser considerada irreduzível a qualquer outro.

Aqui, tentamos deixar o mais elucidativo possível – como pormenorizar uma base arqueológica no discurso da violência doméstica (contra a mulher) a partir dos relatos das mulheres sobre a vida cotidiana e também de que maneira *a violência de gênero tornou-se um dos dispositivos de poder que sustenta a afirmação do gênero masculino em um exercício diferencial de poder que mantém o controle e os privilégios mantidos em uma cultura fundada na desigualdade por meio da dominação*.

Nessa perspectiva, acima apontada, reafirmamos a ideia de que a violência de gênero já está imbricada na cultura dominante que é exercida fundamentalmente pelos homens – isso posto: uma forte carga de significado valorativo, principalmente no contexto social contemporâneo.

1.1.1.1. As vicissitudes sociais ...

Quando observamos contextos sociais de mulheres agredidas que cotidianamente vê-se não apenas na televisão, mas na mídia em geral, suas histórias de vida trazem à tona a complexa 'teia' de conhecimentos, estratégias de poder e de práticas sociais que desestabilizam o discurso em cada história – entendamos aqui como Formações Discursivas (FD).

Essa prática discursiva pautada precisamente na violência contra a mulher (transborda o imaginário coletivo e também do inconsciente até o conhecimento nas diferentes disciplinas) que é à custa da constituição de certas formas (desse conhecimento) que, com seus critérios de autoridade científica, pretensões universalistas e naturalistas e concepções sexistas, contribuem para legitimá-lo e institucionalizá-lo no nível das relações e estratégias de poder internalizados (mentalizados e materializados) e expressos nas práticas sociais da vida cotidiana, ganhando força num exercício quase natural de violência na relação 'homem-mulher'.

A questão de gênero revela uma lógica de racionalidade androcêntrica que implica, por sua vez, no reforço e na manutenção das relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, ancoradas em crenças, atitudes, emoções e comportamentos que são fortemente carregadas de inferioridade e discriminação.

A violência quando é baseada em gênero, em suas múltiplas manifestações, é um dos elementos-chave para sustentar a ordem hierárquica da estrutura patriarcal. Isso significa que, com base no fato biológico das diferenças sexuais nos corpos sexuais: masculino e feminino - essa diferenciação se torna a principal desculpa bio-histórica para a virilização da cultura para dividir o ser humano em duas classes distintas – para estabelecer, em coerência com a ordem do discurso social dominante, profundas desigualdades e injustiças sociais, cuja evolução sociocultural revela uma história de relações de dominação subjacentes sempre ao poder.

Dito isso acima, a evolução sociocultural dessa ordem social nos revela uma história de relações de dominação que é sustentada pelo poder. Nesse sentido, é óbvio, embora nem sempre se torne visível como um exercício do poder que se articula *com* e *como* a violência se tornou um dos dispositivos de poder que facilita e reforça a afirmação do gênero masculino na relação entre *dominação masculina* e

subordinação feminina. Sendo assim, é válido apontar a importância da análise discursiva – essa que reside no exercício da crítica e no desvendar das relações de domínio de uma ordem falocêntrica e sexista (subsumida em categorias como classe social, relações de produção etc.) entre relações de poder; cujo questionamento tem sido a chave para desestabilizar o conhecimento, o que levou a uma ruptura epistemológica.

Para Bourdieu (2000), determinadas abordagens são privilegiadas em suas materializações sobre o discurso da violência, mas desanima no processo da acusação sobre a ordem sexual – essa como geradora da violência ao se concentrar quase que exclusivamente na punição de suas formas conjunturais mais radicais como: assassinatos, maus-tratos, violência psicológica e outros atos puníveis. Ou seja, ela ao mesmo tempo em que reduz seu campo de percepção, esquece a violência estrutural, pois a transforma como forma ‘menos grave’ de agressão como o ‘estupro’.

Assim, essa objetivação constante a partir da violência verbal, principalmente - falta o real equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal (ao mesmo tempo em que continua a intervenção estatal na reprodução, por exemplo, de uma Lei de / o aborto insuficiente) ou as formas de violência sistêmica que continuam a florescer na linguagem e nos corpos sociais – esses encorajados ou sustentados pelas próprias instituições: escola, família, trabalho, igreja etc. Logo, vê-se que, o Estado tornou-se, o definidor dos limites da violência, o principal elaborador do discurso público sobre ela, esquecendo a história das exigências e análises feministas, ou pelo menos, neutralizando a politização da ordem sexual como um questionamento fundamental.

1.1.1.2. Violência e resistência simbólica ...

Para Pateman (1996), nessa relutância em remover as bases do contrato sexual que está subjacente em nosso modelo social heteronormativo e na ação repressiva quase exclusiva sobre seus efeitos brutais - uma das dicotomias mais falaciosas e ativas do apoio à violência que se baseia em pensar a violência física como diferente da violência simbólica - uma ‘violência sem corpo’, uma ‘violência

menos grave'; isto posto, discutidos por Foucault (2008), bem como em Bourdieu (2000) (anteriormente).

Dentro desse ponto de vista apontado acima, podemos dizer que, a violência física cristaliza a partir do abuso corporal e suas consequências; o assassinato, por exemplo, é apresentado como devastador, inatacável, exceto pela punição do agressor que só pode ser explicada como a continuação de uma cadeia de abusos ou de uma educação traumática e, especialmente, misógina, da mesma forma que a vítima pode estar associada aos fenômenos de desestruturação, miséria, promiscuidade ou de outras formas de vida (raça, costumes, outras que não são civilizadas socialmente).

Ainda coadunando com tais abordagens apontadas – para Bourdieu (2000, p. 59):

O princípio da inferioridade e exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplifica ao ponto de fazer dele o princípio da divisão de todo o universo, nada mais é do que a assimetria fundamental, a de **sujeito e objeto, agente e instrumento**, que se estabelece **entre o homem e a mulher no campo das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é a ordem matrimonial e que constitui o fundamento de toda a ordem social** (grifos do autor).

É válido considerar que a violência simbólica é, na realidade, a que sustenta a violência física – isso porque *a ordem patriarcal quando se estabelece em acontecimentos se ritualiza como instância material, não apenas como relação de poder, mas por reproduzir simbolicamente a violência em inúmeros aspectos sociais e culturais*. Essa exposição pode ser observada na obra *'História da sexualidade: 1. A vontade de saber'*, de (2021b), onde Foucault aborda que as convergências contra a implantação da sexualidade não podem ser apontadas como desejo, *mas a partir dos prazeres do corpo* – esse que pode ser considerado e construído de inúmeras maneiras a partir do 'desejo sexual' – ou seja, evidencia uma ordem discursiva que existe além desses campos.

Ainda para Foucault (2021b), vai testificar que em nome dos 'corpos e prazeres' há um limite explícito do 'prazer' dos homens; esses assumem os alvos da

implantação sexual e, portanto, precisam de proteção contra a ‘inquisição’ que estão sujeitos socialmente.

É válido considerar apontamentos no que tange para a questão do ‘Poder’ – o poder é circulado pelo corpo social, pois Foucault não explica o suficiente como ele é exercido nos grupos – entre eles, o das mulheres; ou seja: mesmo que um grupo seja subordinado em uma relação de poder por qual motivo de maneira sistemática seus membros exercem certos benefícios? Fica aqui a questão.

Para essas ‘cegueiras’ estabelecidas, em parte, por Foucault, pode causar efeitos ‘genéricos e específicos’ das instituições disciplinares – omitindo assim uma questão fundamental na construção da feminilidade como categoria disciplinar.

Em “Verdade e Poder”, Foucault (2021a, p. 131), aponta que:

[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, ou seja, os tipos de discurso, os mecanismos e instâncias que permitem a qualquer um distinguir entre declarações verdadeiras e falsas, as técnicas e procedimentos reconhecidos como valiosos na aquisição da verdade, o *status* social dos responsáveis por determinar o que conta como verdadeiro.

Nesse sentido, as Leis funcionam como uma forma de poder por meio de uma ‘licitação de confissões’ em tribunal, admitindo assim fatores (alguns) como razoáveis ao considerar outras como injustas. Dessa maneira, o processo legal estrutura a violência não apenas identificando retrospectivamente, os atos como violentos e outros como ‘normais’; também obriga as mulheres a redefinir o que é / era ‘significativo’ em sua experiência a fim de testemunhar e, muitas vezes, aumenta a sensação de violação e falta de autoconfiança iniciada pela violência física.

Segundo Butler (2003), a diferença sexual é abordada por meio da análise de Foucault (2021b) sobre o desdobramento da sexualidade. Entretanto, apesar da insistência dele de fundamentar os fatos da ‘morfologia genital’ não implicará na existência do sexo ‘em si’ ou sua negligência dos efeitos especificamente genéricos da tecnologia disciplinadora que levou a sugerir que a noção foucaultiana de sexualidade ‘não é entendida como gênero’, com uma forma masculina e feminina - mas é tomada como *uma e a mesma para todos*. Logo, a diferença sexual é, portanto, *considerada acidental ou irrelevante em relação à circulação do poder como sexualidade*.

Essas formulações apontadas dão sentido à *crença aparente de Foucault (2021b) de que a sexualidade masculina deve ser contida a fim de facilitar a contenção da sexualidade em geral*. Assim, podendo julgar o componente 'sexual' do estupro, como um ato 'natural', por exemplo - que de outra forma - as mulheres encarariam de maneira favorável – um absurdo ao nosso ver.

Ainda na mesma premissa (linha de raciocínio), quando confrontada, tais abordagens, possibilitam a reutilização do pensamento de Foucault (*Idem*) para fomentar uma crítica feminista.

O androcentrismo, por exemplo, do próprio pensamento de Foucault (*Ibidem*) - a autora Butler (2000) apontou que é importante especificar a diferença e indiferença no que concerne a visão 'sexual'. Essa indiferença pode ser entendida do ponto de vista que o poder não é pensado como uma relação entre dominante e dominado - *mas como um efeito que parece excluir uma análise de gênero que identifica a opressão coletiva e sobre as mulheres como um todo*.

Assim, nos escritos de Foucault (2021b) sobre a 'sexualidade' é revelada uma disposição que é apenas metade dela, já que, especialmente, a partir da modernidade, é efetuada, em especial, para o *sujeito-feminino afetado*. Dito isso, consideramos que Foucault (*Idem*) não tendo tratado de maneira particular os fatores da 'dominação patriarcal', não há dúvida de que suas ideias, especialmente, na 'Vontade de Saber' (2021a), podem ser usadas para aplicá-las a uma análise crítico-feminista.

Sendo assim, também aqui pensamos que a crítica ante essencialista e desconstrutiva pode ir de mãos dadas com uma política estratégica. E nesse sentido, mesmo se revelarmos o perigo, não parece estrategicamente conveniente abandonar categorias como 'gênero' ou 'mulheres', que *tornam possíveis articular uma análise de dominação e outra de resistência a ela*. Em outras palavras: as transformações das relações de poder, como um projeto feminista, as ferramentas e práticas que tornam possível tal projeto, mas não jogando contra si mesmo e desconstruindo um horizonte emancipatório.

1.1.1.3. Da vontade de saber - o poder ...

Parece claro que a vontade de 'conhecer o poder', ao contrário do entendimento tradicional, não é algo possuído por indivíduos ou instituições, nesse sentido, Foucault (2009, p. 93) afirma que:

Embora seja verdade que o legal pode ter servido para representar um poder essencialmente centrado na extração (no sentido legal) e na morte, é agora absolutamente heterogêneo com respeito aos novos procedimentos de poder que já não funcionam mais por lei, mas por tecnologia, e que é exercido em níveis e formas que vão além do Estado e de seus aparelhos.

Veamos que na análise de Foucault (2009) sobre a perspectiva do 'poder', especificamente, no sistema baseado na sociedade disciplinar – pois onde há 'poder' existirá 'resistência'; uma posição exterior a partir da constituição do próprio 'poder'. Logo, coadunamos com Foucault (*Idem*) quando afirma que o '*poder*' é *uma realidade descentralizada de caráter 'positivo' e 'produtivo' – deles produzindo especificamente a realidade social.*

Ainda, na mesma perspectiva, para Foucault (2009, p. 18), o poder é traduzido como a disposição da sexualidade para criticar a 'hipótese de repressão' e, diante dela, diagnosticar que [...] "os discursos sobre sexo não cessaram: uma fermentação discursiva que se acelerou desde o século XVIII". Ao contrário do que se afirma, mostra que o sexo não foi excluído do discurso com uma repressão progressiva pelo poder, mas sim de que a *sexualidade* foi construída como uma *categoria* de um crescente discurso sobre sexualidade.

Na mesma linha de raciocínio, Foucault (*Idem*) ainda rejeita a tese de uma sexualidade que é objeto de repressão pelo poder, para vir a revelá-lo, mas como o próprio produto do poder e do conhecimento. Logo, não é possível falar de um *sujeito* que luta para se livrar da repressão, já que a *sexualidade* e o *sujeito* não constituem o 'exterior' do poder que os reprime, mas são *efeitos* e *construções* do próprio poder em sua positividade.

Dessa maneira, a partir das proposições revisitadas em Foucault (*Ibidem*), a nossa questão é - de que maneira a resistência feminina *será / é* apenas parte em si e se contribui para as relações poder entre as 'virtudes dos sexos' – esses pelos

efeitos da disposição da sexualidade – ou seja, a própria categoria de ‘gênero’ que faz parte de um discurso que não pode escapar das ‘relações de poder onipresentes’.

Nessa premissa anteriormente apontada - observamos também que - os compromissos feministas abordados por Foucault (*Ibidem*) nos faz pensar essas análises que vão além do interesse metodológico-analítico – pois faz parte do paradigma do discurso feminista apontado por ele; todavia, teorizar é inviável, uma vez que, as transformações das condições de submissão do sexo feminino se constitui como agente revolucionário em um processo emancipatório e suas aplicações analíticas sobre o pensamento feminista é por demais categorizado com vistas a seu objetivo: ‘o gênero’.

Sendo assim, podemos observar também o estudo preliminar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, doravante IPEA (2013 / 2019) - revela que aproximadamente 40% dos violentadores de mulheres no mundo são seus parceiros íntimos. Para além da percepção do sofrimento físico e psicológico das mulheres, *pode-se apreender a violência doméstica como linguagem, em uma perspectiva discursiva, palco de conflito de instâncias ideológicas, ou seja, compreendê-la como efeito de sentidos e entender esse agrupamento masculino como uma formação social marcada ideologicamente pelo entendimento de matrimônio como uma relação de poder, domínio do homem sobre a mulher, decorrente da condição de marido.*

A violência doméstica, por sua vez, é uma instância *linguageira* reguladora, da qual emanam posições de sentidos que constroem a sociedade, estabelecendo o que pode e deve ser *dito / feito* e por quem. Dessa maneira, o sofrimento das mulheres não é meramente uma questão física, mas discursos que constituem quem são esses sujeitos e o que é possível para eles. Assim, a violência doméstica configura-se como uma assunção do sujeito a uma *rede de sentidos que orienta o seu dizer e o seu fazer em sociedade que constrói um arcabouço semântico que legitima a vida social e organiza a relação marital.*

É importante salientar, portanto, que a violência doméstica é a materialização de ideologias às quais o sujeito se filia para emergir significações acerca do mundo, da mulher. Dessa forma, violentar uma mulher é o sentido ao qual o sujeito está filiado e por meio desse se constitui e constitui significações acerca da mulher,

ressignificando o ato de *bater* ou *agredir verbalmente* como um direito exclusivo e adquirido socialmente: absurdo!

Sendo assim, pode-se afirmar que, os sentidos são ideologicamente determinados. Ao violentar socialmente uma mulher, o sujeito evidencia a sua rede semântica e os fios interdiscursivos que permitem que aquela ação se materialize, ou seja, a região de contradições e semelhanças com as quais o sujeito mantém relação para emergir sentidos, para legitimar a violência como sentido possível. Assim, deve-se entender o sentido como uma posição à qual o sujeito – que é construído discursivamente – encontra-se filiado para significar. Entende-se ainda que essa assunção não se dê de maneira espontânea nem consciente.

Assim, assumir sentidos é um gesto interpretativo - conforme Orlandi (2007); a autora, por sua vez, especifica que o sujeito filia-se a uma das inúmeras possibilidades semânticas, mas sem domínio de fazê-lo. Logo, *interpretar é um gesto também de apagamento, pois os demais sentidos sobre a mulher e sua função e direitos no casamento, namoro, relação (homem x mulher) são esquecidos, deslegitimados.*

1.2. Da partilha à política do silenciamento ...

Consideramos até aqui o entrelaçamento do *tema* e seu imbricamento ao *justificar* as bases que não apenas constitui o objeto de estudos, mas a relevância no contexto discursivo e, de que maneira, esse *escopo* atingirá seu real propósito na análise linguístico-discursiva.

Nessa perspectiva, apontamos aqui de que maneira essas caracterizações serão divididas em análises, por entendermos que tais processos são suportes materiais das relações extralinguísticas / discursivas nos Boletins de Ocorrência.

Quadro 1 – O Discurso Silenciado

SILENCIADO *
<p>[PRESSUPOSTO] [evidência]; [SUBTENDIDO] [aparência]. - - - Caracterização</p> <p style="text-align: center;"><i>habitus cultural</i> do <i>sujeito</i> - - -</p> <p>Os enunciados são suportes linguísticos de análises – assim, elencamos: competência, discursos alheios, interdiscursivos, intertextual, pragmático e situacional a partir das relações enunciativas. - - -</p> <p>* [Dados extra-enunciativos X Dados infra-enunciativos].</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Para tanto, o processo de discursivização também será relevante de acordo aos seguintes apontamentos:

Quadro 2 – Silêncio e Político

<p>RESISTÊNCIA – OPOSIÇÃO AO PODER</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Produção da linguagem para a constituição do Silêncio</p> <p style="text-align: center;">↓ [SIGNIFICAR]</p> <p>a) Observações discursivas; b) O silêncio fundador: ‘significação possível’; c) Cisões: dizer # não-dizer; d) Localizado: censura; e) Impede o interlocutor de sustentar outro discurso pelas rupturas do sentido.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Desta forma, as significações existentes nas Formações Discursivas – são essenciais para pensar os apagamentos e suas maneiras de serem identificadas por essas nuances exteriores da / na língua – vejamos:

Quadro 3 – Significar o Silêncio

Foucault (1969): [pensar a ligação com ‘autoria’] - o ‘autor’ agrupa o discurso como unidade de significação e coerência.

Autor é o **Sujeito** que sabe da existência do interlocutor; pois tem o compromisso da clareza, da coerência visível e responsável pelos sentido que o sustenta; **Sujeito** abriga a opacidade, as contradições – inscrito nas FD sua identidade é afetada, pois irá ocupar ‘lugares e posições’ que, por vezes, **não dão conta das suas significações contraditórias.**

<u>Implícito</u>	X	<u>Silêncio</u>
↓		↓
Não-dito	←----->	O que está apagado;
As relações do Discurso		Colocado de lado;
a) Foucault		Excluído;
- as contradições / FD (regularidades);		
- modos de enunciação;		
- estratégias;		
b) Pêcheux		
- processos de Identificação / assujeitamento (FD);		
- formula a noção de formação ideológica (classes: Formação Social);		
- práticas: atitudes e representações; posições de classes / conflitos = FD: interpela indivíduo em sujeito – logo, se torna sujeito do discurso - interpelado pela ideologia e as FD.		

Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, pensar as possibilidades instauradas pelo discurso (FD) nos permitiram gestos de interpretação condizentes e, ao mesmo tempo, aproximados das proposições apontadas na tese.

1.3. Contribuições teóricas ...

Como a identidade é um movimento,
afeta-se assim esse movimento
[ORLANDI, 2002, p. 106].

A partir de agora, o nosso principal gesto será o de demonstrar técnicas e seus processos particularizados nas ciências humanas e, em especial, nos itinerários da Análise do Discurso Francesa (AD) – isto posto, por ser considerada ‘um procedimento analítico em constante processo de construção na língua(gem).

Essa, por sua vez, “em que a análise precede, em sua constituição, a própria teoria. Ou seja, é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai se impondo”, segundo Malidier (2003, p. 10).

Outrossim, constituímos também suportes que puderam coadunar informações situacionais com a pesquisa e a teoria, suas variáveis e problemas hipotéticos que os gestos descritivos puderam apontar os ‘furos’ existentes com a língua(gem) em seu processo de evolução contínua.

1.3.1. Da disciplina - ‘o nascimento de uma teoria’ ...

[...] Por vezes praticada às margens da análise de conteúdo da qual se separou [...] ela propõe interpretações que constrói levando em conta dados de língua(s) e de história, tomando em consideração as capacidades linguísticas reflexivas dos sujeitos falantes, mas também recusando pôr na fonte do enunciado um sujeito enunciador individual que seria “senhor em sua própria casa” [MAZIÈRE, 2007, p. 9-10, grifos da autora].

A Análise do Discurso Francesa (AD), se caracteriza como uma disciplina para se analisar discursos ao procurar neles os sentidos prováveis, levando em consideração o *sujeito*, sua *história*, a *ideologia* e o *contexto social* no qual o sujeito encontra-se inserido. Para muitos estudiosos, a AD procura ‘preencher lacunas’ deixadas pela Linguística, considerando o discurso como um quadro que relaciona o linguístico com o social.

A AD pode ser considerada uma ‘base teórica’ na tradição intelectual de origem europeia, cujo precursor Michel Pêcheux, e seus colaboradores, no fim dos anos 1960, buscaram a *reconstrução histórica do sujeito ao associar reflexões entre*

linguagem e história. Nessa direção, a AD emerge como um projeto fértil e relevante de um posicionamento renovador. Para isso, é preciso repensar as suas bases althusserianas: as influências da história desde a ótica do materialismo histórico.

Pêcheux ([1983] 1997) procurou trabalhar com a questão da constituição do sentido em conformidade a do sujeito. Portanto, o sujeito é visto como um efeito ideológico elementar, ou seja, que se constitui a partir da ideologia e nunca fora dela.

Assim sendo, todo e qualquer indivíduo é ou já foi interpelado pela ideologia, transformando-se em sujeito. Pois para Althusser (1985, p. 93): [...] “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para os sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela ‘categoria de sujeito’ e de seu funcionamento”. Logo, caracteriza a partir desse fundamento que a ‘categoria de sujeito’ é e só pode ser determinada pela ideologia – independentemente do seu momento histórico. Tal jogo dessa articulação se constituirá “nas formas materiais de existência deste mesmo funcionamento” (p. 94).

Althusser (1985), dessa maneira, considerou que o sujeito não poderia ser confundido com o indivíduo - o que designa uma teoria *não-subjetiva da subjetividade*, evidenciando assim que as ideologias são forças materiais constituídas dos sujeitos por meio de um processo não subjetivo.

A escola francesa - por sua vez - resgata a interdisciplinaridade em Análise do / de Discurso, ao passo que, tanto a teoria marxista, quanto a Linguística e a Psicanálise fazem parte dos estudos discursivos: o marxismo, em Althusser, pela relação da ideologia com as condições sociais da produção do discurso e da história; a Linguística pelo conceito de estrutura e pelas análises dos mecanismos sintático-lexicais e dos processos de enunciação; e por fim, a Psicanálise (lacaniana) a partir da descoberta do Inconsciente, tendo em mente uma teoria do Sujeito (da subjetividade).

A fim de enfatizar a teoria da AD ao nível dos fundamentos, é necessário atentarmos, antes de tudo, às transformações sofridas por ela ao longo de seu percurso histórico. Para explicar esse desenvolvimento, é preciso observar a evolução de determinadas concepções teóricas nas três principais épocas / fases da AD.

Nessa abordagem, é Michel Pêcheux ([1983] 1997) que irá dividir a Análise do / de Discurso em três épocas por acreditar que o processo amadureceu

metodologicamente a partir dos seus estudos e, sendo assim, o institui em um dos seus fundamentos da seguinte maneira: “um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (p. 311, grifos do autor).

É na primeira época/fase da AD, no final dos anos 1960, que se encontram o pilar da teoria de Pêcheux. Para Gadet; Hak (1997), pode-se dizer que, a (AD-1) tinha como objetivo trabalhar a homogeneidade enunciativa, concebendo o *corpus* fechado e constituído por sequências que eram analisadas, privilegiando-se as identidades parafrásticas.

Pêcheux ([1983] 1997) baseado no positivismo de Althusser (1985), propõe uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais, ou seja, uma *Análise Automática do Discurso* (ADD), pois, segundo ele, a ideologia constitui um obstáculo à produção científica, o que de fato não permite às ciências sociais *status* de prática científica. Assim, podemos perceber que, nas ciências sociais a adaptação para a AD foi trabalhosa, pois seus contextos não estavam (em primeiro momento) condizentes com os elementos propostos pela AD.

Outrossim, Pêcheux ([1983] 1997) procura transformar a prática das ciências sociais em uma prática científica numa concepção mecanicista da natureza. Apesar de reivindicar a realidade histórica e o estudo da sociedade, Pêcheux não superou os modelos teóricos positivistas, dominantes nas ciências sociais, segundo o qual o sujeito e o objeto não eram tratados de forma dialética no processo do conhecimento – esse pautado nas investigações como suportes na linguagem.

Nesse sentido, Pêcheux ([1983] 1997) procurou trabalhar com a questão da constituição do sentido em conformidade a do sujeito. Portanto, o sujeito como um efeito ideológico elementar que se constitui a partir da ideologia e nunca fora dela. Assim sendo, todo e qualquer indivíduo é ou já foi interpelado pela ideologia, transformando-se em sujeito. Logo, o sujeito não é subjetivo, o que designa uma teoria *não-subjetiva da subjetividade*, evidenciando assim que as ideologias são forças materiais constituídas dos sujeitos por meio de um processo não subjetivo.

Para tanto, nessa primeira fase, Pêcheux ([1983] 1997), definia o assujeitamento ideológico que consistia em fazer com que cada indivíduo,

inconscientemente, seja levado a ocupar seu lugar na sociedade, identificando-se aos grupos ou classes sociais. Observa-se, então, um *sujeito* dominado pela formação discursiva pela segunda fase e pautada como ‘as fronteiras porosas que sofrem influências internas em seu funcionamento – ou seja, como um jogo’.

Via de regra, observamos nessa mesma linha de raciocínio que na terceira fase veremos uma desconstrução tácita a partir dos estudos linguísticos e dos estudos discursivos que constituiu “um trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD [...]” (p. 315).

Dentro desse princípio é válido considerar que, para Pêcheux ([1983] 1997, p. 311): “a produção discursiva é concebida como uma máquina autodeterminada e fechada” que se assujeita pelos enunciadores e pode ser desenvolvido numa concepção de língua estável e homogênea.

Partindo desse pressuposto, pode-se considerar que, a Análise Automática do Discurso (AAD), foi delineada com mais profundidade na teoria da AD e que mais tarde, Pêcheux chamou de ‘Primeira época da AD’; tinha como propósito ser uma máquina para produzir tipologias que reduzam os discursos, em que cada discurso está submetido a regras específicas, entre elas a ‘sintática’ que para Pêcheux ([1985] 1997, p. 319): [...] “os movimentos de fronteiras de constituinte, os deslocamentos léxico-sintáticos da aceitabilidade das construções, os equívocos gramaticais (por exemplo, sobre o estatuto do infinitivo)”, são suportes para a ‘reinscrição’ de uma nova análise ‘linguístico-discursivo’ – ao produzir, por assim dizer, uma série de “interpretações do campo analisado” (p. 316).

Em se tratando da Análise de Discurso da segunda época / fase (AD-2), pode-se dizer que esta surge justamente no contexto em que as forças desiguais entre processos discursivos se tornam objeto da AD. A concepção de Formação Discursiva (FD) por conseguinte, iniciada por Foucault (1960), aparecerá na segunda época – mas a sua singularidade específica será instituída por Pêcheux ([1983] 1997) e inserida na Análise do Discurso Pecheuxtiana, propondo uma formação ideológica em que se determinasse o que pode e deve ser dito. Nesse tocante, é compreendido que as atitudes e as formações ideológicas - dessas - as palavras e as expressões mudam de sentido de acordo com as ideias sustentadas por aqueles que as propagam.

Igualmente, na (AD-2) é introduzida a noção de interdiscurso, cuja formação discursiva relaciona-se com seu exterior, com elementos que vêm de outro lugar, sendo específico dessa formação. Desse modo, não se percebem inovações, a diferença é constituída no fato que, nessa segunda fase, torna-se possível trabalhar as influências desiguais no interior do próprio texto, ao passo que antes, isso era percebido por meio de uma justaposição e contraste no contexto da linguagem. Portanto, na perspectiva da (AD-2), a questão do sujeito da enunciação deve ser posta em termos da ilusão do ‘ego-eu’, a saber, a problemática do assujeitamento, em que o sujeito desconhece as causas que o determinam.

Com isso, a Análise do Discurso da terceira época / fase (AD-3) encontra-se na problemática da heterogeneidade enunciativa, pautada, sobretudo, nos trabalhos de Bakhtin e Lacan (que é válido ressaltar as diferentes concepções de sujeito) – aqui respaldada a partir da perspectiva de Michel Pêcheux e seus contemporâneos.

Em vista disso, a heterogeneidade discursiva concebe o encontro de elementos distintos numa unidade discursiva; trata-se, portanto, de instalar no interior de uma enunciação, outras enunciações, ou seja, conjugar várias vozes no mesmo contexto enunciativo. Outrossim, consideramos também que, na verdade, Pêcheux ([1983] 1997, p. 316): reconhece o Círculo de Bakhtin, mas compreende que se trata de teorias diferentes. Ou seja: “Alguns desenvolvimentos teóricos que abordam a questão da heterogeneidade enunciativa conduzem, ao mesmo tempo, a tematizar, nessa linha, as formas linguístico-discursivos do ‘discurso-outro’” (grifo do autor).

Assim, pode-se constituir a ‘cena pelo outro’ a partir da sua heterogeneidade, bem como as estratégias enunciativas dessa mesma cena ao ponto de, para Pêcheux ([1983] 1997, p. 317) [...] “se instalar e ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa”.

Logo, vimos também de que maneira os principais teóricos e seus ‘consortes’ contribuíram direta e indiretamente na base do constructo da ‘Teoria do Discurso’, bem como os imbricamentos com a ‘língua(gem)’, pois foram propulsoras nessa linha de pensamento da teoria e suas relações sociais.

1.3.2. Dos teóricos - as relações ...

Nunca é fácil definir o que uma vertente de estudos linguísticos realmente é. Talvez, fique mais fácil compreender o que um ramo de estudos é, verificando *o que e como* ele estuda. Mesmo assim, as pessoas sentem necessidade de conceitos que norteiem suas abordagens e não nos podemos furtar de apresentar algo [...] [FERRAREZI JR., 2018, p. 7, grifos do autor].

Dentro dessa perspectiva, apontada acima, a partir das relações entre relações do viés discursivo, a proposta de pesquisa fundamentou-se em pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa: Pêcheux (1997; 2007; 2008; 2010; 2016), Courtine (2006; 2009; 2013), Orlandi (2002, 2012; 2014; 2017), Althusser (1985), e os constituintes da Enunciação – essa última para entender a materialização nas tomadas de depoimentos dos boletins de ocorrência.

Outrossim, buscamos nesse sentido, a teia do emaranhado discursivo – pois se manifestou como ato da comunicação, mas observou a ruptura do político por meio das determinações impostas pela língua; conquanto, fundamentada pelo tripé: *língua – sujeito – história*; bases que testificam a constituição do discurso em nossa abordagem.

Assim, investigamos o sujeito que pratica atos de violência contra a mulher (doméstica) que responde aos interrogatórios da Polícia (por meio do boletim de ocorrência). Logo, ao tratarmos da Análise do Discurso Francesa (AD), lavamos em consideração as bases adequadas sobre as *Ciências Humanas* na obra ‘O Contrato Social’ de Rousseau (1712-1778).

Dessa feita, Rousseau inaugurou as relações entre o jurídico e o social ao teorizar seus fundamentos a partir da contradição existente na ordem política: abordando assim os princípios que são estruturados das sociedades do Antigo Regime, e de como são subversivas, ou seja, pretendia destruir ou transformar uma ordem política, social ou econômica já estabelecida socialmente. Mas também chama atenção já de início que *O homem nasceu livre e por toda parte é posto a ferros* – isso demonstra uma habilidade notável de Rousseau em observar a questão da opressão que o homem se encontrava durante o século XVIII.

Um dos pontos fundamentais de sua teoria é quando chama atenção numa passagem bíblica para justificar parte dessa opressão, no Capítulo XIII, da Epístola

aos Romanos, quando São Paulo diz: “Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus” (ROUSSEAU, 2009, p. 11). Essa legitimação institucional é uma justificativa teológica segundo Rousseau – pois sintetiza o princípio de que a *soberania é indivisível e inalienável*, cabe ao povo *exercer e compartilhar suas escolhas e controles* na sociedade.

Deve-se levar em consideração que tomar o ‘corpo do povo’ apenas como uma vontade particular é estabelecer princípios que se legitimarão na divisão política em ‘força e vontade’ como especifica Rousseau (1995): legislativo, executivo, judiciário, administrativo e de guerra. A separação desse corpo social em quebra-cabeça remonta a figura do homem e as partes do seu corpo que precisará sempre de ajustes - a soberania tornar-se-á nesse princípio, fantástica, pois esse modelo de fragmentação pode ser fácil de ser manipulado.

É preciso rever que em matéria de direito político há uma inexatidão que obscurece a soberania como princípio da Lei, pois segundo Rousseau (1995, p. 40-1): “Ora, a verdade de nenhum modo conduz à fortuna, e o povo não concede embaixadas, nem cátedras, nem pensões” – reafirma para tanto que, a verdade quando se diz e de como se diz, sempre causará descontentamento a esse corpo social (fragmentado) estabelecido pela Lei.

Para Rousseau o *sujeito* é um ‘ser moral e coletivo’, ou seja, uma espécie de ‘eu comum’ que, cuja vontade é determinada pelo caráter associativo. A vontade depende da educação e esclarecimento do interesse coletivo, pois irá possibilitar a crítica da opinião pública frente à ação política do Estado - esse como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) Althusser (1985) - capaz de manipular e fragmentar a essência do corpo social da coletividade como ato soberano da Lei.

A partir da doutrina rousseauriana, podemos perceber que, as ciências humanas tomam o homem como seu principal objeto de estudo. Dessa maneira, é importante ressaltar em sua base teórica a *questão da formação do sujeito da moral*. Esse ponto de partida nos coaduna com a perspectiva de que o ‘sujeito agressor’ perpassa, geralmente, pela formação de uma ‘consciência inacabada – em processo de construção’.

Essa ‘genealogia’ rousseauniana irá apontar as investigações da linguagem como suportes para a formação desse sujeito da moral - o que nos aproximará de uma melhor compreensão de uma realidade – pelo discurso da violência contra a mulher como uma busca constante do princípio social: ‘o sujeito e suas relações com o outro’ – chamando atenção para o *político materializado na linguagem*.

Sendo assim, salientamos que, essas relações teóricas só constituíram cada vez mais suas relações específicas com o ‘discurso’ como fundamento e, a partir daí, deu abertura para pensar o *corpus* da referida pesquisa que, ao longo desses 20 anos, se renovou e instituiu novas maneiras de analisar a materialidade discursiva e suas nuances dentro da teoria da Análise do Discurso Francesa (AD); é o que veremos a seguir.

1.3.3. Para considerar ...

Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação pela qual a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal [...], mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpretação* [PÊCHEUX, 1997, p. 153-4, grifos do autor].

Desta feita, o propósito aqui foi o de problematizar a língua como materialidade discursiva. Para tal, estabeleceram-se algumas balizas pelas quais se abordaria a questão, tais sejam: a materialidade discursiva enquanto espelho de inscrições ideológicas do sujeito; a materialidade discursiva enquanto representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade e, por fim a materialidade discursiva enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes.

Ao abordar a materialidade discursiva enquanto espelho de inscrições ideológicas do sujeito, o enfoque predominante foi a premissa de que tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Isso significa que uma materialidade linguística fora de um contexto não possui ideologia, pois, para se constituir em materialidade discursiva existe a necessidade premente da existência de um valor simbólico que implique a significação a um processo de subjetivação. Assim, uma materialidade discursiva não existe apenas como parte de

uma realidade; ela não só significa como também reflete e refrata uma ideologia.

Quando a materialidade discursiva se apresenta enquanto representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade, observa-se a existência de lugares discursivos que são representados enquanto uma série de formações imaginárias que designam as tomadas de posição subjacentes aos processos de subjetividade na enunciação.

Nessa perspectiva, a historicidade se apresenta como projeções que se estabelecem entre as situações e as posições relacionadas aos processos de subjetividades envolvidos no acontecimento discursivo. O recorte da memória aparece, portanto, como um elemento distintivo das diferenças de situação que possam corresponder às representações projetadas pelas formações imaginárias.

Assim sendo, no terceiro momento, a materialidade discursiva foi examinada enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes. O propósito da abordagem compreendeu uma percepção dos mecanismos de funcionamento das universais da língua quando estas derivam da estrutura de uma ideologia no interior de uma formação social. A partir dessa derivação, constatou-se uma ligação entre as *circunstâncias do discurso e as condições de produção subjacentes ao processo linguageiro*.

Logo, consideramos a sua importância no processo e sem esgotar as abordagens sobre o tema, fica patente que *a língua como materialidade discursiva funciona nos processos discursivos para designar o lugar de confrontação da diferentes superfícies discursivas, balizadas por efeitos metafóricos de formas possíveis, de remissões ou mesmo de justaposição de significações no crivo das tomadas de posição dos sujeitos discursivos*.

1.3.3.1. Língua: a questão material [*a força linguageira*]⁵

⁵ O presente texto aqui constituído como parte integrante da pesquisa teve sua primeira abordagem em 2009, mas já direcionando à perspectiva da materialidade discursiva por meio da língua e suas condições de produção ao processo linguageiro. Outrossim, tem a colaboração dos colegas *Ida Lúcia Machado*, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e *João Bôscio Cabral dos Santos*, Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a quem agradeço as interlocuções.

Partindo do princípio de que a língua se constitui como uma materialidade discursiva, independentemente de sua constitutividade linguística ela é essencialmente espelho de inscrições ideológicas do sujeito. Nessa perspectiva, a língua se materializa enquanto superfície languageira de sentidos na representação dos acontecimentos discursivos. Uma superfície cujas fronteiras de significação se dão pelo crivo da subjetividade para fazer emergir os discursos.

Quando se toma o enunciado de Lênin “a língua sempre vai onde o dente dói” [In: PÊCHEUX, 1997], vê-se de forma clara como sua materialidade linguística é perpassada por uma inscrição ideológica. Uma inscrição que revela representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade que se instaura pela simbologia metafórica que significa uma ação política. Trata-se, pois, das fronteiras do sentido numa conjuntura de significações que implica lugares, forças, lutas, resistências entre outras demarcações que transpassam o enunciado realizado por Lênin.

É nessa trajetória que se pretende problematizar a língua enquanto materialidade linguística. Considerando o primado marxista da luta de classes, vinculam-se a essa luta as formações sociais que se apresentam como implicaturas dela e as tomadas de posição no interior dos processos de subjetivação na e pela língua. É preciso enfatizar que a matiz política que sustenta o primado dessa luta reside na conjuntura fenomenológica que a língua ocupa enquanto mecanismo referencial de significação.

A esse respeito, saltam aos olhos dois fenômenos linguísticos que estabelecem uma lógica para se pensar a língua enquanto materialidade discursiva: a explicação e a determinação. A primeira por seu caráter descritivo-proposicional, caracterizando as significações segundo uma lógica de ocorrências sustentada por ações descontínuas do/no processo de subjetividade. A segunda significa, *causaliza* e *casualiza*, refletindo propriedades de semiologização, articulação e encaixe para os usos linguísticos em seus propósitos ideológicos.

A proposta que aqui se coloca imbricará o funcionamento linguístico vinculado aos seus correspondentes referenciais pela força languageira da enunciação enquanto fenômeno único e irrepetível. Abordar-se-ão as formações sociais como processos ideológicos constituintes da língua enquanto materialidade discursiva. Isso significa

pensar a emergência dos discursos no interior dos conflitos e confrontos que balizam os processos de subjetivação.

1.3.3.2. O espelho - as inscrições ...

A maioria daqueles que são marcados por aquilo que,
na nossa civilização, constitui o estigma social da psicose
– a saber, o internamento asilar – é assim reagrupada pelo
ato de fala: delírio ou silêncio
[DAVOINE; GAUDILLIÈRE, *In*: COURTINE, *et al.*, 2016, p. 258].

É relevante partir da premissa de que a materialidade discursiva se trata de um *continuum* linguístico, dotado de uma autonomia relativa de significação, que emerge a partir de uma lógica espontânea, configurada pelo crivo da história, da memória e da subjetividade constituinte de um acontecimento discursivo. Esse crivo se dá na contingência de escrutínio de diferenças que se instauram por meio de uma relação ideológica instaurada no interior das classes sociais. Dessa forma, a língua se coloca a serviço da sociedade, concebida como um legado político que subjaz à cultura historicamente construída do funcionamento de uma classe.

Trata-se, pois, de um domínio simbólico que se torna em um fenômeno de encaminhamento e realização das práticas ideológicas. A esse respeito, convém refletir sobre as posições de Balibar (2007) quando afirma que:

Marx will show that ideology is itself produced, before constituting itself as an autonomous structure of production (the 'products' of which are ideas, collective consciousness: this is the object of the theory of intellectual labour). The critique of ideology is the necessary precondition for a knowledge of social being as development of production: from its immediate forms, linked to the subsistence of individuals, to its most mediated forms, which play only an indirect role in the reproduction of human life. To gain access to this guiding thread of the whole of history, it is not enough to contemplate the facts; one can only get to it through the critique of the dominant ideology, because this latter is both an inversion of reality and an autonomization of the 'intellectual products' in which the trace of the real origin of ideas has been lost and which denies the very existence of that origin⁶ (BALIBAR, 2007, p. 35-6).

⁶ Tradução nossa: Marx mostrará que a ideologia é produzida em si mesma, antes se constituindo como uma estrutura autônoma de produção (os 'produtos' sobre os quais emergem as ideias, a consciência coletiva: este é o objeto de uma teoria do trabalho intelectual). A crítica da ideologia é a pré-condição para um conhecimento do ser social como desenvolvimento de produção: a partir das formas imediatas,

Nesse sentido, é preciso visualizar a ideologia como uma estrutura autônoma, vinculada às relações de produção, quer sejam relações de reprodução, quer sejam relações de transformação. A ideologia, portanto, identifica-se enquanto domínio aleatório do destino das ideias.

A partir dessa reflexão é que se torna possível afirmar que as contradições ideológicas se desenvolvem a partir das descontinuidades da língua enquanto relações contraditórias entre si nos processos discursivos. Dessa forma, as relações de classe se conduzem num crivo lógico-linguístico, balizado pelo caráter de materialidade dos discursos. Isso torna possível afirmar que a ideologia é um fundamento da realização linguística da língua.

Do ponto de vista do marxismo, a ideologia é fundada na interpelação da economia pela luta de classes. Assim, as leis do desenvolvimento histórico do sistema produtivo tornaram-se o devir da ideologia. Os sujeitos, então, são inscritos em um fio ideológico que espelha suas inscrições discursivas.

Para pensar a materialidade discursiva enquanto espelho de inscrições ideológicas do sujeito é preciso construir um gesto de interpretação que suscite uma percepção crítica das formações sociais que atravessam a transformação das sociedades.

A seguir, torna-se relevante abordar a materialidade discursiva enquanto representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade.

1.3.3.3. Das representações imaginárias ...

A questão da relação entre escrita e língua é frequentemente abordada pelos escritores ou por pessoas que lidam com a escrita.
[GADET, *In*: COURTINE, *et al.*, 2016, p. 185].

vinculadas à subsistência dos indivíduos, em suas formas de mediação, opera apenas em um papel indireto na reprodução da vida humana. Para acessar o fio da história, não é suficiente contemplar os fatos; alguém pode apenas ter acesso a um fato por meio da crítica da ideologia dominante, uma vez que ela é ao mesmo tempo uma inversão da realidade e uma autonomização dos 'produtos intelectuais' em que o traço da origem real das ideias se perdeu e que nega a existência de sua própria origem (BALIBAR, 2007, p. 35-6).

A ideia de representação imaginária aparece aqui como hipótese de percepção exercida pela subjetividade na interação com a materialidade discursiva. Isso quer dizer que a materialidade discursiva possui uma função social determinada pela forma como os discursos emergem nos acontecimentos languageiros. Essa função é demarcada na potencialidade da anterioridade histórica subjacente aos processos de subjetivação. Trata-se, pois, de uma demanda de valores que emergem no cotidiano das práticas sociais.

Para Žižek (2001):

Here we are at the very nerve center of the liberal ideology: freedom of choice, grounded in the notion of the “psychological” subject endowed with propensities he or she strives to realize. This especially holds today, in the era of what sociologists like Ulrich Beck call “risk society,” when the ruling ideology endeavors to sell us the insecurity caused by the dismantling of the Welfare State as the opportunity for new freedoms: you have to change jobs every year, relying on short-term contracts instead of a long-term stable appointment. Why not see it as the liberation from the constraints of a fixed job, as the chance to reinvent yourself again and again, to become aware of and realize hidden potentials of your personality? You can no longer rely on the standard health insurance and retirement plan, so that you have to opt for additional coverage for which you have to pay. Why not perceive it as an additional opportunity to choose: either better life now or long-term security? And if this predicament causes you anxiety, the postmodern or “second modernity” ideologist will immediately accuse you of being unable to assume full freedom, of the “escape from freedom,” of the immature sticking to old stable forms ... Even better, when this is inscribed into the ideology of the subject as the psychological individual pregnant with natural abilities and tendencies, then as it were automatically interpret all these changes as the results of my personality, not as the result of me being thrown around by market forces⁷.

⁷ Tradução nossa: Aqui estamos no centro nervoso da ideologia liberal: liberdade de escolha, baseada na noção de sujeito ‘psicológico’, dotado de propensões de lutas a encampar. Especialmente em nossos dias, na era em que sociólogos como Ulrich Beck chamam de ‘sociedade de risco’, em que uma ideologia de regras esforça-se para nos vender a insegurança causada pelo desmantelamento do Estado de Bem-Estar como uma oportunidade para novas liberdades: você pode trocar de emprego todos os anos, confiar em um contrato de curta duração em vez de um vínculo estável de longa duração. Por que não ver isso como uma liberação das limitações de um emprego fixo, como uma chance para se reinventar sempre e sempre, para se tornar apto a revelar potenciais escondidos da sua personalidade? Você não pode nem sempre confiar nos seguros de saúde nem nos planos de aposentadoria, então você tem que optar por uma cobertura para a qual você possa pagar. Por que não perceber que isso possa ser uma oportunidade adicional para escolher; ainda que uma vida melhor agora ou uma segurança em longo prazo? E se essas previsões lhe causam ansiedade, a ideologia pós-moderna ou ‘segunda modernidade’ imediatamente acusará você de ser incapaz para assumir sua completa liberdade, de ‘escapar da liberdade,’ da degola imatura da velha forma de estabilidade ... Mesmo melhor, quando isto é inscrito na ideologia do sujeito como um indivíduo psicológico, ávido por habilidades naturais e tendências, então como se isso fosse

O autor apresenta uma perspectiva em que a linguagem vai surgindo em decorrência de uma 'realidade'. Tal 'realidade' funda-se enquanto uma inscrição enunciativa em uma formação discursiva. Inscrição esta que conflita uma constante transformação pela infinitude na qual se manifesta esse dito 'real'.

A língua, então, confronta essa 'realidade' naquilo que se pode denominar de historicidade casual. Essa casualidade determina a materialidade discursiva enquanto substrato linguageiro vinculado a uma dada prática ideológica – no caso da citação, a ideologia capitalista predatória. É possível afirmar, então, que o fenômeno ideológico é influenciado pela historicidade que perpassa a materialidade discursiva.

Entretanto, há que se confrontar um contraste na ideologia que decorre da historicidade, que seria a contradição que se instaura pelo recorte da memória discursiva. A memória discursiva resgata a historicidade em nível de subjetividade, singularizando a percepção de mundo. Trata-se, portanto, de um conjunto de ideias que se coordenam entre si e fundam um conjunto de representações que dominam o intelecto do homem ou de um grupo social.

Assim, no processo de subjetividade, a materialidade discursiva emerge enquanto uma manifestação linguageira que é imaginária, ao mesmo tempo em que resgata elementos da história e da ideologia vigente. Nesse resgate, instaura-se uma espécie de história própria, um reflexo invertido da 'história real', compilada pelo efeito da ideologia no crivo da memória discursiva dos processos de subjetividade. Essa relação imaginária estabelece uma correspondência com a 'realidade' – “[...] e se essas previsões lhe causam ansiedade, a ideologia pós-moderna ou 'segunda modernidade' imediatamente acusará você de ser incapaz para assumir sua completa liberdade, de 'escapar da liberdade', da degola imatura da velha forma de estabilidade...” – fazendo crer que a imaginação faz parte da realidade.

Na sequência, será abordada a questão da materialidade discursiva enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes.

interpretado automaticamente como todas as mudanças e resultados de minha personalidade, não como o resultado de mim, sendo arremessado às forças do mercado.

1.3.3.4. Substrato - das formações sociais e as lutas de classes ...

[...] é possível caracterizar as formas de resistência [...] ao esquecimento do acontecimento original em sua correspondência [GUILHAUMOU; MALDIDIER, *In*: COURTINE, *et al.*, 2016, p. 122].

As formações sociais constituem uma ilusão de referência à ‘realidade’. Elas mais são representações imaginárias de uma alusão de mundo do que uma existência material propriamente dita. Conjugadas no seio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e dos Aparelhos Repressivo do Estado (ARE) as formações sociais emergem na evanescência das práticas institucionais.

Elas consistem de um *continuum* de condições culturais e históricas que são produzidas enquanto estruturas políticas de produção de comportamentos e ideias. Trata-se, pois, de um modo de produção historicamente definido que encarna a unidade entre as forças produtivas e as relações de produção em conjunto com as concepções políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas e as instituições da sociedade que correspondem a essas relações. Sua implicatura com a luta de classes se justifica exatamente pelo fato dessas formações sociais representarem um processo natural e histórico, subordinado a leis econômicas objetivas, independentes da vontade e da consciência dos homens.

A esse respeito é necessário contrapor a posição de Pêcheux (1995) quando afirma que:

[...] “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Especificamos também que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 1995, p. 214, grifos do autor).

Pêcheux (*op. cit.*) deixa claro que a formação social é absorvida e se refrata pelas inscrições da subjetividade na interpelação das formações discursivas, vinculadas a uma formação ideológica. Assim, a produção de ideias, de concepções e as tomadas de posição nos processos de subjetividade estão diretamente ligadas à conjuntura da atividade econômica, perpassada pela atividade material e pelo crivo da atividade intelectual.

É inegável, portanto, que exista uma ligação entre a estrutura política e as relações de produção. Ainda que a ideologia seja um sistema ordenado de ideias, representações, normas e regras, não se pode deixar de pensá-la sem inseri-la no escopo das relações econômicas e das condições materiais. É daí que emergem simultaneamente as facetas de dominação e deformação como decorrência dessas implicaturas da ideologia no seio da luta de classes.

Assim sendo, a materialidade discursiva enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes remonta uma dialética da alienação da subjetividade no que diz respeito à dicotomia economia *versus* políticas sociais. Uma dialética que obrigatoriamente engloba a exploração da *mais valia* do trabalhador como ícone de uma subjetividade em eterno estado de luta. Nesse contexto, a materialidade discursiva emerge como representação simbólica da relação entre a subjetividade e a ideologia. Desta feita, é necessário, pois, que seja tratada a língua como materialidade discursiva.

1.3.3.5. Da língua - princípios da materialidade discursiva ...

O conceito de *alienação* em Marx aponta para o caso em que o objeto produzido pelo trabalhador aparece como estranho e independente a ele. Alheio a si mesmo [ORLANDI, 2012, p. 215, grifo da autora].

A língua, em sua faceta de materialidade linguística, significa propósitos ideológicos, garantindo-lhes um caráter de monumentos dos dizeres. Um monumento que acaba por constituir-se enquanto integração social, transfigurado pela ideologia e pelo contexto histórico que o representa. Uma dinâmica do pensar que cristaliza uma dada práxis social.

A materialidade discursiva conserva as inscrições da subjetividade tanto em formações discursivas quanto em formações ideológicas. Configura uma superfície de dizeres, constituída pela motivação de significar os lugares discursivos em que se colocam os processos de subjetivação. Nela figuram a historicidade, a memória, a subjetividade, a sentiduralização, a interdiscursividade e a evanescência dos acontecimentos discursivos.

Torna-se relevante, neste momento, o suporte teórico de Henry (1992) quando

problematiza que:

No materialismo histórico, a ordem de determinação do prático ao teórico é restituída, não por princípio, mas na medida em que ela se impõe com os conceitos que a especificam como ciência. Nessas condições levar em conta a dimensão da história, aquela da luta de classes, na linguística, supõe uma transformação da relação entre a forma-sujeito da ciência e a forma-sujeito realizada no campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social (HENRY, 1992, p. 136).

O que significa que a materialidade discursiva, de certa maneira, enuncia o que impulsiona as práxis sociais. Essa dimensão histórica traz à tona o *continuum* de formações discursivas que revela as inscrições discursivas dos processos de subjetivação na enunciação.

No esteio das posições preconizadas por Henry (*op. cit.*) observa-se que, a língua assume um caráter determinativo, se for levado em conta que ela se estabelece na dimensão da história. Nesse sentido, a língua pode ser vista de forma mais ampla, estabelecida segundo uma concepção de mundo que representa simbolicamente uma comunidade social numa determinada circunstância histórica. Dessa maneira, constata-se uma relação direta entre a língua e a ideologia.

A língua como materialidade linguística, portanto, acaba por balizar a significação da cultura em detrimento da significação linguística apenas como fronteira de um processo de subjetividade. A força languageira da materialidade discursiva, enquanto superfície de manifestação da língua, possui uma dinâmica sentidural que a enuncia sempre como existência inacabada, como uma potencialidade discursiva em constante movimento e transformação. Isso permite o pressuposto de que a materialidade discursiva é um ato social, realizado sob o crivo de uma subjetividade que a instaura enquanto criação ideológica.

1.3.3.6. Dizer e sentidos instituídos [as formações] ...

[...] as palavras, expressões proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual [...] os indivíduos são “interpelados” em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes

[PÊCHEUX, 1997, p. 160-1, grifos do autor].

Nesse primeiro momento é importante apontar a nossa direção no que tange aos constituintes do 'Dizer' enquanto processo na língua(gem). Sendo assim, a Formação Discursiva (FD) é considerada para nós um dos conceitos mais importante se não o mais importante para trabalhar com a materialidade da língua via Análise do Discurso Francesa (AD), pois esta vincula-se diretamente a questão do sujeito como apontamos anteriormente no ponto anterior. Esse aspecto duplo, segundo Grangeiro (2008) se constitui no linguístico e no histórico. Assim, *é a partir dessa noção que se torna possível compreender o processo de constituição / transformação dos sentidos.*

Dessa maneira, o conceito de Formação Discursiva foi cunhado em primeiro momento por Michel Foucault, em '*Arqueologia do Saber*' (1969), e, em seguida, reformulado por Michel Pêcheux, em '*Semântica e Discurso*' (1975), precisamente, seis anos depois (depois de inúmeras abordagens).

Assim, é válido deixar claro esses pontos de partida, suas mudanças, relações e evolução que levou a uma definição conceitual para se pensar a base teórica da Análise do Discurso na França – pois tal conceito passou a se interligar diretamente aos conceitos de sujeito, língua e história – ou seja: base fundamental da Análise do Discurso.

a) Gesto 1: Michel Foucault

Ao cunhar a primeira vez o conceito de Formação Discursiva, Foucault faz um percurso 'interrogativo e filosófico' tentando assim entender como se organizavam os 'saberes dentro de determinadas ciências'. Dessa forma, vai se debruçar nas preocupações em trabalhar não apenas o 'conceito', mas de que maneira aplicá-las socialmente (na academia e fora dela; em seu cotidiano – elemento fundamental às análises acadêmicas, pensava Foucault).

Dos estudos, Foucault (2008, p. 43) vai apresentar da seguinte maneira:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações,

posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio da objetividade” (grifos do autor).

Ao analisar o fragmento acima, Foucault apresentará dois pontos fundamentais desse conceito da FD: 1 – a questão das regularidades (uma FD é homogênea e fechada) e 2 – irá desconsiderar a ideologia como base fundamental no princípio da FD; porém são esses fatos que serão repensados por Pêcheux (1975) como uma ‘sacada’, ‘uma luz para instituir materialidades essenciais na AD’ que Foucault deixou em aberto.

Mas é também no mesmo capítulo que Foucault (2008) irá direcionar que as formações discursivas poderia assim ao isola-la definir a ‘medicina’ por exemplo, em uma unidade ‘global’, pois as mesmas poderiam não introduzir / inserir um dado número de recortes / sequências imprevistas dentro de uma análise. Ou seja: definiu dessa forma que as formações discursivas como ‘esses espaços regulares’, porém, mesmo com cautela, previa que essa ‘definição’ que ora permeava em seu conceito, poderia sim ocasionar imprevistos e desconfortos ao trabalhar tal definição.

Todavia, Foucault (2008) não descartou a possibilidade de que as FD fossem submetidas a outros ‘princípios teóricos’, bem como ‘transformações’ que fossem mais palpáveis e benéficos aos que propunha naquele momento da história.

Logo, observa-se que, Foucault (2008, p. 82) também não considerou as FD como ‘submetidas’ ao passar do tempo e fundamenta da seguinte maneira:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos.

Assim, considerou as transformações das FD, no entanto, elas deveriam ser regidas pelo ‘princípio maior’ que é o fator das suas regularidades. Lembramos aqui também que Foucault não vai se preocupar em debruçar seus estudos / pesquisas sobre a questão da ‘forma-sujeito’ nos escritos ao longo das pesquisas – conceito

esse que Michel Pêcheux irá manifestar interesses ao perceber ‘furos’ que poderiam ser questionados a partir das FD apontadas por Foucault à época.

b) Gesto 2: Michel Pêcheux

Diferente de Foucault, as bases que irão fundamentar o pensamento de Pêcheux serão as ‘lacunas deixadas’ pelo seu contemporâneo que embora fosse crítico em relação ao colega, manteve algumas considerações como pontos-de-partida – é o caso fundamental das ‘regularidades’. Mas Pêcheux irá incluir incisivamente a ‘noção de ideologia’ que já era para ele importante para ‘pensar as FD’. Nessa mesma linha de raciocínio Pêcheux irá conceber a FD como ‘gênero ideológico’ esse a partir das formações ideológicas que irão comportar diretamente as inúmeras formações discursivas para que assim possam imputar o que ‘podem ou não dizer’; via de regra, pela posição assumida (seus lugares) no ‘interior factual do próprio aparelho ideológico’.

Observamos assim uma diferença cabal entre Pêcheux e Foucault no que tange a base conceitual para a FD; essa será pensada nos postulados de Louis Althusser (Aparelhos ideológicos de estado) que *a posteriori* será adaptado sistematicamente para a Análise do Discurso (pensada por Pêcheux).

Para Indursky (2007), o que deve ser observado na Arqueologia de Michel Foucault não é só lícito falar em ideologia, como é ela, juntamente com o sujeito, tomada como princípio organizador da FD⁸. Em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1997, p. 161), vai afirmar categoricamente “que os indivíduos são *interpelados* em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam *na linguagem* as formações ideológicas que lhes são correspondentes”; ou seja: essa identificação se dá por meio da forma-sujeito⁹, que, em um primeiro momento, é dotada de unicidade. Isso implica pensar a Formação Discursiva como

⁸ Aqui percebe-se que, para pensar a FD, Pêcheux leva em conta a relação entre língua, sujeito e história o tripé fundador da AD.

⁹ Forma sujeito é a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui. Esta identificação baseia-se no fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. Também chamado de *sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico* de uma determinada formação discursiva, a *forma-sujeito* é responsável pela ilusão de unidade do sujeito. Fonte: <http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html> Acesso em: 18/01/2022.

sendo fechada e homogênea. O sujeito, nesse caso, se identifica plenamente com a *forma-sujeito* (grifos do autor).

Ainda para Indursky (2007), aponta que *só há espaço para a reduplicação da identidade; por conseguinte, só há lugar para os mesmos sentidos*. Dito diferentemente: neste momento, ainda não há espaço para alteridade e a diferença nem para contradição. *E a identificação do sujeito se dá diretamente com a Forma-Sujeito, responsável pela organização dos saberes que se inscrevem na Formação Discursiva* (grifos nossos).

No entanto, na mesma obra, Pêcheux apresenta mais adiante que essa consideração é da ordem do desejo: a unicidade do sujeito e a homogeneidade e o fechamento da FD são maneiras ideais de se pensar esses conceitos. Então, depois de repensar o conceito de forma-sujeito, Pêcheux apresenta um sujeito dividido, que pode ou não se enquadrar perfeitamente na *forma-sujeito* que rege determinada FD.

É nesse momento que o filósofo apresenta os conceitos de *bom* e de *mau* sujeito. O primeiro retoma o conceito de Foucault em que o sujeito se identifica plenamente com a forma-sujeito da FD, revelando a 'unicidade imaginária do sujeito', como afirma Pêcheux. O segundo conceito dá conta daquilo que Foucault não considerou: um sujeito que se contrapõe, se *contra-identifica* com os saberes da *forma-sujeito*. O sujeito se distancia da forma-sujeito, mas ainda permanece na FD, que, nesse caso, não é mais homogênea e regular, como postulou Foucault, mas sim heterogênea formada por diferentes posições-sujeito¹⁰. A partir daí, segundo Indursky (2008), o sujeito não se identifica mais com a forma-sujeito da FD em que está inserido, mas com uma das posições-sujeito que nela coabitam; ou seja, o sujeito não se identifica com a totalidade de saberes de uma FD, mas só com uma parcela desses.

Nesse sentido, Grangeiro (2008) afirma que, no interior de uma FD se entrelaçam vozes que dialogam e, ao mesmo tempo, se divergem, pois sempre haverá espaços para as contradições. Logo, é válido considerar o lugar da falha, da

¹⁰ Posição-sujeito é o resultado da relação que se estabelece entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada formação discursiva. Uma posição-sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Deste modo, não há um sujeito único, mas diversas posições-sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Fonte: <http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html> Acesso em: 27/05/2022.

contradição, do equívoco, do deslizamento de sentidos. Para Pêcheux (1988) uma dada FD sempre se constituirá do outro – esse que é entendido como o **interdiscurso**.

Outrossim, há, ainda, uma terceira modalidade considerada por Pêcheux que ocorre quando o sujeito não se identifica mais com a FD onde se insere e se desloca para outra FD, porém, nesse caso, há o que se reconhece como uma desidentificação do sujeito. Para Indursky (2008), a desidentificação pode ocorrer de duas maneiras:

a) a já citada anteriormente, quando um sujeito se desidentifica com uma forma-sujeito e se identifica com outra já pré-existente, deslocando-se para lá;

b) a segunda maneira relaciona-se com o que Pêcheux chamou de Acontecimento Discursivo¹¹.

Nesse último caso, o sujeito rompe com os saberes de uma determinada FD e identifica-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição, ou seja, surge uma nova FD e uma nova *forma-sujeito*. Sendo assim, o mais viável e interessante no trabalho realizado por Pêcheux é perceber que ele ainda dá espaço para as regularidades propostas por Foucault, mas percebe que as irregularidades existem e também são constitutivas das formações discursivas e que é impossível pensar uma sem a outra.

Assim, é importante ressaltar que, a partir dessa mudança na maneira de conceber a forma-sujeito, também é alterado o modo como se concebe a FD. Ela não pode ser mais vista como um espaço homogêneo; ela torna-se heterogênea, irregular e aberta, ou seja, suas fronteiras não são mais tão rígidas. Os limites são porosos permitindo a entrada de saberes que antes não lhes eram próprios. E é esse movimento de saberes entre as FD que acaba repensando as *formas-sujeito* ou, até mesmo, transformando-as em outras.

¹¹ Sugerimos, nessa perspectiva, a leitura do artigo de Indursky (2008), onde ela apresenta a diferença entre Acontecimento Discursivo e Acontecimento Enunciativo.

c) Gesto 3: J. J. Courtine

Segundo Gregolin (2007), Courtine tem papel fundamental no processo de desenvolvimento da noção de Formação Discursiva, pois essa interlocução com Pêcheux e as bases teóricas formuladas por Foucault fará com que Courtine proponha uma 'nova fronteira' que possa se deslocar e direcionar para outra direção: a memória discursiva.

Dito isso, Courtine manterá a ideia da Formação Discursiva de maneira heterogênea – essa constituída anteriormente por Pêcheux. Instituiu assim, que toda FD é heterogênea, instável e tem seu limite definido pelas fronteiras internas e externas por suas inscrições diversas, bem como os deslocamentos que lhes são necessários pelos conflitos por meio da ideologia.

No entanto, ele avançou nos estudos de Pêcheux no momento em que repensaram os conceitos de *forma-sujeito* e de *formação discursiva*. Na proposta de Courtine, o desdobramento das posições-sujeito proposto por Pêcheux ainda era insuficiente para descrever a forma-sujeito. Para ele, coexistem, em uma mesma formação discursiva, diversas posições-sujeito: elas refletem o grau de identificação do sujeito com a forma-sujeito que rege a uma determinada FD. Dessa maneira, o domínio da forma-sujeito a partir das diferentes posições-sujeito (em uma FD) poderá ou não se identificar com o sujeito da enunciação em relação ao sujeito do saber.

Outrossim, de acordo com Brandão (2004, p. 51), Courtine ao coadunar com as abordagens de Pêcheux e Foucault apontou elementos contraditórios a partir dos eixos existentes no objeto de análise do discurso:

a) nível do enunciado: sistema que determina o que pode e deve ser dito por um sujeito falante num dado lugar, numa dada conjuntura no interior de uma FD, sob a dependência do interdiscurso. Esse nível é o lugar da constituição da matriz de sentido de uma FD [...];

b) nível de formulação: refere-se ao estado terminal do discurso, onde os enunciados manifestam certa 'coerência visível

horizontal. Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do ‘feixe complexo de relações’ de um sistema de formação.

Por isso que, para a Análise do Discurso, é sempre primordial analisar concomitantemente o *intradiscorso* de toda a sequência discursiva e o *interdiscorso* que está associado a uma FD.

1.3.3.7. Dos constituintes fundamentais aos gestos de leitura ...

[...] o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina [PÊCHEUX, 1997, p. 163, grifo do autor].

A partir das abordagens anteriormente alocadas - centraremos nossa atenção em Michel Pêcheux (1997), que vinculou seus escritos de acordo aos pensamentos lacaniano e althusseriano. Essas premissas teóricas também deram abertura para que pudesse trabalhar nos princípios da determinação que foi utilizada principalmente por Althusser (1988) para pensar *a questão da eficácia da estrutura*.

Na realidade, Althusser insistiu na reflexão sobre a natureza da totalidade social, pois aparece de maneira incisiva no trabalho teórico de Marx (1988), especificamente com o conceito do *modo de produção* – essa, por sua vez, contrariando as formas hegelianas ou mecanicistas das quais a questão da determinação da estrutura da totalidade social era discutida dentro do pensamento marxista. Isso posto, do pano de fundo desses desenvolvimentos surgiu a reflexão de Althusser sobre ideologia – essa que ganhou profundidade incomum com o artigo *Ideologia e Aparelhos de Estado Ideológico* (ALTHUSSER 1988) - reflexão que deve ser pensada como uma busca no território aberto pelo conceito de sobre a determinação.

Nessas perspectivas, acima discutidas, consideramos ser pertinente o fato de que a *ideologia* e o *sujeito* não podem ser concebidos de maneira clássica, mas na constituição imposta pela ideologia sobre os sujeitos: determinados, ou até mesmo, constituídos, ou seja: uma implicação mútua pela categoria do *sujeito tornar-se* por

meio da *interpelação*. Esse processo antes já discutido na referida tese, mas que requer sempre o *vai-e-vem interdiscursivo*, pois ao observarmos tal processo-causa de maneira direta uma *relação imaginária* pelas suas *condições de existência*. Nessa perspectiva, os sujeitos, cujo *status* teórico está sempre na *ordem dos efeitos* esses que se constituem como *causas* – ou seja, garantindo a reprodução das relações sociais de produção, onde os *indivíduos* afetados pela ideologia serão sempre *sujeitos* úteis e politicamente dóceis nessa via de acesso.

Sendo assim, ao romper a concepção idealista da natureza, bem como da eficácia da ideologia – essa operante da *ação das ideias*, Althusser vai distinguir a ideologia particular como aparato específico e validará a concepção histórica ilimitada para referir os mecanismos ideológicos como uma eficácia independente da casualidade das ideias: *interpelação, existência da ideologia como prática, reconhecimento-desreconhecimento* – onde a constituição de indivíduos como sujeitos – esses sujeitos que irão se manifestar no *Sujeito* uma ‘garantia’ ratificada na evidencia da ideologia. Outrossim, tal ‘garantia’ que constituirá o ‘seu mundo’, bem como o ‘seu sentido natural’ – Althusser (1988, p. 53) aponta que:

Como toda evidência, mesmo aquela pela qual uma palavra "designa uma coisa" ou "possui um significado" (incluindo, portanto, a evidência da transparência da linguagem) esta evidência de que você e eu somos sujeitos - e que isto não é um problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (grifos do autor).

Nesse viés, Althusser vai apontar a necessidade de pensar na ‘intervenção da linguagem’ – essa como mecanismo da interpelação por meio das diferenças existentes no sistema de produção e na reprodução das relações de produção que serão de maneira prática, estabelecidas e preservadas como ponto de apoio e, ao mesmo tempo, de partida para o discípulo, digamos, mais determinado nas questões que envolviam as ciências humanas: Michel Pêcheux (1975), que levou a cabo a expressão lógica pelas ‘observações seminais’, dessas que temos lidado, Pêcheux, por sua vez, propôs um novo conceito, o *processo discursivo*.

1.3.3.8. Da Formação Ideológica ...

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido [ORLANDI, 2002, p. 13, grifo da autora].

A partir desse ponto, situamos nosso pensamento para o marco teórico criado pelos estudos de Michel Pêcheux (1990) tendo assim como base na hipótese de que as *disputas discursivas* em seu movimento são componentes da formação de significados inseridos historicamente na sociedade. Isso posto, a partir da ideia de desenvolvimento ideológico e, ao mesmo tempo, ao se concentrar na *expertise* teórica de Pêcheux (1990), onde enfatizará em seus escritos que *a interpelação dos indivíduos em sujeitos foi possível instaurar conceitos decisivos na e para formação teórica de discurso, bem como do sujeito nesse processo.*

Ao contrário de serem *individuais* ou *universais*, para Pêcheux; Fuchs ([1975] 1997, p. 166) “as formações ideológicas são por sua natureza, um conjunto complexo de crenças e representações que estão mais ou menos e, intimamente relacionadas, com perspectivas de classe opostas”. Ou seja, explicam de que maneira o Materialismo Histórico por ser uma área-base ao componente teórico de Pêcheux, que as Instituições de Ensino Superior, doravante (IES) são locais onde ocorrem as lutas – *Lutas de Classes*. Apontam também que determinadas posições políticas e, ao mesmo tempo, ideológicas em conflito – sempre estão organizadas em ‘*formações*’; essas comumente também são apontadas as posições políticas e ideológicas que mantêm entre si as *relações antagônicas* sejam elas *aliadas* ou *dominantes* – daí a terminologia *formação ideológica*.

A tese althusseriana, por sua vez, ganha cada vez mais destaque, pois a ideia conceitual, agora de formação ideológica, para Pêcheux; Fuchs ([1975] 1997, p. 167) aponta que esta [...] “lei constitutiva da ideologia nunca é realizada em geral, mas sempre através de um determinado conjunto complexo de formações ideológicas”.

Ainda, nessa abordagem, a capacidade de intervir como uma força em conflito com outras na conjuntura ideológica de uma determinada *formação social* (FS) é uma característica das formações ideológicas. Sendo assim, é válido afirmar, nesse

sentido que, as *formas discursivas* dentro dessas ligações irão constituir as Formações Ideológicas (FI) e também as Formações Discursivas (FD) nessas relações constitutivas. Para Pêcheux, ([1975] 1995, p. 160) vai apontar que as FD são “aquilo que, em uma determinada formação ideológica, regula o que pode e deve ser declarado”; ou seja, se articula com cada uma delas. Na mesma linha de raciocínio, para Pêcheux (1990, p. 259) as formações ideológicas em termos de suas relações de classe, é importante levar em conta o quão regionalizadas elas estão, como pode-se observar a seguir:

É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas” (grifos do autor).

Dessa maneira, Pêcheux (1995) discutirá, portanto, a ideia de *construção discursiva* em relação ao aspecto da ideologia; além disso, *o que está em jogo no discurso* é o

[...] conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

Assim, teoricamente, Pêcheux, com essas abordagens, nos afeta diretamente ao afirmar que a essência da ideologia é a sua prática em excesso em vez de insuficiente, pois o excedente é um *indicador discursivo* da ação manifestada da política ideológica do discurso – sempre um aparte na linguagem.

Dessa maneira, a partir das alusões acima apontadas em nossas abordagens - *todos os discursos são ideológicos*. Entretanto, não no sentido de ‘falsa consciência’, ocultação ou mascaramento, mas sim no sentido de que a ideologia é inerente ao signo, permitindo assim que a linguagem possa conduzi-lo a criação, a produção do significado ou na manipulação da construção da referência – isso posto, pelo signo possuir um caráter arbitrário.

1.3.3.9. Da Formação Imaginária ...

De que afinal se busca proteção nesse jogo de espelhos em torno de uma falta cujas posições se refletem e se alternam infinitamente? [COURTINE, 2009, p. 23].

A partir das premissas vinculadas por Pêcheux (1990) *o discurso tem um sujeito A e um destinatário B que estão situados em pontos específicos da estrutura de uma formação social*. Tais perspectivas passam por mudanças nos *processos discursivos* e também em suas representações – a saber, sociais. Esses jogos que se materializam em *efeitos de sentido* entre os sujeitos pela troca das informações – ou seja, vai implicar no discurso o *imaginário social* que resultará das relações de poder e dos sentidos instaurados nessa formulação/forma comunicativa.

Nessa abordagem, podemos perceber que, é por meio dos *processos discursivos* ‘tidos como visíveis’ na materialidade da linguagem que a ideologia se faz presente e carregada da ‘ignorância dos significados’; ou seja, esses processos irão funcionar, de certa maneira, como *aparência* pela influência ‘direta’ do ‘proposto significado’. Tal razão faz com que acreditemos que os sujeitos terão influência sobre o que dizem e que são determinantes como fonte do significado – ledô engano.

Para Indursky (1994), quando levanta a questão da composição ideológica e psiquiátrica do sujeito do discurso – afirma que esse sujeito já interpelado tem uma conexão direta com o *imaginário*, pois esse é estruturado como um *sujeito em referência ao simbólico*. Esses lugares instituídos como o **A** e **B** se constituem mutuamente; a imagem que refletem os lugares um do outro se designam pela sequência das *formações imaginárias* – essas em ações diretas nos processos discursivos.

Nessa mesma vertente do pensamento, segundo Pêcheux ([1969] 2001, p. 83) irá constituir a existência das *formações imaginárias* na discursivização a partir de:

IA (A): Imagem do lugar de **A** para o sujeito colocado em **A** -
Quem sou eu para lhe falar assim?

IA (B): Imagem do lugar de **B** para o sujeito colocado em **A** -
Quem é ele para que eu lhe fale assim?

IB (B): Imagem do lugar de **B** para o sujeito colocado em **B** -
Quem sou eu para que ele me fale assim?

IB (A): Imagem do lugar de **A** para o sujeito colocado em **B** -
Quem é ele para que me fale assim?

Dessa lógica, percebemos que, cada um dos mecanismos da *formação social* pode conter regras que projetam e carregam determinadas relações, bem como *situações discursivas* e *posições* desses atores. Para tanto, as relações imaginárias podem ser vistas pelas posições dos atores desses discursos que irão influenciar nas condições da formação do discurso.

Outrossim, Pêcheux ainda aponta que o processo discursivo requer, o que ele chamou de antecipação *do remetente* (essa pelas representações do receptor), ou seja, tem como base estratégia discursiva. Assim, ao lidar com essas antecipações - o que é dito vem antes das respostas alusivas a **B**, de certo modo, sendo aprovada ou não, as decisões em **A**; logo, as expectativas instauradas nos discursos serão por vezes (se não sempre), superadas pelo que *já foi ouvido e expresso* - o que se torna a base das criações imaginárias.

Sendo assim, é possível pensar sempre na possibilidade de cada vez que o sujeito de um discurso se *mobiliza* para falar, ele produz uma operação discursiva que alude as estruturas hipotéticas inseridas na linguagem. Assim, Pêcheux (1990) afirma que o discurso de um sujeito assume um destinatário que em uma posição específica dentro de uma formação sócia; esse *lugar* é representado no discurso por *construções fictícias que significam o local* que o sujeito e o destinatário atribuem um ao outro, ou a impressão que eles formam de seus respectivos lugares.

1.3.3.10. Da Formação Social ...

É no interior desse trabalho que o presente estudo visa intervir, não para abrir a via mítica de uma *quarta tendência* que “resolveria” a contradição (!), mas para contribuir para o desenvolvimento dessa contradição sobre uma base material no interior do materialismo histórico [PÊCHEUX, 1997, p. 22, grifos do autor].

A partir daqui, observaremos as bases de um dos pontos fundamentais que Fuchs; Pêcheux (1975) quando apontam nessa direção, principalmente ao discutir ‘linguagem’, ‘discurso’, ‘formação social’ – esses fatores instaurados em Análise Automática do Discurso, doravante (AAD-69). Sendo assim, ignoram as circunstâncias das articulações produzidas no ambiente acadêmico – isso posto “[...] nas condições atuais do trabalho universitário tudo concorre para tornar mais difícil a articulação teórica entre essas regiões” (p. 161).

Essa observação apontada pelos autores remete ao objeto de ‘uma dada formação social específica’ e que, nas sociedades de classes, a luta de classes é subsumida ao assunto – segundo os autores – a partir da constituição marxista. Pois também apontam a relevância do trabalho de pesquisa para a Análise do Discurso (AD), bem como a necessidade de se integrar o ‘*determinante: relações de produções*’ com outras variáveis e, ao mesmo tempo, explicativas.

Pêcheux (2010) após rever seus estudos irá vincular os demais conceitos, em especial, o *sujeito discursivo*, pois suas determinações sociais terão seu trabalho como base e permitirá possibilidades nas interpretações e gestos de leituras que possam entender o discurso na história por meio dos processos sociais – isto porque só será possível por intermédio conceitual do materialismo histórico-dialético que propôs a análise do discurso de linha francesa.

Nesse ponto o vínculo entre tomada de posição e objetividade materialista, enquanto tomada de posição em relação — ao que é: o ponto de vista do proletariado não é nem um ponto de vista confortável com outros na pesquisa desinteressada da verdade (a cada um, seu ponto de vista, e, acima de todos, a verdade inacessível) nem um ponto de vista universal, de direito, embora, de fato, sendo o ponto de vista de um classe. É enquanto ponto de vista de classe que ele é

objetivo, e isso ao longo de toda história (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 209, grifo do autor).

Neste sentido, de acordo ao abordado, qualquer explicação ou interpretação do discurso se funde ao conhecimento das relações de produção e do contexto histórico que deu origem a essa atividade. Pois, Pêcheux ([1975] 1988) coloca ênfase na independência da realidade da cognição; via de regra, propondo que a análise do discurso parte 'da teoria do discurso pecheuxtiana' que rejeita ou descarta veemente essa premissa cognitiva. Como toda FD está ligada a uma FI inserida na estrutura da AD – tais estudos destacam o *elemento discursivo* da FD e omite categoricamente a conceituação de FI. Para tanto, vejamos como Pêcheux caracteriza essa linha de raciocínio:

[...] sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas, nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode ser e deve ser dito (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 160, grifos nossos).

Pêcheux ([1975] 1988) retoma esse ponto de vista para deixar, sem sobras de dúvidas, que nada se escapa ao histórico – pois há sempre uma oportunidade de se *explicar o real*, esse de acordo ao gesto empregado na compreensão do método dialético pensado pelo pesquisador e filósofo (sempre preocupado ao funcionamento da língua (estrutura) e da linguagem (acontecimento) num dado momento ou contexto social; um pensador além do seu tempo ...

Outrossim, a base teórica do discurso deixa claro que, apesar de considerar a *Análise do Discurso como um campo de interpretação - é suscetível às posições dos sujeitos sociais*, pois constrói assim a base para uma teoria objetiva da subjetividade (como sempre reforça ao longo dos seus escritos); em suma, *a subjetividade para Pêcheux é e pode ser influenciada pela história – ou seja, o histórico-social em sua sociabilidade mais ampla da palavra.*

1.3.3.11. Do Interdiscurso - do centro da / na linguagem ...

[...] seguindo M. Foucault, um *domínio de memória*, isto é, um conjunto de práticas discursivas, produzidas em lugares heterogêneos da prática social e que circulam entre esses lugares, práticas que fornecem à AD os elementos pré-construídos que dão forma e consistência a seu projeto [...] [COURTINE, 2006, p. 15, grifos do autor].

Para Orlandi (2005), haverá sempre duas perspectivas pelas quais as *condições de produção* podem ser abordadas: a primeira vai sugerir pensar sobre elas – caso que podemos apontar o contexto em que a língua é produzida; já no segundo momento, sugere pensar de maneira abrangente sobre elas, mas em contexto histórico e também ideológico.

Nessas condições, sob as quais os discursos são produzidos [em sua amplitude], pode ser incluída, por sua vez, a concepção de *memória*. A memória, caracterizada como *memória discursiva*, pode ser instituída materialmente como *interdiscurso*, pois poderá ser apontada no contexto do discurso. Dessa lógica, dizemos, então que, o *interdiscurso* está no patamar da *memória* [para melhor compreensão: o conjunto de ditos – esses que podem compor o discurso a partir dessas premissas].

Via de regra, o interdiscurso pode ser apontado a partir de *tudo que já foi falado* sobre ‘um dado assunto’ – porém, agora é ‘esquecido’. Como dito, o interdiscurso é difícil de ser identificado, pois deve assumir uma ‘gama’ de reivindicações sociais e, ao mesmo tempo, históricas que, por vezes, são *externas ao sujeito* e também *anteriores a ele*. Vejamos o que nos diz Orlandi (1992, p. 89-90), ao reforçar o nosso ponto de vista sobre a abordagem:

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que *sempre já há discurso*, ou seja, que o enunciável (*o dizível*) *já está aí e é exterior ao sujeito enunciator*. Ele se apresenta como série de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (grifos nossos).

Nessa perspectiva, fica claro que o *interdiscurso* vai ser construído a partir de uma espécie de *'memória'* já que é *'já pronunciado'*, se constituirá como *'pré-construído'* – assumindo assim, uma estreita relação com a *história*, bem como ao *social*. Desta forma, usaremos aqui o descritor/marcador *mulher* como objeto de análise: se for considerado como interdiscurso *'tudo que foi dito anteriormente'* sobre as mulheres, por exemplo, ao longo dos séculos e, atualmente em diferentes abordagens – como essa *'noção'* deve ser atotada? Por exemplo, lemos: *'submissas aos maridos, amásios, ficantes etc.'* ou *'focadas em cuidar do lar'*.

Dessas considerações acima, *tudo o que já foi dito e sua pré-construção sobre a mulher* vai funcionar como um *apontamento interdiscursivo*, pois cada um desses ditos está engajado no *'mesmo momento social e histórico em que se foi enunciado'*.

Isto posto, se observarmos o *'já-dito'* – ele deve ser *'esquecido'* para que a materialidade do interdiscurso possa abordar o assunto de maneira em que *'faça sentido'* o próprio enunciado proferido e, dessa maneira, teremos o *esquecimento*, este como assim conhecemos.

Ainda pela perspectiva de Orlandi (2005), o fato de *'esquecer coisas num dado diálogo'* – como o esquecimento enunciativo apontado por Pêcheux (1997), vai identificar como *uma forma mais comum de amnésia*: dessa feita, o esquecimento ideológico pode ser apontado como *esquecimento [1]*, e o *esquecimento [2]*, ou enunciativo que é referendado pelo método segundo o qual os interlocutores empregam as palavras enquanto estão sendo usadas para formar o novo discurso.

É importante observar esse ponto de partida sobre o esquecimento de acordo as premissas em Pêcheux, pois *as pessoas tendem a utilizar certas palavras ao invés de outras – ou seja, provando assim que a maneira pela qual a palavra é dita pode afetar o significado que é pretendido ao se proferir um dado discurso*. Logo, a forma pela qual o dizer é *dito* não é irrelevante aos significados. Por isso é que o que se deseja dizer, frequentemente, é expresso na forma de *sequências de paráfrases*, ou outras formas de paráfrases - isto é: *um esquecimento parcial dos discursos anteriores, processo que é semiconsciente*.

Para Pêcheux; Fuchs ([1975] 1997, p. 176):

[...] a enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é selecionado e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui

o universo do discurso) e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio no campo de “tudo o que seria possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse” (grifo do autor).

Assim, é válido instituir que ocorre ‘um dado *esquecimento semiconsciente*’ quando o sujeito escolhe certos itens lexicais e refuta outros. Por exemplo, nos Boletins de Ocorrência lavrados por um escrivão de polícia [este revestido da autoridade do Aparelho Repressivo do Estado], validará de maneira contundente essa ‘semiconsciência’.

No que tange ao *esquecimento ideológico* ou *esquecimento* [1] que está diretamente relacionado ao *interdiscurso*, é por meio desse esquecimento do que é dito nas atividades discursivas que estão relacionados os *discursos preexistentes à memória no momento em que o evento discursivo é produzido*.

Ainda para Pêcheux; Fuchs ([1975] 1997, p. 168):

O ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva (grifos nossos).

Ainda, é importante salientar que uma dada *formação discursiva é sempre influenciada por outras formações discursivas* – dessas com as quais se relaciona ou às quais se opõe. Nesse caso, o discurso será sempre cruzado por outra formação discursiva ou rejeitada. Logo, o *interlocutor esquece* os discursos pré-existentes que só reaparecem durante a enunciação quando estão engajados.

Essas abordagens de que o *esquecimento é estruturante* nos permite pensar na composição de sujeitos sociais que, esquecendo o que já foi dito, se conectam com outros dizeres e, depois, constroem seus “novos” discursos. É possível pensar também que o discurso *é influenciado tanto pela história como pela ideologia* – sendo assim, ao se declararem como tal, irão tornar-se de fato o *esquecimento como estruturante* nesse processo discursivo.

Assim, a formação discursiva irá permitir a coexistência de diversas línguas inseridas em uma única. Esse pormenor impacta diretamente o conceito de FD – esse definido pela AD de linha francesa. Tal reconhecimento implica a *heterogeneidade*,

tida como componente da própria criação discursiva, pois *incorpora numerosas outras formações discursivas e suas fronteiras variam em resposta a confrontos ideológicos*, enquanto sua natureza fluida nos impede de poder discernir entre seu interior e seu exterior.

Com isso, o *interdiscurso* pode ser entendido como a *totalidade do que já foi dito que apoia o que pode ser dito, indo muito além de uma simples relação entre discursos*. Entende-se que não é apenas a relação direta ou indireta entre discursos, mas também o fundamento de toda atividade discursiva. Ao contrário, *não existe um discurso que não seja afetado pela memória e historicidade, e não existe um discurso no vácuo interdiscurso*.

1.3.3.12. Das relações - Discurso-Interdiscurso [um aparte] ...

[...] Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar terminar as diferentes maneiras de não dizer; como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos [FOUCAULT, 2021, p. 30-1].

Pêcheux (1984) em seu texto: “Metáfora e Interdiscurso”, (*In*: Orlandi, 2011, p. 151-161), no chama a atenção para a questão da *materialidade discursiva* e suas especificidades dos objetos, pois seus processos se inscrevem por meio das circulações que compõem cada forma na *produção discursiva do sentido de um enunciado*. Isto posto, coloca em jogo a natureza semântica e pragmática – essas como instâncias autônomas à língua; sendo assim, é válido apontar para o que Pêcheux (*idem*) chama de *ponto-zero* (este provindo do sujeito como ponto de partida às suas percepções empíricas) das temporalidades dos significantes – desses que não podem ser considerados original. Nesse sentido, aponta que o espaço de troca entre múltiplos discursos que, convenientemente são por vezes selecionados – *não o discurso em si*, mas *a unidade analítica relevante* irá estabelecer uma ‘certa superioridade’ no *interdiscurso* sobre o *discurso*. Dessa constituição são apontadas duas premissas:

[a] a especificidade do discurso surge de sua relação com outros discursos;

[b] a ligação interdiscursiva seria a única fonte da estrutura de identidade dos discursos.

Dessas premissas, a autora afirma que é preciso fazer uma distinção para compreendermos a importância dos processos: cosmo discursivo; campo discursivo e dos espaços discursivos, cada um deles a partir da essência do interdiscurso. Assim, apontou que todo o universo discursivo pode ser considerado a partir de conjuntos de FD e dos tipos que irão interligar numa dada conjuntura social e ideológica.

Sendo assim, observamos que, um dado conjunto de FD se *completam entre si* e, de certa maneira, isso vai impor limites nas áreas distintas e específicas do universo discursivo ao campo discursivo. Tais FD também devem compartilhar a mesma formação social, doravante (FS), pois pertencem ao mesmo tempo, mas se constituem de maneiras diferentes. A título de exemplo: gramatical, filosófico, político e, com o resultado se divergem. É dessas diferenças que há forçosamente uma ‘aliança’, ‘debate’ ou ‘neutralidade’ nesses vieses constituídos pela linguagem.

Assim, para pensar tais processos como instâncias materiais, Pêcheux (1997) especifica que é por meio da ‘história’ que o *terreno da luta é deslocado* de maneira progressiva que, por vezes, tornam-se uma *nova luta* que conduzem e enfrentam *direções diferentes por meio dos interesses em jogo por causa estritamente ideológica* – pensemos aqui a seguinte reconfiguração: *interesses ideológico-sociais em pauta*.

Tais processos de reconfiguração contínua que compõem o interdiscurso envolvem liderar uma formação discursiva para absorver peças pré-construídas criadas externamente. Além disso, esta *formação discursiva é obrigada a fazer referências a suas próprias partes constituintes, redefinir-se, criar seu próprio retorno e planejar sua repetição*. No entanto, ela é *motivada a forçar seu eventual apagamento, esquecimento ou mesmo negação*.

Como resultado, é necessário levar em conta também a ‘*equivalência*’ *entre o discurso e o mundo exterior, inscrevendo o interdiscurso no centro do intradiscurso ou, em outras palavras, inscrevendo o outro no mesmo a incapacidade de distinguir*

entre o funcionamento intradiscursivo dos discursos e como eles interagem aos sujeitos na linguagem.

1.4. Do Sujeito

1.4.1. Princípios das / nas malhas de autoria¹² ...

A autoria será aqui tratada, considerando os processos de subjetivação em Michel Pêcheux, a partir do qual uma *forma-sujeito* ocupa um lugar social e sua tomada de posição na enunciação o insere em um lugar discursivo; estabelecendo um diálogo teórico com a noção de *função-autor* em Michel Foucault, que a considera a partir dos princípios de nomeação, apropriação, atribuição e posicionamento, além de trazer para a discussão a questão dialógica em Mikhail Bakhtin, cuja noção de subjetividade recai na dicotomia *monofonia X polifonia*.

Trata-se, pois, de abordar a questão da subjetividade como uma constituição enunciativa que se funda a partir de efeitos de sentidos que, num processo deslizando e descontínuo, caminha historicamente pelos discursos. Não se pode esquecer, no entanto, que tais discursos, muitas vezes são superpostos, transversais e interpelados ideologicamente. *É essa superposição e transversalidade* no tempo e no espaço que naturalmente constitui uma rede de sentidos em virtude de uma inscrição ideológica *que se estabelece entre as palavras que formam um dado enunciado*.

É relevante dizer que a produção de sentidos ocorre numa arena de tensão em que há sempre conflitos e confrontos, porque o discurso é um embate permanente entre forças opostas, ou seja, ao se afirmar alguma coisa automaticamente se nega outra. Nesse sentido, *o discurso como materialidade linguística* é, também, dotado de

¹² O presente texto tem suas ancoragens a partir dos diálogos entre os professores *Francisco Ferreira Moreira (In memoriam)*, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e *Sérgio Nunes de Jesus* – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) entre setembro de 2010 a janeiro de 2011, sendo interrompido em março de 2011 – infelizmente. O que apresentamos aqui é fruto dessa inquietação que é fundamental aos estudos do discurso e suas ramificações de sentidos. Ressalto aqui: - meus sinceros agradecimentos aos colegas *Ida Lúcia Machado* – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e *João Bôsco Cabral dos Santos* – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) pelas contribuições e a finalização em parte desse diálogo - aparando os fios que ainda estavam por ser costurados teoricamente. Agradecemos também ao estimado professor *Celso Ferrarezi Junior* – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) que, gentilmente, incursionou nesses primeiros diálogos ainda em Rondônia (época que era Diretor do *campus* Guajará-Mirim (UNIR).

espessura e opacidade em virtude da multiplicidade de sentidos e *da ação interdiscursiva que atravessa a enunciação*.

A ironia, por exemplo, como efeito de sentido faz emergir uma heterogeneidade enunciativa, na medida em que se constitui a partir de atravessamentos discursivos, da presença de outras vozes no discurso, produzindo um efeito polifônico, de natureza interdiscursiva, além de instaurar um distanciamento entre o que se diz e o que se faz sentido.

1.4.2. O efeito de autoria - lugares constituídos ...

A partir dessa perspectiva conceitual é importante explicitar como se dá o efeito de autoria a partir da emergência do sujeito na enunciação. Entretanto, é relevante observar que a autoria aqui é tratada como um processo de subjetivação, uma instância discursiva que reflete um posicionamento sócio-histórico e ideológico, constituindo-se em uma *movência* de *posições / lugares*, na alteridade entre unidade e dispersão na realização languageira dos discursos.

Assim, a autoria, como instância discursiva, inscreve-se nessa *movência enunciativa* que coloca a instância-sujeito numa diversidade de lugares, numa multiplicidade de representações possíveis. Dessa forma, *o discurso da autoria emerge enquanto condições de funcionamento de práticas discursivas específicas*. Na medida em que se observa o processo de construção do discurso, *é preciso considerar a historicidade pela qual se articula uma enunciação para produzir um efeito de autoria*. Tal efeito só encontra materialidade na função-autor.

Para falar da função-autor, Foucault (1992) problematiza alguns princípios que norteiam sua constituição, tais sejam: *a nomeação, a apropriação, a atribuição e o posicionamento*. A nomeação diz respeito à impossibilidade de se tratar a autoria como uma descrição definida. Assim sendo, a autoria jamais pode estar vinculada a um nome próprio ou comum de autor.

No que se refere à apropriação, Foucault (*op. cit.*) discute a impossibilidade do processo de autoria ser considerado como propriedade ou responsabilidade de um sujeito na concepção de um texto. Nessa perspectiva, a autoria não comporta nem as relações de produção, nem as de *invenção / criação*, tampouco as que definem o que

permite dizer que há uma obra. A esse respeito, é relevante evocar aqui, as noções de *esquecimento* (fundamentos serão discutidos um pouco mais no decorrer das nossas incursões) apontadas por Pêcheux (1995). O esquecimento *número um* diz que não existe enunciação inédita, uma vez que; toda enunciação é fruto de uma historicidade que a constitui como tal.

Nessa mesma linha de raciocínio, o esquecimento *número dois* afirma que, o sujeito não é origem do dizer, pois *rediz um dito já enunciado*, desta feita - segundo sua de visão de mundo.

A questão dos esquecimentos sugerida por Pêcheux (*op. cit.*) corrobora a posição foucaultiana de *impossibilidade de apropriação* no caso da autoria - cada texto *refrata / rediz / re-enuncia* uma historicidade pré-existente que é crivada por uma *instância-sujeito*, no entanto, não lhe atribui nem propriedade, nem responsabilidade pela natureza enunciativa do dizer.

No que tange ao princípio da atribuição, Foucault (*op. cit.*) problematiza a quem se pode atribuir um dizer ou um enunciado, pois os ditos, que muitas vezes, são *já-ditos*, ao serem enunciados representam significações históricas de operações complexas raramente justificadas. Dessa maneira, como se atribuir um texto a alguém, ao se considerar essa recorrência descontínua e itinerante de dizeres? - Fica o nosso questionamento.

Pêcheux (*op. cit.*), por sua vez, alude a essa questão da atribuição quando se refere aos princípios de individuação e unicidade na articulação / encaixe de enunciados em uma cadeia de significações. Para ele, os dizeres são realizados de forma singular, ainda que historicamente fundados e vinculados a outros dizeres pré-construídos (individuação). Da mesma maneira, esses dizeres enviam a uma significação única, pontual, historicamente vinculada a um dado acontecimento enunciativo, no qual são enunciados (unicidade).

Dessa forma, como atribuir esses dizeres a alguém que não seja apenas uma instância-sujeito da enunciação? Outra vez, observamos o diálogo teórico entre Pêcheux e Foucault no que se refere a esse traço da função-autoria (o princípio de atribuição). É importante rever, mas no momento são apenas observações dessas instituições interdiscursivas que podemos pensar o princípio do posicionamento que aborda as posições-sujeito, historicamente constituídas no processo da autoria.

Sendo assim, para Foucault (*op. cit.*), trata-se, de certa maneira, da instauração de determinados campos discursivos que refratam essa função-autoria em diversos aspectos relacionados a uma obra, um texto. Nesse sentido, enumera-se desde a posição-sujeito de organização, até a sua inserção em uma determinada disciplina, ou mesmo sua transformação enquanto dizeres históricos que se traduzem em regimes de verdade, passando pelos aspectos de *referenciação, reprodução, narração, pesquisa e memória*. A esse respeito, é relevante trazer à tona, a discussão de Pêcheux (*op. cit.*) sobre a questão do sujeito discursivo, a qual comporta as diferentes formas de constituição em sua circunscrição enunciativa. Para ele o sujeito discursivo comporta uma *forma-sujeito* (pertencimento do sujeito em uma classe), um lugar social (o lugar que esse sujeito ocupa no interior da classe a que pertence) e um lugar discursivo (suas tomadas-de-posição, a partir do lugar que ocupa, na classe a que pertence).

Esse posicionamento pecheuxtiano revela que a *instância-sujeito*, enquanto sujeito discursivo de uma enunciação pode ocupar essa *transmutação de posições em seu processo de subjetividade*. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo, em que uma instância-sujeito ocupa uma dada *forma-sujeito*, pode, também, ocupar diferentes lugares sociais, diferentes lugares discursivos, ou ainda, ambas as facetas de seu processo de subjetividade. Outrossim, é / está relacionada com a questão do efeito de autoria expressa essa mobilidade *sujeitucional* no que se refere ao lugar dos sujeitos no interior de uma obra.

Nessa perspectiva, portanto, não há unidade discursiva, mas um *efeito* que se concretiza no *processo*, visto que o princípio de autoria situa o discurso pelo jogo da subjetividade, em que a função discursiva autor deriva da constituição discursiva dessa subjetividade. Assim, o efeito movente de multiplicidade pelo qual se configura a autoria, está diretamente vinculado à natureza enunciativa do acontecimento discursivo que reflete lugares e posições diferentes, que registra relações discursivas de subjetividade na configuração de uma instância-sujeito que enuncia e constitui o efeito de autoria (seja ela em suas multiplicidades materiais na linguagem).

1.4.3. Lugares possíveis à autoria ...

Para Garcia-Roza (2001), as alusões, no que tange ao *sujeito*, e, ao mesmo tempo, sobre a *subjetividade* – estes a constituir a própria essência do que se conhece como *campo psicanalítico* – esse composto por duas regiões que não permitem um desmembramento absoluto - a saber: *do aparelho psíquico e do campo pulsional*: sempre observando o preambulo na / da / para a linguagem. Nessa linha de raciocínio, Mazière (2007, p. 22) institui que o sujeito “se constitui no falante empírico e outro no enunciador linguístico”.

Nesse sentido, podemos caracterizar a primeira região, o *psiquismo*, como sistema estruturante do pré-consciente / consciente, mas também do inconsciente – essas premissas que podemos entender como a essência ou a própria constituição da subjetividade. Sendo assim, dificilmente podemos separar completamente as duas regiões. Dito isto, é importante apontar que, quando falamos desse aparato psíquico há de se pensar que suas referências aos constituintes pulsionais irão de maneira direta se articular, via de regra, pela questão simbólica e, nessa mesma abordagem, estão ligados na linguagem.

Já no que tange à segunda região, ou seja, ao campo das pulsões, este também está imbricado com a primeira região e ao mesmo aparato psíquico, pois é importante salientar que os fatores pertinentes da psicanálise, que ocorreram na era moderna, via de regra, a partir do discurso religioso-teológico, foram substituídos pelo discurso da ciência.

Logo, a ideia de *subjetividade* será predominante pela razão e, conseqüentemente, vinculada pelo *paramento da consciência*, esta pela premissa largamente conhecida “penso, logo existo”, ideia inconsciente que é subjugada pelo ‘reinado do penso, portanto, sou’. Digamos que é reduzida por uma ‘consciência’ quiçá desconhecida em que o ‘ego’ do sujeito [eu] é marcado diretamente pelo pensamento cartesiano, da obra *O discurso do método* (que foi discutida no início da tese ao abordar a questão do sujeito).

Dessa maneira, é importante ressaltar que, quando falamos em *sujeito*, é preciso dizê-lo, sem fazer alusões ou críticas ao longo da história social que *ele* é *sujeito do conhecimento e, portanto, da Lei, ou da consciência* – ou seja, dar como

ponto de referência a filosofia ocidental cartesiana. Sendo assim, Fernandes (2005, p. 43), fundamenta que o sujeito “[...] é constituído por diferentes vozes sociais, e é marcado por intensa heterogeneidade e conflitos – espaço em que o desejo se inter-relaciona a partir do social que se manifesta pela linguagem”.

Para entendermos melhor esse ponto de partida, Roudinesco; Plon (1998, p. 742) fundamentam que “René Descartes (1596-1650) e Immanuel Kant (1724-1804) até Edmund Husserl (1859-1938), o sujeito é definido como o próprio homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e atos”. Isto posto, Birman (2006) irá apontar para outra direção, que especificará que esse sujeito pode ser apontado como *narcísico e liberal*, pois cada pessoa define seu espaço em relação ao outro a começar por ele – como resultado, a questão do *inconsciente* vem à tona e vai se limitar, conseqüentemente, às condições fugares e adjetivadas pela *consciência*, ‘*a desconhecida*’; essas se caracterizarão na marca da subjetividade [unificada e dirigida pela consciência]. Dito isto, Orlandi (2003, p. 47) aponta que “[...] É a relação determinada pelo sentido – afetado pela língua – com a história”.

Neste contexto, apontamos agora como suportes dos ‘acontecimentos sociais’ os pensadores Marx, Nietzsche e Freud (1975), que direta ou indiretamente, *causaram rupturas*, principalmente, em *mitos e ideais de valores*, em plena era moderna. Logo, a esse respeito, Birman (2006) vai afirmar categoricamente que esses intelectuais, de certa maneira, encorajaram as *rupturas e seus eixos* que suscitaram inúmeras preocupações sobre o *domínio da razão*. Por esses gestos interpretativos – o autor coloca em destaque Karl Marx. Para ele, os vieses apontados pelo marxismo apontaram para o *declive do indivíduo*, pois, no que tange à política, bem como à economia, foi no reconhecimento das *forças produtivas* que o cerne dessas perspectivas se fundou.

Ainda na mesma linha de raciocínio, podemos perceber que a ideia do *clivo da subjetividade* torna-se fator preponderante para a teoria fundadora Freudiana. Nesse caso, a ideia era, de certa maneira, alcançar por meio de definições fundamentadas que o *inconsciente* se tornasse um *sistema psicológico* com seu próprio conjunto de regras e que assim pudesse estabelecer a separação de um sistema a outro – esses pela *consciência*.

Porém, tais separações ocasionaram inúmeras ocorrências psíquicas [distintas e, ao mesmo tempo, hostis]. Isto posto, se sinalizou uma *subjetividade cortada* e se apontou uma divisão de 'regimes' ou diversas formas de se operar com o psiquismo, segundo Garcia-Roza (2001). Foi a partir dessas alusões que Freud propôs a *definição de inconsciente* - mas como instância psíquica que funciona distintamente da regra da *consciência*.

Logo, o inconsciente, nasce para Freud, e vai funcionar com a criação da subjetividade e não apenas sob o aspecto desfavorável, vai ser descrita com a sua própria lógica: essa que será a oposição da consciência. Sendo assim, nesse caso, a sua 'suposta unidade' que permeia a subjetividade é quebrada; o "eu" e a *consciência desconhecida* são decretados, e uma *subjetividade dividida* é apontada pelo inconsciente.

Freud (2007) oferece essa ideia de dividir o aparato psíquico em instâncias: pré-consciente, consciente e inconsciente, e desenvolve a gramática do inconsciente em seu livro "A Interpretação dos Sonhos", especialmente, em seu sétimo capítulo. Ressaltamos aqui que a ideia de operação do inconsciente leva a considerar que não existem acontecimentos psíquicos arbitrários, uma vez que, são governados por uma lógica inconsciente. Isto sugere que o *inconsciente não é caos*, misterioso ou ilógico e que as formações inconscientes dos sonhos, dos piscos, dos lapsos e dos atos mal sucedidos, apontados na teoria freudiana como formas metafóricas de manifestação do inconsciente, demonstram a existência de um sujeito não unificado. Esse é o sujeito do inconsciente [é o que ele aponta como divisão entre o *sujeito de enunciação* e o *sujeito da enunciação* que Lacan desenvolveu a partir dos escritos freudianos].

Garcia-Roza (2000), por sua vez, vai apontar que Freud situa a psicanálise, desde seu início até sua conclusão, no *registro da linguagem*, definindo o que ele chamou de *parábola freudiana* – ou seja: *o surgimento do sujeito a partir da linguagem* – em que irá abordar outra observação igualmente significativa sobre o regime de funcionamento do inconsciente; seus mecanismos de condensação, deslocamento, leis de associação dos traços mnemônicos – todos descritos por Freud para fundamentar a formação dos sonhos, ou mesmo, afirmar que *do sonho, o que importa é seu relato*; isto é: *o discurso sobre o sonho, e não o sonho em si*, que pode ser

interpretado com realização de um desejo - tudo isso serviu como evidência concreta das suas observações no âmbito da linguagem.

Assim, apoiar a ideia de um 'retorno a Freud' apresentada e fundamentada por Lacan, ao sintetizar que o aspecto da articulação freudiana na área da linguagem é uma transferência dos processos psíquicos do inconsciente, uma vez que "É na palavra que o inconsciente encontra sua articulação essencial" Lacan (1991, p. 11-2). Ainda nessa perspectiva, Lacan, ao ler a teoria freudiana, considerou a tradição filosófica alemã [especialmente em Heidegger e Hegel], da linguística estrutural de Saussure e do estruturalismo de Lévi-Strauss – assim, pode desenvolver o que ele chamou de 'distorções', formulando os próprios conceitos de *inconsciente* e de *sujeito*.

Esse legado freudiano é baseado principalmente nas concepções biológicas, neurológicas e também da física – esses a partir da herança estrutural de Lacan – que foi dividida em três momentos-base: imaginário, simbólico e real. Tais bases são posicionadas e, ao mesmo tempo, ordenadas pela realidade do homem, do indivíduo [sujeito] pela concepção estrutural, pois reflete a "dependência do sujeito de uma ordem que está além dele e que está em sua origem - o simbólico" (MARINI, 1990, p. 59). Esse posicionamento se constitui pela ordenação dos resultados da teorização de Lévi-Strauss.

Logo, é pertinente também apontar que o que vem antes dele já foi reivindicado pela linguagem quando Lacan ([1964] 1988, p. 25) afirma que "*o inconsciente é estruturado como uma linguagem*" e também que "*o sujeito é o efeito do significante*", tais pontos de partida ainda seguem a linha do pensamento de Lévi-Strauss ao indicar *a existência de um sistema de relações anteriores ao sujeito, bem como uma ordem significante*; pois o homem é incorporado à ordem humana que lhe é anterior ao nascimento; ele se une a esta estrutura social através da linguagem e de sua família.

Como resultado, a história do sujeito é prefigurada por um mito de família que começa a cobri-lo desde o nascimento e através da linguagem. A linguagem é, em essência, sempre ambígua e aberta a várias interpretações, o que facilita a construção de uma narrativa individual em conexão com o mito da família. Sendo assim, os aforismos lacanianos reproduzidos acima também apontam para a relação e aproximação entre os mecanismos da linguagem e o inconsciente, indicando a existência de regras estruturais comuns entre ambos, numa direção semelhante à de

Lévi-Strauss, que usa a estrutura da linguagem como modelo para suas explicações antropológicas dos fenômenos humanos.

O eixo sincrônico, por sua vez, vai sustentar o significado dessa palavra [unidade significativa] que depende do sistema linguístico e da dimensão diacrônica ou histórica da língua que é insuficiente. Lacan ([1964] 1988), por sua vez, sugere que o funcionamento do inconsciente está relacionado a este sistema de linguagem, à estrutura da linguagem; e que o inconsciente pode emergir através da linguagem e também do discurso. Ou seja, o valor do signo e, conseqüentemente, da distinção entre significante e significado irão apontar para os dois cortes do signo, mas não sem modificações significativas.

Lacan ([1964] 1988), ainda nessa abordagem, desenvolve a tese de que o inconsciente é pré-ôntico [relativo ao ser] e pulsátil a partir das fundações estruturalistas, ao mesmo tempo, em que enfatiza as proposições freudianas. Afirma também que o inconsciente não é objetificado, localizável, nem da ordem da realidade; ao contrário, é pura potência (representação da coisa), como diz a linguagem (articulação entre a representação da coisa e a representação da palavra). Todavia, é por meio de sua interpretação estrutural [linguística] que Lacan ([1964] 1988) engaja a descontinuidade desse processo de leitura - pois segundo Freud, é através da ocultação em sonhos, do tropeço da fala ou da memória, e mesmo na formação sintomática, que temos o surgimento do inconsciente – esse como um caráter inicial na descoberta freudiana que avançou para a *indicação de que é na fenda, no intervalo, na fissura que o inconsciente se manifesta, não na continuidade ou continuidade*.

1.4.4. Do Interdito - apontamentos ...

[...] Desse modo é que se pode considerar que *todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras* [ORLANDI, 2002, p. 15, grifos nossos].

A partir das discursões apontadas por Freud e Lacan – também é relevante fazer uma abordagem sobre a questão do ‘Interdito’ – esse que se fundamenta como constitutivo do discurso, pois *se o sujeito não é capaz de tudo dizer – outrossim, não diríamos absolutamente nada*: logo, se porventura existisse uma dada enunciação ou

enunciado completo que abordasse ‘tudo’, o que haveria para dizer? Ou seja, ‘mais nada’!

Dessa forma, então, tratar o *silêncio* sob essa perspectiva nos dá suporte de leituras ‘quanto as proibições’ – essas como pré-requisitos das estruturas no interior do desenvolvimento da linguagem. Daí questionamos: por qual o motivo a linguagem existe se ‘nada é uma questão epistemológica’ que se fundamenta? Para responder a essa abordagem não apontaremos quem disse “A” ou “B” sobre a problemática, porém coadunamos que boa parte dos linguistas ‘respondem indiretamente’ em seus escritos científicos de maneira *básica e utilitária ao alegar que a existência se dá por meio da necessidade comunicativa* – nem tanto, não é!? Mas respeitamos!

Apesar de a história ser crucial na definição da composição dos discursos, como sugerido por Pêcheux (1990), *a consideração lógica das condições de enunciação e do dizer é essencial para evitar preenchimentos fictícios de situações históricas*. Via de regra, observamos aqui o que nos diz Orlandi (1995): *o silêncio tem significado diferente da comunicação vocal, mas é válido considerar que ele não é vazio, pois concede um status que trata da ausência da fala – ou por assim dizer: da sombra do verbal*.

Ainda de acordo com Orlandi (1995), o silêncio não pode representar a matéria de acordo com as muitas teorias linguísticas. Ela afirma que as ideias estruturalistas como meta e vazio não permitem o silêncio; mas a linguagem define tudo e o silêncio é a antítese da linguagem.

Diante das abordagens elencadas acima, consideramos assim, que o silêncio não apenas é um desafio para as concepções dialogais, mas também demonstra uma necessidade cabal, de certa maneira, tentar reduzir esse fenômeno na perspectiva de ‘intercambiar’ os fatos materiais e das frases que o constituem caso resulte em sua ‘negação do real’ por meio dos sentidos estabelecidos no silêncio.

Sendo assim, tentar ‘domesticar o silêncio’ e seus significados, segundo Orlandi (1995) é designar o *não dito* como ‘resto no espaço enunciativo’. Para a autora a questão do ‘implícito’ em Ducrot (1972), por exemplo, pode ser considerada uma ilustração da ‘domesticação do silêncio’ – pois, o termo por sua vez, vai descrever qualquer coisa que não é falada, mas que ainda pode ser recuperada e traduzida vocalmente porque é transparente e, portanto, seria compreensível. Logo, dentro

desses apontamentos aludidos por Orlandi (1995) e exemplificados em Ducrot (1972, p. 13), “muitas vezes temos a necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas e de poder fazer como se não as tivéssemos dito; de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito”.

A ideia de Ducrot (1972) sobre a questão do implícito é problemática e, ao mesmo tempo, difícil de se resolver nos constituintes da linguística, pois o implícito é / está ligado diretamente à linguagem [principalmente no que é proferido]; ele, em ‘determinados contextos, pode ser recuperado verbalmente’. Mas para Orlandi (1995), principalmente, na obra “As formas do silêncio – no movimento dos sentidos” (2002), o que é válido é o avanço de que o silêncio tem sentidos distintos no que tange aos da fala. Sendo assim, sugere que, embora falte algo fora dele, a linguagem o faz, pois o silêncio é como um meio de dotar a língua estrangeira. Sua postura difere de outras que domesticam o silêncio – ou seja, o seu valor é simbólico dentro da linguagem.

Ainda para Orlandi (1995, p. 36) há uma confusão entre o que é falar e o que é significar: “O homem – tendo de responder à injunção de transparência e objetividade – não se dá o tempo de trabalhar a diferença entre falar e significar”. Isso é o que ocorre quando há silêncio: quando algo é dito, todos os outros significados são simultaneamente perdidos - além disso, podemos afirmar que, pouco antes do lançamento dos dados, o silêncio se encaixa simultaneamente nas categorias de concebível e impossível. Possível porque ‘qualquer coisa’ que aconteça além desse ponto pode se tornar realidade, e impossível porque, se os dados não forem lançados, a afirmação sempre existirá como uma possibilidade à espera de sua atualização. Uma vez que, algo tenha sido dito, algo mais (o não dito) ainda é potencialmente silencioso.

CAPÍTULO 2 – DO OBJETO: CONSTITUIÇÃO MATERIAL DO *CORPUS*

A AD é, assim, um dos lugares onde a Linguística encontra manifestamente a política que as modalidades desse encontro sejam, às vezes, **objeto de um silêncio um pouco embaraçado ou de numerosos desvios** [COURTINE, 2006, p. 13, grifos nossos].

Dessa feita, é a partir do **Capítulo 2** que demonstramos a maneira pela qual o *corpus* da tese que se manifesta como objeto de / no discurso. Isto posto, é importante salientar o movimento dos sentidos que tomará forma constitutiva por meio do silenciamento nos discursos referidos e relatados nos Boletim de Ocorrência (BO); esses necessários como suportes às análises decorrentes no *corpus* da tese.

2.1. O objeto de estudo - bases do *corpus*

De agora em diante, apresentaremos a importância do nosso *corpus* e de que maneira se constitui linguístico-discursivamente a partir das narrativas nas Tomadas de Depoimento. Dito isto, acreditamos que, o fato de o sujeito assumir inúmeros lugares, condicionalmente também proíbem ‘suas posições’. Logo, ao assumir o ‘sujeito-do-discurso’ a sua identidade resultará na identificação, e inscrição em uma outra formação discursiva: pontos fundamentais em nosso objeto, o BO.

2.1.1. Silêncio: movimentos constituídos ...

Antes das nossas análises é válido considerar que a materialidade linguística (fala, texto escrito, imagéticos, discurso, etc.) são instâncias diferentes e por isso, o primeiro passo é considerar se o discurso está diretamente presente na materialidade linguística; isso nos leva às seguintes abordagens, vejamos abaixo.

2.1.2. O discurso e a materialidade linguística ...

[...] nessa questão “linguística”, vem se articular a relação entre *necessidade* (enquanto ligada à substância) e *contingência* (exprimindo a incidência das “circunstâncias”, dos “pontos de vista” e das “intenções”, que podem ou não juntar tal propriedade a tal objeto) [PÊCHEUX, 1997, p. 29, grifos do autor].

Para Pêcheux (1997, p. 153), o discurso “[...] se manifesta a partir da materialidade desse pela existência do sujeito evidenciando o sentido”. Dessa abordagem, Orlandi (2005, p. 21), coaduna com a perspectiva pecheuxtiana e acrescenta: “[...] é o efeito de sentidos entre locutores afetados pela *língua* e pela *história* na constituição desses sujeitos e a produção dos sentidos”.

É importante salientar e, ao mesmo tempo, diferenciar essas ‘linguagens materializadas’ pelo viés da Análise do discurso (AD): A – Fala; B – Língua; C – Discurso (o discurso na AD é sempre materializado pela ideologia): vejamos como foram pensadas:

- a. por quais possíveis razões o ‘autor’ do texto (sujeito falado / sujeito falante / Escrivão) não revelou explicitamente o discurso;
- b. que elementos do texto me permitem entender que há uma *relação interdiscursiva* que sugira a existência de um *discurso silenciado*;
- c. não há discurso, nem sujeito sem ideologia – quais suas relações de poder imbricadas na linguagem [como suporte material]?
- d. de que formas a presença de silenciamento presente na materialidade linguística interfere no resultado discursivo final?

2.1.2.1. O discurso censurado ...

Ou seja, *a materialidade linguística denota uma sobreposição de discursos* em que o discurso do autor do texto se sobrepõe ao discurso do denunciante (no caso específico dos Boletins de Ocorrência, doravante [BO]; quando isso ocorre, deve-se mostrar, especificamente:

a. por que possíveis razões houve silenciamento do discurso original pela sobreposição, por exemplo, de um *discurso institucional* ou *idiossincrático do produtor do texto* (Escrivão instituído pelo Aparelho Repressivo do Estado [ARE], a Polícia Civil Judiciária ou Delegacia de defesa da Mulher, doravante [DDM])?;

b. quais elementos textuais (*palavras, construções, correções de percurso etc.*) se pode demonstrar que o discurso resultante da materialidade do texto difere do discurso original da denunciante, ou seja, *como se pode demonstrar que houve sobreposição de discursos?* Neste caso, duas situações são previsíveis:

b1. a materialidade do texto *como um processo de silenciamento*, por exemplo, por meio de uma seleção vocabular incompatível com o que se espera da linguagem do denunciante ou a presença de fórmulas-padrão para B.O. que, obviamente, não pertencem à linguagem do cidadão comum – logo, vê-se o “simbólico sob o modo do verbal” (ORLANDI, 2002, p. 34);

b2. a materialidade do texto a partir do “interlocutor silenciado, ou em silêncio” (ORLANDI, 2002, p. 39), quando o escrivão corrige a fala do depoente ou usa termos como ‘pretensô’, ‘possível’, ‘alegado’ etc., que colocam em dúvida os elementos

relatados antes mesmo de uma investigação adequada. Nesses casos, é o (a) depoente diz que algo aconteceu e o escrivão relativiza essa afirmação, silenciando o discurso inicial de acusação (entre outros possíveis) – isto posto, é importante apontar ao que Pêcheux (1982, *In*: ORLANDI, 2002, p. 40) nos conduz a pensar no “discurso-real autoprotetor”, “refletindo o que todo mundo sabe, permite calar o que cada um entende sem confessar”;

c. de que formas o silenciamento discursivo presente na materialidade linguística interfere no resultado discursivo final?

2.1.2.2. O discurso como suporte necessário ...

[...] o discurso é pensado como uma relação, uma correspondência entre língua e questões que surjam no exterior desta, no que diz respeito a todo discurso concreto: quem fala, qual o sujeito do discurso, e como é possível caracterizar a emergência do sujeito nos discursos? [...] [COURTINE, 2009, p. 30].

Ou seja, o *discurso original* deve ser compreendido de forma objetiva [fácil entendimento] / clara / direta. Nesses casos, ou o próprio sujeito do discurso fez o texto de maneira coerente e competente ou o *escrivão é excepcionalmente neutro no processo de produção do texto de denúncia*; quando isso acontece, deve-se mostrar:

a. que elementos do texto explicitam o conteúdo discursivo; por exemplo, que tipos de palavras o texto usa em mais profusão e com que significados? Vejamos alguns exemplos a partir desses vieses apontados aqui:

a1. textos que têm a compreensão da linguagem como suporte ao entendimento do silêncio por meio da sua dimensão política (ORLANDI, 2002);

a2. textos que apontem linguagem por meio de expressões que se oponham, mas que se perceba o silêncio por meio das palavras inseridas no BO – pois para (ORLANDI, 2002, p. 33), o “silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (grifos da autora).

b. ao discurso que apresenta *relações interdiscursivas*, por exemplo, com clichês de televisão e de redes sociais – esse assujeitado por uma visão externa de mundo - isso é bem comum;

c. o *discurso silenciado* para Orlandi (2002, p. 36) é “matéria significante do silêncio”, nesse sentido, atos sociais como, por exemplo, ‘vingança’, ‘difamação’ ou ‘incriminação’ - por exemplo, a repetição insistente de adjetivos como ‘sem-vergonha’, ‘bêbado’, ‘tarado’ ou ‘estuprador’ permite, ainda para a autora “[...] tornar visível a significação, a fala transforma a própria natureza da significação”.

Ainda nessas perspectivas apontadas acima, é válido considerar a descrição do quadro a seguir – esse como suporte do *corpus* constituído a partir dos dados estatísticos, classificação e seleções dos Boletins de Ocorrência [BO], pelo viés da mulher vítima de violência doméstica:

Quadro 4 – Classificação dos BO [2003-2022]

Nº.	CLASSIFICAÇÃO (BO físico – em papel)	SELEÇÃO
01	Apropriação indébita	1
02	Perda de objeto	1
03	Estelionato	1
04	Falsidade ideológica	1

05	Extravio de objeto	1
06	Envenenamento	1
07	Homicídio	1
08	Vítima fatal (acidente)	1
09	Abandono	3
10	Ocorrência com menor de idade	4
11	Roubo	5
12	Tentativa de suicídio	5
13	Medida protetiva	5
14	Estupro de vulnerável	7
15	Perturbação ao sossego	6
16	Comunicação simples	6
17	Furto	24
18	Lesão corporal	32
19	Ameaça	34
Nº.	CLASSIFICAÇÃO (BO <i>on-line</i> – virtual)	SELEÇÃO
01	Lesão Corporal (10-08-2022)	1
02	Ameaça e Lesão Corporal (17-08-2022)	1
03	Ameaça (24-08-2022)	1

Fonte: elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro acima, embora tenhamos uma diversidade na classificação dos crimes (violência contra a mulher), reservamos grupos fundamentais à pesquisa: *Lesão Corporal* (32 Boletins de Ocorrência); *Ameaça* (34 Boletins de Ocorrência); *Relato* (1 documento escrito a mão – autorizado pela vítima), esses em sua materialidade escrita em documento oficial da Delegacia de Defesa da Mulher [DDM]; bem como *Lesão Corporal* (1 Boletim de Ocorrência); *Ameaça e Lesão Corporal* (1 Boletim de Ocorrência); *Ameaça* (1 Boletim de Ocorrência) – esses três últimos *on-line* [materialidade que permanece o suporte transcrito pela vítima] por

meio do site **Disque 180**. Ao depender da localidade, a denúncia é repassada diretamente ao órgão responsável – nesse caso, a DDM, do município [Delegacia].

O serviço do Disque 180 é uma central de atendimentos à mulher que presta serviço de acolhida às mulheres vulneráveis em situações [flagrantes ou não] de violência. Assim, registram denúncias e fazem ‘a ponte’ aos estados da federação brasileira e locais que possuam: *Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referências, Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), Defensorias Públicas, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres*, entre outros.

É importante salientar também que o serviço funciona 24h por dia (semanalmente) e, nesses relatos de violência contra a mulher, os governos municipais, estaduais e federal, ainda não conseguiram efetivar (de maneira prática) a diminuição dessas práticas que se tornam cada vez frequentes no cotidiano e no seio das famílias brasileiras.

Sendo assim, embora tenhamos apontados – entre as materialidades no documento oficial e *on-line* – optamos por escolher 6 (seis) BO [Delegacia de Polícia] Lesão Corporal; 6 (seis) Ameaça; Relato Pessoal 1 (um) e 3 (três) *on-line* [Disque 180] – perfazendo assim o total de 16 (dezesesseis) documentos materializados – 15 (BO) e 1 Relato pessoal; esses que tiveram as permissões [para serem utilizadas apenas os contextos dos *corpus* sem utilizar dados dos envolvidos: escrivães, chefes de cartórios, policiais, delegados ou qualificadores nos BO das Delegacias de Polícia de Sapucaia do Sul (RS), Delegacia de Polícia de Espigão do Oeste (RO), Delegacia de Polícia de Pimenta Bueno (RO), Delegacia de Polícia de Cacoal (RO) e, também, da Delegacia de Defesa da Mulher de Cacoal (RO).

Diante desses apontamentos é válido entender não apenas as Leis, mas também a sua efetividade desde a implantação. Vejamos a partir da citação abaixo:

O que é violência contra a mulher? São atos dirigidos contra a mulher que correspondem a agressões físicas ou sua ameaça, a maus-tratos psicológicos e a abusos ou assédios sexuais. Quando referida como violência doméstica, são atos cometidos por um membro da família ou pessoa que habite, ou tenha habitado, o mesmo domicílio (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; FALCÃO; FIGUEIREDO, 2005, p. 37, grifos nossos).

A Lei Maria da Penha, nº. 11.340, que foi sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo presidente *Luiz Inácio Lula da Silva*, a qual possui 47 artigos e, em 7 títulos, nos aponta de maneira contundente os meios para *coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres* – essas bases são instituídas a partir da atuação efetiva da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a presente medida foi adotada após anos de lutas das mulheres – via de regra, pela legislação brasileira, pois a mulher sendo frágil e indefesa, na maioria das vezes, vista sempre como ‘um objeto’ de dominação masculina – isso decorrente de mentalidades retrógradas seculares que, infelizmente perpetuou até os nossos dias.

Além da efetivação da Lei Maria da Penha a legislação brasileira também efetivou a Lei do Feminicídio nº. 13.104, de 9 de março de 2015 – essa que vai alterar o Artigo 121, do Código Penal Brasileiro, onde na sua criação foi qualificada para criminalizar (o já existente homicídio); tornou-se como hediondo.

Para Gasman (2020), quando falamos em crime é importante apontar que um dos mais ou o mais severo desses é o da violência contra as mulheres, principalmente quando acarreta o feminicídio, pois é impossível que tal prática social não seja coibida com severidade pelo Aparelho Policial (AP) e também do Judiciário. Assim, é válido afirmar que, para prevenir esses atos é preciso examinar de maneira cuidadosa e reconhecer que essas infrações socioculturais é resultado de comportamentos que se repetem e apontam sinais ao longo de uma ‘relação’ que muitas vezes a mulher internaliza como ‘duradoura’ e se decepcionam no decorrer da convivência diária.

Dessas perspectivas apontadas acima, Foucault (1990), reafirma que, na existência do domínio (homem-mulher) é possível encontrar a ‘resistência’ – logo, a vítima (mulher) tenta usar estratégias em desfavor do agressor; isso porque nem sempre ela é vítima, sua resistência se reveste de ‘contrapoderes’ que efetivamente ‘circulam’. É válido também afirmar para o autor que ‘o poder não pode ser compartilhado’, (aos detentores), mas eles (agressor-detentor) o faz sozinho – isso posto, vai aplicá-lo àqueles que não o detém.

Essa autoridade, por sua vez, precisa ser reexaminada a partir de um ‘conceito circulatório’ – ele funciona como uma cadeia (não está disponível), poucos são os que possuem e não é apropriado como ‘dinheiro’ ou algo que exista inserido numa rede, mas é utilizado dentro dela.

Dessas abordagens, o Código Penal Brasileiro tenta, de maneira efetiva, caracterizar essas Leis (Maria da Penha e do Feminicídio) como prioridade para ‘coibição desses crimes’ - porém para os agressores e infratores elas funcionam ‘apenas’ como ‘recados judiciais’ que não fazem efeito no que tange a punição (e não estão servindo para proteger as mulheres).

Porém, não adianta ficar apenas na esfera jurídica (essas análises) - ela pode ser analisada em diversos aspectos: jurídico (perspectiva discursiva); principalmente na relação entre o *sujeito* e a *linguagem*, por meio das formações (sejam discursivas - sociais – ideológicas – imaginárias e culturais), pois delas nortearão contribuições materiais (no que tange à linguagem).

Nesse viés, alocamos aqui para contextualização, Michel Pêcheux (1997), quando iniciou suas pesquisas no *Centre National Recherche Scientifique* (CNRS) vai instigar debates que precedem a base teórico-metodológica da Análise do Discurso Francesa (AD) que dela se articula aos outros campos das ciências que passaram a contribuir na análise como base ao *corpus* a ser pesquisado e, ao mesmo tempo, analisado.

Dessa linha de pensamento, para Leandro Ferreira (2010, p. 5):

Possibilitou dar um caráter revolucionário ao modo como abordou o papel da linguagem; bem distante do aspecto meramente formal e categorizador a ela atribuído por uma visão estruturalista mais redutora em sua origem. A linguagem pela ótica discursiva ganha um traço fundacional na constituição do sujeito e do sentido e vai distinguir-se também da condição que lhe confere a psicanálise.

Concordamos com Pêcheux (1997), que vai buscar duas perspectivas importantes dessa concepção de análise metodológica (AD): *discurso* e *ideologia*, termos já discutidos anteriormente. Mas, as retomadas são válidas para entender o desenrolar das nossas premissas teóricas do *corpus* abordado na tese. Assim, é vital trazer aqui Foucault (1987, p. 143), que irá discutir (em sua *Arqueologia*) “[...] uma série de reivindicações que têm seus princípios de regularidade na mesma produção discursiva” – essa que tem como fundamento *a linguagem pela ótica discursiva*.

Complementa, de igual maneira, as abordagens de Pêcheux (1997), o trabalho de Althusser (1970), que vai discutir os princípios da questão ideológica, a constituição da classe pela dominação, as condições político-ideológico-materiais por meio da

exploração dos Aparelhos Representativos (ART) (governo, administração, prisões e principalmente da polícia etc.). Esta última parte integrante (ambiente e materializações da linguagem por meio dos BO), e também dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), quais sejam, instituições escolares, igrejas, famílias, política, sindicatos etc.

Outrossim, para Orlandi (1996, p. 14), na mesma perspectiva, aponta que o “[...] ramo materialista da AD no Brasil para abordar a materialidade histórica e linguística do discurso e como a ideologia se mostra na linguagem”. Sendo assim, em contraste com a linguística que vê a linguagem como uma ferramenta da comunicação, vai defender a distinção *fala* e a *linguagem*, pois o *estudo da análise do discurso é o de compreender a linguagem como materialidade – ou seja: a linguagem serve como suporte ‘físico’ – desse lugar que o significado será instaurado, constituído, formado.*

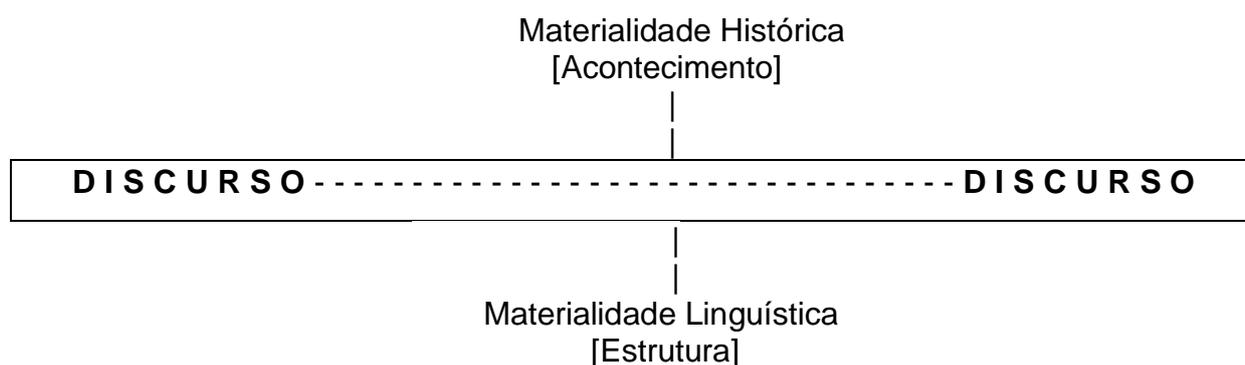
A partir desses pontos, podemos vincular como resultado, que o *sujeito* e a *linguagem* serão resultados constituídos das relações sociais que se materializarão diretamente na linguagem dos BO. É por meio dela que *o sujeito irá significar, produzir sentidos*, logo, ocultará a história, bem como a ideologia – esses que darão movimentos discursivos para sua concretude; reafirmado a fala de Orlandi (2010, p. 25) quando aponta que “[...] a linguagem só faz sentido porque está inscrita na história”.

Assim, pelas abordagens, podemos dizer que, é por isso que as ‘inúmeras formações discursivas’ terão sempre impactos da maneira pela qual o significado será produzido nos BO – pois representa para nós analistas que a ‘historicidade e a linguagem’ dá efetivamente sentido à história por meio das enunciações dos sujeitos; logo, entendemos que o discurso é formado pela memória e sua conexão é controlada diretamente pela ideologia (materializada pela linguagem).

Conquanto, podemos aqui, exemplificar que, *os relatos de vítimas de violência doméstica (Mulheres)* quando são acometidas por lesões corporais ou de ameaças (dos companheiros), ao tentar fazer a denúncia numa Delegacia por meio do Boletim de Ocorrência (BO), as FD e FI são afetadas a partir dos enunciados e enunciações transcritas pelo Escrivão de Polícia (esse constituído do poder do Aparelho do Estado e, ao mesmo tempo, com viés Repressivo) que causa certo dissabor à vítima por não

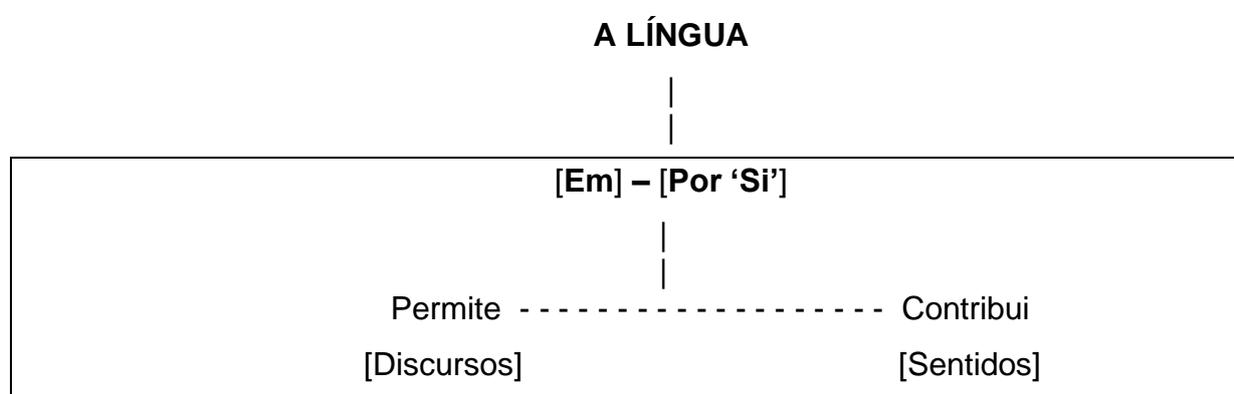
ter um acolhimento que anteceda essa fala perante a autoridade policial. Nesse contexto, *sujeito e linguagem são constituídos de maneira simultânea* em que o sujeito se constitui diretamente das relações sociais, essas encarnadas na linguagem porque os significados criam sensações. Reafirmamos então: por ocultar a história e a ideologia, haverá sempre processos de discursividade nesses movimentos – esses por meio das rupturas apontadas na língua - vejamos nos fluxogramas abaixo:

Fluxograma 2 - Materialidades e Discursos



Fonte: elaborado pelo autor.

E também:



Fonte: elaborado pelo autor.

A partir dessas alusões Mazière (2007, p. 13), aborda que é fundamental entender que a “[...] língua é encarada em si mesma e por si mesma, como materialidade de base, que permite os discursos e contribui para o sentido”.

Isso posto, Saussure (1998) especifica que ela é determinada pelo produto da linguagem – via de regra, pelo social, suas convenções, bem como também manifestações individuais (do sujeito) – *sempre afetado pela língua*. Logo, significando e estabelecendo relações “[...] com as coisas – com pessoas – com nós mesmos e com a realidade natural e social”, segundo Orlandi (2005, p. 128).

Assim, se faz com que o discurso “[...] se manifeste a partir da materialidade desse pela existência do sujeito, evidenciando sentidos” de acordo com Pêcheux (1997, p. 153) (citação esta já apontada anteriormente, mas aqui necessária pela contribuição ao direcionar esse processo da produção dos sentidos).

CAPÍTULO 3 – MÉTODO: DISPOSITIVO ANALÍTICO E GESTOS POSSÍVEIS

Num retorno contínuo do objeto de análise para a teoria, num movimento constante de descrição e interpretação, *o analista tece as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente* [ORLANDI, 2005, p. 80, grifos nossos].

Conquanto, é aqui no **Capítulo 3** que trabalhamos os mecanismos metodológicos que darão suportes para entendermos a perspicácia dos dispositivos analíticos que permeiam os nossos gestos interpretativos. Apontamos também a eficácia no limiar desses gestos como dispositivo teórico e prático no processo da classificação – seleção temática, bem como análises dos documentos, a saber BO – esses materializados linguístico-discursivo para melhor entendimento nas abordagens languageiras pelo viés da análise de discurso francesa.

3.1. No limiar da interpretação ...

A noção de *interpretação*, portanto, é cara à Análise do Discurso (AD) por permitir ao analista a percepção das dessemelhanças semânticas, evidenciar os diferentes sentidos para a mesma materialidade, constituindo discursos diversos.

Outrossim, o usufruto do corpo da mulher pelo homem pode ser significado como violência doméstica, mas também pode ser significado como exercício de um direito, a depender da filiação ideológica do sujeito e das condições de produção dos discursos, que não devem ser compreendidas meramente como contexto imediato, mas deve também levar em conta a historicidade.

Assim, não há sentido sem interpretação - movimento que o sujeito evidencia em sua rede de filiações e, com isso, significa. Não há, assim, sentido *a priori*.

Dessa perspectiva, a análise de discurso enquanto procedimento metodológico vai apontar para um dado objeto – isto posto, produzirá sentidos a partir do funcionamento da linguagem. Assim, é nessa busca que o sujeito constituirá a interpretação – essa sujeita a ideologia e a suposta ilusão da transparência de um dado enunciado.

Logo, o analista irá operar os gestos de interpretação pelos sujeitos [como mecanismos] que delimitarão os efeitos de sentidos que se constituirão. Todavia, é por meio do analista que as práticas e suas relações serão apontadas para a produção dos sentidos instaurados nas relações de poder existentes na linguagem.

De certo, a linguagem é fundamentada pelo sentido – isso implica pensar na inscrição na linguagem com a história. Assim, ressaltamos que os diversos sentidos ditos se constituirão pelas discursividades determinadas pela situação de cada enunciado.

3.1.1. Dos gestos - a língua(gem) ...

[...] é dessa falha em nomear – que, para o sujeito falante é particularmente falha *para se nomear*, falha para dizer a verdade que “não se diz toda *porque as palavras faltam*” (Lacan) – que estruturalmente se constrói o sujeito, em um irreduzível desvio [écart] de si mesmo, sujeito, pelo fato de que é falante e, por consequência do que ele é, falho [AUTHIER-REVUZ, *In*: ORLANDI, 2014, p. 261, grifos da autora].

A noção de interpretação possui uma relação de base com a materialidade da linguagem, que, não obstante, apresenta diferentes perspectivas, garantindo, dessa forma, a relação com o sentido nas diversas linguagens. Para Orlandi (2001, p. 63) “esta ligação material se faz pela relação comum à língua”, ou seja, compreender o lugar da interpretação consiste em elucidar a relação material entre a ideologia e o inconsciente que aqui se limita à língua.

Cabe, portanto, à Análise do Discurso visualizar o texto não enquanto o que ele diz em sua superfície, mas, sobretudo, naquilo que o permite funcionar, revelando, dessa forma, a *opacidade* do texto. A análise do discurso, segundo Orlandi (2005, p. 21), [...] “ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão”. Isto significa que, ele se apresenta como uma *teoria da interpretação*, questionando em seu **corpus** e os processos referentes à interpretação.

Pode-se dizer que, o intuito da Análise do Discurso é descrever o funcionamento do texto, isto é, consiste notoriamente em explicar o processo de produção de sentido de um texto.

A esse respeito Orlandi (2005, p. 23) explicita que,

[...] em seu trabalho, o analista de discurso deve *mostrar* os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade. Há necessidade, na análise de discurso, de uma passagem da noção de “função” A de “funcionamento” (sendo que esta nos permite encontrar as regularidades) e da construção de um dispositivo analítico baseado na noção de efeito metafórico (grifos nossos).

O trabalho e o olhar do analista são importantes nas abordagens que serão assim constituídas no funcionamento do discurso, pela sua unidade, caráter simbólico e as diversas leituras que poderão ser veiculadas a partir dos processos discursivos.

Tomemos aqui, um fragmento de Michel Pêcheux (1960) sobre o *sentido* e sua relação com o *discurso* - essa noção se estabelecerá de maneira mais consistente na determinação do sujeito falante com a língua e com a história e a explicação sobre o sentido:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

.....

Poderíamos resumir dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a estas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1997, p. 160, grifos do autor).

Notamos aqui que o sentido está intimamente ligado aos constituintes do discurso. Pêcheux (*Idem*) pensou para além da estrutura formal que a linguística permeou por um bom tempo.

Os seus processos de significação estão à frente da interpretação, pois na AD o sentido é abordado como gestos de interpretação – esses gestos emanam da leitura de um dado fato presente na manifestação da língua(gem) – onde seus processos significam, ou seja, dar-se-ão numa múltipla interpretação na concepção de Orlandi

(2001). Sendo assim, observaremos a seguir esses movimentos como suportes aos gestos que estarão manifestados ao longo das nossas abordagens – vejamos:

3.2. O método: dispositivos e implicações ...

Os procedimentos metodológicos que foram adotados se constituíram de quatro etapas:

a) Classificação, seleção temática, e análise discursiva dos documentos resultantes dos interrogatórios (os BO) feitos pela Polícia – sobre isso, especificamos:

I – deu-se a partir da coleta de dados nas Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, doravante DDM, no município de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul; Espigão do Oeste; Pimenta Bueno; e Cacoal, estas três últimos municípios, do estado de Rondônia, e classificou-se a temática ‘violência contra a mulher’ por entendermos que as demais que são incutidas nos documentos como ‘violência sexual’, ‘violência de gênero’, ou ‘feminicídio’ – estão imbricadas diretamente ao ponto específico do nosso *corpus* de pesquisa, mas não quer dizer que excluiremos das bases teórico-práticas que escolhemos;

II – em seguida, constituímos os documentos escolhidos – esses de formações discursivas e formações imaginárias que foram convergentes aos objetivos elencados nos Boletins de Ocorrência por meio do formulário (ferramenta do fluxograma de análise) que segue à todos os BO – isso nos permitiu uma sustentação discursiva que nos assinalou com mais prioridade na visão da Análise de Discurso Francesa a base dos discursos de tipo *Silenciado* instituídos no interior da Polícia Judiciária, esse elemento contundente do ARE (fundamental às análises aqui estabelecidas), onde o ‘indivíduo’ ao ser interpelado pela ideologia desse aparelho repressivo – responde ‘já transformado’ **como** *Sujeito no / do / para o Discurso* social, cultural e histórico numa dada análise. Vejamos uma de nossas ferramentas para melhor compreensão:

Passo 1: Definição das discursividades materializadas

Presença de discurso silenciado: predominante pontual

Passo 2: Definição dos elementos materiais que remetem ao discurso

Interdiscursividade

Intertextualidade

Heterogeneidade

Subjetividade

Possíveis motivações discursivas

Institucionais Pessoais

Sociais (preconceito, condição social do denunciante, nível de formação escolar do denunciante etc.)

Possíveis relações com poder ideológico ou institucional que fundamentam o silenciamento**Interferências no resultado final do conteúdo do BO**

predominante pontual

Para discursos silenciados**Forma de identificação do silenciamento do discurso**

Presença de fórmulas padrão para BO ao longo da narrativa dos acontecimentos

Presença de correções diretas no depoimento

Presença de relativizações em relação aos elementos do depoimento

Presença de léxico ou formulações frasais incompatíveis com a linguagem esperada do denunciante

Possíveis motivações discursivas

Institucionais Pessoais

Sociais (preconceito, condição social do denunciante, nível de formação escolar do denunciante etc.)

Possíveis relações com poder ideológico ou institucional que fundamentam o silenciamento**Interferências no resultado final do conteúdo do BO**

predominante pontual

Para discursos revelados**Forma de identificação do discurso**

Presença de léxico explícito

Presença de formulações frasais

Presença de relações interdiscursivas

Ausência de sobreposições discursivas evidentes

Possíveis motivações discursivas

Institucionais Pessoais

Sociais (preconceito, condição social do denunciante, nível de formação escolar do denunciante etc.)

Presença de heterogeneidade (vingança, difamação, incriminação etc.)**Interferências no resultado final do conteúdo do BO**

predominante pontual

Passo 3: Tendências estatísticas**BO de conteúdo reportado**

Relação interdiscursiva entre o denunciante e o escrivão

Tendência ao silenciamento

Maior possibilidade de interferência no conteúdo discursivo do BO

Menor possibilidade de interferência no conteúdo discursivo do BO

Maior qualidade informativa do BO

Menor qualidade informativa do BO

BO de conteúdo elaborado *on-line* pelo próprio denunciante:

- [] Relação interdiscursiva entre o denunciante e o escrivão
- [] Tendência ao silenciamento
- [] Maior possibilidade de interferência no conteúdo discursivo do BO
- [] Menor possibilidade de interferência no conteúdo discursivo do BO
- [] Melhor qualidade informativa do BO
- [] Menor qualidade informativa do BO

b) Análises das formações imaginárias a partir dos depoimentos:

I - a partir desse ponto, tomamos como ponto de apoio as palavras de Pêcheux (1991) ancoradas na interpretação de Orlandi ([1996] 2001, p. 80): “[...] Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”; ou seja, é possível pensar nas vertentes das condições de produções e que a partir delas suas representações – sejam *de si* ou *do objeto do discurso* possam se manifestar nos processos discursivos, nos lugares que se atrelam constantemente nas questões ideológicas e também sociais;

c) Comparações dos BO do sujeito falante para sujeito falado:

I - outrossim, a partir desse ponto, tomamos como suporte também o ponto de partida de Pêcheux (2008, p. 33) quando classifica o sujeito:

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc.) até as “grandes decisões” da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc. ...) passando por todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos” (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos) [...] (grifos do autor).

Dessa perspectiva, consideramos que com a relação ao sujeito discursivo, que é *simbólico* e *político*, podemos encontrar inúmeras dificuldades nessa associação comparativa – porém sua constituição com o outro é atravessada diretamente pela *incompletude*; isto posto, sempre envolveu outros constituintes nessa *relação de si*. Logo, compreender a *intersubjetividade de sujeito para sujeito* é representar o sujeito para uma outra caracterização do significante, ou seja, ele quase sempre *assujeitará a sua fala quando confrontado ao outro (sujeito)*;

d) Caracterização e análise das materialidades linguísticas e discursivas nos BO analisados:

I - para essa abordagem, utilizamos os aspectos materiais da língua como suporte, ou seja, se a língua(gem) é atravessada de maneira subjetiva – isso implica dizer que todo texto e seu sentido é material e linguístico (ao mesmo tempo), logo, inscritos no campo do saber do discurso; por sua vez, com inúmeras relações extralinguísticas que fundamentaram essas caracterizações apontadas aqui como ‘linguísticas e discursivas’ nos boletins de ocorrência.

Tendo em vista o que dissemos anteriormente, a análise dos dados foi levantada a partir das evidências, de forma mais precisa, dos argumentos apresentados pelas *partes envolvidas*, a fim de que se pudesse, desse modo, elucidar o discurso do sujeito falado / falante (depoente) e o de seu interlocutor (escrivão), este como ouvinte do discurso proferido.

Nesse caso, enfocamos dois pontos e exemplificamos a questão da produção de sentidos num *discurso referido* e num *discurso relatado* – esses tiveram como base a sustentação de efeitos produzidos, primeiramente, na Tomada de Depoimento, no interior da Polícia no decorrer das nossas análises por meio dos dispositivos metodológicos.

Para melhor compreensão, há exemplos que foram analisados por Jesus (2008, Dissertação de Mestrado), porém, trouxemos agora outras perspectivas que se coadunaram às novas alusões discursivas na tese – principalmente os silenciamentos e suas materializações nos BO – ou seja, mudanças que colaboraram

expressivamente e distanciaram do *corpus* de análise em curso, mas apontaram outras perspectivas linguístico-discursivas. Vejamos um caso:

Sequência Discursiva 1 (SD1)

As 10:00 horas do dia X, compareceu nesta Delegacia de Polícia a comunicante, nos comunicando que o infrator na data do fato, aproveitando-se que sua filha menor (vítima) estava sozinha bolinou as partes íntimas da mesma chegando a romper o hímen (sic).

O documento acima é uma prévia de análise e de esclarecimento desse processo metodológico apontado de maneira clara e objetiva para melhor compreensão na tese. Assim, podemos observar que, após as identificações de praxe, como hora, data e local, alguns elementos de natureza ideológica aparecem bem marcados e construídos sob a capa de uma linguagem policialesca típica:

1. a comunicante é apresentada como tendo buscado a ajuda policial voluntariamente, o que evidencia uma autorização tácita de que a Polícia atue no caso (“a comunicante comparece e nos comunicou”). Na verdade, não há outro meio legal que não esse previsto na organização social brasileira para se buscar auxílio em casos assim, mas, mesmo isso sabido, a opacidade é evidente – logo a uma “busca voluntária” e, por isso mesmo, “autorizativa” por parte da depoente;

2. a pessoa acusada (um homem) é, sem qualquer “cerimônia”, caracterizada explicitamente como “infrator”, o que implica criminalização a despeito de esta ser uma primeira TD, de não haver investigação que anteceda o fato e tampouco qualquer tipo de comprovação factual que anteceda o registro em análise;

3. a pretensa filha da depoente é triplamente caracterizada de forma agravante ao ato narrado:

a. como menor de idade;

b. como “virgem” antes do ato pretensamente sofrido (o que tem graves consequências de sentido nos campos moral e religioso) e;

c. como “vítima”, o que se agrega ao pré-julgamento do acusado como infrator.

A presença de uma afirmação como “chegando a romper o hímen” é bastante reveladora dessa intenção de agravamento do fato narrado.

Se observarmos atentamente a especificação dada ao elemento nominalizador “filha”, vemos que, quando o escrivão trata de adjetivar a palavra por meio do termo “menor”, ele não apenas sustenta a culpa do infrator, mas, opera com alterações de sentido, pois poderia se concluir, caso o substantivo não fosse adjetivado, que a vítima, na verdade, estava de comum acordo para que o ato acontecesse.

Além disso, o texto tem um vício que exige correção: percebe-se ambiguidade na transcrição da TD, quando dita que “*sua filha menor (vítima)*”. Neste seguimento discursivo podemos observar que: se pode entender tanto que a vítima é filha do infrator como ainda que seja filha somente da comunicante, isto se dá pela proximidade existente entre o sujeito *infrator* e o *pronome possessivo* [*sua*], ambiguidade provocada, portanto, por anáfora.

Na TD, nada é modalizado ou apresentado como sendo uma acusação a ser comprovada. O conteúdo é dado como certo e isso constitui um meio de formação de uma imagem ideológica do acusado que transcende a realidade e pode interferir no processo de avaliação do caso em instâncias subsequentes.

Assim sendo, em se tratando das *escolhas vocabulares* feitas pelo escrivão, pode-se dizer que este, por meio de algumas estratégias discursivas, cria um quadro pronto para um evento ainda não investigado e que não corresponde estritamente ao conteúdo do depoimento, que embora não tenha sido gravado, foi acompanhado e não criava tais caracterizações.

Nesse sentido, ao construir um discurso com tais elementos, o escrivão acaba por legitimar uma realidade cultural de uma determinada comunidade que, nem sempre, corresponde a uma realidade factual a um efeito de discursos pré-construídos pela memória discursiva – assim aludimos.

Portanto, nota-se alto grau de *subjetividade* no discurso do escrivão, uma vez que, esse trata de relatar os fatos a partir de *um jogo de sentidos* influenciados pelo *contexto cultural*, bem como por elementos ideológicos que se solidificam no interior de outras vozes. É válido considerar que este trecho foi retirado de documentos de domínio público. Para melhor entender tais perspectivas acima ancoradas é mister fazer uma pequena análise que possa exemplificar esse importante material rico em materialidades discursivas analisadas.

Vejamos, agora, um caso de discurso relatado:

Sequência Discursiva 2 (SD2)

As 23:45 horas do dia X, compareceu nesta DP a PM nos apresentando o BOP X, cujo teor transcrevo: Segundo a vítima a mesma é casada com o agente, que diariamente este se embriaga ambos discutem, entram em vias de fato, mas desta vez o agente de posse de uma faca desferiu vários golpes, a vítima no intuito de se defender, acabou sendo lesionada no dedo polegar esquerdo e o punho direito, após o fato o agente tomou rumo ignorado e a vítima com mais 03 crianças missiaram na casa das testemunhas de onde acionaram a polícia militar, que a conduziu ao pronto socorro para os primeiros socorros, posteriormente a mesma foi entregue aos cuidados das testemunhas (sic).

Cabe observar aqui que se trata de um 'relato de relato'. A depoente relatou um caso a soldado da Polícia Militar (PM) que criou um BO que, por sua vez, vai ser novamente transcrito e modificado na forma de uma TD. O relato inicial já foi modificado pela PM e, agora, será modificado pelo escrivão. Assim, não é descabido imaginar que o resultado final seja duplamente marcado por aspectos ideológicos como os que evidenciamos no discurso anterior, pois temos um discurso primeiro, o da 'vítima' e, a seguir, um discurso outro, o proferido pelo policial e, logo depois, evidencia-se um terceiro discurso que é o do escrivão. Por último não podemos desprezar, caberá um discurso interpretante de quem vai julgar / aplicar o conteúdo da TD no processo judicial.

Dessa forma, nessa TD, o discurso relatado se manifesta como um discurso indireto livre, pois, no contexto, são apresentadas sem que necessariamente se perceba quem as proferiu no processo comunicativo.

A primeira coisa a perceber nessa TD é que o escrivão deixa claro, como é de praxe, que seu ato é apenas de ‘transcrever’ o BO da policial militar. A efetividade da afirmação não é garantida por nenhum recurso legal exceto o fato de que os PM responsáveis por construir BO são, costumeiramente, chamados à presença dos juízes para atestar a veracidade de seus relatos. Mas, isso já num estágio em que as TD foram fartamente utilizadas por promotores e advogados. Além disso, é comum que escrivães façam ‘correções’ no teor dos BO produzidos por policiais militares.

Quanto ao relato dos fatos constantes do depoimento, embora, no discurso construído pelo policial perceba-se uma afirmação modalizada, uma vez que, se evidencia uma marca deixada pelo sujeito ‘vítima’ no enunciado (‘*Segundo V*’), a seleção vocabular e a construção dos fatos narrados constroem, da mesma forma que no outro caso, um pré-julgamento independente de quaisquer outros elementos comprobatórios. No caso em questão, fica evidente no quadro abaixo que:

a. o pretense agressor é alcóolatra e todos os dias agride fisicamente sua esposa (trabalha-se aqui com as categorias do ‘vício’, do ‘matrimônio’ e da ‘repetição agravante’);

b. a ‘vítima’ parece ser mãe de três crianças (o que seria fato altamente agravante no bojo da conduta moral e ética do homem acusado, e na construção de sua imagem por um possível júri popular, caso as crianças presenciem seu comportamento reprovável, mas que pode não ter nenhuma relevância explícita na questão da agressão à pretensa vítima), mas não se sabe se as crianças presenciaram a cena, se estavam em casa ou até se moram na casa em que o fato ocorreu;

c. a descrição constrói uma imagem subliminar de ‘mulher desamparada’ que busca ajuda na casa dos vizinhos e, ao mesmo tempo, a imagem de um homem covarde que agride e foge em seguida (toma ‘rumo ignorado’). Todos esses elementos são agravantes na construção prévia de uma culpabilidade

por parte do homem e de uma inocência tácita e “sofredora” da parte da mulher.

Nesse sentido, quando observadas as análises realizadas, consideramos a nossa pesquisa como qualitativa pela sua ancoragem subjetiva ao trabalhar os princípios teóricos na linguagem como manifestação social. Outrossim, apontamos aqui como local de estudos Delegacias de Defesa da Mulher (DDM).

Para tanto, a população e a amostragem se constituíram por meio dos Boletins de Ocorrência (BO) que foram coletados nas respectivas DDM nos BO – esses que são documentos de domínio público (mas com critérios internos [Delegacias] para que possam ser expostos em relatos, pesquisas e publicações científicas que não afetem os participantes dos eventos [Inquéritos Judiciais] no bojo do aparelho policial).

Mesmo assim, tomamos todas as precauções no sentido de resguardar a identidade dos sujeitos envolvidos, sem gerar qualquer forma de constrangimento ético e moral a partir das narrativas transcritas na elaboração final do inquérito policial. Portanto, não há a necessidade de adoção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nem do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) na referida pesquisa.

O Boletim de Ocorrência é um importante instrumento de comunicação para a instauração do processo de cumprimento da Lei Maria da Penha. É a partir dele que as instituições policial e jurídica tomam conhecimento das agressões sofridas por uma mulher e providências podem ser tomadas para punir o culpado e, além disso, instaurar um processo social que pode ser utilizado como um serviço educacional para mostrar à população que atitudes agressivas contra mulher são passíveis de punição, repreendendo comportamentos. Para isso, é necessário que o termo de informações reflita a realidade violenta da mulher agredida e seja, de fato, o seu porta-voz.

Assim, na perspectiva da Análise do Discurso, imbricamos pelo viés das análises nos Boletins de Ocorrência ao abordar de que maneira essas materialidades se manifestam num *corpus* que não possui uma ‘uniformidade institucional’ e que, a partir da tomada de depoimento ‘esses discursos transcritos’ por um escrivão

assumirá uma nova alusão discursiva material; elementos fundamentais para o nosso percurso analítico.

Para tanto, a partir dessa linha de trabalho podemos afirmar categoricamente que, por se tratar de pesquisa documental com acervo de domínio público, não há riscos diretos ou indiretos aos depoentes que nas TD nos Boletins de Ocorrência (BO) estudados serão tratados anonimamente, assim como os respectivos escrivães de polícia; sujeito-outro atuante nas Tomadas de depoimentos.

Outrossim, ao longo da tese, criamos embasamentos que, resultaram na publicação de artigos, capítulos de livros e participações em eventos; assim estreitando relações acadêmicas entre a nossa instituição de fomento da tese e outras parcerias contundentes nas trocas de conhecimentos teóricos e práticos nas quais os sujeitos envolvidos se reconhecem e fazem da 'reflexão social' uma prática cotidiana.

Desta feita, ao consideramos que, críticas alusivas no decorrer da pesquisa foram fundamentais como mecanismos de reflexões teórico e prático que abarcaram em inúmeras sugestões de materiais de apoio – esses como suportes que, de certa maneira, de maneira indireta coibir essas práticas de violência contra a mulher por meio de palestras de reflexão psicossocial, cartilhas informativas, panfletos, vídeos colaborativos que possam abarcar inúmeras instituições sociais como Escolas, Delegacias, Juizados, Promotorias, Igrejas e outras que possam contribuir sobre o tema proposto no referida trabalho.

Destarte, não apenas apontamos questões relevantes sobre o tema polêmico, mas contribuímos para as Ciências da Linguagem, bem como para a *Análise do Discurso Brasileira*, especialmente, de que maneira esses *Silenciamentos* afetaram no julgamento dessas tomadas de depoimentos aos Escrivães, Delegados, Juízes e Promotores para a condenação do agressor.

Essas materialidades discursivas conduzidas e trabalhadas com métodos específicos foram fundamentais em suas bases teóricas na Análise do Discurso Francesa (AD) que puderam enriquecer na teoria discursiva como numa 'Nova vertente dessa discursivização social'.

CAPÍTULO 4 – DOS GESTOS: O BAILE DA / NA LÍNGUA(GEM)

Da não coincidência fundamental entre as duas ordens heterogêneas que a nomeação sobrepõe - a que concerne ao geral, ao finito, ao discurso dos signos, e a que concerne ao singular, ao infinito, ao contínuo das “coisas” -, do que se chamou a “falta de captura do objeto da letra”, surge, no próprio princípio da nomeação, a dimensão de uma perda, de uma “falha em nomear”. E é dessa falha em nomear – que, para o sujeito falante é particularmente falha *para se nomear*, falha para dizer a verdade que “não se diz toda *porque as palavras faltam*” (Lacan) – que estruturalmente se constitui o sujeito, em um irreduzível desvio [écart] de si mesmo, sujeito, pelo fato de que é falante e, por consequência do que ele é, falho [AUTHIER-REVUZ; *In*: ORLANDI, 2014, p. 261, grifos da autora].

Sendo assim, é no **Capítulo 4** que faremos o que constituímos como ‘o baile da / na língua(gem)’; esse por sua vez, demonstra de que maneira a política do silêncio é movimento-base da problemática discursiva – pois se desloca, reformula, negocia, é conflitante e procura instituir uma posição em que o sujeito não consegue legitimar nem se constituir: cada gesto existe um embate – para cada gesto, o sujeito é efetivado por um novo sentido político - daí a importância em sugerir que os depoimentos sejam ouvidos por outra mulher.

4.1. Constituição analítica - da ‘negociação do dizer’ ...

A partir de agora, sistematizaremos a problematização sobre o silêncio que é necessário ao processo de significação. Assim, pensar a instância da linguagem é apontar as pistas, fissuras, rupturas e falhas que se constitui em noções por meio da discursividade nas suas relações com os sentidos.

4.1.1. Política e Silêncio [conflitos, embates, sentidos] ...

A presente epígrafe, de *Authier-Revuz*, nos dá uma ideia significativa dos princípios dialéticos à compreensão do *Silêncio* como fundamento das discursividades inerentes ao *Sujeito e suas práticas languageiras* – essas, via de regra, consideradas fundamentais aos *corpus* e os constituintes neles instaurados pelos ‘territórios’ que a

‘língua[gem]’ deixa não apenas ‘escapar’, mas *evocar um novo dizer* – não obstante, pela ausência dessa ‘ferida’ que ‘acompanha o dizer’ inscrito nessa falta.

Portanto, é neste capítulo que delimitaremos o bojo em nossas análises – via de regra – ao analisar os nossos objetivos a partir da coleta de dados à luz da Análise de Discurso Francesa, doravante ADF nesse [...] “um *ir-e-vir* constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise, (...) ao longo de todo o trabalho” (ORLANDI, 2013, p. 66). De maneira que, “*a cada atividade de análise se põe em questão a natureza de certos conceitos e se redefinem seus limites*” (LEANDRO FERREIRA, 2010, p. 3).

Dessa maneira, apontaremos aqui o nosso objeto de análise como ‘apontamento heterogêneo do *corpus*’ e sua importância interdiscursiva para compreender *o método, a falta, o sentido* nos *Boletins de Ocorrência* nas práticas de violência contra a mulher que, ao longo, das discussões teórico-metodológica-analíticas desses BO as representações singulares e seus sentidos serão teoricamente acompanhadas pelo *fio do discurso* – ou seja, deixará evidente não apenas as *faltas, mas também seus modos de dizer, suas faces, seus não acabamentos e, acima de tudo: suas posições e intervalos em que esse sujeito falante irá se posicionar/manifestar na língua(gem)*.

4.1.2. A problemática e sua sistematização na língua(gem) ...

A violência contra as mulheres é um problema global de proporções que afetam a sociedade e viola direitos e liberdades fundamentais. Essa violência, por natureza, pode ter efeitos devastadores não apenas na vida das vítimas, mas também das famílias e das comunidades; pois estudos realizados nos cinco continentes indicam que nenhuma sociedade pode ser considerada imune a esse tipo de violência.

Sendo assim, é válido afirmar que, essas práticas ao longo das épocas transcendem estruturas sociais, culturais, étnicas, históricas e religiosas – e a cada três mulheres mundo a fora são espancadas, forçadas a manter relações, são vítimas dos seus companheiros ou por conhecidos (forçadas a serem quem ‘elas não são’).

Dessa maneira, tais práticas apontadas anteriormente assumem diretamente diversas formas. A declaração de 1993, sobre a *eliminação da violência contra as mulheres*, define essa prática como *qualquer ato de violência com base no pertencer*

ao sexo feminino que tem ou pode resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, bem como as ameaças de tal atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorram na vida pública como na vida privada.

Ainda nessa perspectiva, a declaração também aponta que, embora não se limite a eles, a violência física, sexual e psicológica que ocorre na família e na comunidade em geral, incluindo maus-tratos, abuso sexual de meninas em casa, violência relacionada ao dote, estupro do marido, mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais prejudiciais; atos de violência perpetrados por outros membros da família e as violência relacionada à exploração sexual, assédio e intimidação no trabalho, em instituições educacionais e em outros lugares, tráfico de mulheres, prostituição forçada e violência perpetrada ou tolerada pelo estado – isso é uma lástima!

É importante também observar que, por uma definição mais abrangente e humanística sobre a violência – líderes como *Martin Luther King*, por exemplo, fundamentou que a violência nega a dignidade humana e produz sentimento de desamparo e, ao mesmo tempo, de desesperança à vítima – isto posto, *inclui aos atos físicos, palavras de baixo calão, isolamentos e também a exclusão social – todas aos impacto que causará às vítimas* (UNOC, 2010); e continua atual até hoje.

Mesmo constituído há uma década, os relatos de violências sofridas pelas mulheres – tais estudos tiveram suas bases nos idos de 1970 discutidos pelos Estados Unidos da América, Canadá e poucos países da Europa; na época abordaram que o ‘lar [casa]’ não era como se acreditava [santuário e refúgio] – apontaram que as práticas de violência tinha sua gênese justamente no ambiente instituído como ‘seguro’. Em inúmeros casos o feminicídio (na época) já era apontado como preocupação, pois essas consequências passaram a ser avaliadas como impactos sociais à saúde e, principalmente, ao psicológico da vítima e da família – de maneira especial, as crianças que, regularmente, testemunham cenas repetidas entre os pais e familiares.

Nas décadas seguintes, a Organização dos Estados Americanos (OEA) começa a definir uma política para salvaguardar os direitos, bem como a proteção das mulheres, pois apontaram que eram eixos fundamentais contra a violência – desses, reconhecer a existência dessa prática contra a mulheres era fundamental na violação

aos direitos humanos. Logo, assinaram e ratificaram tratados nas Convenções das Nações Unidas no evento sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres e criaram também mecanismos para processar seus agressores.

Nos últimos anos, os esforços para conter e erradicar a violência contra as mulheres, em sintonia com a Convenção acima citada, muitos países aprovaram *Leis que tratam especificamente da violência contra as mulheres*; incluindo as violências domésticas. Tais reformas legislativas ao passar das décadas são importantes no sentido de que elas ‘enviam’ uma mensagem clara à sociedade ao criminalizar a violência contra as mulheres.

Porém, isso não é mais considerado um assunto privado e não será tolerado – onde outras iniciativas para melhorar a resposta do sistema de justiça criminal à violência contra as mulheres têm sido, por exemplo, o estabelecimento de serviços policiais especializados na proteção e assistência às mulheres vítimas de violência – principalmente as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (DDM); a criação de juizados especializados em violência doméstica; novos recursos e medidas civis e criminais para proteger as mulheres; o treinamento de oficiais de serviços de justiça e aplicação da Lei; novas faculdades para a Polícia e o Judiciário para atuar e proteger as mulheres; e principalmente, *a incorporação de uma perspectiva de gênero na formulação de políticas de segurança; e serviços de apoio médico, psicológico, social e jurídico especializado para mulheres em situação de violência* (UNODC, 2010).

Dessas perspectivas apontadas acima, no entanto - a experiência tem mostrado que é mais fácil mudar as Leis do que *práticas e crenças sociais*. Em muitos países, o *silêncio público* e a inércia dos governos garantem índices de violência contra as mulheres *não registrados* e, na maioria dos casos, como é tácito, os *infratores ficam impunes*. Logo, não há um ‘esforço claro’ nas políticas públicas em alterar a cultura, as práticas institucionais e sua incorporação ao tema, pois as questões de gênero na *Lei* e na *Prática* (não são convergentes).

4.1.3. Um aparte: aportes - da polícia e do judiciário ...

Tais fatos sistematizados, por exemplo, dessa prática de violência contra a mulher, são situações que se repetem – sendo assim, *resposta imediata da polícia*

por sua vez, pode ajudar efetivamente as vítimas; essa assistência do Aparelho Repressivo (AR) e a sua implementação das medidas eficazes são papéis significativos à proteção não apenas das vítimas, mas também das testemunhas são fundamentais.

Nesse apontamento a polícia é criticada justamente por não ser eficaz e demonstrar certa apatia em relação à violência –; porém, *a polícia é apenas uma parte de um sistema mais complexo rede de proteção dessas mulheres que estão sob a tutela da violência doméstica que requer participação dos tribunais, prisões cooperativas, comunidades, organizações não governamentais e sociedade civil, por exemplos* (UNODC, 2010).

Dessa essência, por sua vez, ao analisarmos esse processo de transferir as ‘boas práticas’, devemos lembrar que, de igual maneira, vejamos modelos avançados mundo a fora sobre essas abordagens (da violência contra a mulher) – tidos como visionários, geralmente requer adaptações contextuais, circunstanciais, e, acima de tudo, Normas Judiciais diferenciadas que a polícia, o BO, o Inquérito, ou das Provas remetidas às autoridades, mudaria uma cadeia expressiva não apenas das Leis, mas também do Sistema Político, Social e Econômico do país: *mas qual o governo que se submeterá a tais iniciativas – pensemos nós! ...*

4.1.4. Da disputa discursiva - ‘identidade em construção’ ...

Quando pautamos ou materializamos discursivamente a questão da *identidade* é importante inscrever o ‘conceito’ como parte que fundamenta o ‘campo das batalhas e disputas’ que podem fechar, ampliar ou até mesmo, transformar seu significado. Segundo Bauman (2005) é por meio da *metáfora* da guerra que a sistemática das discussões teóricas se manifesta no campo intelectual no que tange a essa categoria.

Dito isso, o autor ainda afirma, de igual maneira, que a conceituação do termo ‘identidade’ é por demais contestado – são batalhas que acontecem constantemente. Sendo assim, reafirmando esse olhar, Authier-Revuz; *In: Orlandi* (2014, 265), fundamenta que [...] o “*laço*” *metaenunciativo vem enxertar em um ponto do fio do dizer para aí nomear a falha, abrindo o dizer, pelo dito, sobre o que ele não diz,*

fazendo ressoar em outras palavras mais esta parte do silêncio que se experimenta nas palavras.

Assim, é válido considerar que, o léxico [identidade] como suporte de categoria, para Brubaker; Cooper (2001) se redescobrem-se, via de regra, pela 'Filosofia' como permanência particular e passível de mudanças, principalmente a partir de Freud e Lacan quando se 'apropriam' (cada um a partir de vieses particulares) da / na psicologia para explicar a questão do sujeito na linguagem e suas perspectivas, segundo Terêncio (*In: Um percurso psicanalítico pela mística, de Freud a Lacan. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011*).

A partir desse cenário, os apontamentos da psicanálise sobre a questão da 'identidade' será ponto fundamental em relação ao 'outro', pois é nesse viés que os estudos sobre a subjetividade torna-se mais palpável, principalmente no que diz respeito ao *discurso e suas relações teóricas que serão fios condutores nas diferentes dimensões, sejam sociais, biográficas, culturais; pois para Busso (2011, p. 104): "[...] são o conjunto de referenciais escolhidos se expressa de forma discursiva dando origem à identificação embutida. Ou seja, as identificações tomam forma em um discurso, se conformam nele"*.

É válido pensar que é a partir dos discursos que os 'atos de identificação' podem e são representados pelas instituições que servem como referências e, ao mesmo tempo, de posições, a saber: o 'Eu' e o 'Tu' como suportes na/da enunciação de um dado discurso.

Ricoeur (1996), sobre a perspectiva da 'identidade', considera que é uma categoria que necessita da prática e sua efetiva participação 'narrativa' trabalhada pelo 'sujeito' que define e se constrói por si mesmo; isso marca a identidade como resultado dialético – a saber: pela *permanência* e também pela *conservação*, pois vai assegurar a abertura da 'alteridade' e a sua mudança na 'construção de uma identidade' – seja em termos 'subjetivos' ou pelo 'reconhecimento do próprio sujeito por uma identidade ou autoria' nesse processo.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Arfuch (2002), a partir das contribuições de Ricoeur (1996), aponta que não há identidade fora da representação – em cada narração o sujeito se reconhece (da sua cultura e sua história) – assim ele representa e é representado. Logo, sendo os *discursos espaços de formação*

indenitária, considerou fundamental atentar para suas *práticas e modalidades enunciativas* como *marcas da subjetividade* do narrador e de seu contexto.

Isto posto, afirmamos a partir de Authier-Revuz (2014, p. 262) quando reafirma as bases apontadas por Ricoeur (1996); Arfuch (2002) ao singularizar a questão da ‘identidade’: “Se as línguas imaginárias ou o silêncio responde, pela apresentação, fictícia, de um *lugar outro*, à ferida da linguagem, é como resposta inversa que pode ser compreendida a literatura, prática só da linguagem, inscrita inteiramente no lugar mesmo do desvio, nessas palavras que são falhas” (grifo da autora).

4.1.5. Da materialidade - aventuras discursivas ...

Embora tenhamos modalizações que apontem, marquem e que signifiquem os discursos; é importante destacar que a Análise do Discurso Francesa (AD) se diferencia das demais bases teóricas pelo valor que ela aponta para a ‘reconceituação’ do discurso. Pêcheux (1975); Courtine (1981), por exemplo, discutem o processo da ‘dupla redução’ que era operada no discurso pela sua predominância em abordagens empiristas, formalistas e subjetivistas – essas principalmente, no contexto acadêmico – do discurso à linguagem, vista como objeto ideologicamente neutro, pois tinha como função (seu código) meramente informativo, segundo (ROBIN, *et al.*, 1972).

Esses teóricos, por sua vez, tratavam os efeitos de sentido na história a partir de uma dada materialidade discursiva específica – isso pela sua inscrição que possibilitou discutir uma ‘dada noção’ puramente referencial do discurso, pois a discursividade era tratada como ‘vitral’ pelas ‘formas subjetivas’ apresentadas na linguagem; ou seja: ‘onde se podia espiar’ as ‘coisas reais’, segundo (PÉCHEUX, 1994). Mas, por outro lado, a concepção de discurso também foi criticada como mera superfície de inscrição de processos que ocorriam fora de si – onde derivava o seu caráter de uma lógica global ou núcleo central, segundo (FOUCAULT, 2008).

Dessa forma, a relação do discurso com as ‘coisas’ foram substancialmente afetadas (dessa falta [...] *constitui o sujeito, em um irreduzível desvio de si mesmo, pelo fato de que é falante e, por consequência do que ele é, falho*. Authier-Revuz, *In*: Orlandi, 2014, p. 261). Para Foucault (2008, p. 77), [...] *Não se trata de interpretar o discurso para fazer dele uma história do referente*. E também de nem extrapolar as

lógicas de outros processos sociais do discurso, mas de perceber os aspectos constitutivos e mediados relação entre *este* e o *extradiscursivo*.

É importante observar, também, que os objetos são formados no interior do discurso e isso levará à afirmação de que *o sentido não é determinado unicamente pela correlação entre as palavras e seus referentes - mas pela rede de tecidos entre os enunciados*; logo, constituindo uma 'ruptura teórica nodal'.

Nesse sentido, é a noção de formação discursiva (FD) emprestada de Foucault que será constituído o discurso numa ordem regulada – a saber: *dos objetos, dos tipos de enunciação, seus conceitos e das escolhas temáticas que seguirão de formação anônimas dentro do discurso*; outrossim, a partir das quais podem ser identificadas as suas regularidades. *Uma FD, por sua vez, constitui de um conjunto de enunciados que seguem um determinado princípio de distribuição [aparência, sucessão, repetição, transformação].*

Nessa ordem, o discurso não pode ser considerado como sinônimo de tudo dito/escrito, mas “um objeto construído, diferente da cadeia empírica”, segundo Maldidier (1992, p. 204). Também é constituído pelas formas de regulação do que pode ser dito/pensado e do não dito. Assim, pode ser estabelecido um vínculo íntimo entre “[...] o que foi dito aqui (em tal situação) - e dito assim e não de outro modo - e o que foi dito em outro lugar e de outro modo”, já que se pretendia ‘ouvir’ a presença do não dito dentro do dito” (PÊCHEUX, 2013, p. 10).

Essas perspectivas da categoria da FD (pensada por Foucault) foi reelaborada a partir de sua relação com o conceito de ideologia, por Althusser, como aponta (ROBIN, *et al.*, 1972; PÊCHEUX; FUCHS, 1975; MALDIDIER, 1992). Com isso, buscou-se restabelecer a *relação entre os processos discursivos e a evolução das formações sociais*, no quadro de uma perspectiva de totalidade que situava o discursivo na região das superestruturas.

Ainda nesse viés Althusser (1988), aponta para as relações ideológicas que estão presentes nos processos de produção e circulação e delas exercem determinações efetivas sobre a determinação do econômico; nesse sentido, Pêcheux; Fuchs (1975, p. 231), apontaram que “é insuficiente considerar a superestrutura ideológica como expressão da ‘base econômica’, como se [...] coisas, fatos econômicos”. (grifo dos autores)

Sendo assim, a concepção sobre a ideologia foi semelhante à visão do discursivo e de sua materialidade: onde as ideologias não eram pensadas como expressão de uma falsa consciência, nem como produção de um sujeito livre, nem como um sistema transcendental que emanava da estrutura de classes, mas em seu caráter de forças sociais em luta, segundo Robin, *et al.*, (1972).

Desse modo, pensar a conceituação do discursivo era uma premissa que ‘já modelava o ideológico’, pois a identificação das materialidades alertavam para o risco de uma ‘análise transitiva e ao mesmo tempo, mecanicista’ das relações entre as formações sociais (FS), ideológicas e do discurso para Robin, *et al.*, (1972). Ainda em Robin, *et al.*, (1972, p. 11), “as formações ideológicas necessariamente têm como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito” – isto posto, o discurso não foi identificado ou reduzido à ideologia, mas constituiu um de seus aspectos materiais.

Via de regra, ainda pela mesma linha de raciocínio, instituímos que os sistemas da formação dos objetos discursivos não eram mais pensados pela base foucaultiana, mas pelo ‘processo da interpelação ideológica’ de uma dada sociedade que é constantemente atravessada não apenas pelo conflito de classes, mas também pela própria dinâmica do discurso [enunciação]. Logo, podemos apontar para o ‘sujeito da enunciação’ – esse tornando-se cada vez mais complexo, pois *deixa de ser e garantir* o sentido do seu próprio discurso; *ele se ver atravessado e em posição [classe] pela interpelação ideológica e do seu inconsciente*.

Ainda se pode pensar na ideia inicial que fundamentou ‘as condições de produção’ – dessas ao descentrar o sujeito e a situação [enunciação] – pela compreensão do discurso e seu caráter evidente de romper sua constituição nas FD que são imbricadas nas formações ideológicas (FI); incluem dessa maneira, processos discursivos que irão integrar as condições relativas as suas modalidades até as redes enunciativas que permitirão questionar as relações estabelecidas também fora do discurso.

4.1.6. Deslocamentos - formulações e sentidos ...

Ao das nossas abordagens foi importante pormenorizar pontos fundamentais – entre eles sobre a materialidade discursiva, nesse sentido, para entendermos a questão do *interdiscurso* faz-se necessário pontuar o seu valor como peça fundamental para a base teórico-metodológica de Pêcheux – pois constituir esse processo, via de regra, da formação discursiva na relação ideológica, observaremos que seus estudos direcionaram uma gama de ‘deslocamentos’ (principalmente de sentidos).

É válido considerar que o interdiscurso sempre se manifestará nas Formações Discursivas – sendo assim, observaremos uma diversidade de discursos [em seu interior], esses impregnados pelas Formações Ideológicas; logo, entrelaçando-se momentos e lugares socialmente estabelecidos – que podemos chamar também de intradiscusividades.

Para Orlandi (2005, p. 33), “O interdiscurso é o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos; ou seja, para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já o façam”. Outrossim, reforça-nos ainda afirmar que esse ‘espaço, dito como regular’ tem identidades ou por assim dizer: ‘forma ou posição sujeito’ como instituída por Althusser, pois já se compreendia que sujeito “[...] era todo indivíduo social agente de uma prática pela existência histórica de outro indivíduo”, segundo Pêcheux (1997, p. 163-183).

Dessa categoria que separou as produções nos idos 1970 às produzidas a partir dos anos 1980, discutidas em Glozman e Montero (2010) e em Montero (2014), como essenciais para compreender os gestos pecheutiano durante essas mudanças teórico-metodológicas para a análise do discurso. Nessa linha de pensamento, vamos entender a questão do interdiscurso pela sua formação e domínio pelas articulações que irão ‘envolver’ diferentes formações discursivas.

Não se trata aqui de uma ‘justaposição’ ou ‘confronto’ entre discursos, pelo contrário, pois eles não estão localizados em ‘posições simétricas’ das quais vão se referir uns aos outros; essas relações entre as ‘diferentes FD’ se estruturam diretamente pelas contradições que guardam entre si; decorre assim, o domínio sobre outras.

Essas formas de articulações podem e devem ser entendidas como relações antagônicas e, ao mesmo tempo, de alianças, absorção etc. De certo, nas suas formulações iniciais ficará definido que no interdiscurso haverá sempre um ‘todo complexo’ que se articula no contraditório pelas desigualdades instituídas pelas FD, fundamentam (GLOZMAN; MONTERO, 2010).

Dessa maneira, vejamos a afirmação de (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 21), quando abordam que “uma formação discursiva é constituída-limitada pelo que lhe é externo, portanto pelo que ali é estritamente formulada porque a determina” – ou seja, molda, exatamente, os elementos determinados pela FD; como já falado anteriormente: *o que pode ser dito / pensado e também do que não pode ser formulado* – essas ‘ausências’ nos dizem sobre essas relações mantidas com outras FD, diga-se de passagem, em termos de confronto, subsunção, aliança etc.

Sendo assim, entendemos que, essa constituição por discursos cujo foi ‘esquecido’ irá apontar ao ‘exterior’ (especificado) de um processo discursivo, pois [...] “é a verdadeira causa das ausências desse processo discursivo” (GLOZMAN; MONTERO, 2010, p. 85).

Logo, o interdiscurso irá se estruturar a partir da sua complexidade dominante nas FD, de igual maneira, no conjunto da complexidade das formações ideológicas que se articulam e se estabelecem entre um paralelismo desses dois níveis. Tais ordens discursivas têm suas próprias materialidades, delas produzem efeitos, sujeitos, instituições, práticas que sempre se articulam nessas primeiras articulações – bases fundamentais no processo discursivo.

Nessas perspectivas, apontadas anteriormente, coadunamos com Courtine (1981) quando vai direcionar a *questão do interdiscurso* como constituinte dos objetos – esses vinculados ao enunciador, pois dele irá se apropriar e, ao mesmo tempo, torná-lo ‘seu discurso’ (considerando que o interdiscurso forma o lugar enunciativo no interior do discurso) que pode e é considerado *‘fio que atravessa e encadeia’*, dá linearidade, coerência e a sequência reivindicada pelo sujeito que ordenará a cadeia da fala interdiscursiva – pontos fundamentais no movimento do discurso e seus sentidos.

Sendo assim, podemos também considerar aqui a importância da ‘redefinição da enunciação’ – Pêcheux; Fuchs (1975, p. 18) fundamentam que há “[...] uma série

de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco, e cuja característica é apresentar o *dito* e depois rejeitar o *não dito*". Isto posto, consideram que há uma espécie de 'ilusão' – essa em que o sujeito vai garantir integralmente 'o sentido do dizer' como efeito ideológico – porém ocultará a interpelação ideológica e as formas que entrelaçam o que é dito ao interdiscurso.

Nessa sequência, podemos também elencar dois momentos distintos: o do processo enunciativo (o sujeito se apropria dos objetos do interdiscurso – 'não consciente'); em seguida, dos processos da formação do discurso (regidos pelo interdiscurso: de certo, incompreensível, não distinguível no 'dizer' – pois ordena e liga, ao mesmo tempo, seus constituintes); para Glozman; Monteiro (2010, p. 81) afirmam também que o interdiscurso, nessa perspectiva elencada anteriormente, assumiu "um estatuto teórico semelhante ao do inconsciente ou ao da ideologia".

Pêcheux (1980) mesmo tardiamente vai 'introduzir deslocamentos' na mesma direção. Maldidier (1992), por sua vez, irá trabalhar por meio do arcabouço das conceituações das FD e do Interdiscurso – esses produzem teoricamente a falsa ilusão da 'totalidade fechada'; mas esse ponto de vista foi revisado e a própria Maldidier (1992, p. 208) fará uma crítica a tais princípios anteriormente apontados "[...] sob o domínio da ideologia dominante e do interdiscurso, o sentido se constitui na formação discursiva pelas costas do sujeito que, inconsciente de sua sujeição pela ideologia, acredita ser o dono de seu discurso [...]".

Desse viés, nascerá a noção parafrástica (uma dinâmica) - *do que pode ser dito sobre a afirmação, do que já foi dito sobre o que pode ser enunciado* – diretamente ligadas ao sujeito, da crítica historicista à noção interdiscursiva para o qual *o já dito dominava a enunciação*.

A partir dessas discussões, Pêcheux (2013, p. 18), destacou que:

Não se trata aqui de querer que todo discurso seja como um aerólito milagroso, independente das redes de memória e das trajetórias sociais em que irrompe, mas de sublinhar que todo discurso marca, simplesmente por sua existência, a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e percursos: todo discurso é potencialmente índice de uma mudança nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, efeito dessas filiações e um trabalho.

Dessa autocrítica a partir do conceito de FD, Pêcheux (2013, p. 18) afirmou também que:

Ele se desviou demais para a ideia de uma máquina discursiva de sujeição dotada de uma estrutura semiótica interna e, portanto, condenada à repetição: tal concepção estrutural da discursividade levaria a um apagamento do acontecimento, por meio de sua absorção no envelope - interpretação antecipada.

Sendo assim, podemos afirmar que, o *interdiscurso* permaneceu válido nas abordagens Pêcheuxtiana, mas, essa revisão (válida teoricamente) vai vincular-se às 'redes de memória', estas inscritas nos enunciados (pela repetição) que diretamente se revestirá(ão) no esquecimento.

Pêcheux (1990, p. 90) dessa base reelaborada afirma que o interdiscurso naquele momento torna-se acessível pelas "[...] séries de tecidos de signos legíveis que constituem um corpo sócio histórico de traços" – donde essa produção terá como justaposição a *noção de memória discursiva*, cujo efeito foi o de clarear a densidade das formações discursivas como um conjunto estabilizado e estruturado, ao afirmar que, o sentido sempre exerce transformações sobre si mesmo em um "relançamento indefinido de interpretações" (PÊCHEUX, 2013, p. 16). Logo, é a partir das significações (do discurso) que suas bases estruturantes e fechadas foram assim desestabilizadas para pensar 'no espaço' ao acontecimento e da sua 'flexibilidade discursiva'.

Mas desse processo, essa rede de memória que ora estabiliza ora desestabiliza as determinações que serão constituídas para que as formações ideológicas, de certa forma, deem possibilidades de 'reformulações' que já apontamos por vezes aqui, *do / para o interdiscurso*.

Outrossim, afirmamos que, dar conta do interdiscurso em meio as conceituações do discurso requerem – de certo – uma relação ideológica (principalmente ancoradas aos princípios teóricos pecheuxtiano). Isso pelas complexidades das FD que se mantem entre si e organizadas pelas contradições entre as FI (que delas fazem parte diretamente).

4.1.7. O silêncio - objeto constitutivo ...

A partir do processo teórico aqui estabelecido e, de maneira constitutiva dos embasamentos que se manifestam em cada gestos de leituras (pelo viés discursivo) apontamos a partir de agora o arcabouço *teórico-metodológico do Silêncio* trabalhados por Orlandi (2002, p. 11) como fundamentos não apenas de reflexão, mas para apontar de que forma “na relação do dizível com o indizível, nos faz correr o risco mesmo dos seus efeitos: o de não saber caminhar entre o dizer e o não-dizer”.

Sendo assim, o silêncio foi tratado como objeto de estudos, mas é importante esclarecer que essas relações do ‘dizível’ e do ‘indizível’ – em determinados momentos poderá ‘se perder’, não no sentido literal, mas em sua materialidade: isto é, ‘do dizer’ e do ‘não-dizer’.

Essas relações comumente apontadas aqui se fazem necessárias para melhor compreensão no que tangerá ao ‘Silêncio Fundador’ que Orlandi (2007, p. 24) aponta como “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”; logo ele é silêncio, ele é resistência por meio das vozes sociais instituídas pela repressão ideologicamente marcada por um ‘dominante historicamente construído’.

Nessa discussão, o silêncio, para Orlandi (2007) funciona como uma ‘posição’ em que o sujeito vai se ‘inserir num dado sentido’. Essa é uma perspectiva fundamental – ele (o silêncio) se manifesta pela incompletude e ‘seu lugar do equívoco’, bem como do ‘seu deslocamento de sentidos’ (manifestarão nos processos de produções silenciadas). Aparecerá também nos processos ‘polissêmicos’, isto é: se instituirá como o *real do discurso* – onde suas relações entre linguagem, mundo e pensamento vão resistir ao controle (urgência da linguagem e suas significações).

Orlandi (2007, p. 13) materializa o silêncio como “respiração” da significação, pois é o lugar necessário para que o sentido faça sentido e onde seu reduto do possível, do múltiplo – o silêncio abrirá o espaço para o que não é “um”, para o que permita o movimento do sujeito num dado discurso.

Ainda para a autora, é importante pensar que o sentido não se constitui numa ‘prisão’, pois ele está entre os locutores – pois *sujeito* e *sentido* são constituídos (de maneira mútua) a partir das suas múltiplas FD, visto que elas “[...] recortam o

interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e refletem as diferenças ideológicas, o modo como às posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”, sustenta (ORLANDI, 2007, p. 20). Logo, nesse gesto, podemos afirmar que, a Formação do Discurso pode ser caracterizada como a ‘região do dizível’ (responsável pelas possibilidades de FD) na linguagem – seus mecanismos, por sua vez, analisadas pelas FD.

Para Orlandi (2007, p. 20) “[...] o limite de uma formação discursiva é o que a distingue de outra (é o mesmo limite da outra), o que permite pensar que a formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois já evoca por si o outro sentido que ela não significa”. Nessa abordagem, quando trabalhamos a questão do silêncio como ‘objeto-teórico-metodológico’, entramos diretamente no funcionamento do ‘equivoco’ (onde admitirá mais de um sentido).

Entendemos, dessa maneira que, um dizer silenciado em uma dada FD encontrará, por sua vez, abrigo em outra FD - assim sendo, todo *discurso interdito* por uma ‘FD Oficial’, acaba reaparecendo. De acordo com Orlandi (2007, p. 24), o silêncio é “[...] a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa”.

Isso posto, vai apontar também que existem dois principais fundamentos no que concerne ao silêncio: ‘o fundador’ (presente na linguagem) e a ‘política do silêncio’ (onde sentidos são censurados: pelo sujeito [de uma FD] ou pela comunidade [momento historicamente determinado]); sendo “[...] considerado tanta parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”, segundo (ORLANDI, 2007, p. 29).

Outrossim, é válido pensar que o *silenciamento* é a maneira de silenciar – necessitará das condições de produções do discurso (e seu contexto social) para que os lugares instituídos pelos sujeitos ‘se calem e falem’ a partir das produções dos discursos – *esses conforme no momento dos registros dos Boletins de Ocorrência* onde na Delegacia de Defesa da Mulher veremos (de maneira material) a existência do Escrivão e da Depoente no processo da produção dos sentidos (na lavratura desse documento materialmente ideologizado) na linguagem).

4.1.8. Do silenciamento - um introito ao político ...

As perspectivas anteriormente elencadas aqui nos possibilitaram pensar que, dependendo do ambiente, a linguagem vai se tornar objeto de análises e, diante desse prisma teórico-prático, e também sistemáticos, verificar como os ‘silenciamentos’ e o ‘discurso’ (deslocando sentidos) possibilitarão gestos (não apenas subjetivos) nos BO, mas também o ‘não-dizível’ na materialidade (registro dos BO) mediante as ‘interferências’, ‘apagamentos’, ‘sentidos-outros’ que irão interferir diretamente no processo de produção e suas discursividades.

Neste viés, ressaltamos aqui a composição do ‘relato’ como inserção processual na linguagem. Isto posto, é válido considerar que, mesmo que a nossa base teórica a partir do estado da arte seja Análise de Discurso de Linha Francesa, é preciso apontar pressupostos da ADD que deram início a presente discussão e aqui não fundamenta a base principal da nossa visão, mas nos dá nortes que aproxima e distancia às materialidades nos Boletins de Ocorrência - vejamos:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros.

Mediante essa passagem, de Bakhtin (2004, p. 113), do processo de troca de informação que acontece com o *depoente* e o *escrivão*, vamos observar que, até a instauração do Inquérito Policial, a chance de que muitos desses registros nos Boletins de Ocorrência não sejam fidedignos é possível, visto que o *escrivão* ‘traduz’ o ‘discurso relatado’ pelo depoente na forma de registro escrito da fala no BO.

Em regra geral, por sua vez, no inquérito policial é fundamentado (exclusivamente) nas provas materiais colhidas na investigação (fotos, áudios etc.) – essas, por sua vez, consideradas ‘provas subjetivas’ na elaboração (construção) do BO; pois a sua existência no *Discurso Relatado* é primordial, uma vez que, a cena enunciada pela “vítima” se constitui pela narrativa e da ‘imagem’ – essa última representada pela depoente e pelo *escrivão* nesse processo de discursivização no

âmbito do Aparelho Policial (Delegacias de Polícia). Outrossim, essa narrativa cheia de ‘tensões’ determinadas faz com que o discurso passe por ‘inúmeras interpelações’ do Aparelho Repressivo do Estado, nesse caso, a Polícia Judiciária (essa que é revestida tanto pelas FI quanto as FD) em seu aparelho institucionalizado pelo revestimento do Escrivão de Polícia (que fala como *Ser Policial* – intrinsecamente ideologizado).

Dessa maneira, a construção de um *Discurso Paralelo*¹³ transcrito pelo escrivão de polícia vai coadunar com as perspectivas que apontamos anteriormente em Orlandi (2007) por meio das quais a autora chama nossa atenção para os *Sentidos do Silêncio* que se fundamentam pelo *fio condutor nos estudos da linguagem* e sua materialidade no sentido *como forma de silenciamento* - essenciais - via de regra - para se entender a dimensão dos ‘não-ditos’ institucionalizados pelo escrivão na Tomada de Depoimento. Vejamos na prática!

4.2. Dos procedimentos de análises - as interpelações ...

Agora, concentraremos os nossos esforços em mensurar a materialidade inerente ao processo de significação a partir dos seus efeitos de sentido, pois ao pensar os nossos gestos interpretativos, pensamos na identidade do sujeito e pelo apagamento que é constitutivo da / na sua posição; ou seja, onde o não-dito será necessário para o dito nesse processo da interpretabilidade.

¹³ Trato aqui como *Discurso Paralelo* o processo de retextualização, interferência, acréscimos e ressignificações feitas pelo escrivão na tomada de depoimento – isso posto, dando outros significantes ao sujeito [pela *posição-sujeito* ou *forma-sujeito* constituída pela *autoria*] pelos efeitos do interdiscurso.

4.2.1. Gesto de leitura: do jurídico - interseções com a linguagem ...

O silêncio e a intimidade dos lugares existem, lugares privilegiados, onde o silêncio impõe a sua sutil onipresença, nos quais se pode, particularmente, realizar a sua escuta, lugares onde, frequentemente, o silêncio aparece como um doce barulho, leve, contínuo e anônimo [...] [VALÉRY, 1960, p. 656-7, *In*: CORBIN, 2021, p. 13].

A partir daqui, as nossas abordagens terão como ponto de partida entender as bases da política do silenciamento pelo viés do jurídico e de que maneira a linguagem se torna fundamental nessa interseção – principalmente no que tange as materialidades discursivas. Via de regra, ao reconhecer os valores sociais que são tratadas as normas e garantir assim o ‘dever ser’ como instituição jurídica, mas também cultural e linguística.

Sendo assim, é importante pensar a ciência jurídica (como instância material), mas em particular, no ‘Direito Processual Penal’, pois esse é encarregado de colocar as ‘Leis Penais’ em prática: ela escolhe as organizações apropriadas para investigar e, ao mesmo tempo, julgar casos que descumpram normas preestabelecidas (dentro da lei penal).

Desse apontamento observamos que é fundamental indicar três instituições que estão atreladas ao cumprimento da lei – principalmente em obediência ao Aparelho Repressivo do Estado: a *Polícia Judiciária*, a *Defensoria Pública*, e o *Sistema Judiciário*; que são encarregados de *inspecionar, investigar e julgar* os crimes e delitos praticados pelos sujeitos em suas *infraestruturas sociais e históricas*.

Desta forma, a partir da discussão, vale ressaltar que, cabe ao judiciário, via de regra, determinar se houve ou não, em maior ou menor grau, ofensas e práticas de violência; essas quando as regras são infringidas. Entretanto, é de responsabilidade do Ministério Público iniciar ou pelo jargão jurídico, ‘ser provocado’, incitado para realizar os processos criminais e legais perante a força da Lei pela denúncia ante as provas arroladas aos eventos na Polícia Judiciária.

Ainda na mesma linha de raciocínio, essa chamada de ‘terceira via’, é válido assegurar que a polícia judiciária possa desempenhar papel fundamental nessa

organização e manutenção das provas para que o judiciário por meio do Ministério Público não apenas trabalhe em prol de objetivos sociais, mas também nas investidas que assegurem a proteção dos *sujeitos-sociais-interpelados* ideologicamente. Nessa medida, a polícia pode apresentar de maneira efetiva por intermédio das suas investigações componentes necessários não só pelas denúncias – mas principalmente provas que possam condenar o infrator nas formas da lei.

Outrossim, pode-se afirmar que, a familiarização policial desses princípios iniciais segue seu rito numa Delegacia de Polícia - tem condições (é o que se supõe) de identificar nas tomadas de depoimento e pelas provas arroladas a existência tácita de um crime a partir dos eventos transcritos nos BO que fundamentarão o inquérito Policial até as medidas protetivas a favor da vítima e do 'afastamento do agressor'. Neste interim, é válido lembrar que os policiais estão inseridos no Aparelho Repressivo do Estado – ou seja, no centro do contraditório político-judiciário – que seguem regras [porém, só resolvem e se preocupam aos problemas internos – lastimável].

Embora tenhamos a 'certeza' de que o papel da polícia é se encarregar nas investidas nas soluções dos crimes, reunir provas e sistematizar suas buscas a partir das elucidações materiais – faz com que a autoridade, o Delegado de Polícia, atribua no primeiro momento, ao sujeito-escrivão, maior perspicácia nas tomadas de depoimento.

Porém, nem sempre há essa efetivação do aparelho repressivo, principalmente no trato de 'receber' [atender] de maneira urbana a vítima [que já chega abalada na DP ou DDM pela violência sofrida] e pecam nesses gestos de leitura que são fundamentais no acolhimento desse sujeito-vítima.

Sendo assim, é relevante o papel da polícia nesse momento inicial – essas atribuições dos órgãos repressivos são obrigadas a conhecer e reconhecer as tipificações dos crimes como pontos fundamentais ao seu posicionamento *função-ator* ou *forma-sujeito* ou *formação imaginária* nesse entrecruzamento que a linguagem nos permite materializar ante a polícia judiciária.

Dessas perspectivas, a linguagem policial é, antes de tudo, a essência de um discurso que é produzido a partir de outro discurso que de forma paralela compõe outro discurso – em que, para Benveniste (1989), a capacidade do falante de se

colocar como sujeito através da linguagem, com base na consciência do lado do interlocutor, ou seja, do escritor, indica a presença da subjetividade – o que aparece de maneira latente nos BO.

Outrossim, é no processo da interpelação do aparelho policial como materialidade discursiva, ou seja, pelas práticas de violência, principalmente contra a mulher, serve intrinsecamente de interesse aos auspícios da Análise do Discurso como *problema-corpus* a manutenção da perspectiva discursiva que permite não apenas a subjetivação, pois se apropria *inter / extra* das questões enunciativas que demandam nas relações de poder – repercutem nas lutas de classe e, ao mesmo tempo, instituem e se revelam nessas divisões: [...] “Suas vozes são signo da intromissão no espaço da realidade daquilo que é *novo*, não porque é inédito, mas sim por ser suprimido a cada vez que se revela” (DECCA, 1984, p. 34-5).

4.2.1.1. Da subjetividade - lugares do / no dizer ...

A Análise do Discurso Francês (AD), desenvolvida na França por Pêcheux nos idos dos anos 1980, amplia a distinção efetiva sobre a *língua / fala* proposta por Ferdinand de Saussure (1916).

A partir dos anos 1988, Pêcheux se baseia na abordagem conceitual de discurso proposta por ele anteriormente e irá favorecer o *sujeito falante* pela não intencionalidade – isso pressupõe que Pêcheux apontou pela ideologia (inconsciente), compelido assim que a *linguagem é opaca, de inúmeros significados e que podem interferir de maneira categórica numa determinada frase* – ou por assim dizer: numa dada tomada de depoimento na elaboração de um Boletim de Ocorrência.

Dessa análise, é válido abordar que, conceituar a *subjetividade na Análise do Discurso* é base *uma* – primária na constituição da materialidade linguística [interna e externa]. Isto posto, o *sujeito* na AD é, de certa maneira, ‘falho’ e carece de *interioridade e profundidade* – esses por sua vez, não pode também ser comparado ao *sujeito gramatical*, nem ao *sujeito empírico da sociologia*, porém é por demais parecido com a banda de *Moebius*; uma das primeiras figuras topológicas propostas por Lacan ([1962-1963], 2005). Assim, é possível vislumbrar uma subjetividade da

linguagem por meio das ferramentas teóricas de análise do discurso – pois alude a uma postura que vem antes da ideologia e do desejo.

Ainda nesse viés, Orlandi (2003, p. 14) [...] “é essencial que o analista especifique o curso de ação que tomará ao desafiar os significados estabelecidos nas diversas formas de produção, sejam *verbais* ou *não verbais*, durante o processo de análise do discurso” – essa composta de dispositivos teóricos entrelaçados nos *interdiscursos* ao enfatizar ‘como é dito’ e não ‘o que é dito’ dentro das práticas sociais que causam e é / são causados efeitos de sentidos dos interlocutores no *movimento intradiscursivo* ao pensar no ‘discurso como estrutura’ e também no *interdiscurso* – ambos já discutidos em *outro lugar* por Pêcheux (1997).

Dito isto, é possível pensar pelo viés de uma ‘teoria da leitura’ – essa como atividade ‘socio-discursiva-dialógica’ que tendam a inferir na construção de sentidos, pois os debates seguirão no tripé *na / da língua(gem) – do sujeito – da história*. O sujeito nessa linha de raciocínio é considerado como subjugado, como resultado da linguagem; é dividido, clivado e heterogêneo porque a linguagem e o inconsciente atravessam na contradição, dispersão, equívoco, incompletude e sua falta - *é o que estrutura o sujeito*.

Para Orlandi (2005) e Pêcheux (1997), *o simbólico tem um impacto na realidade da história, e a linguagem atua como uma ponte entre os dois além do texto a fim de buscar interpretações e ecos pré-estabelecidos de afirmações anteriores*. E ainda, Pêcheux (1997, p. 77), fundamenta que o discurso “[...] é pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]”; logo, é uma atividade política que serve como um fórum de discussão, desacordo e troca de significado simultaneamente, pois aponta e emerge de outros discursos - Ela se origina de uma variedade de fontes ao invés de apenas uma.

Nessa linha de raciocínio, Pêcheux (1997) introduz o *conceito de evento* juntamente com o de *estrutura* em sua proposta para uma mudança no foco dos estudos linguísticos. Ao fazer isso, ele conscientiza o leitor sobre a opacidade do texto e seu exame do imaginário no contexto do uso da linguagem por parte do sujeito. A partir desse ponto de vista, ele vê *a linguagem como a materialidade distintiva do discurso e o discurso como a ideologia específica*.

Para tanto, Orlandi (2005), especifica que os *conceitos de dito e não dito* serão, portanto, utilizados aqui, vinculando o não dito às concepções de *implícito e explícito*, entre outros dispositivos teóricos da Análise do Discurso Francesa (AD) – via de regra, foram a partir dos escritos de Pêcheux (1980) que a autora irá apontar tais dispositivos.

Dessa maneira, é a partir desses apontamentos que os BO serão tomados aqui como *corpus discursivo* de análise por meio dos *fatos ditos e não ditos – mas silenciados pelos atos acometidos, muitas vezes no ambiente familiar, pelo algoz (marido, namorado, amásio, ficante etc.) – vozes que são silenciadas pelas vítimas frente às autoridades policiais.*

Este ponto de vista apontado acima pressupõe que os significados podem ser inferidos a partir de textos, mesmo quando eles não são declarados explicitamente. É crucial que levemos em conta tanto o que o texto declara explicitamente quanto o que ele omite, ou o que está implícito, isto é, o que não é dito, mas, mesmo assim, é pretendido. O não dito precede e domina a fala, portanto, considerar o imaginário linguístico é [...] “tirar as consequências”, segundo (PÊCHEUX, 1988, p. 291). Conquanto, a palavra falada é silenciada e o silêncio impede e refrata os sentidos na linguagem.

4.2.1.2. Constituintes - silêncio-discurso-silêncio ...

Ao partirmos sobre a premissa da linguagem (do ponto de vista do político) - podemos significar enquanto estamos em silêncio - se permanecermos em silêncio, isso tem um propósito (mesmo que perturbador). Isso posto, o ato de falar é frequentemente apenas uma cortina projetada para impedir que outras sensações apareçam, seja por cortesia, respeito ou medo: isto é abafado, mas o significado omitido ainda é significativo no que concerne a linguagem.

Assim, podemos instituir que o tema da tese nos remete, principalmente, ao gesto da fala que desempenha, sem dúvida, configurações de censuras, imposições e silenciamentos ante ao Aparelho Policial (instituído pelo estado), ou seja, responde as regras determinadas (de acordo aos AIE).

Desse ponto de vista apontado – observamos indiretamente que por meio dos Boletins de Ocorrência - a vítima (da violência) não foi silenciada ao ser abusada, estuprada, violentada; pelo contrário, *ela foi encorajada a falar sobre a punição aplicada ao seu corpo*.

Tal procedimento se transforma diretamente em uma punição-realização, onde não basta a punição, a atenuação da pena ou a ostentação da agonia; ao invés disso, a vítima estar e, ao mesmo tempo, se colocar em um cenário, uma cena de enunciação (que não consegue escapar do constrangimento social). A sua fala (discurso) é regida pelos ditames da política do silêncio imposto e já naturalizado pelo discurso paralelo (transcrito pelo escrivão na TD); Maingueneau (2001), por sua vez, se refere a esse espaço como *cenografia* – essa interpelação ‘encenada’ cenograficamente pelo aparelho do estado faz com que a postura particularizada desse sujeito ‘decida’ permanecer em silêncio – entendamos aqui, não por via da voz, mas na omissão explícita dos fatos à condenação do agressor (algoz).

Logo, a partir dessas perspectivas, silenciar ao nosso ver institucionaliza ‘lançar em silêncio’, ou seja: estar imbuído do *imaginário* e do *interdiscurso* e escolher seu processo de manifestação do político e não ‘apenas silenciar’ – se calar, como não ter nada a dizer. Esses movimentos e ações que a linguagem proporciona, faz com que aja um funcionamento direto do interdiscurso: a localização dos modos de produção de sentido e, principalmente, as condições essenciais para pensarmos os processos discursivos e as materialidades da linguagem que irão constituir a realidade social, histórica e cultural desse sujeito.

Assim, aludimos que, o aparelho repressivo – revestido pelo estado irá desempenhar um papel significativo no interior das análises nos BO, pois implicam constantemente pensar o imaginário do sujeito e de que maneira suas posições se materializam como processos significativos nas práticas de violências sofridas pelas vítimas.

Isto posto, trazemos aqui, mais uma vez, Orlandi (2007) quando nos chama atenção para pensar que *o discurso sempre irá significar antes e também em outro lugar* – isso nos permite coadunar com a autora e acrescentar que *cada frase* que reaparece num dado discurso é a *pré-construção* particularizada das *formações*

discursivas que reconhecemos não apenas pelos significados, mas pelas estruturas significativas dessas forças internas expressas no interior da ideologia.

4.2.1.3. Do dito / não dito e suas relações ...

Pêcheux (1997), em muitos dos seus escritos, afirma que, as FD *são cenários que se constroem a partir do que ‘pode’ e o que ‘não pode ser dito’ – esses a partir de uma determinada posição ou determinado momento*; logo, elas irão sempre ocorrer *‘entre linhas’* nos *interdiscursos* (constituente discursivo sempre à baila em nossa discussão), bem como *nos espaços entre o que é dito e também no que é alegado – esses que vão além do que é declarado* [pensamos aqui nos BO] que devem levar em conta o *fato de que as palavras assumem significados pelos contextos utilizados* [a partir das FD criadas].

Dessa perspectiva abordada, é importante ressaltar que não devemos ‘tentar’ decifrar o que está textualizado, pois a AD precisa levar em consideração o que é *dito explicitamente e também implicitamente*.

A AD coloca sempre em primeiro em relação ao segundo fundamento, pois procura a *interpretação suposta ou real* – objetiva em explicar o *como* estabelecido no interior do texto: *dar* um objeto linguístico e histórico; desenvolve seu significado ao examinar as múltiplas formas e suas relações com o simbólico na língua(gem) como materialidade discursiva.

Assim, essa incompletude apontada anteriormente é questionada quando se trata do *não dito, do implícito*, tendo em mente que *todo discurso tem uma relação com a ausência, a ambiguidade, porque toda linguagem é imperfeita*.

Para Orlandi (1992, p. 12) [...] “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”; isso posto, *nem os assuntos, nem as conversas, nem os sentidos estão preparados e completos*. Eles estão constantemente sendo (re)construídos no processo simbólico e histórico em curso – logo, como resultado, é preciso pormenorizar nas interpretações e compreensões dentro do mesmo contexto [vale aqui apontar para as experiências particulares e conhecimentos prévios de cada

assunto que irão se conectar entre discursos, memórias e interdiscursos na produção de sentidos].

Nessa mesma linha de raciocínio, Pêcheux (1999, p. 52) reafirma que:

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (grifos do autor).

Assim, afirmamos que os significados são limitados a partir das formas de como os *discursos* são *registrados na linguagem e na história*; pois a inadequação do discurso pode fazer com que o sujeito ‘mergulhe e aprofunde’ na história para ‘registrar a continuidade interna do discurso’; ele faz isso para trazer ‘o discurso anterior’ de um lugar e de um tempo diferente para o diálogo.

Isso porque Pêcheux (1997) nos aponta ‘ingredientes’ necessários para criar uma dada FD a partir dos domínios do interdiscurso [desse pelas formulações *feitas e esquecidas*, mas que *determinará o nosso dizer* – ou seja, de um dado enunciado anteriormente dito, fora da linguagem e do assunto, mas que faz parte da memória discursiva] ao introduzir em seus estudos os conceitos de *paráfrase* e a ideia de *pré-construído* – esses como objetos ideológicos por meio de suas representações.

Para Orlandi (2005, p. 34), há sempre uma nova maneira de praticar os gestos de leitura pelo viés da AD, assim:

[...] consiste em considerar *o que é dito em um discurso e o que é dito em outro*, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo, *procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária* [...] porque [...] *só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz* (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras (grifo nosso).

Neste sentido, o não falado é um componente do discurso não verbal. E, como já foi observado, sabe-se que, *o não dito é constitutivo e fundador do discurso*, pois é impossível que o discurso cubra uma enunciação completa; onde os diferentes elementos da linguagem estão intimamente ligados ao não dito – logo, vai superar ‘todas as palavras faladas’. Assim, Orlandi (2005) aponta que as bases que se

relacionam ao que foi dito pode e aprimora a condição 'a ser' do discurso pelo seu múltiplo espaço constitutivo.

Outrossim, essas mudanças / alterações significativas nos revelam processos de dialética na linguagem, pois oferecem perspectivas para que o sujeito permaneça 'mudo' em determinados momentos do discurso e que pode vir à tona em outros. Faz com que o analista seja 'forçosamente' a apontar tensões ideológicas [do que é dito e do que não é dito] que podem abrir portas para que o *movimento dos sentidos e outros significados dos discursos* se materializem.

Dessas manifestações, Orlandi (1992, p. 20) aponta que [...] “regiões diferentes que cortam o interdiscurso e que refletem diferenças ideológicas, a forma como as posições dos sujeitos seus lugares sociais ali representados, constituem as formações discursivas” - conseqüentemente, pode-se compreender que, a produção de sentido ocorre na relação entre *o dizível e o indizível*; isto é, tanto o sujeito como os significados de seus discursos - ditos e não ditos - são determinados por formações discursivas que funcionam por meio do conhecimento estabelecido na memória ao serem inscritas em uma formação ideológica.

Desta maneira, vemos 'linhas tênue' que se estabelecem das relações manifestas no interior da língua(gem) nas suas múltiplas materialidades discursivas – independente do *corpus* a ser analisado / trabalhado.

4.3. Gesto de leitura: a política do silenciamento ...

[...] a fim de estudar a base comum sobre a qual os processos nocionais-ideológicos, por um lado, e os processos conceituais-científicos, por outro, se constituem como processos discursivos. Esse ponto lógico-linguístico vai nos conduzir progressivamente – tendo por fio a questão da natureza material do sentido – até os fundamentos de uma *teoria materialista do discurso* [PÊCHEUX, 1997, p. 93-4, grifo do autor].

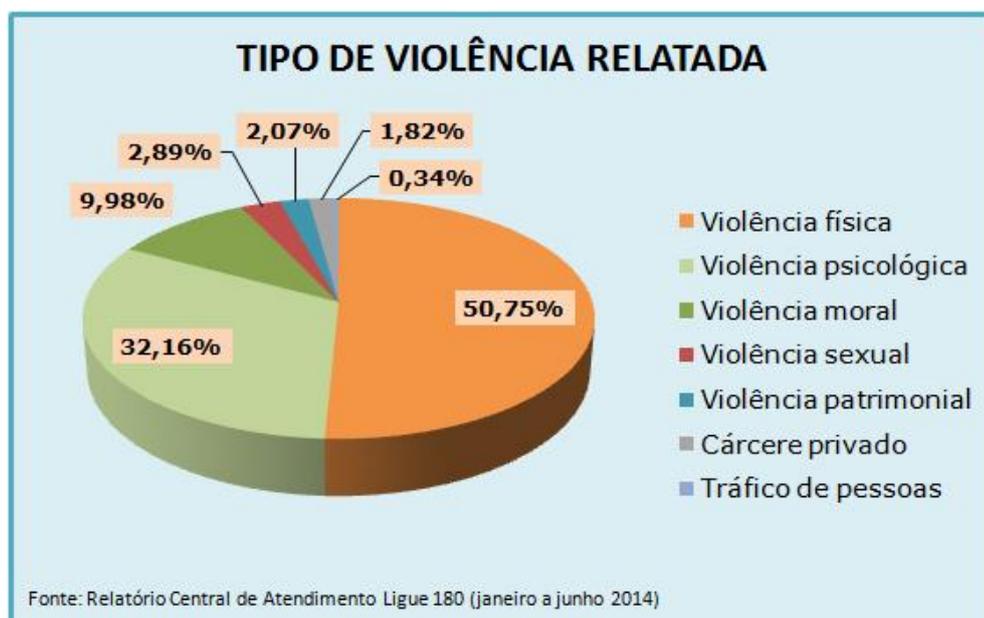
Com vistas a oportunizar às mulheres um tratamento igualitário, em atendimento ao princípio constitucional da igualdade, já que, segundo Maria Berenice Dias (s/d), só é possível eliminar as diferenças sociais marcando-as, efetivamente, pela força da Lei.

Assim, conforme Santos (2010, p. 162), “esta Lei reforça a abordagem feminista da criminalização e propõe, em simultâneo, um tratamento multidisciplinar, estabelecendo medidas protetivas e preventivas – além das criminais – para o enfrentamento da violência doméstica”, o que faz da agressão à mulher um exemplo de violação dos direitos humanos.

É importante observar que essa consideração dada pelo corpo da lei é fundamental não apenas para a tentativa de resolução da problemática da violência doméstica em si, mas como uma base de *sustentação semântica da mulher* enquanto um ser pleno de direitos e pertencente à categoria de ser humano digno.

Entretanto, ainda não é incomum casos de agressão à mulher. O canal telefônico para atendimento à mulher vítima de violência – Ligue 180 – atendeu no primeiro semestre de 2014 a 265.351 telefonemas [apenas para termos uma noção], que variavam da denúncia de violência sofrida (11% das ligações) à solicitação de informações sobre serviços, como a Casa Abrigo, sendo que 82,82% dos agressores apresentam com a vítima uma ligação afetiva ou familiar, caso de 11,20% dos violentadores, conforme dados do Ligue 180.

A violência doméstica (física) ainda é a mais relatada, mas a porcentagem de relatos que denunciam a violência psicológica já é bem expressiva e ocupou, entre os meses de janeiro e junho de 2014, 32,16% das ligações.

Figura 1 – Tipo de Violência Relatada

Fonte: Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-do-ligue-180-revelam-que-a-violencia-contra-mulheres-acontece-com-frequencia-e-na-frente-dos-filhos/>>
Acesso em: 29 de janeiro 2021.

Chama ainda a atenção a frequência com que as mulheres violentadas sofrem agressão; 43,85% relatam serem agredidas todos os dias, enquanto que 33,31% sofre agressão algumas vezes por semana. A violência geralmente ocorre em frente aos filhos - 64,50% relatam que as crianças presenciaram as agressões sofridas, o que contribui para o *processo de naturalização da violência como prática social* e para a *coisificação da mulher* – dessa perspectiva é preciso pensar além; pensar a partir do corpo feminino e as relações de poder que são engendradas nessa representação homem x mulher no âmbito social e cultural – principalmente no Brasil.

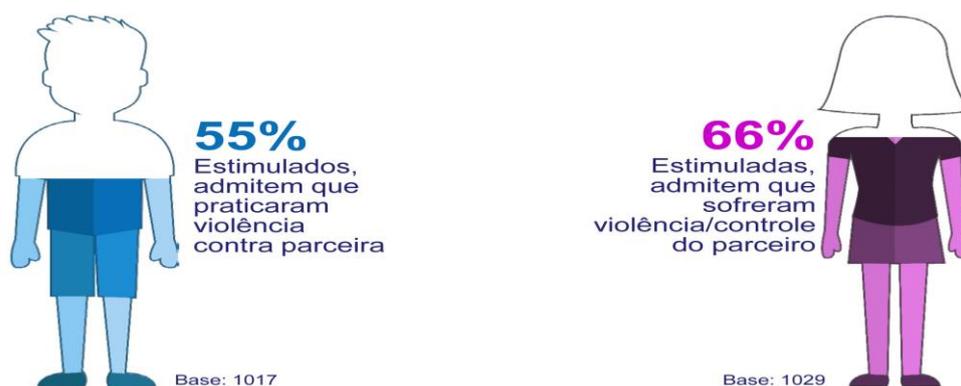
Esse arcabouço machista que sustenta o patriarcalismo que caracteriza a sociedade brasileira é perceptível em resultados obtidos em pesquisa realizada pelo *Instituto Avon* em parceria com o *Data Popular*, entre os dias 08 e 13 de novembro de 2014, com jovens de 16 a 24 anos, em todo o Brasil, totalizando 2.046 entrevistas.

Conquanto, embora 96% dos entrevistados concordem que a sociedade é machista, o mesmo percentual aprova a existência da Lei Maria da Penha; a pesquisa aponta que os jovens brasileiros ainda assumem sentidos machistas e condenam nas mulheres comportamentos não conservadores, como reprovação do consumo

excessivo de álcool pelas mulheres em festas (80%) ou ter relações sexuais com um homem na primeira vez que sair com ele (68%), apesar de os homens assumirem, na pesquisa, adotar os comportamentos condenados nas mulheres.

A pesquisa revelou que os jovens também têm praticado ações violentas contra as parceiras, embora nem sempre reconheçam tais atitudes como tal, uma vez que os entrevistados normalmente caracterizam como violência apenas as agressões físicas. Atitudes como proibir de usar determinada vestimenta só foram qualificadas como atos violentos por 34% dos jovens entrevistados, percentual semelhante ao de jovens mulheres que praticaram sexo sem preservativo por insistência do parceiro, contra a sua vontade (37%). Assim, apesar de apenas 4% dos homens terem admitido ter praticado algum tipo de violência contra alguma parceira - quando o entrevistador citou ações consideradas violentas, o percentual aumentou bastante, o que reforça a ideia de que a *violência contra a mulher só é significada se for física*.

Figura 2 - Classificação da Violência



Fonte: Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>
Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

Observou-se, nesse sentido, que a pesquisa revelou que quem mais pratica violência contra mulheres são os homens que viram suas mães serem agredidas. Dessa forma, 64% dos entrevistados que já violentaram mulheres viram suas mães sofrendo violência doméstica. Esse dado é relevante para a sociedade brasileira estar atenta ao processo de educação das crianças e para a concepção de violência

doméstica como um ciclo vicioso que não finda com a morte do cônjuge agressor, posicionamento defendido pelos adeptos da pena de morte, apesar do necessário processo de criminalização do agressor, mas, sobretudo, para educar, os filhos de lares violentos.

Nessa perspectiva acima, então, é fundamental constituir a violência doméstica enquanto linguagem que organiza as relações de gênero e, principalmente, as relações maritais. Como dito no início do texto, os direitos da mulher pertencem ao conjunto de direitos humanos e, portanto, *é importante considerar os sentidos sobre a violência doméstica a partir do prisma policial e jurídico.*

Santos (2011), por sua vez, revelou que os direitos humanos são construídos, na contemporaneidade, por alguns grupos sociais, a partir do comportamento do sujeito. Assim, “direitos humanos passam a ser para humanos direitos” (SANTOS, 2011, p. 11), sendo que, para a pesquisadora, a ideia sobre o comportar-se é muito plural e, por isso,

[...] o pensamento sobre comportamento e, por conseguinte, direitos humanos, varia conforme as regras morais vigentes em uma determinada sociedade e que, mesmo em um mundo globalizado, nem sempre uma sociedade é igual a outras. Com isso, a característica mais importante que parece definir os direitos humanos no plano teórico, ou seja, a universalidade deixa de ter relevância, afinal eles passam a ser compreendidos a partir do indivíduo em um único local específico. Reitera-se, todavia, que essa compreensão ratifica os DH como orientadores da práxis social, pois o comportamento pré-estabelecido passa a ser condição para uma vida jurídica.

A partir dessa abordagem, destaca-se, assim, no pensamento de Santos (2011) a concessão de direitos humanos com base no comportamento do sujeito. Tendo em vista que às mulheres é solicitada para uma conduta pautada em concepção patriarcalista, machista, como evidenciado na supracitada pesquisa do *Instituto Avon*, não é possível atribuir a elas a universalidade dos direitos humanos, afinal o seu portar-se deve sempre se pautar no desejo e na vontade do outro, no roteiro pré-estabelecido por uma figura masculina, seja ele seu pai / padrasto, seu irmão, seu marido ou seu chefe, para organização da sua vida, o que culmina na constituição de mulheres que devem obedecer aos ditames de uma sociedade conservadora, que

lhes nega o direito à dignidade física, psicológica, moral, patrimonial e profissional de modo pleno.

Os direitos humanos específicos das mulheres não são, portanto, construídos sob o véu da isenção, como pretende a comunidade jurídica, mas a partir de seu comportamento na sociedade. Dessa maneira, a violência doméstica e os discursos sobre os direitos humanos das mulheres estão imersos em um campo de subjetividade, como demonstrou Jesus (2008, p. 62-3) ao afirmar que: “todo e qualquer ato inerente à linguagem carrega em si *indícios* de subjetividade, isto é, quando um sujeito fala, ele se deixa influenciar por outros discursos, outros pontos de vista que, a saber, não são relativamente seus”.

Destaca-se, então, que *discorrer sobre agressão à mulher é ocupar uma posição*, pois, conforme Gnerre (2009), a linguagem é utilizada não apenas em sua função referencial, mas para o exercício de interinfluência, para o exercício do poder. *A linguagem da agressão é, portanto, a assunção do sentido do gênero masculino como superior e detentor de direitos sobre o feminino*. Ainda, infelizmente, lastimável...

Para Orlandi (2008), a linguagem deve ser vista como trabalho simbólico, fruto de processos histórico-sociais e, portanto, “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc.” (ORLANDI, 2008, p. 17). Assim, deve-se ter em conta, sobretudo, ao falar de violência doméstica, que a linguagem não pode ser restringida àquela que é construída a partir de signos verbais.

Logo, no que diz respeito a agressão à mulher, discursos diversos são importantes para compreensão da sociedade machista que legitima sentidos que significam a mulher como sendo um ser inferior e passível de sofrer agressão, inclusive física. Reside aí à importância de dados que apontem que homens violentadores provém de lares cuja figura masculina legitimava tal comportamento, como indicou pesquisa do *Instituto Avon* (2014).

Por esses vieses apontados anteriormente, pensar em subjetividade na linguagem requer a reflexão sobre a ideologia. Não será aqui tomada a perspectiva marxista que concebe a ideologia como inversão da realidade, mas ela será vista sob o viés da *reprodução / transformação das relações de produção*. Concebe-se, dessa maneira, que “a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas*

(referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe” (PÊCHEUX, 2009, p. 132, grifos do autor).

É possível, nessa perspectiva, *compreender a violência doméstica a partir do choque ideológico, do conflito de posicionamentos de gênero no qual, historicamente, a mulher é significada como um ser frágil, dependente do homem*. Tal posicionamento é legitimado por instâncias discursivas, como a Igreja Católica, que configuram a relação marital heteroafetiva como sendo a correta e necessária para a felicidade da mulher e essa como o esteio do lar, pensamento ratificado por Toldy (2010, p. 172), ao afirmar que

[...] parece existir, realmente, um “cânone da opressão”, que, nas religiões monoteístas, passa pelos livros sagrados e pelas suas interpretações e reinterpretções por parte das instâncias emissoras dos discursos oficiais (sempre masculinas!). O patriarcado não é compreendido nos termos de um sistema sexual binário, mas sim como uma complexa estrutura piramidal de domínio político e de subordinação, estratificada segundo taxonomias de sexo, raça, classe, religião e cultura (grifos do autor).

A mulher, então, é vista como ‘oriunda do corpo masculino’, por derivar mitologicamente de sua costela, o que estimula sentidos machistas que *concebem o corpo feminino como palco dos prazeres e das frustrações do homem, em dívida eterna com o ser masculino por dever-lhe a existência*. A mulher, no casamento, portanto, não é esposa. Ela é um objeto possuído pelo marido que, ao casar-se, recebe o direito de chamá-la de “minha mulher”. Legitima-se, assim, o corpo da mulher como espaço de agressões.

A família, logo, não pode ser vista, para análise da violência doméstica, fora do processo discursivo, mas como um aparelho ideológico do Estado, conforme Althusser (1998), quando aponta para uma instância de poder que contribui para a cristalização e divulgação do sistema simbólico que legitima a violência e a submissão femininas e orienta o dizer e o fazer dos sujeitos na sociedade. Logo, a instituição familiar é um instrumento para consolidação dos ideais patriarcais, que estabelece o papel a ser exercido por cada gênero no ‘microuniverso familiar’, em visão foucaultiana (2007), e na sociedade em geral, bem como a função e possibilidades de

seus corpos. A violência doméstica, dessa maneira, é o instrumento de controle da subjetividade da mulher, de poda de seu universo simbólico.

Levando em consideração que os sentidos são ideologicamente determinados, pode-se asseverar que, *a violência doméstica é a materialização da rede ideológica à qual o sujeito-homem encontra-se filiado para significar a mulher e as relações familiares e maritais.*

A agressão à mulher é um sentido legítimo para esse sujeito, devendo-se entender o sentido como uma posição assumida inconscientemente por ele para significar, fruto de um gesto interpretativo no qual as demais possibilidades semânticas, as outras formas de se relacionar com a mulher são deslegitimadas, não se configuram, dessa maneira, em sentidos a serem assumidos por esse sujeito. Violentar uma mulher, pois, não é um sentido *a-histórico*.

Ele resulta de um processo inconsciente de filiação ideológica, embora o sujeito, por efeito da interpelação ideológica, acredite que é origem das suas crenças e sentidos e, portanto, é o responsável pela criação das discursividades acerca da mulher e da sociedade, constituindo-se como o detentor do poder na relação marital.

Salienta-se que, na perspectiva discursiva, *não é possível compreender os envolvidos como indivíduos empíricos, mas como instituições discursivas*, o que Pêcheux (2009) concebe como *forma-sujeito*, ou seja, o ser afetado pela ideologia, determinados *pela língua* e pela *história* para simbolizar, identificados plenamente com a formação discursiva (FD) que constitui e domina o sujeito.

Desta feita, já abordado antes, entende-se FD como aquilo que *pode e deve ser dito* em uma dada conjuntura, ou seja, é o elemento constituidor da formação ideológica que estabelece o campo do dizível para o sujeito, legitimando sentidos, e é marcada pelo conflito.

Consequentemente, pode-se afirmar que, as FD não são homogêneas e, portanto, são marcadas pela dispersão semântica, o que demonstra a abertura do dizer, bem como a instabilidade das suas fronteiras, o que possibilita o intercâmbio de sentidos com outras FD. Por conseguinte, Pêcheux (2009), ao instituir a supracitada categoria de forma-sujeito, não fez referência a todas as possibilidades de relacionamento do sujeito com a formação discursiva.

A *forma-sujeito*, então, é somente aquela que apresenta identificação plena com os sentidos legitimados por uma FD. Assim, além de violentadores típicos, é possível encontrar sujeitos que condenem a violência física, mas legitimem a violência verbal, por exemplo, e, por consecutivo, nem sempre se está diante, no que se refere à violência doméstica, da forma-sujeito.

Deve-se, então, ter em conta que os *discursos que circulam no seio das famílias são importantes para o estabelecimento e consolidação da violência*. É sabido que o comportamento violento é aprendido e apresenta consequências não apenas físicas às mulheres violentadas, mas também sociais. É vital, assim, *compreender o processo discursivo que legitima a agressão doméstica contra a mulher, sobretudo, quando há envolvimento de vários membros da família*.

Sendo assim, tem-se por objetivo nesta abordagem, apoiadas na perspectiva discursiva de Michel Pêcheux (1997) e nos ensinamentos de Orlandi (2002, 2007), observar o funcionamento discursivo acerca da violência doméstica, no tocante aos silenciamentos a que a mulher está submetida, haja vista que há a compreensão na Análise do Discurso de que o *silêncio não é a ausência de palavras ou sentidos, mas que ele é fundante e, no que diz respeito especificamente ao silenciamento, é a imposição de limitação simbólica de um sujeito a outrem*.

Para isso, o gesto que será instituído apontará três instâncias de silêncio / silenciamento: o silêncio próprio do gênero discursivo; o silêncio / silenciamento resultante do processo histórico relatado, portanto, aquele impetrado pelo universo familiar; e o silêncio / silenciamento específico do Boletim de Ocorrência analisado a partir das tomadas de depoimento nas Delegacias de Polícia.

Constitui-se, então, em estudo de caso (para melhor compreensão) no que se refere as análises. O BO foi à materialidade selecionada por ser o primeiro instrumento escrito de verbalização institucional da mulher acerca da violência sofrida e o pontapé inicial de um processo policial-jurídico que *'pode'* culminar na detenção do agressor - importante etapa do processo de reeducação da sociedade no que diz respeito ao tratamento dispensado à mulher. Ademais, o BO é importante documento, como demonstrou Jesus (2008), para observação da subjetividade policial.

É fundamental ter em mente que o discurso ao configurar um *relato* sobre a violência doméstica - é o policial, o discurso do escrivão, que modaliza o dizer e orienta

de certa forma [paralelamente], a interpretação do leitor do BO acerca do fato. Igualmente, *o BO, apesar de ter como fundamento a 'retextualização' de um discurso relatado, é, em verdade, a materialização da interpretação do sujeito-escrivão acerca da mulher, da violência doméstica e do fato relatado.*

Nessas perspectivas acima apontadas, foi escolhido o BO por tratar-se de relato de violência doméstica que envolve a família, principalmente por dizer respeito à violência sofrida por menor de idade, o que pode permitir a análise dos posicionamentos de quatro sujeitos concomitantemente: *o escrivão, a mãe da vítima, a vítima e o agressor*; logo o posicionamento do escrivão é o alvo desse gesto de leitura.

4.4. Gesto de leitura: BO - abordagem discursiva ...

A Lei Maria da Penha institui no corpo do seu décimo segundo artigo, primeiro inciso, que o primeiro procedimento a ser adotado pela autoridade policial, com base no Código de Processo Penal, é lavrar o Boletim de Ocorrência (BO) a partir da audição da mulher ofendida, agredida, injuriada, maltrada, etc.

Logo, é possível perceber a importância desse documento para o inquérito policial, pois é baseado nele que serão tomadas as providências cabíveis para resolução da problemática da violência. Nesse interim reside também no fato de que o BO é utilizado como parâmetro para pesquisas estatísticas acerca da aplicabilidade da lei na solução do problema (não apenas desse exclusivamente).

Por ser uma prática social, historicamente situada, constituída no seio de um campo da atividade humana – a polícia jurídica – com finalidades específicas, o BO, então, é possível nomear essa materialidade discursiva – como expusemos anteriormente: *gênero Inquisidor*.

Assim, é importante observar quanto à instabilidade dos gêneros, haja vista que o BO, especificamente, não apresenta uma estrutura rígida, embora tenha parâmetros a seguir, elementos que precisa atender, como a indicação dos dados gerais dos envolvidos e da ocorrência e o histórico do fato relatado.

Pode-se afirmar que, o gênero BO – ou inquiridor (como assim nominamos) - adapta-se às necessidades comunicacionais do escrivão e da vítima, o que permite

existirem BO com graus diferentes de silenciamento, bem como subjetividade e de comunicabilidade. No mais, deve-se compreender o sujeito-escrivão como “um ‘escritor coletivo’, já que representa o(s) discurso(s) do Estado, e também o ‘enunciador-orientador’, a partir do qual criam-se os processos discursivos, tais como as referências de pessoa, espaço e tempo da enunciação” (TRISTÃO, 2007, p. 10, grifos nossos).

Afirma-se, portanto, que *um enunciado é marcado pela responsividade, o que confere à linguagem a característica da dialogicidade*. É com o gênero Boletim de Ocorrência que o sujeito policial organiza o seu discurso e as suas práticas, bem como estabelece os “lugares sociais e enunciativos a partir dos quais participam os interlocutores, e o reconhecimento de pistas discursivo-ideológicas” (TRISTÃO, 2007, p. 11) relativas ao fato relatado. Além disso, *é com o BO que o sujeito-policial manifesta a sua identidade de grupo a partir das marcas linguísticas*.

O Boletim de Ocorrência, embora pretenda ser imparcial e impessoal, é marcado pela subjetividade e silenciamentos por sua condição no ato de significar. Conforme Jesus (2008), o discurso policial é heterogêneo, pois ocorre um *mix* da voz (interdiscursivo) do escrivão e da voz do depoente, o que pode ocorrer de forma direta, indireta ou indireta livre, a depender

[...] da intenção do escrivão ao relatar os fatos, pretendendo descrever enfaticamente a fala da comunicante e/ou vítima. [...] Dessa maneira, o discurso policial aparece encoberto de vozes, ao passo que trabalha com elementos próprios do cenário cultural do (depoente), ficando latente, assim, a sua perspectiva com relação às convenções sociais da realidade vigente (JESUS, 2008, p. 66).

A referida heterogeneidade apontada sobre o discurso – têm-se a presença de vozes diversas – demonstra que os sentidos sobre violência doméstica e os fatos relatados podem não ser compartilhados pelo depoente e pelo escrivão, o que pode ser apontado pelas suas escolhas lexicais feitas (pelo policial) no momento de redigir o termo de informações. É importante ressaltar que há, na perspectiva discursiva, o entendimento de que *o dizer é aberto e a linguagem é marcada pela incompletude*.

Emergir sentidos sobre violência doméstica e o fato relatado depende, como dito, da história e da língua e, portanto, como sujeito constituído em instâncias específicas, o policial-escrivão filia-se a formações discursivas outras para significar

e, então, o BO não pode ser caracterizado pela univocidade. Há, então, a presença marcante da subjetividade do escrivão no documento policial, porque a linguagem não apresenta uma autonomia absoluta e porque os sentidos são múltiplos.

Conquanto, como já discutido anteriormente, a linguagem é incompleta porque nem todos os sentidos possíveis emergem: *falta sempre o Outro da linguagem*. Assim, conforme Orlandi (2007, p. 71), “o sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo. A falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio. Presença [...] e silêncio [...] se enrolam no mesmo acontecimento de linguagem: o significar”. Pode-se afirmar que, *o silêncio é significante*.

Ele representa as possibilidades, haja vista que a enunciação de um sentido é o esquecimento das demais potencialidades da linguagem, pois, ainda segundo Orlandi (2002, p. 82-3), “[...] há sempre, no dizer, um não-dizer necessário. [...] o que já foi dito, mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação [...]”, sustentando, assim, o não-dito, o dizer, possibilitando que signifiquem constantemente.

Sendo assim, o dizer presente num dado BO é a evidência de *não-ditos silenciados*. Por consecutivo, o silêncio não é o vazio, mas a evidência da relação entre linguagem, história e política, que estabelece que determinados sentidos não sejam legitimados em certas circunstâncias discursivas. O silêncio, logo, apresenta um caráter fundador, por indicar sempre haver algo a dizer; é a evidência da polissemia da linguagem.

Nessa abordagem, deve-se ter em mente que as significações emergidas no referido documento são apenas ‘vestígios do possível’. Assim, pode-se asseverar que, o gênero discursivo, especificamente, é capaz de regular aquilo que pode e deve ser dito em dada circunstância, como indicou Branca-Rossof (2008) ao debater sobre formação discursiva nos Boletins de Ocorrência.

Desse modo, nem todos os sentidos podem emergir no termo de informações pela especificidade do documento, pois conforme Orlandi (2007, p. 73), “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”.

É válido fundamentar que, o BO quando é transcrito por um policial, como de praxe, em discurso indireto livre, embora permita a heterogeneidade, silencia a emergência dos sentidos aos quais o depoente encontra-se filiado. É somente através

da voz do escrivão (transcrição, retextualização) que é possível acessar o fato relatado e não se deve esquecer que, enquanto sujeito historicamente constituído, o policial promove um gesto interpretativo daquilo que lhe é dito.

Em outras palavras, o BO é um documento que, apesar de tentar relatar de modo imparcial e impessoal uma agressão denunciada, ele, em verdade, é a materialização do gesto interpretativo de um sujeito imerso em condições de produção diferentes daquelas que permite a emergência do discurso da vítima. Há, então, em qualquer BO a significação do policial acerca da vítima e do que lhe é relatado e essa interpretação não se baseia somente em aspectos linguísticos, mas depende de fatores extralinguísticos, como o gestual e a vestimenta da depoente, bem como o seu linguajar.

A interpretação desses fatores por parte do sujeito-escrivão depende de sua rede de filiações político-ideológicas, que vai, no processo de retextualização do texto oral, se imiscuir à agressão relatada (por vezes a 'intromissão discursiva' é visível).

O gesto interpretativo do policial é marcado no termo de informações na escolha daquilo que é materializado no texto escrito. É o escrivão que, após ouvir o relato da depoente, seleciona aquilo que ele julga pertinente a ser retextualizado e silencia o que não considera relevante – isto posto, reconhece também os limites que a interpretação se constitui a partir de uma dada análise.

Apesar de o BO ser narrado em um tempo cronológico, existem lapsos temporais que são estabelecidos pelo policial a partir do julgamento do que ele considera importante. Entretanto, o que é importante para a depoente pode ser silenciado nesse procedimento que aqui será chamado de *corte de relevância*¹⁴, um movimento de sentido empreendido por um sujeito que não vivenciou a experiência

¹⁴ Noção em fase embrionária de reflexão / desenvolvimento pela professora *Rafaella Elisa Rolim* (IFBaiano / UFBA) para designar o recorte estabelecido pelo interlocutor de um discurso no processo de retextualização, estabelecendo novas filiações discursivo-ideológicas ao texto primeiro, a partir do imbricamento das posições ideológicas dos sujeitos envolvidos. Assim, não apenas a mudança de materialidade promove o deslizamento de sentidos, mas esse deslizar torna-se possível a partir do gesto de interpretação do interlocutor, ainda que não haja alterações linguísticas radicais no texto produzido por ele. O corte de relevância indica uma reconstrução de um dado relatado, com base no que o interlocutor considera importante. Tal reflexão está sendo elaborada com base em análises de boletins de ocorrência, gênero textual que, a priori, é o retrato do que foi relatado à autoridade policial. Apoiando-se nessa noção, a pesquisadora visa mostrar que o gênero em questão é constituído fincado em formações discursivas diversas daquelas que legitimam os sentidos do locutor, construindo, portanto, um novo universo simbólico para o fato relatado, distanciando e silenciando o sujeito-locutor e instaurando um choque de posicionamentos.

traumática nem mesmo adere ao mesmo universo simbólico da depoente – mas se faz presente no documento após transcrição, retextualização como o *discurso paralelo*. Desta feita, duas consequências importantes podem ser aventadas desse corte de relevância: a primeira diz respeito à redução semântica da vida da depoente, que será limitada aos aspectos especificamente voltados à violência.

Embora seja considerada uma consequência inevitável, a redução do registro da biografia da depoente é muito severa se for levado em conta que o BO analisado reflete dois anos de abusos sofridos pela depoente em apenas uma página e um terço, mais especificamente em trinta e cinco linhas, já que do quantitativo de páginas mencionado, ainda deve ser observado que um parágrafo inteiro é destinado à especificação das partes envolvidas.

A segunda consequência tem relação com as significações assumidas pelo sujeito policial-escrivão no que diz respeito à violência doméstica. Apesar de a Lei n.º 11.340/2006, estabelecer em seu artigo quinto que deve ser entendida como “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006), essa filiação de sentido amplo para a violência doméstica não é possível para o policial que retextualiza o relato da depoente.

Silencia-se, então, no referido documento as agressões psicológicas sofridas pela depoente. No termo de informações apontam à violência, apenas ações físicas:

- a) *Tapas no rosto, exame de toque, ameaça de morte com arma perfuro-cortante e estupro.*

- b) *As agressões psicológicas são citadas apenas três vezes: a primeira e a última citações estão aliadas à violência física – xingamentos ao ser esbofeteada e acusações ao ser ameaça com uma faca, respectivamente; a segunda citação é chantagem – término de namoro em troca de roupas e internet.*

Pode-se sugerir que, a depoente não tenha mencionado as agressões verbais; não é possível contrariar, com provas, esse argumento, haja vista que o pesquisador

não teve acesso, *in loco*, ao depoimento, nem mesmo a uma fita com a gravação do relato. Entretanto, não se pode admitir que, em uma tomada de relato [depoimento], o sujeito-policia-escrivão e a formação social que representa o cumprimento da legislação na íntegra, não tenha se atido à necessidade de relatar ou questionar esse tipo de agressão.

Assim, só é possível depreender que, apesar de conhecer a legislação que deve aplicar o sujeito-policia-escrivão não se identifica plenamente com a formação discursiva que atribui as palavras e brigas verbais o estatuto de violência. Esse sentido é silenciado no BO. Em palavras do escrivão, “desde então, a informante e seu padrasto passaram a se desentender” (grifo nosso).

A escolha lexical, por sua vez, do sujeito-policia-escrivão, é mais uma pista de sua filiação ideológica e demonstra o processo de instauração do silêncio nos Boletim de Ocorrência. O termo grifado no parágrafo anterior – desentender – é um verbo que, provavelmente, não reflita o teor das discussões que ocorriam na residência da depoente.

Embora Pêcheux (2009), já no subtítulo de sua obra teça uma crítica ao óbvio, não é possível, a nosso ver, não considerar uma obviedade o fato de que a relação entre padrasto e enteada não era um caso de não-compreensão mútua, de descompassos simbólicos, de conflito de gerações, mas um grave caso de violência verbal, psicológica e física, como pode ser depreendido do próprio termo de informações no qual o verbo é utilizado.

Assim, pode-se afirmar que, a utilização da lexia verbal em questão é o silenciamento da possibilidade de significar a modalidade oral enquanto uma violência doméstica. Reitera essa posição o verbo escolhido pelo escrivão para iniciar o relato. Ao optar por “informar”, por exemplo, o sujeito em questão estabelece uma rede simbólica entre o que é relatado e qualquer comunicado sem impacto social. A depoente apenas faz um pronunciamento; em nenhum momento, no termo de informações, a denúncia é tratada como tal.

Nessa perspectiva, pode-se analisar o silenciamento a partir do processo de referenciação. O primeiro parágrafo do termo de informações, como dito anteriormente, é destinado à qualificação dos envolvidos, o que inclui a instância

policial. Assim, é observado que a declarante é menor de idade, que, acompanhada pela mãe, relata uma vida de abusos.

Por ser mencionado seu nome e dados pessoais no corpo da introdução, não há a necessidade de fazer nenhuma intervenção de modo a proteger a identidade da depoente, já que deve ser de conhecimento claro das autoridades que utilizarão o documento produzido na delegacia como instrumento para dar início aos trâmites policiais e, *a posteriori*, judiciais.

Espera-se que, a depoente possa ser referida no corpo do texto do BO pelo seu nome próprio – mas, via de regra é omitido às pesquisas acadêmicas (nenhuma Delegacia autorizou dados que comprometessem os envolvidos nos BO – mesmo sabendo que o BO é um documento de domínio público: pormenores devem ser respeitados pela autoridade policial e judiciária – aqui seguimos à risca). Entretanto, não é isso que ocorre. Seu nome é silenciado em todo o processo narrativo. Com isso, a depoente perde a sua identidade. Ela deixa de ser uma pessoa específica e passa a ser generalizada, diluída no processo de relato de si.

A generalização é feita, no documento, de modo a silenciar a formação social que a depoente passa a ocupar: *a de vítima*. Em nenhum momento do texto, ela é designada por esse elemento de referência e, portanto, não é qualificada como tal. A possibilidade de ser significada como *alguém* que *sofreu* um processo intenso de abusos, de modo continuado, é silenciado no documento. A depoente, então, é nomeada apenas como *informante* ou *declarante*. O termo *depoente* que designa aquela pessoa que dá um depoimento e que também seria adequado à situação discursiva não se configura como opção linguística do sujeito relator.

Embora se possa alegar que, perante a justiça, todos são inocentes até “sentença transitada em julgado” e que, por isso, as designações de *vítima* e *agressor* não seriam legalmente aceitáveis, o boletim de ocorrências traz a informação de que exame de corpo de delito já havia sido feito, atestando o estupro, o que permitiria o uso da lexia referente ao padrasto. Todavia, outro elemento chama atenção.

No corpo do termo de informações, a referência ao agressor é feita também mediante duas lexias: a que indica o grau de parentesco da vítima com o agressor – *padrasto* – e outra que é o seu nome próprio – *Jesus*.

Ora, é importante destacar o tratamento desigual atribuído às personagens principais da narrativa contada. Como dito em parágrafo acima, à depoente foi negada a sua identidade; ao acusado, a identidade foi mantida. Silenciaram-se os sentidos de vítima e de agressor; silenciaram-se até mesmo as dúvidas – a utilização de termos como “suposto(a)”, “possível”, “acusado”, “acusadora”. Não são termos legitimados pelo sujeito-policia-escrivão.

O processo de silenciamento da vítima enquanto tal, instaurado no BO, pode ser observado também na construção das sentenças em sua estruturação e escolha de elementos para ocupar espaço destinado a determinantes em sintagmas nominais. O termo de informações foi redigido em dois parágrafos, sendo que o primeiro, como dito, é a qualificação dos envolvidos.

Embora se estruture de modo semelhante ao gênero discursivo resumo – pela paragrafação – o documento é organizado como se fora uma lista. Cada fato a ser relatado é introduzido como se fosse o objeto direto de um verbo transitivo direto. Todo o BO é estruturado para ser um imenso conjunto de complementos do verbo “informar”. Pode-se afirmar que, basicamente, o BO em questão é organizado em torno de orações subordinadas objetivas diretas.

Contudo, esse arranjo quase em lista reduz o impacto da declaração da depoente e atribui ao relatado a normalidade de uma lista de supermercado, por exemplo. Essa organização atribui um efeito de sentido de “algo comum”, retirando o peso que a violência doméstica tem na vida de uma mulher.

Quanto aos sintagmas nominais, um caso foi selecionado para ilustrar a contribuição dos determinantes para o processo de silenciamento da condição de vítima da depoente. A segunda característica a ser relatada sobre a menor de idade foi feita com a sentença “que perdeu a virgindade com *um* namorado quando tinha quatorze anos e moravam na cidade de Viamão” (grifo nosso).

Pode-se estar atento ao contexto utilizado no sintagma nominal em destaque. Optou-se por um artigo indefinido masculino singular, que produz um efeito de sentido diferenciado do proporcionado pelo artigo definido. Bechara (2009, p. 153) chama a atenção para o fato de que esses elementos “representam emprego especial de generalização” e, pela sua história etimológica, nem podem ser considerados

genuínos artigos. Guarda-se aqui a ideia de generalização atribuída por esse determinante.

A vida sexual da depoente é iniciada, em palavras do sujeito-policia-escrivão, com um ser generalizado, alguém qualquer, não uma pessoa específica – o namorado. Essa generalização pode corroborar, a depender das filiações ideológicas dos leitores futuros do documento, no decurso do processo jurídico, o sentido assumido pelo padrasto de que “não sabia com quantos vagabundos já andou” e, de uma maneira ou de outra, relativizar a violência sofrida pela menor, atribuir atenuantes aos atos do padrasto, culpabilizar a vítima, enfim, desqualificá-la, silenciá-la enquanto vítima.

O BO é um importante instrumento de comunicação para a instauração do processo de cumprimento da Lei Maria da Penha. É a partir dele que as instituições policial e jurídica tomam conhecimento das agressões sofridas por uma mulher e providências podem ser tomadas para punir o culpado e, além disso, instaurar um processo social que pode ser utilizado como um serviço educacional para mostrar à população que atitudes agressivas contra mulher são passíveis de punição, repreendendo comportamentos. Para isso, é necessário que o termo de informações reflita a realidade violenta da mulher agredida e seja, de fato, o seu porta-voz.

O Boletim de Ocorrência pode *silenciar sentidos* que corroborariam a mulher como vítima de agressão, o que permitiria, com maior facilidade, a punição dos agressores.

Foi visto que tais silenciamentos prejudicam a mulher não apenas no processo jurídico, mas, sobretudo, em sua identidade. As depoentes deixam de ser vistas como mulher e ser humano - seu sofrimento é reduzido a poucas frases que não conseguem representar a realidade das agressões.

Os silenciamentos apontados demonstram que o universo discursivo da depoente e do sujeito-policia-escrivão, enquanto representante de um Aparelho Repressor do Estado (ARE) não são os mesmos. Os referidos silenciamentos sugerem que as filiações ideológicas dos sujeitos em questão no que diz respeito à violência doméstica e à mulher são diferentes. Apontam também para a importância de se compreender a impossibilidade de um gênero discursivo ser imparcial e impessoal.

Desta feita, observamos assim a caracterização do – escrivão – homem – e suas relações de poder em questões históricas de gênero e dominação masculina – o pensar a violência doméstica enquanto linguagem e discursivo estruturante social na perspectiva de refletir sobre a tomada de depoimentos com vistas ao não-silenciamento de práticas abusivas, sejam de cunho simbólico ou físico são aqui fundamentais.

Desta feita, é importante aqui ressaltar o processo de inscrição do sujeito – pois é a partir dele que podemos assim legitimar ação dos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE). Logo, é por meio das discursividades que as diferentes posições-sujeito que observamos a sua identificação, desidentificação e contraidentificação na formação discursiva que se inscreverá e, ao mesmo tempo, se materializar no interdiscurso, bem como ao intradiscorso. Assim, é no domínio dessas FD em suas respectivas análises que essas posições e seus respectivos domínios podem ou não se identificar / contraidentificar / desidentificar no conjunto das enunciações nos respectivos BO no interior dos ARE.

4.5. Gesto de leitura: do político ao silêncio legitimado ...

Crescer e se constituir enquanto mulher na sociedade brasileira é um processo de imersão em um universo discursivo que significa o ser feminino de modo diferenciado em relação ao homem. Desde crianças, as meninas são estimuladas a assumir papéis que as colocam em um microcosmo definidor de suas funções na sociedade: ser aquela que detém a responsabilidade sobre a família do ponto de vista emotivo, educacional e dos afazeres do lar, ou seja, o espaço da mulher é, prioritariamente, *o privado*.

Mesmo quando a instância leitora faz parte do universo infantil, as meninas e meninos se deparam com discursos que legitimam a mulher como um sujeito a ser caçado, a ser desejado, a ser possuído, tal como nas histórias em quadrinhos (HQ) do *Piteco*, por exemplo, ou em demais HQ, em que as meninas disputam o amor de um menino, como ocorre em alguns momentos entre *Mônica* e *Carminha Fru-Fru* nas

Histórias da Turma da Mônica¹⁵. A felicidade e a vida de uma mulher são sempre norteadas por uma figura masculina e pelo viés da afetividade.

A mulher, além disso, é construída discursivamente como um ser que foi constituído pelo poder divino para servir ao homem, haja vista que advém da costela masculina, o que lhe atribuiria o dever de agradecer-lhes pela vida, servindo-os por toda a sua existência, sentidos esses intercruzados e legitimados com / por discursos da esfera religiosa cristã.

A constituição da mulher como ser proveniente do homem tem um valor simbólico relevante na sociedade. Não apenas configura-se uma dívida eterna, impagável da mulher em relação ao homem, como também é indicativo de que, por ser uma parte sua, o homem teria o direito de gerir o corpo, a mente, os desejos, enfim, a vida da mulher como bem desejar. Institui-se, então, o poder simbólico na perspectiva de Bourdieu (2007, p. 15), ou seja, um “poder subordinado [...] uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder”.

É nesse contexto que há a legitimação do usufruto do corpo feminino para além da sua vontade, sua configuração como indivíduo sensível e pertencente somente ao campo dos afetos e a instituição da violência doméstica como sentido possível e legítimo na relação entre marido e esposa.

Em pesquisa de percepção social realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, entre maio e junho 2013 e divulgada em abril 2014, cujo título é “Tolerância social à violência contra as mulheres”, é possível visualizar que a concepção de família dos brasileiros ainda é centrada na figura masculina como chefe e, portanto, a família ainda é significada a partir do viés patriarcal, o que implica em constituição diferenciada de funções e direitos dos membros da família o que, de certa forma, possibilita a violência doméstica.

¹⁵ Salienta-se que existem muitas histórias em quadrinhos no Brasil voltadas ao público infantil. Entretanto, a Turma da Mônica foi citada por ser um grande sucesso editorial brasileiro. Esse sucesso foi confirmado em 2009, quando se deu o lançamento da Turma da Mônica Jovem, com o intuito de preencher um espaço editorial em crescimento no Brasil. Com isso, as histórias da turma de Maurício de Sousa contribuem para a constituição dos sentidos das crianças não apenas em sua fase infantil, mas também na adolescência. Conforme publicado na página virtual *Bem Paraná* <<http://www.bemparana.com.br/noticia/96080/turma-da-monica-jovem-bate-recorde-de-vendas>>, as quatro primeiras edições do novo segmento venderam 1,5 milhões de exemplares. Acesso em: 15 out. 2021.

A pesquisa aponta que a culpabilização da mulher pela violência sofrida é tomada como referência para explicação do comportamento masculino abusivo, pois 58% dos entrevistados indicam que a mudança de comportamento da mulher, no que diz respeito ao uso de roupas, por exemplo, diminuiria a incidência de estupros (absurdo – mas é uma realidade na mentalidade masculina pesquisada).

Outro dado apontado pela pesquisa indica que os brasileiros acreditam que o microcosmo doméstico não é uma esfera aberta à participação social, à interferência de *outrem* e que os acontecimentos ocorridos no seio de um lar devem permanecer no espaço privado. Assim, 82% sinalizam que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e 89% acreditam que “roupa suja deve ser lavada em casa” (tomamos aqui os ditos populares para ilustrar ainda o tipo de ‘racionalidade’ empregada nas respostas da referida tese).

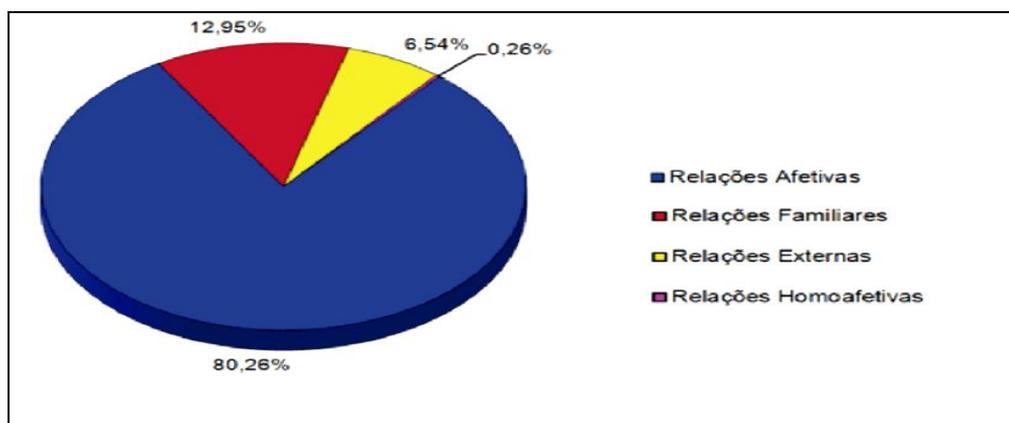
Dessa maneira, a violência doméstica, ainda que não seja sentido assumido pelos sujeitos entrevistados, vai se legitimando na sociedade e permanecendo como uma ação masculina explicável, pouco questionável, de responsabilidade da própria vítima; essas significações - por excelência - se materializam em dados estatísticos. O Brasil ocupa o sétimo lugar no *ranking* mundial de violência contra a mulher, conforme dados da organização não governamental *Compromisso e Atitude*¹⁶, com 4,4 assassinatos a cada grupo de 100 mil mulheres. Conforme o IPEA (2013), entre os anos de 2001 e 2011, ocorreram 50 mil feminicídios no país. Segundo balanço da Central de Atendimento à Mulher, em 2013 foram feitos 532.711 registros de violência contra a mulher, sendo que 54% diziam respeito à violência física e 30% à violência psicológica. Houve ainda registro de 1.151 casos de violência sexual¹⁷.

Assim, pode-se afirmar que, a violência doméstica é um sentido disseminado e produtivo na sociedade brasileira e tem como principal agressor o companheiro marital da vítima (namorado, ficante, amásio, etc.), como pode ser observado na figura abaixo.

¹⁶ <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>> Acesso em: 17 de out. 2022.

¹⁷ É importante salientar que boa parte da violência ocorrida nos lares brasileiros ainda não é / são denunciada(s).

Figura 3 - Taxas de Femicídios 1



Fonte: Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/05/graficoDisque180_746x434.jpg>
Acesso em: 17 out. 2022

O fato de a violência doméstica prevalecer no espaço privado, no interior dos ambientes domésticos, denuncia com clareza as instâncias de poder que constituem a relação marital. Deve-se, portanto, entender a família constituída enquanto um aparelho ideológico, tal como preconizado por Althusser (1998), que *funciona como legitimador das ideologias que definem quem são os sujeitos daquela relação, o que lhes é permitido e a função a ser exercida*.

É a partir da configuração dos laços familiares que a mulher vai, aos poucos, desde criança, sendo moldada para servir, gerar, aceitar e perpetuar a sua condição de vítima. É no seio familiar que se inicia o processo de silenciamento da mulher enquanto *sujeito desejante*, autônomo, livre e possuidor de direitos humanos. A violência doméstica, então, passa a ser uma instância reguladora que normatiza a figura da mulher conforme os padrões aceitáveis e desejados pela sociedade patriarcal, para sua manutenção. A violência, portanto, é um instrumento de exercício do poder simbólico do homem sobre a mulher, o modo de reafirmar o gênero masculino como uma entidade superior e perfeita.

Com o intuito de coibir a violência de gênero, considerada uma violação dos direitos humanos da mulher, reafirmamos mais uma vez aqui a Lei n.º 11.340/2006, publicada no Diário Oficial da União, de 08 de agosto de 2006; doravante, *Lei Maria*

da Penha - o documento jurídico tem grande importância histórica por atribuir um lugar específico para a violência contra a mulher, estabelecendo destaque para os feminicídios e, sobretudo, ao qualificar outras formas de violência para além da física.

Assim, também constituem violência as agressões psicológica, sexual, patrimonial e moral. A qualificação é deveras relevante, pois conforme estudo realizado em Santa Catarina (DEEKE, *et alii*, 2009), das mulheres entrevistadas, 48,3% sofre agressão verbal diariamente. Esse tipo de violência, portanto, é muito comum, mas nem sempre é significado como tal, o que contribui para sua disseminação e naturalização como prática aceitável e normal, além de ser a porta de entrada para a emergência da violência física.

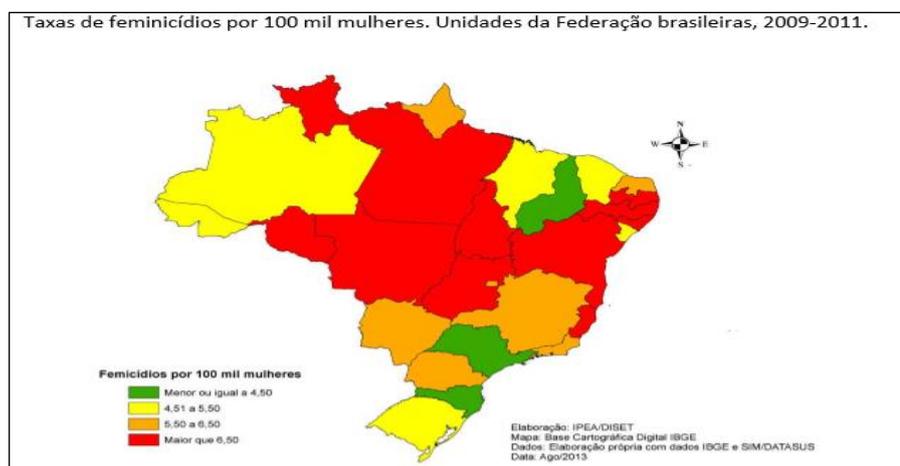
Entretanto, ainda há questionamento quanto à efetiva eficácia da Lei n.º 11.340/2006, no que diz respeito a preservação da vida da mulher e quanto ao respeito da sua dignidade. Assim, questiona-se:

[...] porque a Lei Maria da Penha, apesar de seus 8 anos de existência, ainda não protege as mulheres. Por que as mulheres devem mudar totalmente suas vidas, largarem empregos e irem para abrigos quando ameaçadas pela violência de um ex-companheiro? Como enxergamos a vítima e como o Estado pode agir para proteger as mulheres e dar-lhes segurança? (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 2014¹⁸).

O estudo do IPEA (2013), já referido antes sobre as taxas de feminicídios no Brasil, aponta que apesar da emergência da lei, ainda há número expressivo de violência contra a mulher culminando em óbito. As regiões com maior incidência desse tipo de agressão são a Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme pode ser observado na figura 4 (mapa) a seguir.

¹⁸ Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/11/dia-internacional-de-combate-a-violencia-contra-as-mulheres/>> Acesso em: 25 de out. 2022.

Figura 4 – Taxas de Femicídios 2



Fonte: IPEA, 2013, p. 3.

O estudo aponta ainda que a média de feminicídios pós-lei ainda não reduziu - isso pode ser explicado pela divulgação da lei na sociedade e, conseqüente, a maior procura pelas autoridades policiais competentes. Mas deve servir de alerta para a sociedade, pois indica que a violência doméstica seja veiculada como um *sentido circulante* e naturalizado, ou seja, a lei não conseguiu promover nesses oito anos de existência uma nova discursividade no seio das famílias brasileiras, que permanecem regidas por *discursos patriarcais*¹⁹.

Pode-se observar, portanto, que as mulheres ainda não têm os seus direitos respeitados e que os direitos humanos legalmente assegurados ainda não postos em prática. Santos (2011) indica que é necessário entender quais são os sentidos sobre direitos humanos que circulam na sociedade e, portanto, os reais interesses dos indivíduos no que diz respeito à temática, o que implica em ouvir os cidadãos, sobretudo, aqueles sujeitos que se encontram alijados do processo de constituição da cidadania plena, no caso, as mulheres vítimas de violência doméstica. É esse

¹⁹ Importante observar que a emergência de uma lei não é suficiente para deslizar os sentidos sobre a mulher. Diversos discursos circulam na sociedade com o intuito de promover esse deslizamento. Pode-se destacar a campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, bem como o dia comemorativo e de reflexão – 25 de novembro – instituído em 1981, no 1º Encontro Feminista latino-americano e caribenho e proclamado pela Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1999, em virtude da tortura e assassinato das irmãs Mirabal, na República Dominicana. Esse dia recebe o nome de “dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher”.

conhecimento que permitirá a reconfiguração das práticas sociais em uma direção que inclua sujeitos, retirando-os da margem social.

Palmilhando também o terreno do processo de escuta, Jesus (2008) analisa os boletins de ocorrência lavrados em tomadas de depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica, com o intuito de observar e compreender a subjetividade, seus silenciamentos subjacentes ao discurso em duas perspectivas: a do discurso relatado e a do discurso referido na perspectiva teórico-metodológica análise de discurso francesa. Assim, vejamos abaixo essas funcionalidades.

4.6. Gesto de leitura: a violência – perspectivas ...

Damos a tais ocorrências a nomeação de *violência*, porque entendemos que são comportamentos que desconhecem e transgridem os direitos das pessoas: direito ao respeito e à dignidade que cada um tem, homem ou mulher [...] [SHAIBER, *et al*, 2005, p. 13].

A violência doméstica é um problema social que desencadeia uma série de outros conflitos sociais, tais como o crescimento da taxa de mortalidade feminina e problemas de cunho educacional e psicológico de crianças criadas em lares norteados pela agressão.

É importante, portanto, construir olhares sobre a violência doméstica para além das paredes das residências e das esferas de estudos exclusivamente sociológicos. Isto posto, significar a agressão contra a mulher como um entrelaçamento indissociável entre o social e o histórico: *é preciso pensar a violência doméstica também enquanto linguagem*.

A violência contra a mulher é parte de um discurso - um efeito de sentido construído na instância enunciativa, permeado por discursos outros oriundos das memórias discursivas dos sujeitos envolvidos. Assim, *a violência é uma instância reguladora discursiva que normatiza as relações de gênero na sociedade e que, para se constituir, mobiliza diversos sentidos, reafirmando-os ou refutando-os*. Dessa maneira, a agressão é o efeito de um processo discursivo que envolve formações discursivas variadas.

É indispensável, assim, entender que *o dizer é aberto e que a linguagem é metafórica por excelência*. Com isso, é possível afirmar que, as formações discursivas (FD) que são mobilizadas para significar a mulher e legitimar a agressão não se encontram isoladas e, portanto, *trocamos sentidos entre si*, pois suas fronteiras não são estáveis, não se configurando, portanto, em blocos homogêneos. É possível entender porque *sujeitos que não legitimam a violência física como possibilidade, assumem sentidos que atribuem à mulher a culpa pela agressão sofrida, como é o caso da relação entre o desnudamento da mulher e o crime de estupro*.

Retomamos aqui, mais uma vez, o entendimento da *formação discursiva* para fundamentar o *possível de ser dito e feito em dada conjuntura e por quem*. Dessa maneira, a agressão contra a mulher estabelece quem são os sujeitos envolvidos, dada a emergência de sentidos que se configuram a mulher e o homem, bem como seus papéis na relação marital e na organização da microssociedade familiar, estabelecendo o gênero masculino como sendo o dominante e o detentor de poder na instância doméstica. Deve-se, então, perceber que, *o discurso é o local de embate entre posições de sentido, entre posições ideológicas*.

Com isso, a violência doméstica materializa significações patriarcais e, portanto, ela é o texto – em sentido *lato* – que indica a filiação ideológica dos sujeitos para significar a família, a mulher e a sociedade. Sendo assim, a rede semântica que constitui o sujeito agressor e torna a violência doméstica possível está conectada ao *interdiscurso* – esse que determinará a formação discursiva que orienta o universo simbólico dos sujeitos agressores.

Pêcheux (2009, p. 149) sinaliza por interdiscurso “todo complexo com dominante das formações discursivas”²⁰. Assim, pode-se asseverar que, *sujeito e sentido* são constituídos ao mesmo tempo pela instância discursiva e são historicamente determinados.

É importante observar que, a referência às ideias de vítima e agressor nesta pesquisa não dizem respeito aos indivíduos empíricos envolvidos. Sujeito deve ser entendido como uma *entidade discursiva*, como o *indivíduo interpelado pela ideologia*,

²⁰ Posicionando-se no que diz respeito à da polêmica quanto à relação de sinonímia ou não entre os conceitos de interdiscurso e memória discursiva, adota-se nesse texto o pensamento de que “ao se fazer discursividade, o interdiscurso é recortado em unidades significantes, constituindo-se em memória discursiva. Portanto, a memória discursiva é constituída por aqueles sentidos possíveis de se tornarem presentes no acontecimento da linguagem” (AUGUSTINI, 2007, p. 305).

submetido à língua e à história para significar. Logo, o sujeito é fruto da interpelação “que se realiza através do complexo de formações ideológicas e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo, fornecendo a cada sujeito sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas” (ORLANDI, 2010, p. 18).

Nesse apontamento da autora - podemos afirmar aqui que - o agressor, então, é um sujeito que se encontra afinado a formações discursivas que significam a mulher como sendo um ser inferior, destituído de poder sobre si e sobre o próprio corpo - dependente do gênero superior e passível de violações, por ser uma ‘propriedade de seu marido’; via de regra, ao se analisar a linguagem na perspectiva discursiva.

Outrossim, violentar uma mulher configura-se, então, para os sujeitos agressores em sentido único possível para resolução dos embates de poder vivenciados na relação marital. Deve-se isso ao fato de que para que haja emergência de sentidos é necessária a interpelação ideológica, que ocorre sem se mostrar - o processo interpretativo que culmina na emergência de significações e do sujeito não é acessível a ele e é *marcado por esquecimentos da ordem do ideológico e da formulação.*

Nesse interim, vê-se que, o assujeitamento, como é conhecido a partir do processo de constituição semântica e subjetiva, traz consigo o efeito de origem do dizer e de possibilidade limitada de sentidos. Com isso, embora do ponto de vista da consciência - o indivíduo entenda que existem outras formas de se relacionar maritalmente - *a agressão é assumida ideologicamente como a única possível, apagando as demais formas de existência, deslegitimando-as, bem como as demais significações sobre a mulher, seus direitos e seu papel na sociedade e na relação marital* – fatores fundamentais na constituição das discursividades sociais.

4.6.1. Da efetivação do político ...

É salutar que pesquisas e resultados de análise da linguagem no discurso policial – principalmente nos BO instauradas no contexto da violência doméstica como as interinfluências históricas, sociais, linguísticas e ideológicas cresça de maneira considerada no cenário nacional. É importante argumentar que nas tomadas de

depoimentos ou relatos escritos nas instâncias judiciais toma *corpo* em abordagens *linguísticas* e *discursivas*, pois desencadeiam contribuições em análises documentais que identificam os sujeitos em seus inúmeros aspectos na /da história em acontecimentos que materializam seus princípios básicos na língua(gem) pela cultura plural no seio das representações sociais e ideológicas – daí o seu sentido; entendamos – vejamos abaixo:

4.7. Gesto de leitura: silenciamento e língua(gem)²¹ ...

[...] a expressão “instrumento de comunicação” deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse “instrumento” permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido [PÊCHEUX, 1997, p. 93, grifos do autor].

Com a emergência da Lei Maria da Penha, em 2006, fica latente a importância de combater a violência doméstica no âmbito judicial. Para isso, é fundamental a composição de BO ‘claros’ no registro (TD) da agressão sofrida pela mulher. Entretanto, contradizendo as diretrizes do direito penal, a elaboração desses documentos não está isenta de subjetividade e, portanto, é possível rastrear as marcas do sujeito-policia-escrivão e suas filiações ideológicas a respeito da violência doméstica e da vítima.

Dessa perspectiva apontada, centra-se aqui o presente gesto a partir da subjetivação da autoridade policial e seu processo de retextualização do discurso. Assim, observando o *campo das escolhas lexicais* – essas, no que concerne, aos verbos selecionados pelo sujeito escrivão na elaboração do BO, haja vista que, o uso dos verbos é um traço linguístico de sua filiação político-ideológica. Esses verbos, por sua vez, colaboram para a *circulação de sentidos sobre a violência doméstica e*

²¹ O presente texto tem a colaboração dos professores *Nadia Gonçalves Azevedo*, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE) e *Celso Ferrarezi Junior*, da Universidade Federal de Alenas (UNIFAL-MG) a partir das orientações e diálogos no ano de 2022.

também pode reafirmar significações que desloquem a mulher da posição de vítima e desqualifiquem a agressão sofrida como tal.

Outrossim, *as relações intersubjetivas são reguladas na sociedade por instâncias de poder*. Toda interação entre sujeitos é mediada pelo desejo de se sobrepor ao outro e ocupar espaços discursivos que constroem um dos polos da relação dominante em relação ao outro, como elemento normatizador das possibilidades semânticas para os sujeitos envolvidos, em que a um é tudo possível e a outro a interação apresenta restrições.

É importante observar que as instâncias de poder não estão localizadas apenas em esferas institucionalizadas na sociedade global, fortemente marcadas pelas disputas ideológicas entre grupos, mas, como indica Foucault (2007), elas também regulam as relações no microespaço.

A família, enquanto aparelho ideológico elementar, como sinaliza Althusser (1998), um dos mais fortes e impactantes para a construção dos laços ideológicos do sujeito e, portanto, fundamental para a construção da subjetividade, é um microespaço em que o poder é constituído como uma instância reguladora e normatizadora, assim, das *relações intersubjetivas*. Pode-se afirmar, ao restringir a um único aspecto da relação familiar, que os sujeitos que constituem uma família o fazem a partir do estabelecimento dos papéis sociais a serem ocupados pelos membros e essa distribuição não se dá de modo equânime.

Assim, o erguimento de uma família, pautada a partir do viés tradicional-paternalista que a concebe como sendo a união entre duas pessoas de sexo opostos, é dado pela divergência da distribuição de poderes, em que o homem é discursivamente significado como aquele que ocupa a formação social de chefe do lar, um líder nato, aquele a ser reverenciado e obedecido e a mulher como aquela cuja função é obedecer e executar as tarefas concernentes à organização do lar.

Essa divisão social no microespaço familiar proporciona uma desigualdade que ultrapassa as barreiras das atividades domésticas. Ela é reflexo da constituição cultural que permite ao homem significar-se como o sujeito que domina a mulher e detém sobre ela o poder para gerir sua vida, suas decisões, suas ações, seus desejos, suas paixões. Com vistas a manter a ordem patriarcal que rege as relações familiares e enquadrar a mulher no espaço a ela destinado, o homem, significado como detentor

do direito sobre o corpo da mulher, configura-se como o ser que pode tocar no ser feminino da maneira que lhe convier.

Legitima-se, assim, uma primeira instância da violência doméstica a que podemos chamar de *desapropriação do corpo*, destituindo a mulher de sua condição humana e, portanto, privando-a do gozo pleno dos direitos humanos. Restringe-se, assim, essa temática, no que diz respeito à mulher, apenas à discussão que regula a gestão do 'bem' produzido pela relação homem-mulher – a gravidez e o aborto – como é percebido em trabalho de Santos (2011, grifo nosso).

A violência doméstica não se manifesta apenas em sua forma física. Quer isso dizer que ela é compreendida por nós como aquele tipo de agressão multifacetado, em que a mulher sofre vários tipos de violação, ou seja, é comum que a mulher sofra agressões físicas e morais de diversas naturezas – essas que aparecem comumente nos Boletins de Ocorrência, de acordo a nossa reflexão material no que tange a língua(gem):

- i) *físicas ou corpóreas* – essas que são denominadas como servícia física, pois os maus-tratos ou abusos se transfiguram nos atos violentos cometidos pelo 'sujeito-agressor' (namorado, noivo, amásio, amante, marido, ou outra adjetivação comumente especificada socialmente). A força física ou corpórea sempre é de forma intencional e não-acidental, pois objetiva-se em lesar, provocar angústias e sofrimentos, ferir e destruir o outro como forma de sobrepor – essas marcas são traçadas não apenas em seu corpo, mas também em sua mente.
- ii) *psicológicas* – dentre as violências que são acometidas a psicológica é a mais danosa, pois causa danos emocionais irreparáveis a vítima, bem como a perda de autoestima que prejudica diretamente o desenvolvimento sociocomportamental da mulher, uma vez que, degrada suas crenças, ações, decisões; além do constrangimento,

humilhação e isolamento que afetará suas tomadas de decisão.

- iii) *verbais* – a escolha lexical do verbo é importante nessa conjuntura, pois se predispõe à língua e ao discurso como fonte da locução do sujeito falante. Sendo assim, o verbo é o atributo do sujeito na enunciação e seus sentidos irão definir as marcas temporais, pessoas, bem como de espaços instituídos pela enunciação.
- iv) *financeiras ou patrimoniais* – constituem-se por agregar valor monetário na vida do casal e é utilizado como ‘moeda de troca’ ou ‘barganha’ quando a mulher decide se afastar (separar) no imbróglio da relação fatídica. O agressor, por sua vez, ser em sua maioria detentor do sustento da casa – utiliza do ‘poder da finança’ para ameaçar: tomando, por vezes, os objetos constituídos durante a relação e desprovê o máximo para que a mulher retorne à relação mesmo sem querer (grifo nosso).
- v) *sexuais* – essa é umas das práticas mais comuns, pois os agressores subjugam as companheiras com ameaças (sejam fotográficas ou fílmicas) que ao logo da relação induziu a vítima para fazer como provas de amor, mas o objetivo é sempre outro; a saber quando ‘o amor acaba’ e ambos precisam seguir seus caminhos – daí a tormenta é apenas o início de uma tragédia anunciada.

É, infelizmente, comum que essas agressões ocorram em conjunto, mais de uma ao mesmo tempo.

Para tanto, dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Social – IPEA (2013-2019) indicam que a cada 1,5h ocorre um feminicídio no Brasil e que no período 2009-2011, 171 mulheres foram assassinadas em Rondônia (um dos palcos da nossa pesquisa). Essa alta frequência de feminicídios é corroborada por outros dados

divulgados em 2014 pelo referido instituto, que demonstram que, para 82% dos entrevistados, a esfera doméstica é configurada como aquela que o público externo não pode interferir, ou seja, o microcosmo familiar é uma instância significada como hermeticamente fechada e na qual as relações de poder devem ser configuradas e mantidas a partir do desejo do sujeito ‘naturalmente’ dominante.

A violência doméstica, assim, tem abertura para ser significada para além da agressão, mas como uma prática cotidiana e natural nas relações familiares, como demonstra estudo elaborado por Deeke *et al.* (2009), acerca do contexto de Florianópolis/SC, ao sinalizar que parte dos homens não reconhecem sua prática agressora como tal, em comparação à periodicidade indicada pelas mulheres, como pode ser percebido na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Frequência de Agressão Verbal

Tabela 1 - Frequência de agressão verbal, dentre os casais cujas mulheres relataram sofrê-la (n = 29), referida por homens e mulheres. Florianópolis, 2006-2007.				
Frequência da agressão verbal	Mulheres		Homens	
	n	%	n	%
Diariamente	14	48,3	6	20,7
Semanalmente	9	31,0	6	20,7
Mensalmente	3	10,3	6	20,7
Raramente	2	6,9	8	27,6
Quinzenalmente	1	3,4	1	3,4
Não houve agressão	—	—	2	6,9

Fonte: Deeke *et al.*, 2009.

Com o intuito de excluir essa prática do cotidiano das mulheres, foi constituída em 2006 – como aqui já discutido ao longo das nossas interseções, a Lei n.º 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha – é fundamental fazer essas retomadas para materializar a efetivação da linguagem como instância discursiva à *política do silenciamento* em nossas ações-reflexões nas análises no bojo do nosso trabalho.

O referido documento jurídico (BO) estabelece, dentre outras coisas, procedimentos a serem adotados pela mulher e pelas autoridades competentes com vistas a solucionar o problema da violência doméstica, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial e / ou moral.

Assim, dentre outros procedimentos, a Lei, no inciso I, do artigo 12, com base no Código de Processo Penal, estabelece que à autoridade policial compete “ouvir a ofendida, lavrar o Boletim de Ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada”.

É no contexto discursivo dos BO que esse trabalho se encontra delimitado, para analisar os discursos acerca da violência doméstica, com foco nos efeitos de sentidos possibilitados pelo uso dos verbos instituídos na redação do escrivão de polícia, alicerçado pelos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Francesa de orientação materialista.

Os BO por sua vez, se inter cruzam: o primeiro diz respeito à configuração linguística do gênero em questão, no que tange à utilização dos verbos; o segundo é o efeito de sentido produzido por esse elemento linguístico no contexto discursivo.

Nesse sentido, é relevante estar atento à configuração genérica em que o discurso se materializa e entender o BO como um gênero discursivo que organiza as práticas policiais e jurídicas na resolução de problemáticas sociais, especificamente, em relação à violência doméstica, com a finalidade de constituir o inquérito policial.

Enquanto gênero, um Boletim de Ocorrência que registra uma denúncia de possível agressão à mulher é constituído por um conjunto de enunciados relativamente estável - porque segue uma norma interna da instituição policial e um formulário de preenchimento eletrônico - que tem por fundamento organizar as práticas discursivas relativas a um possível delito, no âmbito policial e jurídico.

Portanto, apresenta-se como aquele conjunto textual que norteará as práticas policiais posteriores, que se referem à averiguação de um possível ato de violência doméstica e, enquanto peça jurídica, organizará os elementos que resultarão em combater ou não uma possível agressão a uma mulher denunciante, pois se configura como instrumento legal de significação legitimada na sociedade.

O Boletim de Ocorrência, então, é o meio pelo qual o discurso de uma mulher denunciante se materializa como discurso reportado por um policial na forma de um

discurso policial legitimado e efetiva os construtos ideológicos referentes à violência doméstica em sua relação com o interlocutor, no caso, o escrivão.

É relevante destacar o entendimento de discurso enquanto efeito de sentido entre interlocutores e a importância dos BO para o processo policial-jurídico não apenas enquanto instrumento informativo, que é seu objetivo principal, mas um elemento com efeito comunicativo que, como todo ato de linguagem, “carrega em si indícios de subjetividade, isto é, quando um sujeito fala, ele se deixa influenciar por outros discursos, outros pontos de vista que, a saber, não são relativamente seus” (JESUS, 2008, p. 62-3). Deve-se, portanto, entender o Boletim de Ocorrência como discurso que materializa as *posições-sujeito* do depoente, mas também de seu interlocutor policial e a relação ideológica entre esses sujeitos.

Pensar no BO enquanto materialidade é fundamental, pois, conforme Orlandi (2007, p. 14), “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições de sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”. Em outras palavras, ignorar a materialidade é incorrer na eliminação do gesto de interpretação dos sujeitos envolvidos para a emergência de sentidos sobre a violência doméstica relatada pelo depoente.

Nessa perspectiva, orienta Orlandi (2007, p. 18), a linguagem é metafórica por excelência, “porque o sentido é uma questão aberta, porque o texto é multidirecional enquanto espaço simbólico”. Marcada pela incompletude, a linguagem é espaço da pluralidade e a emergência de sentidos se dá a partir de um gesto de interpretação, sendo esta considerada um ‘vestígio do possível’ (ORLANDI, 2007, p. 18, grifo nosso). O escrivão ao relatar o fato narrado pelo depoente não apenas comunica o dito, institucionalizando-o, mas no processo de seleção lexical, assume posições, inscreve-se em formações discursivas que orientam a sua significação e conduzem a sua escrita na direção da especificidade do discurso escrito policial, própria do gênero discursivo analisado nesse trabalho, e das posições políticas inconscientemente assumidas pelo *sujeito-escrivão*.

É fundamental ter em mente, portanto, que o discurso da autoridade policial é marcado pela heterogeneidade e, conseqüentemente, pela existência do outro: “é por que há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao

linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar” (PÊCHEUX, 2008, p. 54, grifo do autor). Então, pode-se afirmar que, o funcionamento léxico do discurso do escrivão é um vestígio da sua filiação ideológica e, portanto, fundamental para a compreensão da organização semântico-simbólica dos discursos acerca da violência doméstica no âmbito do aparelho repressor policial.

A análise dos boletins de ocorrência deve ter em conta que eles são construídos, como dito anteriormente, a partir de uma linguagem específica, que configura a escrita policial. Jesus (2008), por exemplo, chama a atenção para a ambiguidade marcante da linguagem policial, que acaba por pôr em xeque a veracidade dos fatos relatados pelo depoente. Conforme Gnerre (2012, p. 22),

[...] o aspecto específico da linguagem usada nos documentos jurídicos é semelhante ao fenômeno linguístico das linguagens especiais, constituídas em geral de léxicos efetivamente especiais usados nas estruturas gramaticais e sintáticas das variedades linguísticas. A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo, mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade linguística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial.

A escolha lexical e a observação da linguagem específica são importantes, então, para apreensão da filiação ideológica do sujeito escrivão - e, aqui, focaremos sobretudo o uso dos verbos. Entende-se que, os verbos põem em ação uma forte influência na percepção de sentido, visto que, este não existe como produto pronto e acabado, uma vez que se altera conforme as condições de enunciação e a filiação ideológica de quem o interpreta.

Logo, a opção por um determinado verbo pode direcionar a um entendimento ‘específico’ do leitor para o que o escrivão pretendia que fosse interpretado como sentido único e correto, silenciando as demais possibilidades semânticas, construindo uma relação com possíveis benefícios à vítima, de acordo com suas intenções.

Têm-se, com vistas a compreender tal processo discursivo-ideológico, os seguintes objetivos: identificar as formas verbais que antecipam o caráter geral da ideia relatada no discurso; investigar o enfoque discursivo da singularidade e/ou

multiplicidade dos sentidos e o funcionamento dos verbos, observando o grau de interferência que o mesmo poderá sofrer no BO; compreender a importância do discurso relatado, levando em conta a relação entre o depoente/escrevente quanto aos seus contextos; verificar como os verbos se relacionam semanticamente no texto.

O trabalho se desenvolveu, como antes informado, conforme o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso Francesa e com a construção do *corpus* pautada na coleta de boletins de ocorrência que materializassem relatos de vítimas de violência doméstica.

Dos documentos coletados para o presente texto, foram escolhidos dois por apresentarem nuances semânticas diferentes no que diz respeito à filiação simbólica do sujeito escrivão a partir de sua seleção lexical. Espera-se, portanto, com a análise desses BO poder demonstrar que os elementos linguísticos utilizados para materialização dos discursos são importantes para compreensão do processo discursivo, ou seja, demonstrar que a seleção lexical não é gratuita, mas implica em uma rede de filiações ideológicas que contribui para a circulação e cristalização ou deslizamento de sentidos sobre a violência doméstica. Os Boletins de Ocorrência selecionados foram obtidos na Delegacia da Polícia Civil da cidade de Espigão do Oeste, RO²².

A partir das abordagens acima, observamos de que maneira o discurso e suas reações com a ‘política do silenciamento’ se movimentam em cada *micro corpus* aqui textualizados. Nessa perspectiva, o discurso é marcado pela heterogeneidade e, por isso, tem inter-relação com outros discursos, sendo composto por seu contexto momentâneo de enunciação e pelo caráter histórico-social, relacionando-se com as formações discursivas.

Isto posto, entendemos que, a formação discursiva (anteriormente já apontada) delimita o próprio discurso; ela equilibra o que o sujeito pode e o que não pode falar e possui uma relação ideológica de classe, pois contribui para que as ideias da classe dominante sejam também assumidas pela coletividade, no palco de disputa de poder que é / está o discurso efetivamente no interím da língua(gem).

²² Vale salientar que os BO são de domínio público; mas devemos seguir algumas recomendações dos Delegados Titulares em cada uma das Delegacias como por exemplo: não citar nomes, datas, locais, envolvidos, agentes e outras formalidades internas no Aparelho Policial. Sendo assim, em muitos casos, só há fragmentos para compor as análises da pesquisa.

Para Pêcheux (1997, p. 160), por seu turno, a formação discursiva (não pelo que constituiu diretamente Foucault (2009)²³), mas a partir de gestos que reconfiguraram esses olhares – assim afirmou que a FD é

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Logo, estabelecer que, um discurso é heterogêneo e significa dizer que ele é entrecruzado pelo discurso do outro, sendo que estes discursos preservam entre si relações de oposição – via de regra, observamos em Indursky (1997, p. 196) que: “[...] um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos”.

Assim, tem-se o pressuposto de que *o sujeito, ao organizar seu discurso, une outros enunciados já existentes, produzindo um efeito de originalidade, desde que presente o efeito de homogeneidade de sentido, ou seja, suas partes não apresentem desigualdades de contexto.*

Nessa alusão acima, apontamos que, o sujeito na constituição de seu discurso introduz outros já preexistentes de forma coerente e direcionada, passando a impressão de homogeneidade discursiva, pois esta não permite que os outros discursos apareçam. Assim, a heterogeneidade é encoberta pelos efeitos de homogeneidade. Vejamos a ratificação em Courtine (2009):

*As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas, [...] mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua *materialidade linguística*. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que pode e de ser dito” (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas); convém acrescentar que essa *característica não é**

²³ A obra indicada aqui é a da Editora Forense Universitária (7. ed., 2009, p. 21-86, Capítulo: *As regularidades discursivas*); pois a partir dos anos 2015-2022 inúmeras são as editoras que adquiriram os Direitos Autorais das obras de Michel Foucault e alterações de respectivos tradutores podem, em muitos casos, afetar na compreensão às análises para cada pesquisador.

isolada das relações contraditórias que uma FD estabelece outra FD (COURTINE, 2009, p. 73, grifos do autor).

Outrossim, levando em consideração a heterogeneidade típica dos discursos e o fato de que o gesto interpretativo do escrivão resulta de um processo de reformulação dos discursos de outros, pode-se afirmar que, conforme Jesus (2008, p. 66),

[...] o discurso policial nos BO acontece de forma direta, indireta ou ainda indireta livre, dependendo da intenção do escrivão ao relatar os fatos, pretendendo descrever enfaticamente a fala da comunicante e / ou vítima, caracterizando a sua subjetividade em relação ao fato, ou ainda uma mistura da voz do escrivão com a voz de quem enuncia os fatos ocorridos.

O discurso da autoridade policial, então, é marcado pelo discurso citado e pelo relatado. Bakhtin (1997), por sua vez, destaca que o discurso citado é aquele que é para o falante uma enunciação provinda de outra pessoa, sendo completamente independente do discurso no momento proferido, passando de discurso de outrem para o contexto narrativo, permanecendo alguns princípios do contexto inicial.

No entanto, Authier-Revuz (1998) complementa as ideias de Bakhtin (1997) ao salientar a existência das quebras do discurso, destacando o aparecimento de um discurso outro inserido no próprio discurso, ou seja, afirmando que este é afetado pela influência da heterogeneidade.

O Discurso Relatado (DR), por sua vez, é tido como um ato de enunciação, um ato individual do uso da língua, um processo de desenvolvimento do enunciado. É entendido por Indursky (1997, p. 198) como o “modo de apreensão da fala do outro, [...] uma das formas que permitem examinar a heterogeneidade do discurso”.

Desse modo, para Indursky (1997), o discurso relatado se expressa em três modalidades:

i) discurso relatado marcado (DRM) – diferencia-se por referirem-se às palavras, expressões e enunciados entre aspas. Consta num modo direto de heterogeneidade, em que o outro no discurso é visto por meio do uso formal de suas palavras,

assinaladas pelas aspas e pelos dois pontos introdutórios. A aplicação das aspas nos contextos discursivos em análise aponta para a existência de um espaço no interior do discurso de outrem, funcionando como uma recusa, uma rejeição do que está sendo incluso no discurso;

ii) discurso relatado indireto formal (DRIF) – este corresponde com precisão ao discurso indireto. Ele não é preso à textualidade, ou mesmo ao texto-origem, podendo relatar o discurso do outro de forma precisa quando alterar as ideias nele contidas. No DRIF há uma sintaxe propensa à formalização como, por exemplo, o verbo dizer que pode ser trocado por outros como: *afirmar, fazer, crer, alegar, desejar, pretender, espalhar, propagar*, que funcionam como verbos introdutórios do discurso relatado do outro (INDURSKY, 1997, grifo nosso);

iii) discurso relatado indireto informal (DRII) – modalidade que consiste como variante do DRIF, que deste diferencia-se por não poder ser formalizado, ou seja, por não exibir uma sintaxe pressuposta que determina o discurso indireto. As condições de produções iniciais e as práticas de nominalização do verbo são suprimidas das modalidades do discurso relatado.

Tais perspectivas apontadas pela autora aponta para uma questão fundamental, de a língua não poder representar e também representar a palavra – pois a sua mecânica comunicacional não funcionará como uma dimensão plausível ao sentido. Isto posto, o duplo e o sentido do dizer, principalmente nas tomadas de depoimentos o equívoco resistirá como forjou Lacan, na *alíngua*; ou seja: a força do equívoco ajuda na falta que a língua produz.

Nessa perspectiva, a língua se torna substância, matéria do possível, onde o inconsciente pratica os chamados jogos imaginários para que a suposta verdade apareça no domínio das palavras e fale na voz do sujeito. É por meio dessa

legitimação de espaços dos sujeitos e seus respectivos lugares que os tornam dispositivos da relação entre os discursos.

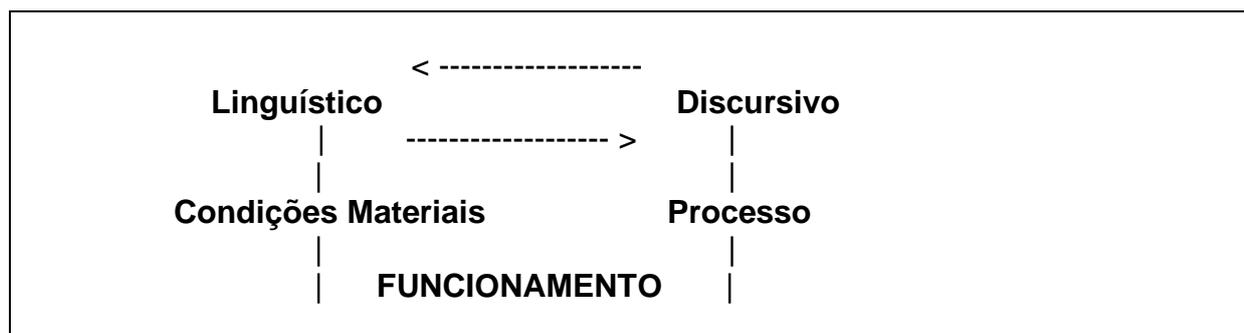
Ainda para Indursky (2011, p. 2-3):

Há duas modalidades através das quais o pré-construído pode ser mobilizado. A primeira delas ocorre por uma operação de encaixe sintático no interior do discurso do sujeito. E, para ser aí encaixado, o pré-construído mobiliza uma operação sintática que sinaliza a fronteira entre o que veio de outro lugar, o pré-construído, e o que foi produzido pelo sujeito do discurso. No entanto, esse encaixamento, em lugar de ser assim percebido pelo sujeito, produz o efeito de ter sido formulado no seu discurso.

É importante considerar a partir desse olhar que Indursky (2011) nos aponta, que na análise de discurso podemos trabalhar uma diversidade de unidade em níveis sob o enfoque discurso – isso significa que, mesmo que essas unidades não tenham especificidades (nível), a sua perspectiva discursiva será constitutiva em cada uma delas. Logo, o texto na visão discursiva será uma unidade de significação a partir dos fenômenos da linguagem.

A esse respeito, Pêcheux (1969, 78) chama-nos atenção: “Os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas esse funcionamento não é integralmente linguístico, e não podemos defini-lo senão em referência as condições de produção do discurso. Portanto, o operador pode ser operador de frase (linguístico) ou de discurso – isso dependerá do seu funcionamento – disto, observamos abaixo o próximo fluxograma:

Fluxograma 3 – Do Processo Discursivo



Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda, nessa mesma linha de raciocínio, observamos que a língua aparecerá como condição de produção do discurso – seus efeitos de sentido serão produzidos a partir dos registros (tomemos aqui os BO nas Tomadas de Depoimentos), sem esquecer os lugares dos interlocutores que significam por esses mecanismos parafrásticos. Logo, em um dado discurso não aparecerá apenas representados por interlocutores – mas pela relação que eles mantêm pela formação ideológica (marcada assim *no* e *pelo* funcionamento discursivo).

Conquanto, é possível também afirmar que, o funcionamento discursivo que ora representamos aqui, nos permite apontar que a relação de forças – sentidos – antecipação são condições de produção desse discurso que sempre constituirá as formações imaginárias; essas determinantes nos inúmeros tipos de relações discursivas como: autoritário, polêmico ou lúdico no processo da enunciação pela formação discursiva com a ideologia.

Porquanto, São por meio das condições de produção que o funcionamento discursivo imprimirá suas marcas formais em Formações Discursivas e também Formações ideológicas que serão afetadas nas mediações discursivas. Destarte, como afirma Manoel de Barros: “Repetir, repetir – até ficar diferente” – é como pensamos!

Dessa forma, é importante compreender a teoria das valências como aquela que concebe o verbo como a palavra com significado lexical que organiza sintático-semanticamente a estrutura frasal. Atribui ao elemento verbal centralidade na questão sintática, por determinar a rede de relações a ser construída na estrutura frásica. Assim, as valências são entendidas como o conjunto de posições estruturais exigidas pelo verbo na sintaxe para efetivação de seu componente semântico sendo “um dos aspectos de subclassificação lexical dos verbos” (PERINI; FULGÊNCIO, 2011, p. 162).

Há, então, com base no verbo, a “determinação das relações de dependência no interior da frase, concebida a partir de um centro sintático-semântico de que dependem os demais elementos” (SILVA, 2001, p. 92) e a conseqüente determinação, por parte dos verbos, de seus argumentos (*actantes*) e de sua estruturação morfossintática e semântica.

Vale lembrar que, tem-se a preocupação em relação ao verbo em uma perspectiva analítico-discursiva e suas conseqüentes implicações enquanto elemento da discursividade. Ela serve tão-somente de princípio norteador para compreensão do verbo enquanto elemento que deve ser visto para além da estrutura frásica, em sua relação com o universo extralinguístico político-ideológico.

Assim, entende-se que, a escolha de um determinado verbo, e não de outro, para relatar a violência doméstica não é fruto do acaso, mas sim uma questão pragmática que vai atuar no ato da enunciação e que revela a filiação ideológica do sujeito enunciador, já que a intenção, do ponto de vista da Análise do Discurso tomada aqui como base teórica, é uma construção ideológica.

Entende-se ainda que esses verbos ajam diretamente sobre o discurso relatado, atuando sobre a compreensão e a interpretação desse tipo de discurso. Neste caso, trata-se da imagem que o escrivão constrói a respeito da intenção do depoente ao relatar o fato de agressão, construção imagética essa que pode ser uma distorção ou interferência do sujeito escrivão do fato relatado, materializada, entre outras formas, por uma nova construção frasal, novo arranjo sintático, haja vista que, como dito anteriormente, o sujeito, para significar e se constituir, faz um gesto interpretativo, inserindo-se no campo do simbólico. Constitui-se, então, um novo discurso.

Desse modo, tais verbos revelam seu efeito ou modo de atuar. É a força perlocutória, que se destina a exercer efeitos sobre o interlocutor, disposto a convencê-lo, assustá-lo, agradá-lo, irritá-lo, entre outras possibilidades.

Dessarte, o sujeito-policial-escrivão assume assim a uma nova função para além daquela atribuída pela instituição policial: ele se converte, discursivamente, em relator-construtor de opiniões sobre a violência doméstica e passa a exercer um importante papel na circulação de sentidos acerca da agressão sofrida pela mulher na sociedade brasileira. Tal configuração é importante, pois a partir da seleção do modo de relatar o fato, seu texto pode perder o caráter informativo, passando a pretender alcançar outros objetivos.

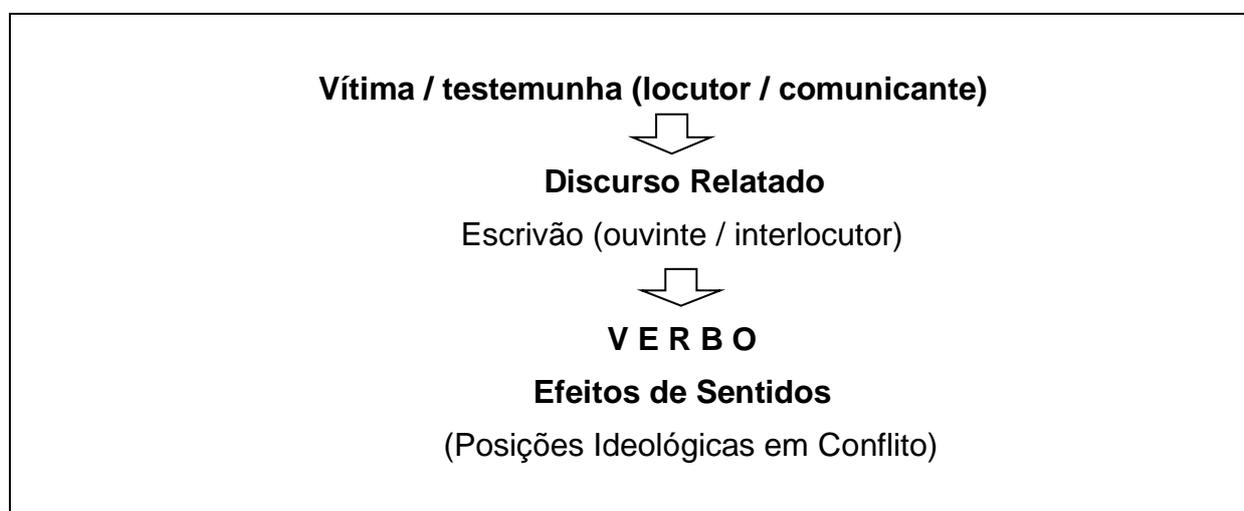
Pode-se observar que, os verbos que introduzem um discurso referido possuem importante papel para apreensão da filiação simbólica do sujeito escrivão e uma ação organizadora da argumentação, tendo a possibilidade de modificar a

significação resultante do fato declarado (denunciado), pelo fato de haver omissão, acréscimo ou mesmo uma suavização do fato, podendo acarretar numa distorção da ideia primeira.

A escolha do verbo, portanto, nas ações discursivas e a observância no modo como o texto é linguística e sintaticamente elaborado mostram a percepção do escritor a respeito do conteúdo do discurso relatado.

O Boletim de Ocorrência, portanto, é um texto que não apenas relata uma ocorrência policial, mas também materializa as filiações ideológicas do sujeito escritor a respeito do fato relatado e sobre a violência doméstica de modo geral. É válido lembrar que o processo de elaboração de um BO dá-se a partir da seguinte Fluxograma 4 abaixo:

Fluxograma 4 – Discurso Relatado



Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se, então, que há uma relação entre os sujeitos envolvidos, mediada pelo discurso relatado, em que há a emergência de efeitos de sentido a partir das formações imaginárias atuantes no processo discursivo em questão. Tanto o comunicante quanto a autoridade policial constroem imagens de seu interlocutor, bem como de si mesmos e do fato relatado.

O Boletim de Ocorrência passa a ser, assim, a materialização das posições ideológicas em conflito na esfera discursiva e que pode pôr em cheque uma violência doméstica realmente ocorrida, pois evidencia a emergência de sentidos sobre ela.

No BO abaixo, o discurso foi relatado ao escrivão, que atua sobre a estrutura linguageira do discurso, já que, conforme Jesus (2008, p. 160), “a linguagem utilizada no Boletim de Ocorrência corresponde a um discurso citante (escrivão) sobre um discurso citado (comunicante)”. Importante destacar a configuração do discurso enquanto estrutura e acontecimento, conforme ensinamento pecheuxiano (2008).

O texto é apresentado em discurso indireto (ou discurso relatado indireto formal (DRIF), conforme Indursky (1997). Esse tipo de discurso desencadeia ações no seu entendimento, ocorrendo uma interpretação direcionada, que é caracterizada por como uma seleção de verbos que introduzem as opiniões, ou por expressões equivalentes.

Sequência Discursiva 3 (SD3):

Declara a comunicante que o infrator chegou embriagado em sua residência e por motivos fúteis começou a agredir a Vítima com pedras sendo que pegou uma no pescoço, outra nas costas e outra na barriga lembrando que a vítima está grávida de 02 meses, declara também a vítima que o infrator há tempos vem agredindo não só a vítima como também seus filhos, um de (05) cinco anos e (02) dois anos, fazendo com que as crianças ingiram bebidas alcoólicas quando não amarra, amarra as crianças com cordas nos pés dos móveis. (*sic*)

De praxe, nos procedimentos de construção de BO, o escrivão retextualiza o discurso da vítima, com a preocupação de manutenção do seu teor significativo, em uma tentativa de circunscrever o fato relatado sob uma capa de autenticidade, quer dizer, o sujeito-policial-escrivão busca, ao relatar o fato, construir a imagem discursiva de que seu texto é fiel ao que está sendo dito pela depoente.

A utilização do substantivo ‘comunicante’ como complemento do verbo introdutor ‘declara’ demonstra a necessidade de o interlocutor atribuir um efeito de

sentido de veridicidade ao que está sendo transcrito no documento. Esse efeito traz duas consequências: uma diz respeito ao fato narrado, pois contribui para menor resistência das autoridades para atribuição de crença à violência doméstica, mas também gera um efeito de sentido sobre a autoridade policial escrivã: ele ‘crê nas palavras das vítimas’ e constrói a sua imagem de pessoa que tem preocupação com a temática com a qual se depara: a agressão sofrida pela família. O escrivão, assim, se constrói como um sujeito ‘paladino da justiça’ (grifos nossos).

Assim, o primeiro verbo destacado – *declarar* – é utilizado duas vezes pelo escrivão no excerto selecionado. Em sua segunda aparição, ele está conectado ao verbo *agredir*, também utilizado duas vezes pela autoridade policial, o que reforça o efeito de sentido de verdade atribuído ao fato narrado. O escrivão coaduna com a locutora, emergindo suas significações do ato cometido pelo marido da depoente de formações discursivas semelhantes, já que simboliza o ato como um evento de agressão corporal, ou seja, aquele que fere a integridade física, o que é corroborado pelo enquadramento da depoente na classificação de ‘vítima’.

Dessa forma, *a locutora e o interlocutor assumem sentidos aproximados do que seja a violência doméstica e, portanto, participam do mesmo universo semântico*. O uso do verbo *lembrar* pelo interlocutor enfatiza o dolo do infrator e, ainda que não mencionado linguisticamente, potencializa a gravidade do ato cometido pelo homem, indicando a assunção de uma posição de contrariedade pelo sujeito escrivão.

As seleções lexicais, então, como abordou Saussure (1999, p. 36) que: “a palavra escrita tende a substituir, em nosso espírito, a palavra falada: isso é verdadeiro quanto aos dois sistemas de escrita, mas tal tendência é mais forte no primeiro”; assim, podemos observar que - não apenas comunicam o fato narrado pela depoente, mas demonstram a posição ideológica assumida pelo escrivão, ou seja, aquele em que a mulher e seus filhos não devem ter sua integridade física violada pelo homem.

Nessas abordagens acima apontadas é possível notar que o escrivão relata os fatos a partir de um discurso indireto, ou DRIF, ou seja, a voz do outro é introduzida na reprodução dando origem a um relato supostamente informativo. Dessa maneira, o interlocutor revela, com suas palavras, o discurso relatado pela comunicante, mãe da vítima. Atenta-se que os verbos são colocados em lugares convenientes para haver

estruturação do relato, que auxilia na comparação tanto da posição do escrivão diante da opinião relatada, como a organização do relato realizado.

Embora tenhamos BO que se assemelhem na construção discursiva, é importante salientar que para a análise de discurso essas semelhanças são imaginárias, pois os sujeitos se relacionam socialmente, mesmo não sendo uma relação direta, mas é mediada pela linguagem (simbólico) na constituição do sentido. Isto posto, este imaginário não se opõe à realidade, pelo contrário, se constitui por meio dela: é o que chamamos de efeito do real.

Logo, reafirmamos mais uma vez que, conceitos como: sujeito, imaginário, simbólico, real – só para citar alguns – serão sempre re-significados a partir das Formações Sociais. Segundo Orlandi (2005) a língua possui regras que projetam e permitem no processo discursivo relações de força e sentido, ou seja, serão representados com estratégias discursivas que determinarão suas relações, funcionamentos, lugares e imagens a partir dessas projeções instauradas pelos sujeitos. Vejamos na Sequência discursiva abaixo:

Sequência Discursiva 4 (SD4):

As 19:00Hs desta data xx-xx-xxxx, compareceu nesta D.P. a comunicante retro mencionada, que é mãe da vítima, para comunicar o seguinte fato: Que a vítima vive maritalmente com o infrator há uns quatro anos e constantemente ele vive ameaçando sua filha dizendo que vai matá-la. (*sic*)

Dessa sequência acima, percebemos que, o que funcionará no processo discursivo é a formação imaginária que designa o lugar “A” e “B” atribuído a si e ao outro. Isso ocorre por meio dos mecanismos da formação social e suas regras de projeção que abordamos anteriormente – elas estabelecem relações entre as situações projetadas pelo Escrivão de Polícia de acordo aos depoimentos instaurados em representações (das situações) e definidas objetivamente em cada discurso. Isso é o que chamamos de jogos imaginários – esse que preside uma dada troca de ‘palavras’; “E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo,

pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante”, afirma Orlandi (2005, p. 40); é nessas relações discursivas que irão se constituir as diferentes posições-sujeitos.

Assim, a partir do que apontamos acima, podemos observar que, a seleção lexical do escrivão do BO destoa daquela feita no Boletim de Ocorrência anteriormente analisado e, portanto, gera efeitos de sentido diferentes. Quanto aos verbos, dois usos ganham destaque: *comunicar* e *dizendo*. É importante, inicialmente, inverter a ordem de análise dos verbos quanto ao seu aparecimento no discurso do escrivão, haja vista que a significação possível de ser atribuída ao segundo verbo modifica a percepção do primeiro.

Ao selecionar o verbo ‘dizer’, o escrivão aparentemente assume uma postura relativamente cética em relação ao que está sendo dito, o que constrói a violência doméstica, simbolicamente, como algo questionável. A construção sintática do escrivão se dá a partir da opção pelo uso de dois verbos ‘ameaçando’ e ‘dizendo’, o que reforça o efeito de sentido citado.

O uso do ‘dizer’ coloca a ameaça sofrida pela mulher no campo da fofoca, do disse-me-disse, do questionável, do provisório. Ademais, pode-se, inclusive, aventar que há a possibilidade de a violência verbal não ser constituída semanticamente como tal pelo escrivão, não sendo, portanto, uma filiação possível para ele enquanto sujeito imerso no campo do simbólico (grifo nosso).

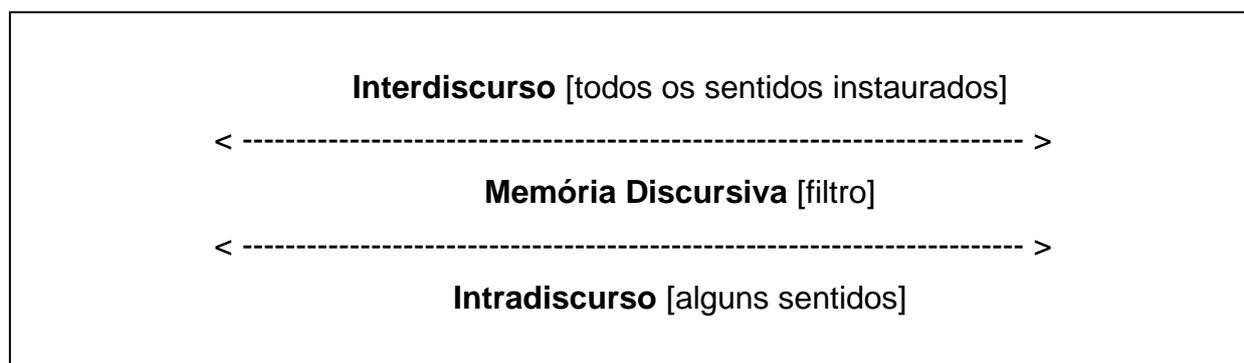
Já com a utilização do verbo ‘comunicar’, nesse contexto, não apresenta o mesmo sentido atribuído no Boletim de Ocorrência anterior, haja vista que, devido ao novo enquadramento semântico da violência doméstica, possível pelo uso do verbo ‘dizer’, ‘comunicar’ deixa de ocupar a mesma formação discursiva de ‘informar’, mas passa a ser regida pela mesma formação discursiva que domina os sentidos sobre o verbo ‘fofocar’. Outrossim, o verbo ‘comunicar’ funciona como um amenizador de opinião. Relativiza-se, portanto, a credibilidade do fato comunicado. Sua veracidade tem maior chance de ser posta à prova, ser questionada a partir do Boletim de Ocorrência (grifos nossos).

Neste sentido, é importante considerar que os verbos que pertencem ao campo semântico do *dizer*, do *falar*, do *comunicar* e que, por sua natureza, apresentam certa

liberdade, já que, conforme crença popular “quem tem boca, fala o que quer” (dito popular), encontram-se afastados por uma barreira – no caso, um ponto final – daquilo que pode comprometer a imagem de alguém, mesmo que pela fofoca: a acusação de autoria, o que intensifica um efeito de sentido de inverdade do fato relatado.

Dessas abordagens, observamos o seguinte recorte, na Sequência Discursiva acima: “a comunicante retro mencionada, que é mãe da vítima, para comunicar o seguinte fato:” - a representação da memória discursiva é transfigurada de um lado e o esquecimento de outro como num jogo (de sentidos esquecidos). É importante salientar que a memória é um esquecimento (de silêncios) instaurados; esses de não ditos e, ao mesmo tempo, de sentidos a dizer. Nessa troca de sujeitos [mãe x vítima] para relatar os fatos – a mãe esquece que a vítima [filha] tem seus próprios sentidos ao falar, mas é por meio da fala da mãe que esses sentidos são apagados e darão novos sentidos não ditos aos fatos não-ditos pela vítima; pois, ao apagar e esquecer esses sentidos não ditos eles são estancados no processo histórico, político e silenciado da vítima [filha]; vejamos como funciona na instância da memória.

Fluxograma 5 – Da Memória Discursiva



Fonte: elaborado pelo autor.

Deste modo, pode-se também pensar na instância do esquecimento como uma espécie de função primitiva [em tomar o discurso], como Orlandi (2002, p. 33) aponta como “Guardar o silêncio” tornando ele fundante na constituição da discursivização – logo, é nessa relação da presença e da ausência dos saberes que o silêncio [mãe x vítima] irá se estabelecer na significação.

Nessa perspectiva, Indursky (2011) coaduna que, é a partir dessas formulações que o funcionamento do discurso transverso faz a retomada no discurso do sujeito [mãe] como discurso-outro – esse tangenciado como uma espécie de eco do já foi dito [pela vítima a ela como mãe] e que está autorizada do que foi dito em outro lugar. Assim, se estabelece a relação com o pré-construído do discurso transverso no discurso do sujeito mãe no lugar do sujeito vítima [filha].

Outrossim, é importante salientar aqui, a construção de uma determinada narrativa, principalmente nas tomadas de depoimento, dos boletins de ocorrência, são os fios de memória que irão atuar como formas de silêncios que significam e significarão pelo atravessamento das palavras como fontes do dizer e de como se diz – ou seja, na política do silêncio [constitutivo pelos efeitos de sentido] – esses silenciamentos estabelecidos pelas relações de poder não apenas pela mãe, mas também pelo escrivão de polícia que se posiciona de maneira pré-consciente por transitar diretamente nos elementos do inconsciente e vice-versa nesse jogo sistemático do aparelho psíquico.

Dessarte, é nessa relação entre os discursos que instituímos o interdiscurso [do falar antes de um lugar] – que coexiste o dizer [possível e impossível] – o que foi dito ou que estar ainda a dizer. São essas determinações que ativam os sentidos de cada uma das formações discursivas nas tomadas de depoimentos – e também a memória discursiva, pois delas os enunciados podem estar descobertos e daí cada significação deverá ser decifrada pelos gestos desse domínio por meio da produção discursiva nos boletins de ocorrência em seus movimentos e formulações anteriormente enunciadas nesses processos.

4.8. Gesto de leitura: das margens silenciadas ...

Ainda seguindo a perspectiva dos sentidos - aqui a questão não é falar do silêncio da imagem, do silêncio da paisagem ou do mar - por exemplo - mas propomos falar do silêncio (como elemento significativo de 'si') - esse com ou sem palavras – pois o silêncio rege os processos de significação e propõe, por vezes, gestos de interpretações heterogêneas. Essa concepção, de certo modo, 'altera' e 'complica' a sua relação com a fala. No entanto, cabe uma ressalva: não trataremos aqui do

silêncio em sua concepção mística - essa noção de certa maneira, prevalece porque o silêncio é historicamente associado aos processos sociais (formações sociais – doravante FS), como também os jurídicos, isto posto, analisados nesta tese.

Nessa perspectiva apontada acima, Orlandi (2007) afirma que há uma prática teórica diferente que deve ser acreditada no contexto atual, pois no que tange ao discurso, por exemplo, em inúmeras análises de / dos discursos seus objetos (materialidade discursiva) são *múltiplos* e *contraditórios* sendo difícil de estabelecer conexões teóricas (convergentes ou não) – interessante a observação. Dito isso, é válido apontar para a reflexão heterogênea na / da língua(gem) – essa ambiguidade, por sua vez, a partir do *conceito de discurso se apaga...*

Ainda na perspectiva apontada, observamos que, a homogeneidade ‘imposta pelo discurso’ de globalização irá enfatizar o ‘sentido único’ e, ao mesmo tempo, ‘consensual’ – logo, pensamos: ‘estilhaçam as diferenças’. Esse como produto da ideologia da globalização – a lógica consensual vai ‘refinar’ a consideração da linguagem que comumente reconhecemos (no uso da língua materializada) – especialmente do discurso – como materialidade ideológica – seja no Boletim de Ocorrência ou outra modalidade discursiva de análise.

Sobre esses gestos, por sua vez, Orlandi (2007, p. 31), define que [...] “o silêncio não fala. Há sentido no silêncio” [...]; outrossim, a autora busca examinar a função do silêncio em diversas vertentes sociais, mas especificamente - na *função discursiva do silêncio teorizada* na materialização da linguagem: fundamento essencial na atividade linguageira.

Dessa maneira, ao dizer de um jeito e não dizer de outro, o sujeito silencia os outros sentidos - ou seja - faz desaparecer, apagar, elimina e suprime os sentidos da fala; sugere de maneira tácita que *o silêncio faz parte do sentido da fala*, pois significa também aquilo que silencia a fala. Daí, constitui-se em Orlandi (2007, p. 15) que “Não (muitos significados), um efeito (significado literal) e muitas (não) definições formadoras de discursos têm seus fundamentos no silêncio”; constitutivo no baile dos sentidos na linguagem.

Conquanto, o silêncio e o silêncio operam, assim, no delineamento do sentido do que está sendo dito no discurso e também no apagamento do sentido proibido da Formação Discursiva (FD) desse discurso. O silêncio funcionará de duas maneiras –

esses já apontados ao longo da tese, mas importante lembrar sempre que necessários: o *Silêncio Fundador* e a *Política do Silêncio*; ambas bases materiais as nossas análises discursivas – principalmente no BO já apontadas anteriormente.

A instauração do silêncio, por conseguinte, remete para a ‘imperfeição’ da / na sensação da linguagem (*corpus*) – isso vai sempre acontecer, pois [...] “para falar, o sujeito precisa do silêncio. O silêncio é a base necessária do sentido, que é restaurado pela fala” (ORLANDI, 2007, p. 69). Por outro lado, a política do silêncio, também chamada de silenciamento, refere-se ao que *pode* e ao que *não pode ser dito* no Discurso Fundador (doravante DF) por meio do *silêncio construtivo* ou *local* – bases que foram arroladas anteriormente e ratificada aqui mais uma vez.

Ainda de acordo com Orlandi (2007), o silêncio local é a censura ou proibição do discurso (entendamos aqui a Delegacia de Polícia que é revestida do Aparelho Repressivo do Estado) e por meio desse tipo de silêncio é proibido difundir ditos específicos para organizações sociais e culturais específicas. Logo, pensar tais perspectivas é tratar e apontar ao conceito de condições de produções do discurso – essa que pode ser entendido da seguinte maneira:

A rigor, a situação do enunciado ou o contexto imediato do enunciado. No sentido mais amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico. O efeito semântico produzido por um discurso está relacionado à sua exterioridade, às condições de produção. Pois “esses significados referem-se não apenas ao que é dito ali, mas também ao que é dito e não dito em outro lugar”, e no que pode e no que não pode ser dito. Isso inclui “margens de texto” (ORLANDI, 2015, p. 28, grifos da autora).

Ainda para Orlandi (2007), o silêncio é um marco social, vendo sua composição como uma tradição, uma cultura, um contrato social em si - e se pode fazer entender o que é de uma forma interessante. A censura, por sua vez, tem sentidos proibidos, mas são produzidos como fatos, que perpassam pelo conceito de silêncio: [...] “é o próprio conceito de censura se estender para entender o processo de silêncio que demarca o sujeito, em um caminho sensorial (ORLANDI, 2013, p. 13). No mais, entendemos também que o silêncio contém a ‘verdade’ da ideia e, ao mesmo tempo, o seu oposto; fundamento da *busca do que se busca*, como ocorre no discurso jurídico – esse, por sua vez, coadunamos como um exemplo de formulação (Discurso).

Vejamos o que Orlandi (2007, p. 15) aponta: “Toda fala é fala falada por meio de outras línguas e em outras línguas”; este gesto de leitura pode validar esta ‘inquietação do / do sujeito’ e suas ‘tendências’ ideológicas e políticas parciais. Sendo assim, a ‘lupa do silêncio’ pode ser claramente arbitrária, imoral – mas é por meio das posições desses ‘sujeitos legitimados’ pelo dizer que a sua relação com o objeto ‘passivo do jurídico’ se aproxima cada vez mais com os sentidos diversos linguageiros.

Essas especificidades atribuídas ao sujeito (gestos na compreensão da fala) são apontadas por Orlandi (2013, p. 24) da seguinte maneira:

a) a quietude da fundação, o que existe nas palavras, o que não é dito significa recuos significativos que estabelecem as condições e dão espaço;

b-1) Silêncio construtivo indicando o que precisa ser dito Não diga (palavras inevitavelmente obliteram “outras” palavras);

b-2) Silêncio local (coisas proibidas de dizer) relacionadas à própria censura de certas circunstâncias). (grifos da autora)

É importante levar em consideração, dessa perspectiva apontada acima que, o ‘discurso’ e o uso do ‘silêncio’ como materialidade legal; conforme Artigo 5º., da Constituição Federal de 1988, em que se observa que *o silêncio do agente privado, com base em certas evidências indexadas nos arquivos, molda o clarividente na instrumentalização imaginativa de que esse não falar é de natureza privada, ideológica e política. Não havendo qualquer recurso no âmbito da Lei contra a liberdade de condenação do sujeito quando este opta pelo silêncio perante os fatos ou provas elencadas.*

Sendo assim, a partir das perspectivas sobre a linguagem e seus entrelaçamentos discursivos e, ao mesmo tempo, heterogêneos no discurso e sua ligação efetiva com o silêncio - suas margens - teoricamente expostas são comumente observadas nas materialidades do *corpus* dos Boletins de Ocorrência. Para Orlandi (2002, p. 72) a partir desses vieses [...] “a linguagem é passagem incessante das palavras o silêncio e do silêncio das palavras”. Ou seja, os contextos são plurais, se

deslocam e se movimentam dando sentidos outros na linguagem dos BO em sua materialidade discursiva. Vejamos, a seguir:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA



TERMO DE DECLARAÇÕES

Acusado

Declarante: [REDACTED]

Nascimento: [REDACTED]

Idade: [REDACTED] anos

Documento: [REDACTED]

Aos quatro (04) dias do mês de novembro do ano de [REDACTED] nesta cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na 1ª Delegacia de Polícia, presente o Senhor [REDACTED] Delegado de Polícia, comigo, [REDACTED] Investigadora de Polícia servindo como Escrivã, compareceu A PESSOA ACIMA NOMINADA JÁ QUALIFICADA NOS AUTOS para esclarecer alguns pontos ainda a serem questionados pela Autoridade Policial, na presença de seu Advogado [REDACTED] com escritório na [REDACTED] RS, com telefone [REDACTED] e [REDACTED]. Que ratifica sua manifestação de vontade de somente pronunciar-se em juízo; P. O investigado se dispõe a fornecer material para coleta e confronto de DNA? **R. Sim;** ; P.: Quantas vezes foi casado ou viveu em união estável com alguém ? R.: Em três oportunidades, das quais teve filhos, uma menina com cada mulher; P: Possui arma de fogo? R Não; P. Se teve relação sexual com alguma das filhas? R.: Não; E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a Autoridade Policial encerrar o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado.

É importante pensar no gesto interpretativo de Michel Pêcheux (2014, p. 146-7) quando especifica que: “Palavras, frases, sentenças, etc. mudam de significado de acordo com quem os contrata, o título que possuem em relação a essas posições, ou seja, a formação ideológica em que essas posições estão gravadas [...]”. Outrossim, *o que é dito e silenciado no discurso corporificado* – dito isso, o processo de materialização do BO incorpora e é incorporado pelas margens que circulam os sentidos – sejam nas ‘supressões nominais’ ou ‘escolhas lexicais’ – vale o olhar do analista e as implicações dos gestos sociais.

Dessa perspectiva, observamos que na discursivização [...] “A PESSOA ACIMA NOMINADA JÁ QUALIFICADA NOS AUTOS” [...] vai emergir do testemunho a referência que remete a subjetividade de uma linguagem intermediária dos fatos arrolados da história transcrita. Dessa feita, é importante lembrar que a escolha do ‘descriptor’ escrivão de polícia dar-se-á a partir das ‘transferências de nome’, de ‘termos gramaticais’, ou de ‘verbos introdutórios’ para facilitar o entendimento dele como responsável pelo documento e não da vítima: ‘autora dos fatos’ que foram acometidos a ela como vítima da violência.

Assim, podemos elencar alguns pormenores para entendermos essas perspectivas relatadas nos BO nas tomadas de depoimento; dessas observamos as seguintes vertentes constituídas:

a) *Pessoa* (EU-TU);

b) *Impessoal* (ELE-ELA): sujeitos em constante conflitos a partir dos enunciados materializados pelo ‘autor’, pois se fundamenta no processo de subjetivação discursiva do ‘EU’ vs. ‘TU’ vs. ‘VOCÊ’ – apontados como gestos subjetivos (1ª pessoa) e não subjetivo (2ª pessoa); estritamente ligadas ao / no discurso como materialidade discursiva.

Nesse sentido, o ‘enunciado’ quando ‘estilizado’ mostrará explicitamente a ‘marca’ instituída pelo sujeito (a partir do relato). Logo, os olhares tendem a questão de discursos ‘diferentes’ (*paralelos* ao nosso ver – abordagem já discutida anteriormente de como pensar esse discurso); pois a materialização depende da vítima [falante] em sua tomada de posição discursiva. Isso posto, os discursos são dependentes diretos de outros. Segundo Possenti (2002) de acordo ao viés que abordamos aqui, aponta que *o discurso do outro é ‘visível’ – a presença desse não apaga a minha presença – mas surgirá em mim outro discurso*. Logo, a presença das vozes do escrivão-policial sempre estará carregada de subjetividades em relação aos interlocutores nas TD (discurso outro).

Dessa interseção subjetiva (no que tange a linguagem), Orlandi (2013) ainda aponta que centrar-se na diversidade comunicativa é pensar na materialidade ideológica, pois a 'consciência' do 'indivíduo' muda para cada situação nas tomadas de depoimento (em suas análises); nessa perspectiva, observamos em Orlandi (2013):

Assim, a nosso ver, o silêncio não é "tudo" da linguagem. Não é ideal um "outro" lugar, porque também não é o abismo dos sentidos. Ele é sim a capacidade do sujeito de resolver sua contradição constitutiva, a contradição que o situa na relação entre "um" e "muitos", que aceita duplicação e transposição que descobrimos que qualquer discurso sempre se refere a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2013, p. 24, grifos da autora)

Sendo assim, é possível pensar que no processo contextual *a quem falar, o que dizer, quando dizer* na estrutura discursiva - o processo da contradição do "um" com o "multi" é *ir para além do sujeito, bem como para além do locutor do discurso* (indivíduo antes de ser interpelado pela ideologia), pois são por meio das engrenagens na língua(gem) que o sentido torna-se múltiplo – das 'falhas' e das 'possibilidades' que significarão: este é o papel fundamental do silêncio e para Orlandi (2002, p. 73) [...] encontraremos "A falha e o possível estão no mesmo lugar" [...], pois é através do seu deslocamento que a perspectiva do silêncio é materialmente manifestada na linguagem.

CAPÍTULO 5 – DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA: UM LUGAR POSSÍVEL

[...] A teoria linguística lida fundamentalmente com um *locutor-auditor ideal*, inserido numa comunidade linguística completamente homogênea, que conhece perfeitamente sua língua e a salvo dos efeitos *gramaticalmente não pertinentes* tais como limitações da memória, distrações, deslizes de atenção ou de interesses, ou erros na aplicação do seu conhecimento da língua durante seu desempenho. [...]
[BOURDIEU, 1998, p. 30, grifos do autor].

Por fim, mas nem tanto, é no **Capítulo 5** que pormenorizamos a importância do Boletim de Ocorrência como função social não apenas judicializado, mas pela relevância da problemática de gênero. Logo, emerge, assim, a importância de compreender o Boletim de Ocorrência enquanto gênero discursivo e materialidade de posições ideológicas a respeito da violência doméstica. Assim, demonstra também a relevância dos elementos linguísticos para a emergência das discursividades e seus fenômenos - põe em relevo a importância de se observar o Boletim de Ocorrência para além da sua *intenção comunicativa*, mas como um *discurso assumido por um sujeito* que apresenta filiações ideológicas sobre o fato relatado que podem *ser / ter* divergentes dessas formações ideológicas e discursivas, gerando o silenciamento. Nesse sentido, é a partir da produção dos efeitos de sentido que a posição sujeito-mulher poderá estar disposta a sacrifícios visando o bem-estar da sua família e, sobretudo, dos filhos, mesmo que os esforços físicos sejam necessários (sejam pessoais ou sociais). Isto posto, é essa função social (*sujeito-mãe*) que se sobressai e, ao mesmo tempo, irá ocupar o espaço (*mulher guerreira, de lutas e que não desanima*) – daí observamos a posição sujeito instituída.

5.1. Os Boletins de Ocorrência e sua função social ...

A partir de agora, apontaremos de que maneira o processo de investigação se fundamenta por meio das investigações anteriormente constituídas; e como elas irão funcionar por meio dos suportes fundamentais que contribuem diretamente na relação com as práticas sociais, as significações, suas práticas ideológicas e de que maneira

as formações discursivas servem de base para pensar em outras modalidades discursivas no que tange aos Boletins de Ocorrência, por meio das Tomadas de Depoimento, em Delegacias de Polícia, como gestos de leitura simbolicamente instituídos na materialidade da língua(gem) nas interpelações discursivas do sujeito em suas relações sociais.

5.1.1. Influências do / no Aparelho Policial ...

A partir dessa premissa apontada por Bourdieu (1998), podemos aludir que a *língua* sempre terá papel fundamental no processo de interação ente os *sujeitos* de um dado discurso, pois a sua *propriedade é 'indivisa'*, ela corresponde diretamente a competência linguística deste sujeito que a utiliza como uma 'espécie de repositório'. E só assim, as alterações relativas à linguagem pod[e/erá] esconder o que Chomsky [In: BOURDIEU, 1998, p. 30] chamou de *fictio juris* – ou seja, transformam as leis do *discurso legítimo* em práticas linguísticas [entendamos aqui como materialidades], mas que dependem das condições econômicas e sociais [condições de produção] a partir dessas 'novas condições' que são impostas a legitimação ou não dessa constituição incorporada pela linguagem como [...] “um objeto pré-construído cujas *leis sociais de construção* esquecem e cuja gênese social [...] definirá que não é o espaço que define a língua , mas a língua que define o espaço [...] através do conjunto dos sujeitos falantes dispostos a ser os portadores dessa mudança” (BOURDIEU, 1998, p. 31).

Logo, pensar o *corpus* como materialidade que é dependente do manifesto da língua é dar suporte para apontar que o *relatório policial* transfigurado num Termo Circunstancial (TC) ou Boletim de Ocorrência (BO) é fundamental não apenas para a Polícia Militar (ostensiva), mas principalmente à Polícia Civil (judiciária) que formatará os ritos arrolados nos Códigos Penal, Processo Penal, Processo Civil, Constituição Federal; e Leis esparsa que possam coadunar com a Jurisprudência vigente e seus respectivos Acórdãos.

Dessa forma, cada aparelho policial é encarregado de 'transmitir', 'noticiar', 'se fazer presente' após o cometimento de um crime – [de certo, aqui, apontamos ao crime da violência contra a mulher] – às autoridades judiciais que, por sua vez, instaura o

processo judicial que será investigado e por meio dele as informações dos TC e BO ‘provocam’ diretamente o poder judiciário sobre o crime.

Outrossim, é no Boletim de Ocorrência que as principais informações materializadas na linguagem transcrita após o relato que não apenas observamos a essência do procedimento legal judiciário, mas apontamos como analistas desse gesto de leitura que o relato do BO é o que chamamos aqui como manifesto do político a partir da sua estrutura no simbólico – ou seja, o sentido se divide e, via de regra, determinará o fato; a história; o acontecimento. Isto posto, é o ponto de partida que utilizamos como base fundamental para não apenas pensar o *corpus* em suas dimensões materiais – mas de instituir a partir delas que *palavras – enunciados – formulações* vão sempre direcionar os sentidos ao **interdiscurso**, pois como já reafirmamos anteriormente, mas dito de outra maneira: faz parte do seu funcionamento no discurso: irá sempre significar outro no discurso; daí a relação direta com o silêncio. Como diz Orlandi (2002, p. 180) [...] “o texto não é para dele extrair um sentido, mas sim para problematizar essa relação” [...].

A *notitia criminis* (notícia do crime), por sua vez, entenda-se: o Boletim de Ocorrência tem seu aspecto peculiar, mas diferentes em cada Estado brasileiro – embora os métodos institucionais sejam adversos – tem papel específico de transcrever dados como: nome dos envolvidos (ou perpetrados), provas, supostas vítimas, ferramentas (objetos utilizados na infração), ou seja, informações que possam direcionar as autoridades policiais às investigações e assim autuar infratores que confrontam as Leis vigentes no país a partir das medidas imputadas ao *indivíduo* – esse interpelado pelo aparelho policial (revestido de ideologia institucional e autoritária) que passa a ser *sujeito* (agora investigado pela autoridade policial e judiciária).

A polícia, por sua vez, conhecendo o seu papel - leva a cabo o processo acusatório munido pelo Processo Penal, onde aponta incisivamente o *contraditório (para garantir a igualdade estabelecida pela Lei); e inicia o processo a partir do que lhe foi colhido (provas) para assim a ampla defesa faça parte do rito (dos trâmites) que se formatarão por meio do processo.*

Conquanto, o Boletim de Ocorrência como documento oficial (já instituído em abordagens anteriores) mantém os ritos da administração pública como *legalidade* –

impessoalidade – moralidade – publicidade – eficiência – motivação e outros constituintes do AP ‘tenta’ aplicar coerência efetiva no seio do aparelho repressivo, mas é importante trazer à tona uma das falas (recorte) do filme “Tropa de Elite” (2007, Freme: 45:27-32 *min/seg*) no comentário do Capitão Nascimento (ator Wagner Moura), deixa claro qual é o papel do Aparelho Policial – esse revestido pela Polícia: “[...] o papel da polícia não proteger o cidadão; a polícia depende do sistema e o sistema trabalha para resolver os problemas do sistema [...]”.

Assim sendo, sabemos que, não podemos generalizar, mas via de regra, a ‘impessoalidade’ que é um dos papéis do Aparelho Policial não explica por qual o motivo os casos de violências sempre estão em ascensão no Brasil e, principalmente, em classes de gêneros específicos como: *Mulheres, Idosos, Crianças* e ‘*Mulheres Trans*’; esse último caso é o pior de todos, pois o Brasil está em primeiro no *ranking* – lastimável. Mas como diz Orlandi (2002, p. 73): “O silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer”.

Dessa forma, colocamos o Aparelho Repressivo do Estado como a *falha possível* – a Polícia ‘tenta’ fazer seu papel, mas é dessa *falha* (ideologia policial, do escrivão, da autoridade policial) que o *possível* embora na mesma instância (lugar) o *silêncio se constituirá* como um *interdito* (aquele desejo de dizer, mas não pode – deve seguir o rito), porém assumirá uma *posição-sujeito* (pela tensão de Ser Sujeito do Desejo) que *repetirá fatos – acontecimentos*, mesmo contra a sua vontade, pois essas *transferências e deslocamentos inconscientes* se tornarão o reflexo da polícia *instintiva e material* e manifestada em sua *pulsão ideológica do Estado*.

Ainda nessa perspectiva, coadunamos com Bourdieu (2003, p. 3) quando nos chama a atenção quando diz que

[...] cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência, (grifo do autor) (sublinhado nosso).

Ou seja, o termo “estrutura” aqui não pode ser pensado como base ao ‘senso comum’, pelo contrário, ela será parte constitutiva e, ao mesmo tempo, integrante dos

processos sociais que regem não apenas as classes, mas também as relações em que os *sujeitos* estão *inseridos* – *estabelecidos e identificados* para que assim ao pensar nos Boletins de Ocorrência (Escrivão-policial) ao transcrever a *palavra / termo* (Vítima – sem uma identidade específica) – tenhamos a concepção desse gesto de leitura que, o escrivão ao transcrever (o relato), *não significará em certos sentidos à construção da identidade da ‘mulher’, ‘vítima’, ‘mãe’, ‘companheira’ – ou seja, cada constituição dar-se-á por meio da instituição, sobretudo ao que interessa ao Aparelho Ideológico de Estado e do Aparelho Repressivo (Polícia).*

De certo, esses pormenores acima, são típicos instituídos pelo silêncio – da trama discursiva – constituídos das *práticas sociais* [pensemos aqui na Estrutura] ao longo da história. Para tanto, esse silêncio também pode ser apontado por (ORLANDI, 2002, 59) como [...] “resistência”, pois [...] “ele não fala (do lugar que se ‘espera’ que ele fale)”, mas nem por isso essas mulheres, vítimas, mães, companheiras deixarão de significar na história.

Logo, pelo fato de não ser ‘tangível’ e ‘palpável’ o *silêncio de ser interpretável* – porém, só a partir da sua inscrição textual que essa “devolução” segundo (ORLANDI, 2002, 60) pode torná-lo apreensível, compreensível [...]; Isto posto, essas considerações sempre nos fará pensar na compreensão dos ‘*movimentos invisíveis*’ na construção discursiva da *mulher vítima de violência doméstica*.

5.1.2. Boletim de Ocorrência - do caráter social-doutrinário ...

Ao longo das nossas abordagens já observamos quão é fundamento base o BO não apenas como materialidade comunicativa no interior da Polícia Judiciária, mas como documento que além de informar os delitos são primordiais nas indicações e tipificações criminais e contravenções, segundo Tristão (2007); pois auxilia também a Polícia Federal e órgãos públicos e privados nos processos administrativos nas resoluções de problemas internos e externos da Vara Criminal.

Ainda coadunam com essas perspectivas Costa; Bevilacqua (2009) ao considerarem em primeira instância que o ‘relatório policial’ permitirá a divulgação investigativa: secreta (sigilo) e aberta (no âmbito da polícia). Dessas entendemos aqui como ‘um grito da justiça’ na ‘voz da sociedade’, pois é com essa provocação que as

repercussões legais são identificadas pela ação pública ou privada a partir do crime cometido. A provocação, via de regra, deve ser informada a autoridade policial de modo 'Verbal' ou 'Escrita' estas de acordo ao *artigo 5º, parágrafo 3, do Código de Processo Penal*²⁴; assim, após verificações das informações arroladas. Porquanto, isso acontece, como já falamos anteriormente – ‘a autoridade policial quando provocada’ – será espontânea a *notitia criminis* por meio do Boletim de Ocorrência.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, é a partir do *artigo 5º, parágrafo 6, Código do Processo Penal*²⁵ que há indicações pertinentes nas práticas da infração penal para que a autoridade policial possa se manifestar socialmente revestido do Aparelho Policial (do Aparelho Repressivo do Estado), vejamos:

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994);

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994);

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III, do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

²⁴ Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10678590/paragrafo-3-artigo-5-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941>> Acesso em: 13 de fev. 2023.

²⁵ Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10678473/artigo-6-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941>> Acesso em: 13 de fev. 2023.

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuírem para a apreciação do seu temperamento e caráter.

X - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

Dessa maneira, Franciscon (2009) ainda fundamenta que *todo o incidente policial* tem o potencial de ser criminoso ou não, logo é por meio da *formação discursiva e imaginária* do escrivão-policia! que o valor dado a *infração* e o *crime* possa se materializar tecnicamente perante o ARE (agência policial). O autor continua reafirmando que o registro do BO é 'interpretado' de maneira técnica a partir dos ritos impostos ao policial como praxe exigida institucionalmente. Onde se deve 'mapear', 'tipificar' e, ao mesmo tempo, 'combater' e 'prevenir' o crime.

Vejamos aqui o que Tristão (2007, p. 23) afirma em suas abordagens sobre o tema: "O registro do BO tem como finalidade, também, o desenvolvimento de estudo estatísticos, que têm significativa importância na elaboração dos planejamentos das atividades de polícia preventiva" [...]. No entanto, não é o que temos socialmente na

prática (reafirmando a passagem do Capitão Nascimento, no filme “Tropa de Elite”, 2007, Freyre: 45:27-32 *min/seg*).

Outrossim, é importante que cada um desses pontos aqui discutidos dê ao *corpus* um ‘estatuto’ material, social, linguístico e discursivo – pois cada investigação criminal e respectivos delitos é de responsabilidade direta da Polícia – isto posto pela Constituição Federal Brasileira e necessita dos seguintes institutos judiciais:

- ✓ Comissões Parlamentares de Inquéritos - CPI;
- ✓ Inquérito Policial - IP;
- ✓ Procedimento de Investigação Criminal - PIC [Ministério Público];
- ✓ Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO.

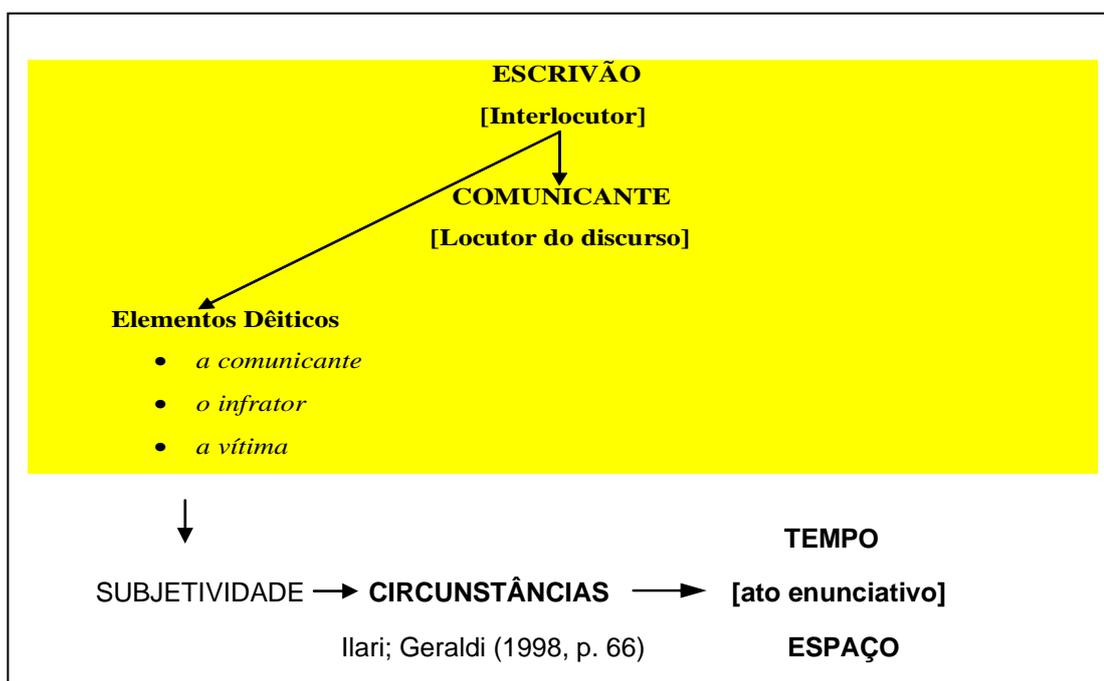
É essencial que o ‘rito institucionalizado’ se faça presente, pois é por meio dele que as consequências legais conduzirá a justiça como a ‘voz silenciada’: seja pela violência constituída e instituída ou pelo impacto que, muitas vezes, causam revoltas, indignações e falta de ‘boa-fé’ da vítima quando àquela que ‘deveria proteger’ se mantem às margens pelas ‘brechas da lei’ que, em inúmeras vezes, se torna o ‘algoz da vítima’ e não o ‘anjo protetor’ (social e histórico); mas que permanece no imaginário social; difícil entender...

5.1.3. Boletim de Ocorrência – da linguagem instituída ...

Para Tristão (2007) é fundamental pensar os mecanismos que se referenciam a partir da ‘linearidade textual do BO’ ou assim chamado também de ‘relatório policial’ – esses de acordo aos aspectos das dêixis; a base espacial e a manutenção da ‘referência’ que são instauradas no viés da semântica da enunciação. Nesse sentido, é importante deixar claro que - a concepção semântica aqui apontada com as dêixis é salutar, pois suas relações a partir do ‘espaço’, ‘coisas’, ‘pessoas’ funcionarão como referências e irão permitir além da conexão entre os sentidos no BO, também funcionará como uma espécie de ‘imagem-panorâmica-espacial’ que será representada *incidentalmente* pelo escrivão-policial – e serão acrescentados outros

aspectos ausentes ao texto pelas tomadas de depoimento (TD). Vejamos no fluxograma abaixo:

Fluxograma 6 – Das Circunstâncias do Dizer



Fonte: elaborado pelo autor.

Desta maneira, trazemos aqui a respectiva Sequência discursiva para melhor compreensão do fluxograma anterior.

Sequência Discursiva 5 (SD5)

*As 10h00min horas do dia xx-xx-xxxx, compareceu nesta Delegacia de Polícia **a comunicante**, nos comunicando que **o infrator** na data do fato, aproveitando-se que sua filha menor (**vítima**) estava sozinha bolinou as partes íntimas da mesma chegando a romper o hímem. (sic)*

Observamos aqui um contexto dialético no estudo da língua escrita nos BO e leva em consideração a descrição do *corpus* e seus constituintes na linguagem narrativa e as formas de enunciações operadas pelos operadores argumentativos que

representam diretamente a subjetivação da escrita (sentidos) e interinfluências históricas, sociais e linguísticas no interior do relato do BO. É salutar apontar também a ‘mistura das vozes’ (ou seja, **o interdiscurso**) ao nosso ver, ou **mix de vozes** que se entrelaçam num vai-e-vem de sentidos conforme Jesus (2008) no fluxograma abaixo:

Fluxograma 7 – Da Presença da Subjetividade



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, observamos que as ‘formas’ e os ‘tipos’ de interação verbal são distintas a partir das enunciações que são constituídas dos atos de fala / escrita isolados, mas há uma estreita ligação com a interação que constituem esses elementos – isto é – as categorias de atos de fala / escrita na vida e na criação ideológica que podem ser representadas no processo de interação, bem como da sua determinação material com o uso da língua. Para Pêcheux (1994), na obra ‘Ler o arquivo hoje’, *é por meio da comunicação que se estabelecem as relações sociais e delas se possibilitam a interação*. Logo, é válido afirmar que, os discursos são métodos efetivos que intencionalmente *subjetiva o sentido de um dado texto no processo enunciativo*.

Nesse processo tomamos aqui a classificação *linguístico (relatado)* e *discursivo (referido)*, pois vemos um desencadear que delimita e aponta nesses vieses para que o *sujeito* em sua *interdiscursividade* possa ‘construir-se num cenário’ que se pluraliza no discurso pela expressividade subjetiva no BO por este instituir-se não apenas do cultural, mas também pelo social e ideológico nesse acontecimento cenográfico do

indivíduo falado pela vítima que ao ser interpelado pelo aparelho policial (escrivão) se transforma em 'sujeito' para responder pelo crime cometido.

Esses elos linguísticos e discursivos apontados acima são característicos nos BO que nos remete a pensar que, embora o formato do documento não permita uma abertura para melhor elaboração dos fatos nas tomadas de depoimentos, o texto, por conseguinte, deve aderir a uma instância 'pré-determinada' na sequência da informações descritas. Quando a vítima *relata o fato* (na denúncia crime) ela estabelece uma cronologia – um espaço-tempo – escolhido minuciosamente para que a sua fala seja coerente e compreensível; mas são *reformuladas, acrescidas de informações* que não fazem parte da narrativa e *indiretamente cala a vítima* – irá *silenciar seus sentidos*, pois “as palavras vêm carregadas de silêncio(s)” (ORLANDI, 2002, p. 105); logo, quem realmente é o autor do documento BO após a finalização no Aparelho Repressivo do Estado (a Polícia)? Mas essa é uma das questões que abordamos no decorrer das abordagens sobre a *função-autor* ancorada por Foucault e Pêcheux anteriormente – aqui trouxemos mais uma vez para fortalecer a importância do silêncio neste ponto de análise.

Questões sobre o documento BO sempre foram pontos para questionamentos, sejam dos policiais (que apontam uma espécie de fechamento no formulário que prioriza resposta 'pronta e direta' da vítima) e das vítimas (que se sentem vilipendiadas pelo fato do conteúdo narrado não atender as expectativas dos sentidos das informações contidas no BO); vejamos o exemplo abaixo:

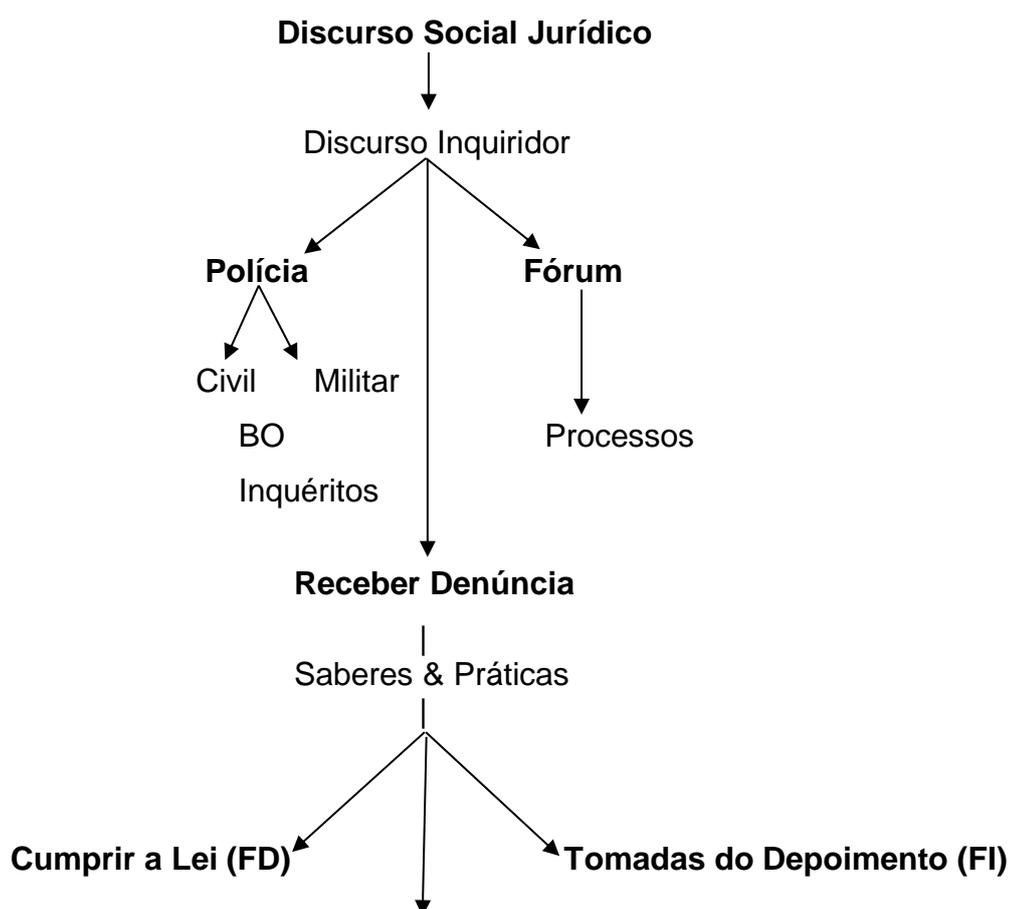
- a) Quem (indivíduos, vítimas, sujeitos);
- b) Quando (data, hora);
- c) Onde (cenas do evento);
- d) Como (desenrolar dos fatos);
- e) Por quê (motivo, causa).

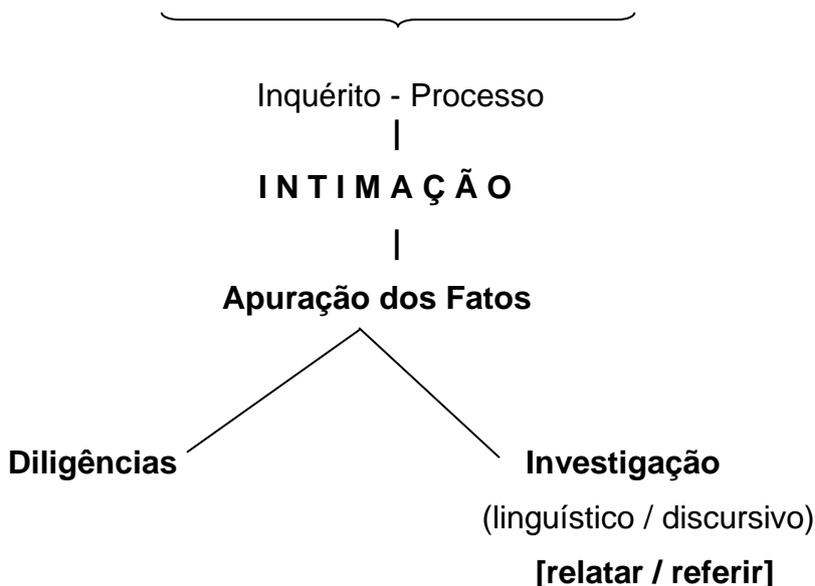
Em nosso caso, análise linguístico-discursiva dos fatos relatados, é importante observar que inúmeros incidentes serão suportes para as mulheres vítimas de violência doméstica (física, sexual, psicológica, patrimonial); essa gama de informações fará com a materialidade na linguagem tomem rumos que fogem a

perspicácia do analista, pois para cada fato há uma espécie de ‘negociação dos dizeres’ – regras que se alongam pelas estratégias de cada gesto de leitura e suas apreensões de sentidos nessa especificação do *gênero inquiridor*.

Para melhor entendimento, sugerimos que o leitor verifique abaixo o ‘gênero inquiridor’ e seu suporte; é importante esclarecer que a presente terminologia foi elaborada a partir da pesquisa de mestrado em 2008, na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e que ao longo desses anos tem entrada fundamental nas pesquisas linguístico-discursivo sobre o *corpus BO* pelo viés das práticas de violência contra a mulher. Desse ponto, as extensões analíticas da *subjetividade* estão sendo acrescentadas aqui pelo *silenciamento* – instância fundamental de um aparte da Análise do Discurso Francesa em suas *malhas e tramas* ao se analisar um tema de relevância ímpar sócio-histórico-ideológico brasileiro. Vejamos no fluxograma abaixo:

Fluxograma 8 – Discurso Inquiridor





Fonte: elaborado pelo autor.

Dentro dessa perspectiva, o papel da Polícia como ARE, bem como AIE é de se investir nas formas de cumprimentos / práticas (FI) e dos saberes (FD) desse aparelho, pois a ideologia que se manifesta dentro das Saberes / Práticas, interpelará os *indivíduos* em *sujeitos* (como já rememorado anteriormente) e é por essa interpelação que ele constrói o seu próprio conceito de ideologia.

Assim, o gesto implica em evidenciar quem se caracteriza como o sujeito receptor da denúncia (sujeito falado), se o próprio escrivão (referido) ou se um policial (relato) responsável por transferir a ocorrência ao escrivão – e quais as posições-sujeito no *jogo do discurso inquiridor*. Disso posto, em certos momentos, a *cisão* será a falha possível ao silenciamento, pois “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (LACAN, s/d) – máxima que define nossa leitura.

Sequência Discursiva 6 (SD6)

As XXX horas do dia XXXX, compareceu nesta DP a PM nos apresentando o BOP nº XXX, cujo teor transcrevo: Segundo a **vítima** a mesma é casada com o agente, que diariamente este se embriaga ambos discutem, entram em vias de fato, mas desta vez o agente de posse de uma faca desfriou vários golpes, a vítima no intuito de se defender, acabou sendo lesionada no dedo polegar esquerdo e o punho direito, após o fato o agente tomou rumo ignorado e a vítima com mais 03 crianças missiaram na casa das testemunhas de onde acionaram a polícia militar, que a conduziu ao pronto socorro para os primeiros socorros, posteriormente a mesma foi entregue aos cuidados das testemunhas. (sic)

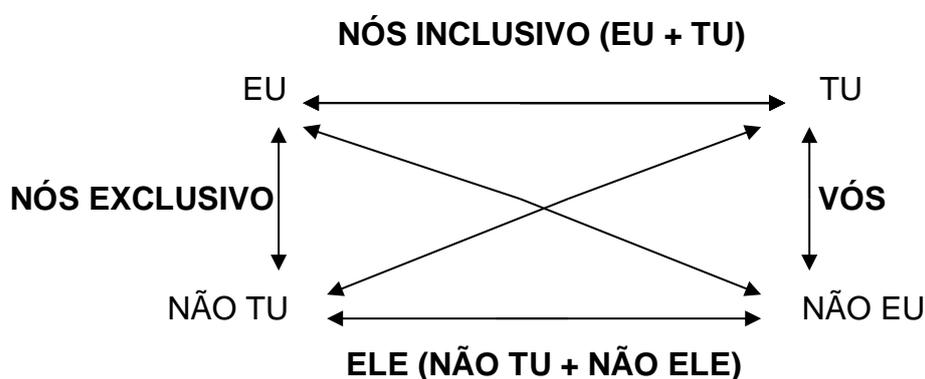
Desta feita, pensamos que o discurso relatado se manifesta a partir do “depoente” ao indicar nos enunciados, referências que possam indicar elementos da subjetividade na interlocução dos fatos da narrativa como: **vítima** que se caracteriza (depoente), a qual a 3ª. pessoa do singular, nesse caso, (ele - ela = VÍTIMA), há um entrecruzamento da subjetividade no ato da comunicação entre o interlocutor (escrivão) que se manifesta na narrativa do depoente.

Nesse sentido, é importante deixar claro que Benveniste (2005) fundamenta precisamente na Teoria da Enunciação pontos que, para nós são fundamentais nas análises dos BO, pois aponta em seus escritos a) “Natureza dos pronomes”, bem como no b) “aparelho formal da enunciação” bases que irão definir as *categorias de expressão* e de que maneira são *empregadas suas formas* articuladas no texto como suporte material da linguagem. Dessa perspectiva, abordamos aqui Fiorin (2005), pois o autor de acordo aos pontos de vista de Benveniste (2005) também se posiciona aos estudos como suporte-base no entendimento da teoria enunciativa – vejamos:

[...] o “eu” e o “tu” são cada vez únicos, enquanto o ele pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum (nas línguas como, por exemplo, o francês, em que a expressão impessoal se constrói com um pronome de terceira pessoa). Depois, “eu” e “tu” são reversíveis na situação de enunciação. No entanto, não é possível a reversibilidade com o “ele”. A terceira pessoa é a única com que qualquer coisa é predicada verbalmente (FIORIN, 2005, p. 59-60, grifos do autor)

Nesse ponto de vista, a categoria enunciativa é relacionada para Benveniste (2005) como necessária para descrever, pois “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). Assim, trazer à tona a questão da personalidade em que se opõem pessoa (eu-tu) e não-pessoa (ele-ela), ou seja, actantes da enunciação e actantes do enunciado; da subjetividade, em que se contrapõem “eu” vs “tu”, nos remete a primeira pessoa subjetiva que será constituída a partir da segunda, pessoa não-subjetiva. Vejamos no fluxograma abaixo a partir de Fiorin (2005):

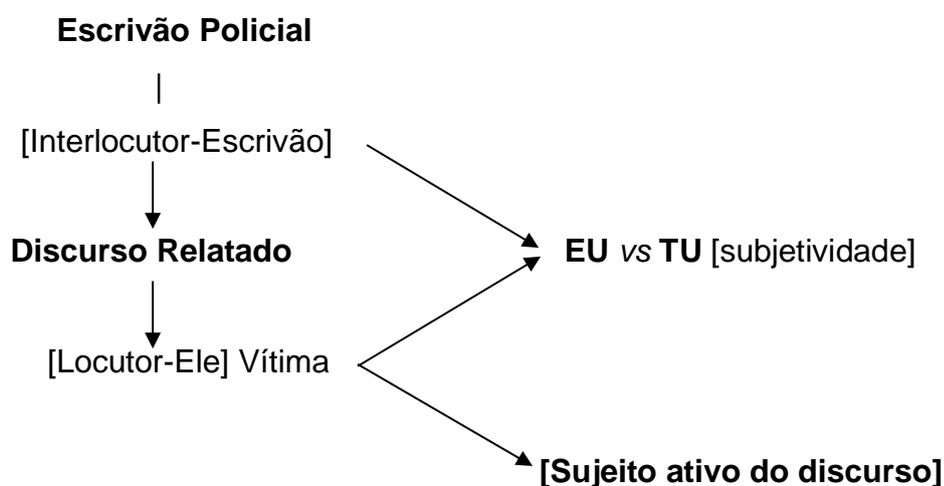
Fluxograma 9 – Da ‘Pessoa’ no Processo Enunciativo



Fonte: Fiorin, 2005.

Para tanto, essas formas distintas no BO acima, correspondem a um *discurso indireto livre*, pois no contexto são apresentadas sem que se percebam necessariamente quem as proferiu no processo comunicativo - vejamos a seguir:

Fluxograma 10 – Da Locução e Interlocução



Fonte: elaborado pelo autor.

Outrossim, trata-se assim de um *discurso outro*, isto é, segundo a vítima (locutor), ou seja, um discurso dependente de outro discurso: “segundo a vítima a mesma é casada com o agente”, percebe-se, nesse sentido, uma afirmação modalizada, uma vez que, se evidencia uma marca deixada pelo sujeito “vítima” a seu enunciado.

Logo, temos uma modalização que recai sobre o conteúdo da afirmação ora da vítima-locutor, ora do policial-interlocutor; assim, temos um discurso primeiro, o da vítima e, a seguir um discurso outro, o proferido; pelo policial, logo depois, evidencia-se um terceiro discurso que é o do escrivão e, por último, o discurso interpretante.

Para Possenti (2002, p. 64) torna-se “visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu”, ou seja, a presença do outro não apaga a presença do eu no discurso, todavia um discurso nunca é oriundo de um eu, mas sim de outro discurso. Vejamos abaixo:

Sequência Discursiva 7 (SD7)

As XXXX horas do dia XXXXX, compareceu nesta DP a vítima acima qualificada nos comunicando que seu ex-marido com o qual conviveu durante oito anos, sendo que durante esse tempo a vítima foi injuriada constantemente, porém, no último mês de janeiro no dia XXXX, a mesma resolveu sair de casa e levou seus filhos. No entanto, o infrator tem ameaçado-a de morte além de afirmar que após matá-la se suicidará. Dado e passado nesta cidade de Espigão do Oeste/RO, aos XXXXX de XXXX do ano de XXXXX. (sic)

Observa-se, no BO acima, a presença de um discurso citante e de um discurso citado; o primeiro corresponde ao discurso atual no qual se encerra a voz do enunciador e o segundo, por sua vez, diz respeito ao discurso marcado por uma enunciação passada. Nesse sentido, quando se diz “*compareceu nesta DP a vítima acima qualificada nos comunicando*” nota-se a fala do sujeito citante, o enunciador, determinada, sobretudo, pelo pronome pessoal obliquo átono “nos”, conquanto no fragmento: “*seu ex-marido com o qual conviveu durante oito anos*” pode-se evidenciar a presença de outras vozes inseridas no discurso, no caso a vítima, assim qualificada.

Desse ponto de vista, podemos até afirmar que, o *duplo discursivo* como afirmam Gadet; Pêcheux (2010) se valida de estratégias em eliminar as contradições e disfarçar a existência de suas relações com a linguagem; “Ela usa da astúcia e do amálgama para contornar, indefinidamente, o que todo mundo diz e que ninguém pode dizer (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 97).

Para tanto, podemos também pensar que, a partir da AD, um discurso sempre tem relações com determinadas condições de produção – sendo assim, suas relações de sentido de “*A vítima ser injuriada constantemente*” – esse discurso remeterá a outro já dito, que será sustentado de maneira contínua; pois esses dizeres terão outras relações que poderão ser imaginadas e, ao mesmo tempo, possíveis; estes, por sua vez, dirão de outros modos, que permitirão outros processos discursivos: sejam de força – poder – significação.

5.1.4. Boletim de Ocorrência - perspectivas sociais ...

Outrossim, é nas relações de produção e nas suas condições sociais e políticas que percebemos as determinações na língua(gem) entre os sujeitos sociais – sejam por meio da ideologia, política, da família, na escola ou no trabalho – todos que envolvam os atos de fala que revelem as condições verbais no ato da comunicação – essas instituídas pela linguagem.

Sendo assim, é importante ainda fundamentar que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher definem que [...] “o conjunto das suas normas institucionalizadas definem o rito enunciativo na Delegacia e, ao mesmo tempo, os lugares sociais em que os sujeitos interpelados um dado lugar na participação desse ritual”, segundo Peron (2007), onde elas se situam em: 1ª fase: Atendimento e acolhimento; 2ª fase: Orientação à mulher em situação de violência; 3ª fase: Procedimentos criminais e conclusão do inquérito; 4ª fase: Monitoramento das ocorrências.

Com os resultados monitorados (que são raros em Delegacias de Polícia do Brasil), podemos aqui caracterizar que essas exigências estruturais do rito coexistem em inúmeras bases teóricas distintas, mas cada corrente tem vínculos entre elas. Tais abordagens sempre apontam ao processo comunicativo como em Jakobson, Halliday, Benveniste, entre outros que utilizam as funções heurísticas, instrumentais, ideacionais, interpessoais e outras para manter o que Benveniste (1966) chama de “aparato formal de enunciação”.

Assim, é fundamental observar esse processo evolutivo do gênero (especificamente no que tange ao processo comunicativo e informativo) – uma espécie de ‘indicador metadiscursivo’ que aponta para a intrertextualização com a presença do enunciador e do ouvinte, ao mesmo tempo, e suas marcações textuais.

É importante salientar também que o *gênero Boletim de Ocorrência* (apontado por nós como *Discurso Inquiridor* em suas especificidades linguístico-discursivo) pode ser caracterizado de maneira estilística no processo enunciativo seja na oralidade ou escrita.

Dessa maneira, o aspecto comunicacional do intercâmbio linguístico é o que determina como os gêneros funcionam; ou seja, é a partir do intercâmbio verbal, que

Ihe permite distinguir entre duas categorias básicas significativas: as produções institucionalizadas (neste caso, a Polícia revestida pelo Aparelho Repressivo do Estado), que pertencem aos gêneros secundários (produções elaboradas, literárias e científicas), que derivam das primárias e as produções naturais (as da vida cotidiana). Esses gêneros são conjuntos peculiares de situações enunciativas inseridas num dado contexto cultural e também social – mas se distingue pela *linguagem, interação, comunicação, conteúdo, estilo e estrutura composicional do autor*.

Essas sequências estruturais apontadas acima [...] “são unidades composicionais um pouco mais sofisticadas do que simples períodos, com as quais ocasionalmente são confundidas” (ADAM, 1999, p. 82), a luz disto, alguns escritores se referem apenas a especificar como ‘gêneros textuais’. Por sua vez, Meurer (2005, p. 8), delimita que [...] “os enfoques teóricos aproximam as abordagens teóricas, ambas se aproximam, colocando um olhar social e discursivo na linguagem e se distanciam, colocando em *jogo noções-chave* bastante distintas” – isso implica pensar que a *ideia-conceito de gênero* aos poucos ‘toma lugar’ e ‘busca definição própria’ a partir dos avanços no campo da linguagem (linguística) e, ao mesmo tempo, discursivo.

Esses esforços que o sujeito manifesta em suas produções e *dito de outra maneira / forma* - faz com que a linguagem tome afirmações específicas e concretas em inúmeras áreas na vida do homem em sociedade (trabalho, família, escola e outros); Althusser (1985) revisa Marx e pontua de maneira mais convincente esse processo nas relações de produção entre os sujeitos sociais; daí a expansão do trabalho marxista pelo olhar de um dos seus visionários ideológicos.

De sorte, não é fácil se construir *taxonomias e classificações*, mesmo que haja esforços coletivos dos sujeitos sociais para reconhecer ou designar como *gênero* um *dado momento social* mesmo que institucionalizado – regulamentado – denominado historicamente, pois os *gêneros são costumes sociais* que são seguidos de maneira regular pelo sujeito no seu dia-a-dia. Isto posto, pensar a constituição de um ‘gênero discurso’ para o Boletim de Ocorrência vai ser preciso entender de que maneira suas práticas funcionam e quais os interesses instituídos ideologicamente no aparelho policial. Portanto, requer outras análises que dariam uma outra pesquisa a ser arrolada no processo da materialização dos BO.

Outrossim, trazemos aqui Adam (2011) que adotará o conceito de reinterpretação – abordagem de Michel Pêcheux (1975-1980) a partir do ‘conceito de formação discursiva’, de Michel Foucault (1969), essa como suporte necessário da articulação de sentidos assumida pelo sujeito (a partir das Tomadas de Depoimentos); é como pensamos também:

[As] formações discursivas [...] determinam o que podem e devem ser dito (articulado sobre a forma de um discurso público, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma dada posição, em uma determinada conjuntura: o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza das palavras usadas, mas também (e, sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que assumem essas palavras [...], as palavras mudam de sentido, segundo as posições defendidas por aquelas que as usam; [...] as palavras ‘mudam de sentido’ passando de uma formação discursiva para outra (PÊCHEUX, *apud* ADAM, 2011, p. 44).

Nessa abordagem, embora Pêcheux (*op. cit.*) não use a palavra / termo “gênero”, ele enumera diversos gêneros, incluindo “discurso público”, “pregador”, “exposição de panfletos” e “programa”, isso demonstra que podemos realizar uma conexão entre gêneros e as *formações socio-discursivas*.

Ainda a partir dos estudos em Adam (2011, p. 45), o autor mantém a seguinte definição de discurso em sua tentativa de definir os limites da ideia de gêneros textuais: “[...] uma estabilização pública e normativa, e um potencial de *status* institucional”. Para tanto, essa estabilização *pública e normativa* situa os gêneros e *vai operar nos sistemas discursivos como atividades discursivas institucionalizadas – elementos fundamentais que bailam por meio do interdiscurso no corpus BO como gênero inquiridor* em nossas análises constituídas pela linguagem do discurso relatado.

5.1.5. Boletim de Ocorrência - um aparte possível ...

No decorrer das nossas discussões sobre os Boletins de Ocorrência foram analisados diversos por meio de vieses que se completavam – outros nem tanto. Não pela questão discursiva (relatada) pelas vítimas, mas pela multiplicidade de discursos e das estruturas dos documentos que são inúmeras: diferentes em cada estado da

federação brasileira – o que dificulta muitas vezes numa *análise uniformizada* do documento e não no que tange a linguagem (para deixar claro).

Sendo assim, aqui propomos em caráter de sugestão uma estrutura que pode ser utilizada nas dependências do Aparelho Policial (ARE) institucionalizada e uniforme que possa facilitar as respostas das mulheres vítimas de violência e outros que também utilizam a polícia judiciária como suporte de *escuta social* no seio da sociedade como um todo!

SUGESTÃO DE MODELO – BOLETIM DE OCORRÊNCIA – DDM (1)

QUALIFICADORES:
Nome da vítima:
Idade:
Endereço:
Local do Ocorrido:
Suspeito (se conhecer, descrever todas as qualificações dele, ou do contrário em caso de desconhecido, apenas as características):

DESCRIÇÃO DO(S) FATO(S)

Nesse tópico, a vítima deveria poder escolher se prefere relatar oralmente ou por escrito, ou se preferiria relatar o ocorrido via áudio em sala isolada dentro da Delegacia (por ligação monitorada, ou através de gravador de voz monitorado). Ainda deveria ser colocada em escolha a quem ela gostaria de relatar se um escrivão do sexo masculino ou uma escrivã do sexo feminino (fator importante e relevante).

SUGESTÃO DE MODELO – BOLETIM DE OCORRÊNCIA – DDM (2)

NATUREZA DA OCORRÊNCIA		
Natureza da ocorrência:		
Forma de realização:		
Meios Empregados:		
Motivação do fato:		
LOCAL DO FATO		
Logradouro:		
Bairro:	Número:	
Complemento:	CEP:	
Cidade:	Estado:	
QUALIFICAÇÕES DA VÍTIMA		
Nome:		
Nome da Mãe:		
Nome do pai:		
Naturalidade:		
Sexo: <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> prefiro não declarar		
CPF:	RG:	
Estado Civil:		
Data de Nascimento:	idade:	
Estado:	Cidade:	Bairro:
Logradouro:		
QUALIFICAÇÕES DO SUSPEITO		
Nome:		
Nome da Mãe:		
Nome do pai:		
Naturalidade:		
Sexo: <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> prefiro não declarar		
CPF:	RG:	
Estado Civil:		

Fisicamente com arma de fogo.

2. A agressão é reincidente:

Sim;

Não;

Se é reincidente, há quanto tempo ocorre..... dias meses anos.

Se reincidente encaminhar BO para:

a) Ministério Público

b) Juizado Especial

c) Vara da Família

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A violência, seja qual for a maneira
como ela se manifesta, é sempre
uma derrota [SARTRE].*

A presente abordagem teve como objetivo investigar os processos linguístico-discursivos nas práticas de violência contra a mulher por meio das Tomadas de Depoimento nos Boletins de Ocorrência, doravante (BO) ao identificar seus silenciamentos materializados. Neste sentido, verificamos suas marcas linguístico-discursivas; essas a partir das caracterizações das formações imaginárias de sujeito falado a sujeito falante nesse documento. Outrossim, também analisamos de que maneira os sujeitos discursivos (falado / falante) respondem aos interrogatórios em virtude das acusações – esses que contribuem pelas suas condições de produção instauradas nos discursos desses sujeitos – o *linguístico* (ou *relatado*) e das formações imaginárias – o *discursivo* (ou *referido*) pelas materializações dos silenciamentos instituídos nos Boletins de Ocorrência.

Para tanto, apontamos de que maneira funcionam os discursos da violência a partir dos vieses da Análise de Discurso por meio das Tomadas do Depoimento nos Boletins de Ocorrência e de que maneira as ideologias se manifestam dentro das práticas e dos saberes no Aparelho do Estado, nesse caso, a Polícia que irão interpelar esses sujeitos (maridos, namorados, noivos, amásios etc.) os quais serão investigados perante a autoridade policial – quando aponta que os sujeitos são constituídos pela língua(gem).

Outrossim, abordamos a relevância dos *gestos de leitura* particularizados pelos registros institucionalizados (Boletins de Ocorrência) por meio da polícia apontam *furos, deslocamentos, posições* que fazem “Romper o silêncio”; “Tomar a palavra”; e “Apropriar-se da palavra” (ORLANDI, 2002, p. 33) se tornem instâncias de movimento dos sentidos que os faz reconfigurar não apenas as *posições-sujeitos* na linguagem, mas localizar de certo modo, o *silêncio fundante* – pois, via de regra, o *interdiscurso* é sua base; o significante é efeito desse sujeito em constante deslocamento no discurso.

Desta feita, é com a retomada de nossas análises que é possível apontar e, ao mesmo tempo, direcionar de que maneira o fio do discurso foi mobilizado nas análises ao investigarmos os processos linguístico-discursivo nas práticas de violência contra a mulher por meio das Tomadas de Depoimento nos Boletins de Ocorrência, doravante (BO) – identificamos gestos que deslizam e, ao mesmo tempo, silenciam e, ao assumirem lugares distintos pelo sujeito que, por meio dos gestos de leitura, por meio das condições de produção deixarão marcas *linguísticas* (ou *discurso relatado*) das formações imaginárias – do o *discursivo* (ou *discurso referido*) pelas materializações dos silenciamentos instituídos nos BO.

Destarte, cumprindo cada um dos objetivos – e atendendo assim que o silenciamento nos BO não podem ser considerados em suas análises como uma metalinguagem – ela vai além das inscrições das palavras – pois a sua compreensão no processo discursivo das / nas significações é que irão sustentar suas materialidades instáveis no limite dos gestos / interpretações dos / nos Boletins de Ocorrência.

Isto posto, é importante salientar também que, a violência contra a mulher é comum na sociedade brasileira e a construção desse *espaço discurso* como formulações anteriores podem ser diretamente associadas nas repetições que transformam e sempre produzirão efeitos de memória na sociedade – e, principalmente dentro do aparelho repressivo da Polícia.

Sendo assim, explorar essas condições de produção e de que maneira são produzidos – nas palavras de Orlandi (2012, p. 31): [...] “eles captam profundamente o assunto e a situação” [...]; ou seja, esses discursos institucionalizados são formatados pelos ambientes sociais, históricos e também ideológicos, pois na falta de uma delas a teoria do discurso não funcionará – é dela que a estrutura irá comportar a falha e os equívocos para que a materialidade do discurso ocorra na linguagem.

Outrossim, pensar o *silenciamento* como um aparte no campo dos estudos linguísticos é interligar à compreensão – descrição – e análises decorrentes aos problemas sociais pelas materialidades constituídas na discursividade da linguagem nos Boletins de Ocorrência; sendo assim, acreditamos que pensar a *autoria* no que tange ao *sujeito no / do discurso* por meio das TD é *assumir o trabalho da interpretação como suporte na língua(gem)*.

Portanto, a partir desses limiares apontamos que a violência só é definida pela força física mesmo que sejam incluídas a psicológica, sexual, moral e também patrimonial. Mas cada um desses fatores resulta em outras ações como emocionais, diminuição da autoestima, intimidações, humilhações e inseguranças diárias; pois a violência assume formas de insultos que caracterizam continuamente em calúnia e difamação da vítima; e como afirma Dias (2007, p. 15): “Uma vez que o mundo é humano, as mulheres sempre foram discriminadas, odiadas, humilhadas, objetivadas, e monetizadas” [...] – lastimável!

Via de regra, nesse interim, vimos aqui *a linguagem como processo de interação e de produção social, compreendida na mediação do homem e a realidade na constituição dos conflitos a partir das lutas ideológicas*; entendamos aqui que não é neutra – inocente e natural, pois são por meio das especificidades de cada *formação social* que os mecanismos que regulam a interpretação que faz com que cada analista particularize à sua maneira de *ler a materialidade na / da língua*.

Dessa maneira, consideramos a abrangência do silêncio pela instância da censura, pois esse viés é expressivamente abordado no pensamento foucaultiano, mas também dos aspectos das relações de poder – aqui discutidos não apenas a partir das condições sociais, mas pelas condições de produção exercidas pelos sujeitos que moldam e regulam seus interesses por meio da linguagem.

Desta feita, aludimos então que é na linguagem que encontramos constituintes como *opressão – dominação – antítese e retórica dos oprimidos* que são identificados pela formação discursiva das *vítimas de violência* a partir do *silêncio manifestado pela discursividade* nos relatos transcritos nos BO – pois são *dimensões simbólicas* que irão dividir os sentidos e apontar caminhos nas / das condições de produção determinados pela história.

Assim, salientamos também que, nos Boletins de Ocorrência, é latente a “ilusão de transparência” (ORLANDI, 2002, p. 182), onde “O discurso só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber: a materialidade linguística” (*idem*). Implica pensar que, na escolha do nosso *corpus* foi fundamental afirmar que, na trama das discursividades os *sujeitos* e seus *sentidos* se tornaram incompletos para se tornarem outros nessa ilusão constituída.

O homem, então, identifica-se ideologicamente com determinados grupos, mas sem consciência de fazê-lo, acreditando assim que a atitude de violentar (ou o exercício de direitos decorrentes do matrimônio) é uma construção individual sua, um *modus operandi* próprio de viver o casamento, no qual ele ocupa o papel de gestor do lar e da mulher - possuidor do direito sobre o corpo da companheira, como se fosse o constituidor primário daquele sentido; a origem daquele dizer, ou seja, o homem acredita que, na condição de indivíduo potente e dotado de capacidade e autonomia, cria os mecanismos que norteiam a relação familiar de maneira única e exclusiva. Esse é um efeito da interpelação ideológica, do assujeitamento, processo que constitui o sujeito discursivo, no qual ele, enquanto uma posição política-ideológica assume um sentido que legitima a dominação feminina, mas sem percebê-lo.

O *sujeito*, portanto, não tem domínio sobre esse processo e concebe a violência doméstica (e contra a mulher) como a única significação possível para construção da relação marital. Logo, reitera, por vezes, que a violência doméstica é praticada por impulso e alheio à vontade do homem – absurdo! Porém, corroborar com o pensamento de que tudo pode e deve ser perdoado! Remete-nos ao discurso religioso – perdão é dom divino! Sob esse mesmo discurso, inúmeras mulheres sofrem ao extremo a violência doméstica chegando, muitas vezes, ao feminicídio (culpabilizando a mulher).

Destarte, para considerar e já deixando uma abertura - a relação do homem com a essência *no / do* simbólico sempre estarão num vai-e-vem nos limites dos gestos interpretativos; de fato, serão a partir das relações e transferências que “A própria identidade é função [...] presença e ausência [...] um e múltiplo [...] está o silêncio significativo [...] é nele que estão os outros sentidos” (*op. cit. ibidem*, p. 184).

Sendo assim, os discursos sobre a mulher vítima de violência a partir das tomadas de depoimento nos Boletins de Ocorrência irão funcionar como discursos inquiridores que respondem ao jogo da memória interdiscursiva, bem como na posição-sujeito.

Conquanto, a partir das relações de efeitos de sentidos e dos lugares sociais que apontam silenciamentos nas ordens das Formações Discursivas, Ideológicas e Sociais – que, pelo efeito que o sujeito, é representado não apenas pela forma-sujeito - mas pela sua identificação e re-inscrição no depoimento interpelado pelo escrivão

de polícia que é e está revestido além do aparelho do estado (AE) – ideologicamente abstrato – mas que aponta a luta de classe como direção interna e externa da ideologia – aparelhos ideológicos do estado (AIE) nesses discursos das relações de produções que irão assumir significados e sentidos particularizados do domínio do estado que irá lhe escapar.

A partir dessa perspectiva, a tese que propomos trabalha no limite entre o Aparelho do Estado, revestido pela Polícia e suas práticas sociais e do Aparelho Ideológico do Estado, esse com as suas especificidades sociais que irão contribuir expressivamente em nossas análises por apontar cada uma das funções representadas nas condições de produções dos sujeitos nas tomadas de depoimentos. Logo, foi por meio dessas distinções ‘público-privado’ que funcionam as ideologias – principalmente pelo aparelho repressivo do estado: a violência simbólica; valores esses determinantes para compreender o funcionamento dos discursos silenciados nos Boletins de Ocorrência.

Assim, apontamos aqui que, os Boletins de Ocorrência como documentos de domínio público é fundamental pensar que outros trabalhos poderão ser expressivamente pesquisados e explorados no que tange as questões *psicossociais* – *jurídicas* – *históricas* – *gênero* – *relações de poder* – *culturais* – e outras a depender do *corpus*. Nesse sentido, a nossa perspectiva linguístico-discursiva contribui principalmente pela ‘inovação’ relativa ao *corpus* Boletim de Ocorrência; esse que no limiar das pesquisas realizadas no Brasil apontam outras questões como: *a) Questões dogmáticas nos BO; b) Manutenção da referência nos BO; c) A violência otélica [relações conjugais]; d) A relação público-privado; e) A questão do feminicídio como instância jurídica.*

Desta maneira, o nosso gesto de interpretação ao *corpus* dos / nos BO podem ser considerados inovadores e contribuem para não apenas a reflexão social, mas apontar na instância do Aparelho Repressivo do Estado, nesse caso, a Delegacia (como um todo: não apenas a de Defesa da Mulher) que a realidade discursiva faz a diferença nesse processo de instauração jurídico-linguístico-discursivo como suportes materiais desses / nesses discursos transcritos que mesmo além das suas opacidades fará com essas manifestações do sujeito do vai-e-vem sejam elementos fundamentais à condenação efetiva do agressor ao cometer e ultrapassar os limites da Lei.

Esperamos avanços que possam não só coibir, mas também fazer valer a Lei. Valer no sentido de atender as perspectivas das mulheres vítimas da violência que se consumam diariamente nos seios familiares. Assim, os operadores do Direito como a Polícia, que é a primeira instância a atender essas vítimas, têm como obrigação prestar atendimento adequado a partir dos anseios de uma punição adequada aos agressores. Mas sabemos também que não só os operadores do direito podem ter esse papel, assim como a sociedade pode, pois, exercer função fundamental em coibir a violência e salvar vidas.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In: ACHARD, Pierre. et al. (Org.) Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editora Martins Fontes, 1970.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. (Biblioteca de ciências sociais; v. n. 25)
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 3. ed. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Biblioteca de ciências sociais; v. n. 25)
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 7. ed. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. (Biblioteca de ciências sociais; v. n. 25)
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. São Paulo: 9. ed. Edições Graal, 2003.
- AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem** (com a colaboração de Jacques Deschamps e Djamel Kouloughli). Tradução José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. (Coleção Repertórios)
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução Claudia R. Castellanos Pfeiffer, *et al.* Revisão Técnica da Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN/VOLÓCHINOV, Mikhail. Estudo das ideologias e filosofia da linguagem. Cap. 1. *In: Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. Tradução Michel Lahud e Yara Frateshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 31-8.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. Tradução Michel Lahud e Yara Frateshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997. (Linguagem e Cultura 3)
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In: Estética da criação verbal*. 4. ed. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição Francesa Tzvetan Todorov. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-337. (Coleção biblioteca universal)
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. *In: _____*. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-337.
- BALIBAR, Etienne. **The Philosophy of Marx**. Tradução Chris Turner. London / New York: Verso, 2007.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. Tradução Izidoro Blikstein. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: 1. Fatos e mitos. 5. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BECHARA, Evanildo. Artigo. *In*: _____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 153-161
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas/SP: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- BEZERRA, José de Ribamar Mendes. **Análise do discurso**: uma linguagem do poder judiciário. Curitiba: HB livros, 1998.
- BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. Editorial Teorema: s/l. 2000.
- BORGES, Maria Cristina Ramos; JESUS, Sérgio Nunes de. Bakhtin/Ducrot: contribuições à análise do discurso. **BAKHTINIANA**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 153-163, 1º. sem. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. “**Algumas questões sobre o movimento gay e lésbico**”: a dominação masculina. Tradução de Joaquim Jordá, 2000. (Texto, s/e.)
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BRANCA-ROSSOF, Sônia. Formação discursiva: uma noção excessivamente ambígua? *In*: BARONAS, Roberto Leiser; KOMESU, Fabiana (Orgs.). **Homenagem à Michel Pêcheux**: 25 anos de presença na Análise do Discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 127-148.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei n. 12.830/13**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação/1035310/lei-12830-13>>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.
- BRASIL. Código de Processo Penal. **Decreto Lei nº 3.689**, de 03 de outubro de 1941. Artigo 5º, § 3º Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. Código de Processo Penal. **Decreto Lei nº 3.689**, de 03 de outubro de 1941. Artigo 5º, § 6º Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. Código de Processo Penal. **Decreto Lei nº 2.848**, de 07 de Dezembro de 1940. Artigo 340, caput, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRONCKART, Jean-Paul; BOTA, Cristian. **Bakhtin desmascarado**: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CAVALCANTE, Stela. **Violência doméstica**: análise da Lei Maria da Penha. 3. ed. Bahia: Juspodium, 2009.

CORBIN, Alain. **História do silêncio – do renascimento aos nossos dias**. Tradução de Clinio de Oliveira Amaral. Petrópolis-RJ: Vozes, 2021.

COMPROMISSO E ATITUDE. Dados do Ligue 180 revelam que a violência contra as mulheres acontece com frequência e na frente dos filhos. **Compromisso e atitude**. Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-do-ligue-180-revelam-que-a-violencia-contra-mulheres-acontece-com-frequencia-e-na-frente-dos-filhos/>>. Acesso em 04 de janeiro 2015.

COSTA, Maria Izabel Plath; BEVILACQUA, Cleci Regina. Histórico do Boletim de Ocorrência Policial: principais características macroestruturais. **Simpósio Internacional de Gêneros Textuais**: Caxias do Sul, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **O tecido da memória**: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. Polifonia, Cuiabá, Edufmt. V. 12, n. 2, p. 1-13, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da vida pública. Tradutores Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução Cristina de Campos Velho Birck *et al*. Supervisão técnica da tradução Carlos Piovezani, Maria Cristina Leandro Ferreira, Vanice Sargentini. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

DEBERT, Guita Grin. Dos direitos da mulher à defesa da família. *In*: LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana. (Org.) **Segurança pública e violência**: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto, 2008.

DECCA, Edgar Salvadori de. **1930 – O silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

- DEEKE, Leila Platt., *et al.* A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Revista Saúde e Sociedade**. v. 18, n. 2, São Paulo, abr-jun 2008/9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 set. 2019.
- DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha, afirmação da igualdade**. Disponível em: <<http://www.mbdias.com.br/hartigos.aspx?138,27#>>. Acesso em 06 de janeiro 2015.
- DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1972.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. *In*: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas/SP: Pontes, 1987. (Linguagem / crítica)
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Livres pensares**. Porto Velho: Edufro, 2003.
- FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Introdução à semântica de contextos e cenários: de la langue à la vie**. Campinas/SP: UNICAMP, 2010.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**, Instituto de Letras/UFRGS, Porto Alegre, V. 35, 17, n. 17, 2003.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Instituto de Letras/UFRGS, Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Ensaio 44)
- FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: **Protegendo as mulheres da violência doméstica**. Brasília/DF, 2008.
- FOUCAULT, Michel (1969). **O que é um autor?** Portugal: Passagem, 1992.
- FOUCAULT, Michel (1969). **O que é um autor?** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/179076/mod_resource/content/1/Foucault%20Michel%20-%20O%20que%20é%20um%20autor.pdf Acesso em: 31 de jan. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France 1970-1982**. Tradução de Andrea Daher; Consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 3 ed. RJ: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008/2009. (Campo Teórico)

FOUCAULT, Michel. **Verdade e poder**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e revisão técnica Roberto Machado. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021a. p. 35-44.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 12. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021b. (Coleção Biblioteca de Filosofia)

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FRANCISCON, Marcelo Jorge. **A importância do registro digital das ocorrências policiais militares**. Clube de Autores: São Paulo, 2009.

FREUD, Sigmund. (2007). **La interpretación de los sueños**. Vol. 5. (Originalmente publicado em 1900). Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu, 2007. (Obras completas).

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO: Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/>>. Acesso em: 08 de mai. de 2022.

FUKS, Rosa. **O discurso do silêncio**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991. (Série Música e cultura; 1)

GABLER, Iracema. **As falas do réu**. Campinas, SP, 1996. 134 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas.

GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradutores Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios)

GASMAN, Fabiana Dal Mas Rocha. **12 Anos da Lei Maria da Penha: o feminicídio é a ponta do iceberg**, Blog do Estadão, 2020.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRANGEIRO, Cláudia R. Pinheiro. A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário & BARONAS, Roberto. (Orgs.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos/SP: Claraluz, 2001. (Coleção Olhares Oblíquos)

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos, análise linguística e tendências contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, mídia e identidades. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Paulo: Claraluz, 2007, p.163-185.

HAGEN, Acácia Maduro. **O trabalho policial**: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBCRIM, São Paulo: 2006.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. [1971]. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção - conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. (Com um posfácio de Oswald Ducrot). Tradução Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. *In*: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 13-38.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1998. (Série princípios)

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Paulo: Claraluz, 2007, p.163-172.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2008. p. 9-33.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas/SP: Unicamp, 1997.

INDURSKY, Freda. **A memória na cena do discurso**. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). Memória e história na/da análise do discurso. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

INSTITUTO AVON. DATA POPULAR. **Violência contra a mulher**: o jovem está ligado? Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. 2014. Acesso em 16 de dezembro 2014.

IPEA. GARCIA, Leila Posenato, *et al.* **Violência contra a mulher**: feminicídios no Brasil. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873&Itemid=9>. Acesso em 01 out. 2014.

JESUS, Sérgio Nunes de. **Discurso policial**: a subjetividade em Boletins de Ocorrência. Guajará-Mirim, RO, 2008. 112p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Fundação Universidade Federal de Rondônia.

JESUS, Sérgio Nunes de. De sujeito falado a sujeito falante: a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher. Porto Alegre, RS, 2010. 29 p. **Projeto definitivo de Tese** (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGLET.

JESUS, Sérgio Nunes de. **De sujeito falado a sujeito falante**: a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/view/912/743>. Acesso em: 05 nov. 2019.

LACAN, Jacques. **O Seminário. Livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradutor Jorge Zahar (Seminário proferido em 1964). Rio de Janeiro, 1988.

LACAN, Jacques. **O seminário 10**: A angústia. Tradução Vera Ribeiro (Original publicado em 1962-63). Rio de Janeiro, 2005.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. **Revista Brasileira de Linguística**, Vol. 8, n.1, p. 91-118. São Paulo: Plêiade, 1995.

MARINI, Mauro. **Lacan**: a trajetória do seu ensino. Tradução de Fischer Bernardino. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle; Nélio Schineider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, Alberto Da Cunha. **Cartas à redação**: uma abordagem discursiva. Tese de doutorado em linguística, Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Universidade de Campinas, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Tradução Luciana Pudenzi. *et al.* São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho; v. 2)

MUTTI, Regina Maria Varini. Memória no discurso pedagógico. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 265-76.

NARZETTI, Claudiana. As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, V. 2, n. 02, 2010, p.51-70, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultura, 1999. (Coleção)

ORLANDI, Eni Puccinelli. A leitura e os leitores possíveis. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas/SP: Pontes, 1988, p. 7-24.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1988, p. 53 - 59.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1, 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel de Pêcheux e a Análise do Discurso. **Revista Estudos de Linguagem**, Vitória da Conquista, nº 1, p. 9 -13, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Quando a falha fala: materialidade sujeito, sentido. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012, p. 69-82.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas/SP: Pontes, 1999. (Coleção Repertórios)

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas/SP: Pontes, 2005. (Coleção Repertórios)

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 1997.

ORLANDI, Eni Pulccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012. (Coleção Repertórios)

ORLANDI, Eni Puccinelli. A leitura e os leitores possíveis. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes. 1998. p. 07-24.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios)

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995. (Coleção Repertórios)

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002. (Coleção Repertórios)

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007. (Coleção Repertórios)

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013. (Coleção Repertórios)

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas sobre a dicotomia público/privado**. Tradução Polity Press. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (Orgs.). Teoria política feministas: textos centrais. Barcelona: Paidós, 1996.

PÊCHEUX, Michel. "Língua e ideologia". *In*: **Semântica e discurso**: uma crítica à

afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 87-94.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. (1975). *Les vérités de la Palice*. Paris: Mardaga. Trad. Bras. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Tradução de Bethania, S. C. Mariani. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel [1938-1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2009. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**: Textos selecionados por Eni Pulccinelli Orlandi. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Tradução Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Cap. IV. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Tradutores Bethânia S. Mariani, et al. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma

introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. *In*: ACHARD, P., *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso**: atualização e perspectivas. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

PERINI, Mário; FULGÊNCIO, Lúcia. O emparelhamento temático e a análise do predicativo em Português. **Revista da ABRALIN**, v. 10, n. 1, p. 149-202, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2011-vol-10-n-1/mario-a.-perini.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2015.

PERON, Ana Paula. **Entre relatos e registros**: a discursivização da violência conjugal na delegacia da mulher de Maringá. Dissertação de Mestrado, 2007.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.

QUEIROZ, Érica Karine Ramos. (Re)lendo ad 69 hoje. *In*: I Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2003, Porto Alegre. **I Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre: Universitária, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. 14. ed. Introdução e tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 1995.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista crítica de Ciências Sociais**. n. 89. 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/3759>>. Acesso em 09 de janeiro 2015.

SANTOS, Rafaella Elisa da Silva. **Direitos humanos para humanos direitos?**: a emergência de sentidos sobre direitos humanos em uma comunidade do Orkut. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/silva_rafaella.pdf>. Acesso em 15 de dezembro 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1975.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 25. ed. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 (Original publicado em 1916).

SILVA, Fátima. Entre a gramática tradicional e a gramática de valências. **Actas do Colóquio - A Linguística na formação de professores de português**. 2001. p. 83-106. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7288.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. **Violência otélica**: a agressão masculina nas relações conjugais. 2007. 303 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TFOUNI, Fábio Elias Verdiani. **O interdito como fundador do discurso** (Dissertação de Mestrado), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, Brasil, 1998.

TOLDY, Teresa Martinho. A violência e o poder da(s) palavra(s): a religião cristã e as mulheres. **Revista crítica de Ciências Sociais**. n. 89, 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/3761>>. Acesso em 09 jan. 2015.

TRIMOLET, Otávio. **Termo circunstanciado de ocorrência realizado pela polícia militar**: aspectos críticos e dogmáticos. s/d.

TRISTÃO, Roberto Mauro de Souza. **O boletim de ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-76QHNJ/disserta__o_de_mestrado_roberto__1_.pdf;jsessionid=9A8B98F4ADBAB9916192256A8B2640FB?sequence=1>. Acesso em 11 de janeiro 2015.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-graduação em Letras, 2009.

ŽIŽEK, Slavoj. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Leninist Freedom**. [Philosophy Archive@marxists.org](http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ot/zizek.htm) 2001.

Disponível em:

<<https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ot/zizek.htm>>

Acesso em: 21 de jun. de 2015.

OBRAS CONSULTADAS

ACHARD, Pierre., *et al.* **Papel da memória**. 2. ed. Tradução José Horta Nunes. Campinas/SP: Pontes Editores, 2007.

ALTHUSSER, Louis. Observação sobre uma categoria: "PROCESSO SEM SUJEITO NEM FIM (S)". *In: POSIÇÕES-1*. RJ: Edições Graal, 1978. p. 66-71.

AUGUSTINI, Carmen. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. *In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 303-312

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo/SP: Parábola, 2009. (Episteme; 4)

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução C.R.S. Pfeiffer, *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Equipe de tradução do russo Aurora Fornoni Bernadini, *et al.* São Paulo: Hucitec, 1988.

BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução Paulo Neves. Porto Alegre/RS: L&PM, 2010. (Coleção L&PM POCKET)

DESCARTES, René. **Discurso do método**: regras para a direção do espírito (Texto Integral). Tradução Pietro Nasseti. São Pulo/SP: Martin Claret, 2007. (Coleção a obra-prima de cada autor)

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística**: dizer e não dizer. Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1972.

FERREREZI JUNIOR, Celso. **A pesquisa semântica de contextos e cenários**: princípios e aspectos metodológicos. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2018.

FERREREZI JUNIOR, Celso. **Introdução à semântica de contextos e cenários**: *de la langue à la vie*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010.

FERREREZI JUNIOR, Celso. **Semântica**. Editores científicos Tommaso Raso; Celso Ferrerezi Junior. São Paulo: Parábola, 201. (Linguística para o ensino superior; 6)

FERREREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato. **Semântica, semânticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. 2. ed. Tradutores Bethania S. Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas/SP: Editora RG, 2010.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Tradutores Carolina P. Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução Maria Fausta Pereira de Castro; com um posfácio de Oswald Ducrot. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios)

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas/SP: Pontes Editores, 1997.

IPEA. **Sistema de indicadores de percepção social**: tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília, 2014. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/.../140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em 05 nov. 2014.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schineider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo/SP: Parábola, 2007. (Na ponta da língua; 14)

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Tradução Luciana Pudenzi *et al.* São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho; v. 2)

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). 2. ed. **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2010.

